

A invenção do triunfo: memória, saberes e sensibilidades nas entradas régias portuguesas (séculos XVI-XVII)

André Filipe Claro Godinho

Dissertação em História Moderna e dos Descobrimentos

**Versão corrigida e melhorada
após defesa pública**

André Filipe Claro Godinho
A invenção do triunfo: memória,
saberes e sensibilidades nas entradas
régias portuguesas (séculos XVI-XVII)
Março, 2020

Março, 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica de
Ana Isabel Buescu

Versão revista e melhorada após defesa pública.

“Chegou ElRey; e hum delles, resoluto,
lhe empurrou huma Decima em tributo;
da qual, por mais seletto,
em memoria deixey este quarteto.

Os desta fileira, ou fila,
que parecem Vereadores,
não são senão servidores
da Camera desta Villa.

Tanto disse o Poeta desenvolto,
que da Camera foy hum verbo solto;
e por ter na cabeça hum taõ bom dito,
na copa do chapeo o tinha escrito;
motivo foy de rizo a toda a gente;
no que ElRey reparando, muy prudente,
parece que dizia, em vozes graves,
day cà Villaõ ruim, as minhas chaves;
quando todos nas varas agarrando,
o forão para dentro palliando”¹.

¹ Brandão, 1732, pp. 142-143.

Para o meu pai

Agradecimentos

A presente dissertação é o resultado de um extenso e atribulado caminho. Nas suas várias etapas, e principalmente nas mais traiçoeiras, tive a sorte de nunca dar por mim a enfrentar a viagem sozinho. Assim sendo, é com prazer que dedico estas primeiras linhas a quem esteve presente e a quem contribuiu para as páginas que se seguem.

O primeiro agradecimento vai para a minha orientadora, a professora Ana Isabel Buescu, pela simpatia, atenção e amizade que sempre demonstrou, e também pela paciência e prontidão com que leu, comentou e debateu o conteúdo das páginas que se seguem. Mais do que tudo, estou grato por me ter ensinado, desde a licenciatura, a estudar – e a gostar de estudar – História Moderna.

Entre os responsáveis por este interesse contam-se também o professor Pedro Cardim e o professor António Camões Gouveia, que além de merecerem a minha gratidão por tudo aquilo que me ensinaram, contribuíram para esta investigação com desafios e conselhos. Devo ainda um agradecimento à professora Ângela Barreto Xavier, que me integrou no projecto “Rituais Públicos no Império Português (1498-1822)”, no qual tenho podido gozar da generosidade e simpatia de todos os membros e também de debates dos quais retirei importantes referências e ideias para esta investigação.

Fora da academia, esta jornada foi acompanhada por muitas outras. Em todas, fico com uma dívida de amizade, alegria e alguma sabedoria ao André Mendes, ao Eduardo Trindade, à Inês Resende, à Joana Filipe, ao José Bandeira e ao Rui Matos. À minha avó e aos meus tios agradeço o carinho, a paciência e a compreensão, e ao meu irmão e à Isabel agradeço o apoio e a boa disposição. Ao Nuno, à Rita e à Maria devo a certeza de que haverá sempre razões para sorrir.

Guardo a gratidão mais profunda para o meu pai, a quem dedico esta dissertação. A faltar o seu apoio paciente e incondicional, a encosta seria bem mais íngreme.

Agualva, Dezembro de 2019

**A invenção do triunfo: memória, saberes e sensibilidades nas entradas régias
portuguesas (séculos XVI-XVII)**

**The invention of triumph: memory, knowledge and sensibilities in portuguese
royal entries (16th-17th centuries)**

André Filipe Claro Godinho

Resumo

Durante os séculos XVI e XVII, as cidades portuguesas recebiam os seus reis com grandes festas públicas. Os oficiais do município aguardavam pelo soberano frente às portas da cidade, onde lhe entregavam as suas chaves, demonstrando lealdade e obediência. O visitante era depois acompanhado até à Sé, onde era recebido pelo clero local antes de se dirigir à sua residência. Nas ruas por onde o rei passava, as corporações locais financiavam *invenções* que foram evoluindo ao longo do tempo – desde os quadros-vivos herdados da Idade Média até aos arcos triunfais de inspiração humanista.

Através de uma análise de longa duração – desde a entrada de Leonor de Áustria em Lisboa, em 1521, até à de Maria Sofia de Neuburgo, em 1687 – problematizámos estas cerimónias em três frentes: como lugares de reprodução e criação de memória, como manifestações que exigiam uma combinação de saberes e como acontecimentos que eram pensados, descritos e vividos através de uma miríade de sensibilidades.

Como rituais legitimados pela repetição dos programas de ocasiões anteriores, as entradas estavam vinculadas a precedentes que se procuravam recriar através da consulta de regulamentos e deliberações protocolares, mas também de uma vasta quantidade de testemunhos escritos. Apesar de tudo, eram cerimónias mais flexíveis do que outros grandes actos públicos, como os que mediavam o acesso ao trono. Os preceitos da encenação do poder vão-se alterando ao longo do tempo, com a Coroa e os seus oficiais a ofuscar gradualmente o lugar privilegiado que a Cidade ocupava. Ainda assim, os significados dos gestos e dos ritos não se altera, e é na manipulação do seu ordenamento e enquadramento que se produzem os diferentes sentidos.

A memória também informava um conjunto de expectativas estéticas que se expressavam no aparato festivo. Aqui, o precedente protocolar era complementado pelo domínio do legado cavaleiresco, bíblico, clássico e dinástico. Através do uso de iconografia e narrativas destes repertórios, as corporações desenhavam uma retórica laudatória que também reflectia as suas aspirações e ansiedades. As entradas de Filipe II e Filipe III são os expoentes desta linguagem reivindicativa, que foi mais branda nos recebimentos das consortes dos reis Avis e Bragança. Pela mão de arquitectos, pintores e escultores, mas também de dramaturgos, pirotécnicos e mestres de dança, criavam-se mensagens políticas informados pelos antiquários, genealogistas e letrados.

O discurso não era perceptível para a maioria da audiência, que era aplacada pela magnificência das demonstrações festivas. Apesar de se usarem vários elementos facilmente reconhecíveis na iconografia, o registo erudito e hermético afastaria grande

parte do público. Por outro lado, os relatos que nos chegam descrevem detalhadamente os elementos discursivos, participando num esforço de difusão do modelo político exposto e da grandeza dos protagonistas que eram, frequentemente, os protectores dos autores. Com a excepção de alguns textos subversivos, ou que encenavam ou assumiam diferentes perspectivas, só conseguimos aceder a estes acontecimentos através de olhares letrados e comprometidos com os poderes.

Palavras-chave: festa, cultura visual, cultura política, entradas régias, Portugal, século XVI, século XVII.

Abstract

During the 16th and 17th centuries, Portuguese cities received their kings with great public festivals. Local officials waited for the sovereign before the city gates, where they offered them its keys, indicating their loyalty and obedience. The visitor was then taken to the *Sé*, where he was received by the local clergy before moving on to his residence. Where the king was to pass, local corporations financed *inventions* that evolved over time – from the *tableaux-vivants* inherited from the Middle Ages to the triumphal arches of humanist inspiration.

Through the analysis of a long period – from Leonor de Áustria's entry into Lisbon, in 1521, to Maria Sofia de Neuburgo's, in 1687 – we problematized these ceremonies in three fronts: as places of reproduction and creation of memory, as displays that demanded a combination of different kind of knowledge and as events that were thought of, described and lived through a myriad of sensibilities.

As rituals that were legitimized by the repetition of previous occasions' programs, entries were bound to precedents that were re-enacted by researching regiments and protocollary deliberations, but also a vast quantity of written accounts. Still, these ceremonies were more flexible than other great public acts, such as those that mediated access to the throne. The precepts that governed the staging of power changed over time, with the Crown and its officials gradually outshining the privileged place that the City once occupied. Nevertheless, the meaning of each gesture and rite doesn't change – it's by manipulating their order and framing that different meanings were produced.

Memory also informed a set of aesthetical expectations that expressed themselves on the festive display. Here, protocollary precedent was supplemented by a command of chivalric, biblical, classical and dynastic legacies. Through the use of iconography and narratives derived from these repertories, corporations designed a laudatory rhetoric that also reflected their aspirations and anxieties. This language was at its height during Philip II and Philip III's entries, while the receptions dedicated to the consorts of the Avis and Braganza kings adopted a meeker disposition. Architects, painters and sculptors, but also playwrights, pyrotechnicians and dance masters created political messages informed by antiquarians, genealogists and scholars.

Most of the audience couldn't grasp the discourse, and was placated by the magnificence of festive display. Although many elements used in the iconography were

easily recognizable, the erudite and hermetic language drove away most of the public. On the other hand, the accounts that reach us describe the discursive elements in great detail, participating in the spread of the political model that was displayed, and also of the grandeur of the protagonists, who were, frequently, the authors' patrons. With the exception of some subversive texts, or others that staged or assumed different perspectives, we can only access these events through the gaze of those who were lettered and associated with power.

Keywords: festival, visual culture, political culture, royal entries, Portugal, 16th century, 17th century.

Índice

Introdução	1
 1 – Estado da arte	4
1.1 – As entradas régias na historiografia.....	4
1.2 – Acerca das entradas portuguesas.....	9
1.3 – Roteiro de investigação.....	17
 2 – As entradas	20
2.1 – “Uso immemorial de tempos antigos”.....	20
2.2 – De Leonor de Áustria ao Prior do Crato.....	23
2.2.1 – Leonor de Áustria.....	23
2.2.2 – Catarina de Áustria.....	24
2.2.3 – Joana de Áustria.....	24
2.2.4 – Partidas de infantas.....	26
2.2.5 – D. Sebastião.....	27
2.2.6 – O Prior do Crato.....	28
2.3 – As jornadas filipinas.....	28
2.3.1 – Filipe II.....	28
2.3.2 – Filipe III.....	31
2.3.3 – Os vice-reis.....	33
2.4 – De D. João IV a Maria Sofia de Neuburgo.....	34
2.4.1 – D. João IV.....	34
2.4.2 – A partida de Catarina de Bragança.....	35
2.4.3 – Maria Francisca de Sabóia.....	35
2.4.4 – Maria Sofia de Neuburgo.....	38
2.5 – Um balanço.....	39

3 – Os olhares	42
3.1 – Ordens, normas e contas.....	42
3.1.1 – Programas, precedências e gestos.....	43
3.1.2 – Materiais, mão-de-obra e financiamento.....	46
3.1.3 – Os termos da negociação.....	50
3.2 – Os relatos.....	54
3.2.1 – Os autores no seu meio.....	56
3.2.2 – Escrever a festa.....	59
3.2.3 – Viagens, histórias, memórias.....	65
3.3 – “O mayor triumpho”.....	68
 4 – Os discursos	 71
4.1 – Remédios, astros e virtudes – a presença do rei e o bom governo.....	74
4.1.1 – Pôr os olhos.....	75
4.1.2 – O rei que chega.....	78
4.1.3 – O rei que se espera.....	83
4.2 – Chaves, especiarias e corações – as gentes e os espaços.....	91
4.2.1 – <i>Habitat</i> – o centro.....	92
4.2.1.1 – O aparato.....	93
4.2.1.2 – Os ritos e o cortejo.....	101
4.2.1.3 – As outras cidades.....	107
4.2.2 – <i>Terret, vincit, possidet</i> – as conquistas.....	110
4.2.2.1 – Figuras, trajes e línguas <i>mui naturais</i>	111
4.2.2.2 – Os reis da Índia.....	115
4.2.2.3 – As quatro partes do mundo.....	117
 5 – Os públicos	 120
5.1 – “O viuo & natural de toda a fermosura que o mundo tem”.....	120
5.2 – Viva quem vença.....	124

5.3 – Fruir a festa.....	127
Conclusão.....	133
Fontes e Bibliografia.....	139
Apêndice.....	158

Lista de abreviaturas

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

AT – Arquivo da Casa Tarouca

BA – Biblioteca da Ajuda

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BNE – Biblioteca Nacional de Espanha

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CP – Colecção Pombalina

CR – Chancelaria Régia

CSV – Colecção de São Vicente

Introdução

“Todo o tambor então se fez em rachas,
Era verdade tudo, & tudo caxas;
E entre alegre rumor, & eccos velozes;
Aqui se ouvia o tiro, alli as vozes;
Toda a rua se armou de prima classe
Que ouvindo tanto tiro, he bem se armasse.
Preparouse o triumpho
E a gente pellas ruas, & janellas
Esperava o Sol ver, com as Estrellas,²”.

Em 1709, Francisco Leitão Ferreira³, escreveu que os *triumfos* eram uma glória muito antiga. Recorrendo a autoridades como Plínio, Polidoro Virgílio e Rafael Volterrano, o autor reconta a *viagem* da “augusta cerimónia”, que nasceu na Grécia e deambulou entre bárbaros e cartagineses antes de lançar “profundas raízes entre os louros & palmas” de Roma. Destroçado esse império, o *triumfo* remeteu-se a um exílio silencioso, entretendo-se a observar os portugueses.

Entre eles, sabia-se por costume ancestral que desde sempre se tinham feito festas públicas aos reis quando visitavam as suas cidades ou recebiam as suas consortes. Com estes festejos, os portugueses agradeciam as mercês que recebiam dos seus príncipes, esforçando-se por dar provas da constância da sua fidelidade e da prontidão da sua obediência⁴. Desta forma, os *triumfos* da monarquia não comemoravam vitórias sobre nações estranhas aprisionadas com cadeias, mas sim sobre vassallos naturais presos pelos laços do benefício. E se a vitória dos afectos é maior do que a da contingência, também é “maximo o triunfo, que os Reis alcançam do amor, & lealdade de seus povos, em comparação dos accidentes belicos da fortuna”.

Diz-nos Leitão Ferreira que o primeiro meio de que o príncipe dispunha para obter esta vitória era ser visto publicamente com decoro e majestade, já que os olhos são as portas por onde o amor entra para o coração. O segundo era deixar gloriosa posteridade, assegurando alianças e eternizando as suas virtudes. Estas duas mercês combinavam-se na ocasião a que Francisco Leitão Ferreira se dedicava – a entrada de Maria Ana de Áustria em Lisboa, em finais de 1708. Cabia, portanto, aos súbditos corresponder com o afecto e agradecimento habituais. Nas palavras do autor, o Senado da Câmara ordenou que os naturais e os estrangeiros residentes na cidade imitassem os

² Paiva, 1687(b), pp. 3-4.

³ Prior da Igreja do Loreto e futuro membro da Academia Real da História. Machado, v. 2, 1747, pp. 169-171.

⁴ Ferreira, 1709, pp. 3-6.

aplausos públicos dos romanos e erguessem “arcos, & trofeos de architectura, & sumptuosidade magnifica”. Convocava-se, desta forma, uma tradição que podia e devia ser recuperada à hora de agradecer a D. João V pela dupla graça da sua aparição pública e casamento.

A obra de Leitão Ferreira é dedicada ao arco triunfal erguido pelos italianos para a ocasião, gesto que evocava não só a memória dos aplausos dos antigos, mas também dos dispensados pelas corporações lisboetas, que usavam aquele tipo de estruturas desde o século XVI. Ao entrelaçar a história do *triumfo* com a relação afectiva entre os reis portugueses e os seus súbditos, o autor fazia o edifício efémero nascer de uma tradição milenar que devia ser recriada, mas também adaptada e superada – afinal, naquele triunfo, os arcos de Lisboa excediam “com mil ventagens a antiga Roma”. À hora de pensar o acto de receber o rei, a memória era a referência central – não apenas para este tipo de cruzamento erudito das histórias dos antigos com as da dinastia e da cidade, mas também para o planeamento concreto de cerimónias que só podiam existir em diálogo com as suas antecessoras próximas e distantes.

Sob o pseudónimo Jacinto Pacheco Robrilvo, o letrado Pascoal Ribeiro Coutinho⁵ escreveu um volume dedicado ao arco que os ourives do ouro levantaram naquela mesma ocasião. Revelando preocupações semelhantes às de Leitão Ferreira com o passado antigo, o autor abre o seu livro com uma tensão intemporal: o aparato tinha como principal propósito deleitar ao público, mas o que agradava a uns enfastiava outros. Nas grandes multidões, era comum encontrar dois tipos de pessoas “differentes no ver”: as que no pouco viam muito e as que no muito não viam nada. A solução de Robrilvo era uma dualidade – alimentar os primeiros com a alegoria, um “manjar para o entendimento” e os segundos com a composição e ornato das figuras – “pastos para os olhos”. Seguindo estes preceitos, e “se a desgraça da fabrica não for gande”, o seu inventor agradaria a todos. A tarefa exigia o uso das artes, como tinha sido costume entre os romanos – a pintura dava vida aos arcos com a “perfeição dos simulacros” e a poesia dava-lhes alma através da “sutileza dos disticos”⁶.

Robrilvo estava atento à sensibilidade e ao gosto, revelando um confronto entre o “inventor” da obra e os caprichos de quem a vê. Abria um espaço para diferentes

⁵ Machado, v. 3, 1752, p. 513. Como veremos adiante, este autor já tinha escrito um volume dedicado ao edifício levantado pelos ourives do ouro na entrada de Maria Sofia de Neuburgo: Coutinho, 1687a.

⁶ Robrilvo, 1708, pp. 1-3.

leituras do resultado final, mas a fronteira que propõe, centrada no saber letrado, oferece o conforto enganador da previsibilidade. As entradas régias e o seu aparato estavam sujeitas a olhares incontáveis: dos reis que chegavam e do oficial que lhes falava perante as portas da cidade, do juiz que caminhava no cortejo e de quem o via passar, do dançarino que rodopiava pelas ruas e do bispo que esperava nas portas da Sé, do arquitecto que desenhava os arcos triunfais e do artesão que lhes dava forma – inevitavelmente, o dos letrados que fixavam o lugar de todos os personagens nos relatos que nos chegam, legando à posteridade uma visão e um sentido de acontecimentos que eram testemunhados e entendidos de formas variadas e impossíveis de recuperar.

Mas se é maioritariamente através de olhares letrados que conseguimos contemplar o *triumfo*, a erudição livresca não é a única forma de deixar um rasto na sua rememoração, como Robrilvo deixa bem claro quando fala no papel das artes. Quando olhamos para o aparato das entradas régias, adivinha-se a hoste de carpinteiros, escultores, debuxadores, arquitectos e pintores chamados a oferecer um “pasto para os olhos”. Nos versos, emblemas e alegorias, os tais “manjares para os entendimentos”, vislumbra-se a mão dos poetas, antiquários e genealogistas, também encarregues de dar o mote aos espectáculos e encenações que eram animados pelos dramaturgos e pirotécnicos. A opulência do vestuário e dos paramentos revela o cuidado dos alfaiates e dos tecelões, e o luzimento da ornamentação o talento dos douradores. O estrondo das charamelas e dos atabales mistura-se com o ritmo dos pandeiros e harmonia dos coros, e, entre as festas populares, os mestres de dança ordenavam os regozijos.

A presente dissertação pretende olhar para os *triumfos* dos dois séculos que antecederam as obras de Leitão Ferreira e Ribeiro Coutinho como cruzamentos entre a memória que (re)construíam, os saberes que mobilizavam e as sensibilidades com que se deparavam. Para esse efeito, interessa-nos recuperar os diferentes olhares reflectidos nas entradas régias, reconstruindo as perspectivas e linguagens que moldavam a organização, *formatização* e recepção destas cerimónias.

1 – Estado da arte

1.1 – As entradas régias na historiografia

Durante as últimas quatro décadas, as cerimónias públicas do Antigo Regime têm merecido a atenção da historiografia internacional. O interesse pelo tema não é, no entanto, uma novidade do último quartel do século passado – logo em 1860, Jacob Burckhardt dedica uma das partes do seu *Die Kultur der Renaissance in Italien* à “sociedade e festas”, anunciando alguns vectores de análise que teriam uma grande longevidade:

“Se ligamos o estudo das festas ao da vida social, não é por capricho do autor. (...) A própria festa interessa-nos aqui como um momento solene da existência do povo, em que toma uma forma visível o ideal moral, religioso e poético que formou para si próprio”⁷.

Além desta percepção da festa como expressão de mundividências (que considera unânimes no caso da Itália que nos descreve), o autor sublinha a importância da arquitectura efémera, que merece “um capítulo especial na história do belo” e problematiza o papel da audiência. Dedicar-se igualmente à interacção e evolução dos diferentes tipos de festividades religiosas e cívicas, incluindo os “triumfos” profanos e as tentativas de recuperação e simulacro dos modelos antigos.

Como Diogo Ramada Curto descreve, as primeiras décadas do século XX trazem um entusiasmo pelo tema da soberania que suscitou o aparecimento de clássicos que teriam um grande impacto em futuros estudos sobre as cerimónias, nomeadamente *Les rois thaumaturges* de Marc Bloch (1924), *Kaiser Freiderich der Zweite* de Ernst Kantorowicz (1927)⁸ e *Die höfische Gesellschaft* de Norbert Elias (só publicado em 1969). Todos se dedicam à análise dos dispositivos simbólicos da monarquia, cruzando-os com programas rituais⁹ e construindo as fundações do interesse futuro na exteriorização do poder e do estatuto social, na diferenciação entre o corpo físico e místico dos soberanos e na interacção entre a realeza profana e a simbologia religiosa.

⁷ Burckhardt, 1973, p. 312.

⁸ Mais tarde, Kantorowicz escreveria o influente *The King's Two Bodies* (1957).

⁹ Curto, 1991, pp. 201-202

No pós-Segunda Guerra Mundial, o estado da questão fica bem patente no conjunto de estudos *Les fêtes de la Renaissance*, três volumes em que Jean Jacquot colige comunicações apresentadas em congressos subordinados ao tema: entre 1955 e 1972¹⁰. Além de se prestar atenção à iconografia e poesia usadas ao serviço da imagem do príncipe, já se tratavam problemáticas que viriam a inspirar estudos futuros: os fastos aquáticos, a pirotecnia, a música, mas também as danças e os jogos e a rememoração escrita das festividades. A reabilitação da história cultural e institucional e o recuo da matriz socioeconómica dos *Annales* trouxeram um interesse renovado pelo estudo destes temas, resultando numa sucessão de investigações que perdura até à actualidade. Surgiram obras com forte impacto como *Art and Power: Renaissance Festivals, 1450-1650*, de 1984, em que Roy Strong escreve uma história da afirmação do poder régio na Europa Ocidental através da captura do protagonismo nas festividades¹¹. De entre os conjuntos de exemplos mobilizados, só o último se foca em rituais limitados ao espaço cortesão – os bailes de máscaras de Carlos I de Inglaterra. Antes disso, a pompa pública e os recebimentos estão no centro das atenções – desde a itinerância de Carlos V às entradas florentinas, passando pelos percursos de Catarina de Médicis enquanto rainha viúva de França, juntamente com os dos seus filhos Carlos IX e Henrique III. O apagamento da carga negocial das cerimónias pública face à representação exortatória da monarquia é encerrado com os fastos de Luís XIII, apresentados como exemplo acabado desta transformação.

A crescente valorização de temas como a cultura visual e a representação do poder tem assegurado uma grande produção nos últimos anos, bem visível na série *European Festival Studies: 1450-1700*, editada por J.R. Mulryne, Margaret Shewring, Margaret M. McGowan e Marie-Claude Canova-Green. São vários os conjuntos de estudos publicados por este grupo e, dentro daquilo que nos interessa, destaca-se um volume de 2015 intitulado *Ceremonial Entries in Early Modern Europe: The Iconography of Power*¹². Na introdução, Mulryne define esta iconografia como uma linguagem “auditiva, visual, literária e performativa” – uma ferramenta com que os grupos governantes procuravam criar consensos políticos e sociais. Os vários artigos procuram cobrir o suposto carácter transnacional desta realidade, numa sequência que começa em França e se estende pela Itália, Espanha, Alemanha, Polónia, Inglaterra e

¹⁰ Jacquot, 1973-1975.

¹¹ Strong, 1984.

¹² Mulryne, Aliverti e Testaverde, 2015.

Escócia. O tema da guerra dentro e fora de fronteiras é bem explorado no caso francês, com sondagens que vão desde Francisco I até Luís XIII, lançando-se considerações sobre a dualidade criada pela imagem do rei guerreiro e vitorioso e a do rei pacificador e harmonizador. Itália conta com análises mais variadas – uma focada na interacção entre as entradas papais e o urbanismo na Roma quinhentista, outra centrada num livro de cerimónias florentino e a última na componente musical. Inglaterra surge duas vezes – numa genealogia das encenações “populistas” no Tamisa desde Ana Bolena até Isabel II e numa exploração do papel do Tosão de Ouro nas cerimónias cívicas. Sobre a Alemanha, temos os “elementos de poder” nas festas dos imperadores Habsburgo quinhentistas e um *estado da questão* das festas renascentistas entre os estudos germânicos. Espanha, Escócia e Polónia têm direito a um capítulo – as primeiras duas sobre entradas de rainhas e a terceira sobre o uso da arquitectura efémera por Vladislau IV no século XVII.

Os estudos focam-se numa cerimónia em particular ou em grupos de cerimónias com uma coerência comparativa, sendo a mais arrojada a do texto obre o Tamisa, que nos sugere um fio condutor entre cerimónias de 1533, 1662 e 2012. Apesar da sobreposição entre os interesses das fontes primárias e dos textos, encontramos alguns pontos de partida alternativos, como o interesse pela arquitectura e pela música. A utilização da festa como uma plataforma de representação do poder – quer como ideal, quer no contexto de uma *agenda* concreta – é a perspectiva mais consensual, oscilando-se entre uma valorização da projecção diplomática ou do impacto interno. O diálogo da festa com as artes e as técnicas e a interacção entre a arquitectura efémera e a perene são outros temas comuns. Entre os ensaios dedicados a entradas de rainhas, pressentem-se contribuições (mais ou menos evidentes) de perspectivas de género. Apesar da variedade geográfica, a tendência para privilegiar França, Itália e Inglaterra é notória. É de assinalar a falta de estudos sobre a Flandres neste volume.

Teofilo Ruiz afirmou em 2015 que grande parte desta historiografia dedicada à Europa Ocidental (e nela produzida) tende a negligenciar as tradições dos reinos ibéricos. Escrevia no prefácio de um conjunto de estudos publicado em inglês que pretendia ajudar a preencher essa lacuna – *Festival Studies in the World of the Spanish Habsburgs*, editado por Fernando Checa-Cremades e Laura Fernández-González¹³. O

¹³ Cremades e Fernández-González, 2015.

âmbito vasto que o título propõe corresponde a uma variedade geográfica considerável – os artigos dedicam-se a festas celebradas em Castela, Portugal, Itália, México e Peru. No que toca a entradas solenes, contam-se um estudo que ilustra a sua influência na evolução do espaço urbano madrileno, dois dedicados à passagem Margarida de Áustria por Itália (um deles focado no “flop” da sua entrada em Cremona), um outro que se debruça sobre as entradas dos vice-reis na América colonial e o último, a que regressaremos adiante, focado na entrada de Filipe II em Lisboa, em 1581. Apesar da variação geográfica, mantém-se o foco temático na representação do poder, mas com um interesse generalizado na sua fragilidade e no diálogo e negociação inerentes (como acontece, aliás, em parte dos estudos referidos anteriormente). Os reis usam as festas madrilenas para justificar intervenções na cidade, a chuva e a incerteza diminuem a entrada de Cremona, os mexicanos trocam as alegorias da antiguidade europeia pelas histórias de figuras anteriores à conquista e Filipe II teve de se ver a si próprio – e pelos olhos dos lisboetas.

É este tipo de tensões que estão no centro de *The king travels: festive traditions in Late Medieval and Early Modern Spain*, de Teofilo Ruiz¹⁴. O autor foca-se nos sentidos múltiplos das festas, mostrando-as como lugares de exteriorização do poder, mas também de questionamento e contestação – presta, inclusivamente, atenção às multidões e à necessidade da sua presença como voz *popular* que confirmava mensagem política. No que toca às entradas, Ruiz faz um sobrevoo sobre as que foram celebradas em Sevilha desde a Idade Média até ao reinado de Filipe II, partindo depois para o caso particular das viagens desse mesmo rei a Aragão na década de 1590. Pelo caminho, desmonta a estrutura destas cerimónias, abordando as suas diferentes fases através dos espaços que lhes serviam de palco e mapeando a sua evolução ao longo do tempo. Ruiz considera as entradas como um lugar de memória, mas relativiza a *precisão* de uma tradição que era, inevitavelmente, uma invenção. Além de estabelecer estes traços gerais, preocupa-se em ir revelando imprevistos, falhanços e incidentes, dedicando mesmo algumas páginas a uma entrada que considera inútil: a de Henrique IV em Jaén, em 1464. As jornadas aragonesas dos últimos anos de Filipe II servem-lhe de sumário perfeito a este cruzamento de perspectivas, demonstrando a convivência entre conflitos políticos e a encenação de um poder real negociado através de mensagens contraditórias e difíceis de ler.

¹⁴ Ruiz, 2010.

Barcelona y el Rey. Las visitas reales de Fernando el Católico a Felipe V, de Alfredo Chamorro Esteban, é percorrido pelo mesmo tipo de temas¹⁵. A sondagem de longa duração permite-lhe apresentar a evolução das entradas, expondo a importância dada à observação dos costumes como forma de garantir o poder e reputação da cidade frente ao rei. Assim sendo, a presença real trazia choques que o autor ilustra com algumas *explosões*, como a recusa dos oficiais da cidade em dar início ao cortejo da imperatriz-viúva Maria de Áustria em 1582, a que regressaremos adiante. Todas estas complicações tornam o livro num excelente contraponto de *Madrid, Urbs Regia. La capital ceremonial de la Monarquía Católica*, de María José del Río Barredo¹⁶. Nesta obra, rei e cidade mostram um maior entendimento, com a autora a descrever as entradas das consortes de Filipe II em Madrid como duplamente dóceis – por um lado, o foco na rainha reduz a carga negocial; por outro, a debilidade das tradições cerimoniais e do poder corporativo davam espaço de manobra à coroa. No entanto, mesmo neste contexto, surgem problemas para o poder real, com o município a dar sinais de descontentamento por ser obrigado a pagar despesas que, em lugares mais antigos, eram encargo da nobreza local. Ainda assim, a maleabilidade supracitada é apresentada como um catalisador da ascensão de Madrid como centro de representação da monarquia, processo que a autora liga à luta pela capitalidade.

Além das reflexões teóricas e metodológicas de autores como Roger Chartier¹⁷ ou Peter Burke¹⁸, toda esta produção historiográfica convive e dialoga, de forma mais ou menos aprofundada, com os contributos de disciplinas como a sociologia, a antropologia e os estudos literários¹⁹. Mircea Eliade e o seu *Le mythe de l'éternel retour* são essenciais para o entendimento da relação entre os rituais e a memória, descrevendo-os como práticas de regresso cíclico a mitos fundacionais e de reprodução de modelos arquetípicos²⁰. Paul Connerton retoma esta perspectiva em *How societies remember*, um estudo de 1989 que problematiza a memória não como uma faculdade individual, mas como uma realidade cultural. Como rituais *performativos* dominados por uma retórica de recriação, as “cerimónias comemorativas” são um dos alicerces

¹⁵ Esteban, 2017.

¹⁶ Barredo, 2000.

¹⁷ Chartier, 1992.

¹⁸ Burke, 2001.

¹⁹ No prefácio do livro de Chamorro Esteban, Juan Lluís Palos faz uma boa introdução ao reflexo destas disciplinas no estudo das cerimónias. Esteban, 2017, pp. 9-10.

²⁰ Eliade, 2004.

sobre os quais se erige uma noção de *memória social*²¹. Clifford Geertz marcou profundamente o entendimento da relação entre poder e cerimónia no seu *Negara: the theatre state in nineteenth-century Bali*, no qual as cerimónias e rituais são apresentadas não como uma representação do Estado, mas sim como o próprio Estado. Por fim, e reaproximando-nos do nosso objecto, surge *Ritual in Early Modern Europe*, de Edward Muir, um clássico que fecha uma análise de largo escopo com uma problematização do “governo como ritual”. Entre os momentos que compunham esta realidade política, contam-se as entradas solenes, que o autor trata como a resposta cerimonial à fragilidade de cidades que tinham de receber visitantes poderosos²².

1.2 – Acerca das entradas portuguesas

Na historiografia portuguesa ou sobre Portugal, as entradas régias costumam ser invocadas e enquadradas por três tipos de preocupações – biográficas, artísticas e institucionais (ou dos poderes).

Começando pelas biografias, basta folhear os volumes das colecções dedicadas aos reis²³ e às rainhas de Portugal publicadas pelo Círculo de Leitores, nos quais as cerimónias são convocadas para aprofundar a caracterização dos biografados e do mundo que os rodeia, marcando determinados momentos da narrativa. Ana Isabel Buescu usa a entrada de D. Leonor de Áustria em Lisboa para retratar D. Manuel como um soberano “em glória”, reforçando a *herança* com que D. João III é obrigado a lidar à hora da sucessão, poucos meses depois²⁴. Para Michel Combet, que escreve sobre a rainha, a entrada surge como mais um capítulo de um curto reinado português marcado pela itinerância da corte²⁵. Annemarie Jordan apresenta a entrada de Joana de Áustria em Lisboa, em 1552, como uma expressão das expectativas portuguesas quanto à segurança da sucessão e como uma imagem do esplendor da corte de D. João III e Catarina de Áustria, a quem atribui um papel nos preparativos²⁶.

Na biografia de Filipe III de Fernanda Olival, a jornada de 1619 chega no *último acto*, com a autora a deixar que a presença fugaz de um rei ausente – e todas as

²¹ Connerton, 1989.

²² Muir, 1997.

²³ Sobre esta colecção, ver Xavier, 2009.

²⁴ Buescu, 2005, pp. 79-65.

²⁵ Sá e Combet, 2012, p. 237-239.

²⁶ Gschwend, 2012, pp. 141-160.

preocupações e expectativas inerentes – esclareçam a complicada relação do soberano com o reino e a decepção dos portugueses²⁷. O desencontro entre o optimismo festivo e a realidade volta a ser tema em 1666, com Isabel Drummond Braga a lembrar que, apesar da sumptuosidade da celebração do matrimónio de D. Afonso VI com Maria Francisca de Sabóia, o casal entrou imediatamente em conflito, frustrando as expectativas sublimadas nas festas²⁸. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim desenvolvem o tema com uma análise detalhada da entrada dos reis, usando-a como uma janela para a cultura política da época e para o momento tenso que o reino atravessava²⁹. Para Maria Paula Marçal Lourenço, que coloca a pompa da entrada de Maria Sofia de Neuburgo em Lisboa acima da alcançada pela corte de D. João V, a cerimónia é uma prova de que D. Pedro II não fora apenas um rei de transição³⁰. Paulo Drummond Braga também destaca a grandeza dos festejos, chamando a atenção para o interesse e réplicas internacionais³¹.

No que toca aos textos focados em aspectos artísticos, as várias manifestações efémeras que marcavam estas cerimónias são a preocupação central. Destacam-se os três capítulos do catálogo da exposição *Arte efémera em Portugal* – um dedicado às entradas filipinas, de Miguel Soromenho, outro centrado nos casamentos brigantinos, de Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes, e o terceiro focado nas demonstrações pirotécnicas, de Ana Paula Correia. O artigo de Soromenho insere os arcos triunfais das entradas de Filipe II e Filipe III no conjunto da arte efémera erguida em Lisboa durante os seus reinados – nomeadamente a utilizada nas exéquias –, mas também das obras no Paço da Ribeira³². Costa Gomes traz-nos um sobrevoo pelas entradas de Maria Francisca de Sabóia e Maria Sofia de Neuburgo: detém-se nas várias estruturas efémeras (erguidas ou projectadas) e fá-las concorrer num esforço de exteriorização de riqueza e exaltação das virtudes da realeza³³. Ana Paula Correia percorre a evolução do uso de pirotecnia nas festas portuguesas (incluindo as entradas régias), descrevendo os

²⁷ Olival, 2006, 225-257.

²⁸ Braga e Braga, 2011, p. 45.

²⁹ Xavier e Cardim, 2006, pp. 165-182. Como veremos adiante, estes autores já tinham publicado, em conjunto com Fernando Bouza, um volume exclusivamente dedicado às festas que marcaram este matrimónio.

³⁰ Lourenço, 2007, p. 184.

³¹ Braga e Braga, 2011, pp. 296-297.

³² Soromenho, 2000, pp. 20-38.

³³ Gomes, 2000, pp. 51-72.

espectáculos luminosos como o resultado de uma combinação de saberes capaz de captar o imaginário da audiência e despertar a “emoção do maravilhoso”³⁴.

Numa outra obra de conjunto, desta feita dedicada às relações entre Portugal e a Flandres, Krista de Jonge traz-nos um artigo dedicado aos *encontros* entre ambas as partes na arte festiva. A autora coloca a influência flamenga nas entradas filipinas num conjunto de trocas que inclui, por exemplo, o arco dos mercadores portugueses na entrada de Ernesto de Áustria em Antuérpia, em 1594³⁵. A articulação entre as duas culturas festivas não é inédita, estando já presente no clássico de George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes*³⁶, que inclui um capítulo dedicado à entrada de Filipe III em Lisboa, em 1619. Colocando-se na esteira do interesse na arte das festas renascentistas (a edição original é de 1972), o autor demonstra as fortes influências do modelo flamengo e enquadra a entrada na série das *joyeuses entrées* celebradas nos Países Baixos, lançando importantes considerações sobre a autoria do programa e do aparato.

A arte nas festas do casamento de D. Pedro II, de Nelson Correia Borges³⁷ é outra obra essencial que, além de oferecer uma descrição sintética e rigorosa do aparato, inclui úteis resenhas biográficas dos artistas envolvidos nas celebrações. Como acontece com muitos destes estudos, o autor inclui um Apêndice iconográfico com as representações que sobrevivem dos arcos triunfais e demais invenções. A presença, ausência e procura desta memória visual são um tema subjacente a muitos destes trabalhos. No que toca à entrada de Filipe II em Lisboa, da qual não sobrevive praticamente nenhum testemunho iconográfico, encontramos dois casos especulativos: Vítor Serrão, que parte de uma preocupação com o discurso universalista em redor da cidade e vai em busca dos artistas e das imagens³⁸ e Laura Fernández-González, que se lança num esforço de reconstituição digital das construções efémeras da ocasião³⁹. Recentemente, Pedro Flor coordenou um conjunto de estudos sobre a representação da entrada de Filipe III encontrada em Weiburg – descoberta fundamental para este campo da rememoração iconográfica das entradas. Além de um enquadramento político e

³⁴ Correia, 2000, pp. 100-141.

³⁵ Jonge, 1992, pp. 81-93

³⁶ Kubler, 1988, pp. 110-128.

³⁷ Borges, 1986.

³⁸ Serrão, 2009, pp. 201-222.

³⁹ Veja-se um exemplo deste trabalho em Fernández-González, 2015, p. 99.

artístico, a obra inclui investigações sobre a datação e autoria, apoiados por análises da pigmentação⁴⁰. Apesar desta atracção pelo visual, a maior parte dos testemunhos que sobrevivem são escritos e, principalmente no caso das dezenas de relatos que sobrevivem dessa mesma entrada de Filipe III, já foram feitas análises sob o prisma literário – destacam-se o clássico de José Ares Montes e contributos como o de Antonio Rivero Machina⁴¹. António Camões Gouveia parte de preocupações semelhantes, problematizando as festas cortesãs do século XVI a partir da perspectiva dos cronistas⁴².

Finalmente, as entradas surgem na historiografia institucional, ou dos poderes: campo difícil de isolar, já que os textos referidos anteriormente incluem quase sempre considerações deste tipo⁴³. O clássico *As entradas régias portuguesas: uma visão de conjunto*, dado ao prelo por Ana Maria Alves durante a década de 1980, define a participação portuguesa no entusiasmo daqueles anos⁴⁴. A autora (que escrevia na mesma altura que Roy Strong) mostra-se especialmente interessada nas encenações de poder negociado como barómetro da construção do absolutismo. Partindo de uma intenção de “ver o que sucede a um repertório de temas e símbolos recebidos quando é chamado a participar numa renovação artística, ou é utilizado para fins ideológicos”, leva-nos desde a Idade Média até transição do século XVII para o XVIII, dando conta das novidades, continuações e particularidades visíveis numa série de cerimónias.

À tradição medieval portuguesa, já de si pouco dada à intervenção das municipalidades devido ao centralismo precoce que a monarquia conquista, seguem-se D. João II e D. Manuel, reis *absolutos* que moldam a etiqueta cerimonial a favor da representação da obediência à coroa. D. João III encarna um “humanismo devoto” no qual dois sistemas de referências – o clássico e o bíblico – são utilizados para reforçar a linguagem do *Estado Absoluto*. Os Filipes trazem um interregno de forte intervenção política da cidade, que coincide com um “processo barroquizante” que torna o aparato ilegível para a maioria da audiência. No que toca aos Bragança, Ana Maria Alves fala de estagnação: “estudar as entradas régias (...) até ao fim das monarquias absolutas é descrever sempre o mesmo ritual e acompanhar a evolução das artes decorativas num

⁴⁰ Flor, 2019.

⁴¹ Montes, 1990 e Machina, 2013.

⁴² Gouveia, 2000.

⁴³ Para um estado da arte alternativo, centrado neste campo e no caso específico das cerimónias filipinas, veja-se Paiva, 2002.

⁴⁴ Alves, [s.d].

campo pouco criador”. No final, resume um panorama no qual, com a excepção das jornadas filipinas, o “projecto de centralização absolutista” pôde contar com a falta de intervenção da *burguesia* urbana para instrumentalizar as entradas no sentido que lhe fosse mais conveniente. Em termos de alcance cronológico e de quantidade de cerimónias em análise, esta breve *visão de conjunto* continua a ser a obra mais completa.

Na mesma década, em 1985, Maria Eugénia Reis Gomes publica a sua *Contribuição para o Estudo da Festa em Lisboa no Antigo Regime*. O tema central estabelece uma tese paralela à de Ana Maria Alves, já que através de um confronto entre o espontâneo e o ordenado, a autora descreve uma evolução que termina com a ortodoxia civil e religiosa a construir representações alegóricas e moralizantes em que a obediência era imposta e a participação popular desvalorizada e até marginalizada⁴⁵. Em 1990 chega *Lisboa – A Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*, de Renata de Araújo. A autora coloca urbanismo, *performance* festiva e exploração oceânica em diálogo, destacando a crescente intervenção directa do poder no espaço da cidade, paralela à lenta transformação (mediada pela convivência) dos espectáculos religiosos medievais em espectáculos “em honra do poder” impregnados de referências à expansão marítima⁴⁶.

Em 2010, Ana Isabel Buescu retoma as festas quinhentistas num artigo intitulado “Festas régias e comunicação política no Portugal Moderno (1521-1572)”⁴⁷, análise que parte da premissa de que estas cerimónias participavam na produção de uma memória colectiva que os poderes queriam moldar. Depois de percorrer um conjunto de casos (incluindo um revisitar das entradas de Leonor de Áustria e Joana de Áustria), a autora resume bem a perspectiva que orienta a atenção às festividades como facto político: “a noção de que, para além dos factos, sucessos, instituições, leis e actos de governação que construíram (...) o poder dos reis e da monarquia”, é necessário atender a estas ocasiões que, longe de serem apenas lúdicas ou ostentatórias, ocupavam um lugar central no “sistema de comunicação política da realeza na Época Moderna”. Estamos no campo da representação e da iconografia como ferramentas dos poderes, tema que já sabemos ser caro à historiografia internacional. Este tipo de abordagens

⁴⁵ Gomes, 1985.

⁴⁶ Araújo, 1990.

⁴⁷ Buescu, 2010b.

motiva muitas das contribuições vindas de fora de Portugal e que, normalmente, se centram nas entradas filipinas.

Como mencionámos anteriormente, a obra de conjunto *Festival Studies in the World of the Spanish Habsburgs* inclui um estudo dedicado à entrada de Filipe II sob o mote dos “termos negociados” entre governante e governado. Laura Fernández-González estabelece a conjuntura e faz a reconstrução possível da negociação entre o rei e as autoridades da cidade, problematizando a exposição de imagética e bélica e imperial durante a cerimónia⁴⁸. Se aqui o rei está presente, noutras investigações a sua ausência é o ponto de partida. É o caso do *Rei ausente: imagem e memória da monarquia filipina nas jornadas e entradas régias de Portugal, 1581 e 1619* de Ana Paula Torres Megiani⁴⁹. Preocupada com o significado dessas ocasiões em seis décadas de governo distante, a autora lança-se na habitual análise do contexto político, tradição festiva e negociação entre autoridades e protagonistas. O foco principal acaba por ser, no entanto, a importância da memória escrita – depois de considerações sobre o papel da imprensa na época, Megiani procura reconstruir as motivações, condicionamentos e pontos de vista dos autores das relações das festas.

Em dois trabalhos com interesses semelhantes aos de Megiani, Fernando Bouza parte das imagens e da imaginação política para aprofundar estas problemáticas. Em “Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe I”, o autor constrói uma genealogia da iconografia associada à união das coroas desde a *propaganda* utilizada na crise de 1580 até à Restauração, prestando atenção ao repertório convocado nas entradas. Dada a problemática da ausência, a tónica é colocada na durabilidade das imagens “não para permanecerem no tempo efectivo, mas sim naquele que conta no registo da memória”⁵⁰. Em “*Sola Lisboa, casi viuda*. La ciudad y la mudanza de la corte en el Portugal de los Felipes”, Bouza parte da arenga feita a Filipe III durante sua entrada na cidade para ilustrar o sentimento de abandono dos lisboetas, cruzando considerações sobre a metáfora do matrimónio entre o soberano e a república, a olisipografia e o imaginário político da cidade entre a procura da capitalidade e a ficção universalista⁵¹. Com “*Amor Parat Regna*. Memória visual dos afectos na política

⁴⁸ Fernández-González, 2015.

⁴⁹ Megiani, 2004.

⁵⁰ Bouza, 1988.

⁵¹ *Ibid.*, 1998.

barroca”⁵², Bouza introduz uma análise das festas matrimoniais de D. Afonso VI⁵³ através de mais uma problematização da cultura visual. Usando vários exemplos internacionais do “espectáculo público da monarquia”, o autor recupera as palavras de observadores e protagonistas coevos para reconstruir a sua concepção daquelas manifestações. O resultado reflecte os pressupostos que temos vindo a detectar na historiografia – a magnificência tinha um papel que ultrapassava o ócio: era uma ferramenta política que reflectia as relações (hierárquicas mas harmónicas) entre soberano e súbdito. Como o autor ilustra com os ditos testemunhos, o efeito da contemplação da majestade implicava o conhecimento prévio dos seus códigos visuais, um pré-requisito que a homogeneização e difusão impressa das gravuras e emblemas ajudou a assegurar. A contemplação directa do monarca não devia ser um momento de conhecimento, mas sim de reconhecimento.

Outro estudo preocupado com a encenação da majestade e da comunidade é a síntese de Pedro Cardim intitulada “Entradas solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII”⁵⁴. O texto parte de uma reconstrução das preocupações dos mestre-de-cerimónias e de uma análise da iconografia empregue nas entradas para problematizar o seu papel no reforço dos laços comunitários. Apesar das considerações finais sobre a realidade brasileira, a maior parte do texto é dedicada a Portugal, com Cardim a ligar os preceitos da etiqueta e da imagética à cultura política da época. O autor chama a atenção para as noções que eram mais caras às sensibilidades coevas, como a religião, a justiça e o afecto entre os súbditos e o soberano, aqui concretizado através da proximidade física. O autor também lança úteis considerações sobre a importância da manutenção de uma tradição cerimonial dotada de imenso peso político. Num ambiente de confrontos de precedências, aponta a paródia e a não-participação como expressões de descontentamento e de descrença.

Este último ponto leva-nos de encontro aos importantes contributos de Diogo Ramada Curto. Em *A Memória da Nação*, uma obra de conjunto que coordenou com Francisco Bethencourt, o autor traz-nos uma abordagem aos “Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)”⁵⁵. Depois de traçar algumas

⁵² Xavier, Cardim e Bouza, 1996.

⁵³ Um aprofundamento da análise daquilo que já referimos na biografia de D. Afonso VI.

⁵⁴ Cardim, 2001.

⁵⁵ Curto, 1991.

considerações sobre o interesse no estudo das cerimónias desde a própria época a que o texto se dedica, Curto lança-se numa importante sondagem das descrenças, pondo em questão a definição dos símbolos e rituais como “formas de adesão afectiva ou de reconhecimento imediato”. A partir daqui, reconstrói a relação da monarquia com a festa, problematizando as expectativas em redor do evergetismo régio, o papel da corte como centro difusor, o conflito ostentatório entre protagonistas e as expressões de desinteresse e resistência. A jornada Filipe III de 1619 serve-lhe de “tubo de ensaio” para uma reflexão sobre as cerimónias como acontecimentos, demonstrando que a sua reconstrução só pode ser feita num quadro de concorrência entre as várias formas de controlo discursivo reflectidas nos relatos que nos chegam.

Curto recupera a análise desta jornada no seu *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*, integrando-a num conjunto de estudos de caso sobre os “Ritos e cerimónias” daquela cronologia. A viagem de Filipe III fica integrada numa sobrevoos que inclui as exéquias, as aclamações, o teatro cortesão e o serviço na capela real⁵⁶. No final, regressa-se à questão da (des)crença. Aqui, o autor estabelece as cerimónias como “um conjunto de tentativas desiguais de contextualização de episódios que de um modo grosseiro denominamos alta política”, sugerindo três orientações fundamentais para o seu estudo. Em primeiro lugar, recomenda a problematização do elenco de personagens especializadas na organização das cerimónias da monarquia, pensando se a sua diversidade revela uma “esfera pública” estruturada pela representação ou se, pelo contrário, esta combinação hermética de saberes produz ritos em que poucos acreditavam. De seguida, considera que se deve avaliar o papel das cerimónias na definição de grupos e relações sociais, atendendo aos cuidados na observação das precedências e da expressão de uma mundividência hegemónica nos dispositivos efémeros. Finalmente, chama a atenção para o interesse que as cerimónias têm no campo da sociologia dos comportamentos, nomeadamente no que toca ao questionamento das teses de Norbert Elias, postas em causa pelas contrariedades que podiam surgir entre as práticas rituais e o controlo das pulsões e do comportamento violento.

⁵⁶ Curto, 2011, pp. 125-295.

1.3 – Roteiro de investigação

Como se terá tornado evidente, a presente dissertação não tem a pretensão de desbravar um tema novo. As cerimónias são um assunto antigo e bem explorado pela historiografia e, no caso português, as entradas régias vão aparecendo enquadradas por diversos roteiros de investigação. Regressando aos interesses que anunciamos no subtítulo – memória, saberes e sensibilidades, ensaiemos uma construção de pontos de partida com base naquilo que está feito.

Quanto à memória, o longo período que aqui consideraremos permite fazer análises a uma escala cronológica só ainda ensaiada por Ana Maria Alves⁵⁷. Para articular este percurso, aplicaremos ao caso português as considerações de Teófilo Ruiz:

“royal and princely entries and/or visits functioned as sites of memory. (...) The literary representations, the celebrations, the ephemeral architecture (...) were, above all, self-conscious attempts to link a particular entry with earlier festivals and, beyond that, with distant imperial and sacred pasts. In many respects, entries, which for all practical purposes are an early-fourteenth-century phenomenon, fall into the category of invented traditions”⁵⁸.

Aqui, é fundamental ter presente a importância política da manutenção de um costume visto como antigo e vinculativo. Devemos enquadrar a evolução da fórmula da entrada régia e dos elementos que a compõem numa tensão entre poderes que utilizam a memória como fonte de legitimidade para construir uma presença cerimonial com forte significado político. Interessa-nos surpreender o cruzamento de referentes e saberes convocados para esse esforço, mas também para dar resposta às expectativas estéticas. Este questionário leva-nos ao encontro de uma operação comum nos estudos dedicados a estas cerimónias: a análise das manifestações festivas, nomeadamente a arquitectura efémera. Não nos afastaremos muito do que costuma ser feito, recolhendo exemplos relevantes que tentaremos situar na cultura política da época. Novamente, será a longa duração a estimular a criação de novos trajectos, como análises à evolução e interacção de temas como o bom governo, a cidade e os seus corpos e as conquistas.

⁵⁷ Alves, [s.d].

⁵⁸ Ruiz, 2010, p. 113.

As sensibilidades de quem preparava e consumia estas manifestações têm de ser problematizadas, desde logo, por uma contextualização das fontes de que dispomos e dos seus produtores. Será útil aproveitar a documentação que nos permite aceder aos “bastidores” da preparação das entradas – nomeadamente a correspondência entre o rei e o poder municipal, aprofundando as análises existentes desta documentação (que são parcelares e dispersas) através de uma reflexão na longa duração que se detenha na linguagem e preocupações das partes envolvidas. Num segundo momento, as sensibilidades serão abordadas na análise dos discursos das entradas, não só na óptica do cruzamento dos saberes e vieses que orientam a sua produção, mas também dos que condicionam a sua recepção. Aqui, assumiremos a invenção da assistência e as formas de fruir a festa como uma das preocupações centrais.

Para abordar todas estas temáticas, impõe-se, antes de mais, um exercício de apresentação das cerimónias a que nos dedicaremos. Será este o propósito do capítulo 2, em que a preocupação principal será isolar grandes vectores que possam servir de base à problematização que se segue, introduzindo simultaneamente as fontes que permitem conhecer cada uma das entradas. Em que ocasiões se celebravam estas cerimónias? E em que espaços? Quem eram os seus protagonistas? Quais eram os traços principais dos seus programas? De que forma é que se foram reconfigurando ao longo do tempo?

O capítulo 3 colocará a produção das fontes no centro das atenções. Procurando os diferentes olhares lançados sobre as entradas, será nosso propósito pensar as preocupações dos promotores das entradas e dos autores dos relatos e usá-las como um ponto de partida para pensar os usos, sentidos e leituras das cerimónias que estes homens (re)constroem. Quem é que escrevia sobre as entradas? Quais eram as suas motivações e os seus interesses? De que forma é que os diferentes textos interagiam entre si? O que nos podem dizer sobre as práticas de organizar, participar e assistir? E quando as entradas não estavam no centro das atenções? Como eram incorporadas na narrativa?

À exploração dos discursos sobre as entradas seguir-se-á a problematização dos seus próprios discursos. No capítulo 4 interessará, antes de mais, compreender os meios usados para exteriorizar mensagens políticas e representações sociais. De seguida, importará cruzar as diferentes linguagens empregues, avaliando a sua ligação aos promotores e protagonistas, mas também aos autores dos relatos. Quais eram os grandes

temas abordados nas entradas régias? De que forma é que as diferentes manifestações festivas concorriam no seu desenvolvimento? Que espaço havia para que os diferentes grupos, instituições e indivíduos participassem no debate e na sua própria caracterização?

O capítulo 5 será dedicado à invenção do público pelos relatos. Em grande medida, trataremos de aprofundar uma temática específica no seio das preocupações dos capítulos anteriores, já que nela concorrem as condicionantes da produção textual e as representações sociais inerentes à entrada como *performance*. Como é que o público surge nos textos sobre as entradas? Quais são as expectativas e inquietações inerentes à sua construção literária? O que nos podem ensinar sobre práticas de controlo dos comportamentos? Como é que podemos reconstruir as formas de fruição das entradas?

2 – As entradas

O que é uma entrada régia?

Entre as *entradas*, Rafael Bluteau distingue a “solemne de Rey, ou de Embaxador, em alguma Cidade”⁵⁹. A referência à solenidade conduz-nos àquilo que é “cousa publica, que se faz com grandeza, gasto & ceremonias, fallando em festas, jogos espectaculos”. Não é *cousa* que se faça todos os anos, “mas o que se faz com pompa, ostentação, culto exterior, & religiosas demonstrações”. O vocábulo leva-nos, paralelamente, ao universo jurídico – um acto solene pode ser aquele “que se faz em presença de testemunhas, & fica assinado por tabeliães”. Assim sendo, uma solenidade é um “rito, cerimónia ou circunstância solemne, & determinada para algum acto publico, *autentico*, & *valido*”⁶⁰. Um acto público, realizado em espaço urbano e dotado de grandeza – gasto, pompa, ostentação... –, mas também de uma validade ou autenticidade decorrente do facto de ser testemunhado e registado.

É com atenção a esta dualidade que procuraremos apresentar, sinteticamente, a sequência de entradas a que nos dedicaremos na presente dissertação – por um lado, atenderemos à evolução estética e material das manifestações festivas e, por outro, ao seu sentido como demonstrações públicas e políticas, inseridas simultaneamente numa tradição e numa conjuntura específica. Importa desde já esclarecer que esta sondagem não tem a pretensão da novidade, nem da exaustão ou plenitude – importa recapitular⁶¹ as ocasiões mais marcantes, intercalando-as com outras menos vistosas, mas igualmente reveladoras. Regressando à questão inicial, interessa-nos também isolar um conjunto de traços comuns que associem as entradas régias entre si, descrevendo permanências e alterações. Finalmente, indicaremos as principais fontes para o conhecimento de cada ocasião, e que citaremos daqui em diante.

2.1 – “Uso immemorial de tempos antigos”

Como vimos na abertura, Francisco Leitão Ferreira escrevia, em 1709, que era “uso immemorial de tempos antigos” os portugueses receberem os seus reis e as suas

⁵⁹ Bluteau, v. 3, 1713, p. 146.

⁶⁰ *Ibid.*, v. 4, 1713, pp. 704-705.

⁶¹ Este capítulo de contextualização segue um percurso paralelo ao de Alves, [s.d], cruzando a linhagem *clássica* definida pela autora com outros dados.

consortes com “allegres e plausíveis pompas”⁶². Ana Maria Alves faz uma útil e sintética passagem pelas descrições das entradas régias nas crónicas medievais, destacando a génese militar do acto de *entrar* numa cidade no quadro da Reconquista e, depois, a preocupação dos cronistas em evidenciar a “popularidade” do rei nos locais atravessados pela sua itinerância⁶³. O diagnóstico de Teófilo Ruiz para Espanha aplica-se grandemente⁶⁴ – no que toca aos recebimentos cerimoniais propriamente ditos, os “tempos antigos” de Leitão Ferreira são o século XIV.

Ana Maria Alves atribui à *Crónica de D. Pedro I* de Fernão Lopes a primeira descrição de uma entrada régia lisboeta:

“Viinha elRei em batees Dalmada pera Lixboa, e saiamno a receber os çidadaãos e todollos mesteres com danças e trebelhos, segumdo entomçe husavom; e el saía dos batees, e metiasse na dança com elles, e assi ia ataa o paaço”⁶⁵.

A cena reproduzida pelo cronista, certamente influenciada pelo que se fazia na sua própria época, esboçava já alguns dos traços que estas cerimónias assumiriam no futuro – o acompanhamento e as danças a cargo dos cidadãos e mesteres e, no caso concreto de Lisboa, a travessia do Tejo em batéis. Lopes é igualmente premonitório na descrição da entrada de D. João I no Porto, em 1385⁶⁶. O texto fixa várias fórmulas e lugares-comuns a que regressaremos ao longo da dissertação, incluindo o investimento nas festas aquáticas e a recepção do visitante pelas autoridades locais fora das portas da cidade. Além disso, esta terá sido a primeira ocasião em que os oficiais da municipalidade entregaram as chaves da cidade ao rei português⁶⁷. A esta encenação gestual da relação entre o rei as autoridades locais, o século XV adicionou importantes novidades na relação com os eclesiásticos e com a simbologia sagrada. Além de o clero se separar da comitiva que recebia o rei na porta e passar a esperá-lo na Sé, a partir do reinado de D. Afonso V a realeza apodera-se do pálio⁶⁸, símbolo tradicional do poder episcopal, passando a utilizá-lo durante as entradas. Como seria regulamentado já no tempo de D. Manuel, cabia aos oficiais do município segurar as varas, um costume que reforçava a *performatização* da simbiose negociada entre poder central e local.

⁶² Ferreira, 1708, p. 4.

⁶³ Alves, [s.d], pp. 13-15.

⁶⁴ Ruiz, 2010, p. 113.

⁶⁵ Alves, [s.d], p. 15, Lopes, 1984, pp. 61-62.

⁶⁶ Rita Costa Gomes chama a atenção para o impacto que a entrada de D. Leonor de Aragão, em 1428, terá tido nesta redacção. Gomes, 1995, p. 318.

⁶⁷ Lopes, 1983, pp. e Alves, [s.d], pp.

⁶⁸ Alves, [s.d], p. 20.

Além das festas pelo casamento da infanta D. Leonor com o imperador Frederico III, em 1451⁶⁹, a que regressaremos, a centúria de Quatrocentos traz, nos seus últimos anos, uma cerimónia em que se alinham os precedentes daquilo que veremos em seguida. Falamos das festas pelo casamento do infante D. Afonso com Isabel de Castela, celebradas em Évora sob o olhar controlador e participação activa de D. João II. Seguindo o relato de Garcia de Resende⁷⁰, até chegar à cidade, a princesa foi recebida debaixo de pálido e com grandes “triunfos” e “festas” em Elvas e depois em Estremoz, lugar em que se reuniu com o príncipe e com o rei. Na aproximação a Évora, fizeram-se os entremezes e folias habituais, com o rei e a princesa a seguir com um acompanhamento que se manterá praticamente idêntico até ao fim da cronologia de que nos ocupamos: os porteiros de maça, os reis de armas, auratos e passavantes e os oficiais da casa real. Resende diz-nos que na porta de Avis estavam “muyto bem feytos grandes arcos triunfaes”: a primeira incursão da estética humanista nas entradas portuguesas. A partir dali, D. João II e Isabel de Castela foram colocados debaixo de pálido e levados até à Sé, onde veneraram o Santo Lenho, antes de se dirigirem aos seus aposentos. Seguiram-se justas, momos, banquetes e distribuições de géneros.

Depois da morte precoce de D. Afonso, D. Isabel casaria com o rei D. Manuel I (1469-r. 1495-1521) em 1497. O matrimónio resultou numa série de recebimentos do rei português do outro lado da raia, com o casal a viajar por Castela e Aragão para garantir o seu estatuto de herdeiros dos reinos hispânicos depois da morte do único filho varão dos reis católicos. Os súbditos das três coroas peninsulares mostravam grandes reservas quanto ao futuro da herança combinada⁷¹, e a viagem teve momentos de grande conflitualidade como veremos, mais adiante, no caso do recebimento em Saragoça.

D. João II tinha desejado “por mayor perfeiçam” que as festas pelo casamento do seu filho se tivessem realizado em Lisboa. No entanto, devido à peste que assolava a cidade, o rei acabou por ordenar que as celebrações se fizessem em Évora⁷². Esta notícia da *Crónica* de Resende anuncia uma preferência que viria a marcar o ciclo das entradas régias portuguesas, apesar da importância da itinerância na vida cortesã até ao último quartel do século XVI. A crescente centralidade de Lisboa, aliada à sedentarização da corte, foi tornando as entradas régias mais marcantes numa sequência de fastos

⁶⁹ Valeckstein, 1992.

⁷⁰ Resende, 1973.

⁷¹ Costa, 2005, p. 88-92.

⁷² Resende, 1973, p. 158.

lisboetas. Dadas as limitações desta dissertação, serão elas que merecerão, com algumas exceções, a maior parte da nossa atenção. Passaremos agora a abordá-las de forma cronológica e sintética, nos termos enunciados no início deste capítulo.

2.2 – De Leonor de Áustria ao Prior do Crato

2.2.1 – Leonor de Áustria

A primeira grande entrada portuguesa do século XVI deu-se em Janeiro de 1521, quando D. Manuel desembarcou em Lisboa com a sua terceira mulher, Leonor de Áustria, irmã de Carlos V. Seguindo o detalhado relato de Gaspar Correia⁷³, os reis, que regressavam de estadias no Crato e em Almeirim, esperaram no Lavradio que a cidade acabasse os preparativos para o recebimento, gozando, durante a noite, as luminárias colocadas do outro lado do rio. Chegada a hora de atravessar, os reis embarcaram numa fusta presa por cadeias a um barco em que seguiam os oficiais da Câmara. Em redor, centenas de pequenas embarcações vindas do termo ou armadas pelas corporações e privados da cidade acompanhavam a travessia com várias invenções, cantorias e bailados, tudo ao som de salvas de artilharia. Depois de uma passagem por Xabregas para se avistar com D. Leonor, a rainha-viúva de D. João II, o casal desembarcou na Ribeira e pernitoou no paço. A entrada terrestre do dia seguinte, como já acontecera com a parada aquática, seguiu os preceitos dados pelo rei à cidade no Regimento de 1502, a que regressaremos adiante.

Na porta de Oura, os homens da Câmara executaram a cerimónia da entrega das chaves aos reis, antes de integrarem o acompanhamento que faria o cortejo pelas ruas: os vereadores ergueram um pódio de oito varas sobre o casal, com as charamelas, atabales e trombetas a alinhar à sua frente juntamente com os porteiros das maças e os reis de armas. Na dianteira, as festas, folias, danças e entremezes de judeus e mouros abriam caminho. A comitiva atravessou as ruas da cidade, onde os esperavam quadros-vivos organizados pelos moedeiros, tanoeiros, oficiais da Casa da Índia, ourives da prata, cerieiros, ferradores, escolares, entre outras corporações. Algumas destas invenções serviam de plataforma à distribuição de vinho, pão e moedas – a única notícia que temos destas práticas em entradas lisboetas na cronologia em estudo. No altar-mor da Sé, o arcebispo deu o Santo Lenho a beijar aos reis, que regressaram depois ao paço. Tanto no rio como nas ruas, a maioria das decorações efémeras e das encenações exibiu

⁷³ Correia, 1992, pp. 125-132.

temas bíblicos, fantásticos e cavaleirescos, com o São Cristóvão da fusta da Câmara e a árvore de Jessé junto à porta da Oura a conviver com fadas, sereias, serpentes, cisnes, cavaleiros e batalhas fingidas. Além destas imagens *tradicionais*, elementos como os indianos que apareciam a comerciar nas Fangas da Farinha e a reprodução do cerco de Tróia junto à Sé reflectiam uma presença (já habitual) de imagética ligada às conquistas ultramarinas e a chegada tímida do repertório clássico-humanista. A idealização do matrimónio e a expectativa da fertilidade da rainha, que estava grávida, foram motivos comuns nestas representações.

2.2.2 – Catarina de Áustria

Estas tendências iam reforçar-se na próxima grande entrada em Lisboa, em 1552. Antes de lhe dedicarmos a nossa atenção, vale a pena atender à chegada de Catarina de Áustria a Portugal, em 1525. Depois de casar com D. João III em Estremoz⁷⁴, a nova rainha só chegaria a Lisboa em 1527 devido à peste e a um Inverno rigoroso. Pouco se sabe sobre a sua entrada: além de uma breve relação, conhecem-se apenas algumas das ordens que o rei deu à Câmara⁷⁵. D. João III e Catarina partiram de Alcochete em batéis acompanhados por um veleiro da cidade, desembarcando em Santos, onde ficaram durante dois dias. Depois, foram levados até um cais junto ao Paço da Ribeira, onde se tinha preparado um arco triunfal e um quadro-vivo. Seguiram de mãos dadas até à Sé e regressaram, debaixo de pálio, ao paço⁷⁶. O modelo de 1521 sofre algumas alterações – a dormida depois da travessia não foi no paço e a entrada começou com um segundo desembarque. Outro elemento que chama a atenção é o arco triunfal – um sinal da intensificação da influência clássica e do que estava para vir. E não seria só na capital – Rafael Moreira considera provável que a passagem de D. João III e Catarina em Coimbra tenha motivado a construção de um arco efémero que terá, aliás, servido de modelo à Porta Especiosa, uma estrutura perene erguida no mesmo sítio⁷⁷.

2.2.3 – Joana de Áustria

Depois de casar por procuração em Toro com o príncipe D. João, o único filho de D. João III e Catarina de Áustria que sobrevivia à data, D. Joana de Áustria chegou ao Barreiro a de Dezembro de 1552. A sucessão ao trono português, em tempos

⁷⁴ Buescu, 2010a.

⁷⁵ AML, CR, *Livro de festas*, fls. 86-94.

⁷⁶ Gschwend, 2012, pp. 35-36.

⁷⁷ Moreira, 1981, pp. 298-300.

assegurada pelos vários filhos e irmãos do rei, estava a tornar-se numa questão cada vez mais problemática, e aquele matrimónio carregava as esperanças da corte joanina, dando o mote a festejos que eram organizados em tempo de crise⁷⁸. Como reconta Fernão de Monterroio⁷⁹, no dia 5, a princesa partiu do Barreiro em direcção a Lisboa juntamente com o rei e a sua comitiva, acompanhados, como em 1521, pelas diversas instituições e corporações da cidade e pelo estrondo das salvas de artilheria. O rei e a princesa desembarcaram ao pôr-do-sol no Cais da Pedra, onde eram esperados por Catarina de Áustria e D. João. Durante os oito dias seguintes, celebraram-se festas na cidade, com as corporações a organizarem danças e quadros-vivos nas ruas. Monterroio fala-nos de invenções de algumas das entidades que já tinham alinhado na parada aquática, juntando-se os sapateiros, alfaiates, curtidores, fanqueiros, tanoeiros, vinhateiros, barqueiros, tosadores e tintureiros, cordoeiros e esparteiros, odreiros e pincheiros, almocreves, atafoneiros, tecelões, esteireiros, medideiras do Terreiro do Trigo, padeiras, pescadeiras e fruteiras.

No dia 7 fez-se a ida pública à Sé. Junto às portas da Ribeira, D. João III e Joana de Áustria ouviram uma arenga e foram postos debaixo de um pátio de oito varas. Salta à vista a aparente falta da entrega das chaves, rito que integrara o programa de 1521 e que não faltaria nas entradas seguintes. Alinhando atrás do príncipe, nobres, prelados e oficiais da cidade, o rei e a princesa foram ouvir missa e regressaram ao paço, seguindo o itinerário que, como Ana Maria Alves indica, seria usado durante décadas – do Pelourinho Velho até à Porta do Ferro e à Sé, descendo depois pela Padaria e Fancaria até à Rua Nova. Em alguns pontos deste itinerário, os lisboetas tinham erguido arcos *triumfantes*. A arquitectura efémera de inspiração clássica começava a ganhar o seu espaço – o próprio cortejo aquático incluía estruturas deste tipo em dois dos batéis. Apesar do avanço das formas, a ornamentação à antiga parecia demorar a estabelecer-se, com estes edifícios a ser decorados com os santos padroeiros da cidade e o anjo custódio do reino. Nos batéis e nas encenações, no entanto, iam surgindo vislumbres da Antiguidade – Cleópatra, César, Alexandre, *o grande*, Hércules, um triunfo de Baco, um julgamento de Páris... Em redor, alinhavam ainda os santos e os personagens bíblicos, acompanhados, como em 1521, por um cruzamento do imaginário marítimo com as novas realidades da expansão – vejam-se os “patagóis”, ou o homem negro que conduzia golfinhos. Os temas cavaleirescos também estavam bem vivos, como ficou

⁷⁸ Alves, [s.d], p 42.

⁷⁹ Monterroio, [s.d].

patente no torneio de Xabregas que encerrou os festejos. Dada a importância atribuída ao casamento, não é de estranhar que grande parte destas manifestações tenha remetido para imaginários relacionados com o amor conjugal e a fertilidade.

Por aqueles anos, na restante Europa Ocidental, o desenho e os motivos humanistas dominavam cada vez mais estas cerimónias, como se pôde ver na entrada do futuro Filipe II em Antuérpia e na de Henrique II em Paris, ambas em 1549. Outro aspecto que demora a chegar a Portugal é a impressão de relatos *oficiais* sobre estas ocasiões, como se fez em volumes profusamente ilustrados nos dois casos que acabamos de citar⁸⁰. No que toca à entrada de 1552, Annemarie Jordan aponta a morte prematura do príncipe (quando mal passava um ano desde as festas) como a razão para se cancelar um possível projecto deste tipo⁸¹. De facto, a ocasião ficara desde logo ensombrada pelo sacrilégio do inglês William Gardiner, que profanou a hóstia e o vinho consagrados durante uma missa no paço, causando consternação geral⁸².

2.2.4 – Partidas de infantas

Além destas entradas, a corte de Avis e a cidade de Lisboa ocupavam-se com as saídas das infantas que casavam fora do reino. Em 1521, poucos meses depois da entrada da rainha D. Leonor, D. Beatriz embarcou para Sabóia, onde esperava o seu futuro marido, o duque Carlos II. Além dos fastos cortesãos, e indo de encontro àquilo que interessa, as celebrações em Lisboa foram marcadas por uma ida pública à Sé através da Tanoaria, Rua Nova e Padaria e, depois, de uma parada aquática com várias embarcações engalanadas⁸³. Seguiram-se recepções solenes em Sabóia e no Piemonte, incluindo uma tensa, mas bem documentada entrada em Genebra⁸⁴.

Em 1525, foi a vez da infanta D. Isabel seguir para Castela ao encontro de Carlos V. Depois do casamento por procuração em Almeirim, a infanta seguiu para a raia, partindo depois de Badajoz em direcção a sul, numa viagem que foi sendo deliberadamente atrasada a pedido do imperador, que estava ocupado a negociar com os

⁸⁰ Grapheus, 1550 e *C'est l'ordre...*, 1549.

⁸¹ Gscwend, 2012, p. 144.

⁸² Buescu, 2005, p. 275.

⁸³ Pinto, 2018a, p. 178.

⁸⁴ Buescu, 2019, pp. 174-177.

franceses⁸⁵. Quando chegou a Sevilha, a 3 de Março de 1526, foi recebida solenemente, como seria depois o seu noivo, numa entrada que contou com sete arcos triunfais.

A infanta D. Maria, filha de D. João III e de Catarina de Áustria partiu de Lisboa em direcção a Castela em 1543. Saiu do Palácio dos Estaus acompanhada pelo pai e pelos membros mais destacados da corte e seguiu pela Rua Nova d'El-Rei e pela Rua Nova dos Mercadores para o Cais da Pedra, onde embarcou para Alcochete com o acostumado acompanhamento de barcos engalanados⁸⁶. A caminho da raia, foi recebida solenemente em Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz e Elvas, atravessando depois raia. Nestes lugares, seguiram-se protocolos semelhantes às entradas régias, com recepções pelas autoridades locais frente às portas, cortejos com pódio e regozijos com danças, decorações e touros. Seguiu-se um périplo até Salamanca, onde tiveram lugar as cerimónias nupciais com o futuro Filipe II de Espanha a 13 de Novembro de 1543. Naquela cidade e noutras fizeram-se os cortejos municipais, folias e encenações, além de se erguerem arcos efémeros⁸⁷.

2.2.5 – D. Sebastião

O reinado de D. Sebastião (1554-r.1557-1578) interrompeu a sobreposição entre as entradas e os casamentos régios, pondo termo a uma tendência que só regressaria a Portugal na década de 60 do século XVII. Tendo em conta que o rei não casou, restam-nos os recebimentos organizados durante a sua itinerância pelo reino, mas também nas duas jornadas africanas e na sua ida à Castela para a entrevista de Guadalupe com Filipe II em 1576-77. Destacaremos aqui as cerimónias que marcaram a sua viagem ao Alentejo e ao Algarve, em 1573, que conhecemos através de um relato em primeira mão de João Cascão⁸⁸, cronista do senhor D. Duarte, filho do infante D. Duarte e de D. Isabel de Bragança. No dia 2 de Janeiro, o rei partiu de Évora e seguiu caminho por uma série de localidades, incluindo Beja, Lagos, Vila Nova de Portimão, Silves, Albufeira, Loulé, Faro, Tavira, Castro Marim, Aiamonte, Mértola, Serpa, Moura, Mourão, Olivença, Elvas, Vila Viçosa e Estremoz, antes de regressar a Évora no dia 14 de Fevereiro. O programa e a decoração das entradas variaram bastante consoante a riqueza e a dignidade dos lugares. Em quase toda a parte, o rei foi recebido pelos juizes e vereadores a alguma distância das localidades, sendo estes normalmente

⁸⁵ Pinto, 2018b, pp. 217-219.

⁸⁶ Carneiro, 1937, pp. 274-275.

⁸⁷ Conhece-se esta viagem através do *Diario da jornada da Infanta...*, 1744.

⁸⁸ Publicado por Francisco de Sales Loureiro. Cascão, 1984.

acompanhados por danças e pelas ordenanças locais, não fosse aquela uma viagem com fins de inspecção e aprontamento de forças militares. Era comum fazerem-se cortejos com pódio e corridas de touros e as portas dos lugares muralhados foram ataviadas. Entre os recebimentos mais sofisticados podemos destacar o de Tavira, que contou com entrega de chaves, arenga, luminárias e a encenação de um assalto anfíbio a um castelo de madeira. Cascão preocupa-se em demonstrar a magnanimidade do rei, particularmente com as amnistias dadas aos presos.

2.2.6 – O Prior do Crato

Depois de rumores da invasão castelhana lhe terem garantido a aclamação em Santarém, a 19 de Junho de 1580, D. António, prior do Crato (1531-r.1580-1595), foi recebido pelos seus simpatizantes lisboetas no dia 23. Os governadores nomeados por D. Henrique que se opunham ao prior tinham-se refugiado em Setúbal, juntamente com D. João I de Bragança e os enviados de Filipe II, dando espaço aos antonianos para acolherem o seu rei com as cerimónias costumadas⁸⁹. Além da aclamação no dia da chegada, a cidade organizou uma entrada quando D. António regressou da sua breve passagem por Setúbal. Nas palavras do memorialista Pero Roiz Soares: “porq̃ a camara lhe não tinha f^{to} festas ordenaraõ de lhas fazer nesta tornada como fizeraõ com m^{tas} danças E folias”⁹⁰. O genovês Jeronimo Franchi Conestaggio também fala da ocasião – “por ser a primeira vez que aí entrava como rei”, D. António foi recebido em Lisboa com “muitas invenções e alegrias”, apesar das agruras da peste e das rivalidades entre os nobres⁹¹. Depois da derrota em Alcântara e da perseguição pelas tropas castelhanas, o prior do Crato abandonou o reino em busca de aliados. No dia 29 de Junho de 1581, enquanto D. António se preparava para uma audiência com Isabel I de Inglaterra⁹² e os seus apoiantes ainda resistiam nos Açores, como veremos já de seguida, Lisboa recebia um novo rei.

2.3 – As jornadas filipinas

2.3.1 – Filipe II

A ascensão da dinastia dos Áustria implicou mudanças, com a nova situação política a trazer novas preocupações, gostos e etiquetas. Nas monarquias da Europa

⁸⁹ Soares, 1953, p. 166.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 167.

⁹¹ Conestaggio, 2017, p. 181.

⁹² Serrão, 1956, pp. 276-278.

Ocidental, o tipo de invenções que dominara a entrada de Joana de Áustria estava a cair em desuso – se a profusão de fastos aquáticos continuava perfeitamente na ordem do dia, em terra, a arquitectura efémera de inspiração clássica estava a conquistar um protagonismo crescente. Além do que se passava para lá dos Pirenéus, a tendência estava bem implantada na Península – vejam-se, por exemplo, a entrada de Isabel de Valois em Toledo, em 1559⁹³ e a de Ana de Áustria em Burgos, em 1571⁹⁴ para não falar da já referida entrada de Carlos V em Sevilha, em 1526. Em 1581, apesar das perdas em África, dos prejuízos sofridos na invasão do duque de Alba e das epidemias que assolavam a península, Lisboa recebeu Filipe II com uma entrada sumptuosa e perfeitamente inserida nos novos preceitos estéticos e formais. Segundo Kubler, o novo modelo, informado pelas *joyeuses entrées* flamengas, também se prestava ao tipo de discurso que a conjuntura tensa estimulava⁹⁵. As entradas de que temos falado foram essencialmente celebrações dóceis de matrimónios régios pelas cidades, mas, com as entradas filipinas, chega aquilo a que Ana Maria Alves chamou de “plastizações de uma petição ao rei”⁹⁶. As cidades não se limitaram a enaltecer a monarquia – mostraram as suas preocupações e lançaram apelos.

Filipe II entrou em Elvas a 5 de Dezembro de 1580, permanecendo na cidade até Fevereiro do ano seguinte. Seguiu depois para Tomar através de Campo Maior, Arronches, Portalegre, Crato, Alter do Chão, Ponte de Sor, Abrantes e Punhete. Depois de celebrar cortes no convento de Cristo, o rei partiu a 27 de Maio para Cardiga, continuando para a Azinhaga e depois Santarém, antes de embarcar para Almeirim e Vila Franca. De lá, foi até Almada, onde esperou dezasseis dias pela finalização dos preparativos da sua entrada em Lisboa, que se realizou a 29 de Junho, dia de São Pedro. Durante a espera, além de contemplar as iluminações nocturnas na outra margem, o rei foi a Belém e visitou Lisboa em segredo. Depois da estadia na “cabeça” do reino, de algumas deslocações e de receber a sua irmã, a imperatriz viúva Maria de Áustria, o rei partiu para Castela em 1583, seguindo por Cacilhas, Setúbal, Évora e Vila Viçosa. As entradas nos vários lugares obedeceram ao modelo tradicional adaptado à escala local, variando entre as simples danças e folias até às portadas efémeras e arcos de Abrantes e

⁹³ Castro, 1561.

⁹⁴ *Relación verdadera del recibimiento...*, 2016.

⁹⁵ Kubler, 1988, pp. 110-111.

⁹⁶ Alves, [s.d], p. 51.

Santarém. Nos lugares mais pequenos a encenação da liberalidade régia aparece bem viva, com a libertação de presos e distribuição de esmolas.

Em Lisboa, preparou-se um recebimento cheio de novidades. Desde logo, segundo o que as fontes nos dão a entender, a travessia do Tejo foi quase abandonada pelas corporações, que recuaram para terra, onde ergueram os arcos triunfais. O rei foi protagonista único da parada aquática, centrada nas suas galeras reais – os relatos falam-nos dos acostumados barcos pequenos, salvas de artilharia e de uma competição de invenções aquáticas, sobre a qual pouco sabemos. A tensão que se vivia acentuava a carga bélica do cenário dominado pela frota real – afinal, ainda não tinha passado um ano desde que o duque de Alba e o marquês de Santa Cruz tinham derrotado o prior do Crato naquele mesmo lugar, tendo as embarcações que agora transportavam o rei desempenhando um papel fundamental⁹⁷. Em terra, o rei foi recebido pela Câmara com a entrega de chaves, arenga, beija-mão e pálido. Seguiu-se um cortejo pelas portas da Ribeira até à Sé, e depois pela Rua Nova até ao paço.

O acompanhamento, ordenado da forma habitual, foi composto exclusivamente por portugueses – com a exceção notável de Diego de Córdoba, estribeiro-mor do rei – tendo os castelhanos assistido de uma varanda. Pelo caminho, além de alguns edifícios de autoria não-identificada, Filipe II atravessou arcos armados pelos alemães e flamengos, mercadores lisboetas, bandeira de S. Jorge, sapateiros, sirigueiros, chapeleiros e confeitores, cerieiros, arcebispo, ourives da prata, taberneiros e oleiros e ourives do ouro. Os flamengos, que já tinham participado na parada aquática de 1552, ocupavam agora lugar de destaque, não só pela dimensão superlativa do seu arco, mas também por ocuparem uma posição central no Terreiro do Paço. Além da supremacia dos arcos – fez-se apenas um quadro vivo –, a imagética clássica já dominava, dividindo o protagonismo com os temas dinásticos e as acostumadas imagens religiosas e *exóticas*. Vemos assim pela primeira vez presenças que se tornaram habituais, como Neptuno, Atlante e Jano, juntamente com personificações das virtudes ao estilo antigo e retratos ao natural do rei, de Carlos V e do príncipe Diogo. A acompanhá-los estavam santos e uma figuração da Igreja Militante, além da representação das conquistas portuguesas como figuras femininas. Na sua maioria, as alegorias e histórias animadas por estes repertórios concorriam num apelo à pacificação do reino e à liberalidade régia, louvando a missão universalista da monarquia.

⁹⁷ Sobre estas tensões, ver Fernández-González, 2015, pp. 88-95.

1581 traz-nos as primeiras relações impressas de entradas portuguesas – a primeira, *Festas que se fizeram na cidade de Lisboa...*, de Afonso Guerreiro⁹⁸, foi publicada logo nesse ano; e a segunda, *Da Entrada que en el Reino de Portugal...*, de Isidro Velázquez⁹⁹, saiu em 1583. Contam-se também entre as fontes para esta ocasião um segmento da *Relación de la felicíssima jornada...* de António de Escobar¹⁰⁰, o poema *Romance de la entrada del Rey Philippe...* de André Falcão de Resende¹⁰¹ e as páginas que Pero Roiz Soares dedica à ocasião no seu *Memorial*¹⁰².

2.3.2 – Filipe III

O período entre a partida de Filipe II para Castela em 1583 e a jornada de Filipe III (1578-r.1598-1620) a Portugal em 1619 foi marcado pela ausência e pela distância. O governo de Madrid parecia inacessível, deixando um vazio que se fazia sentir especialmente em Lisboa, onde a presença mais ou menos continuada do rei fora, pouco antes, um dado adquirido. A partir da morte de Filipe II, em 1598, a insatisfação dos portugueses passou a chocar com a demora do seu sucessor em visitar o reino, iniciando-se um longo processo de negociações em redor de uma visita do rei a Portugal¹⁰³. Quando Filipe III entrou em Elvas, a 10 de Maio de 1619, acabava um interminável jogo de promessas e adiamentos.

O rei optou por um caminho diferente do seguindo pelo seu pai em 1581 e viajou mais depressa. Partiu logo no dia 11 para Estremoz, seguindo para Évora a 14 e para Montemor-o-Novo a 21. Depois de pernoitar em Landeira e em Coina, chegou a Almada no dia 26. Haveria de entrar em Lisboa no dia de S. Pedro, como Filipe II, mais de um mês depois, ocupando o seu tempo com a observação encoberta da procissão do Corpo de Cristo em Lisboa e com uma estadia em Belém, de onde haveria de seguir para a capital. Depois de celebrar cortes e de visitar Sintra, a 29 de Setembro, o rei largou de Lisboa para Coina, seguindo depois para Azeitão, Setúbal e Palmela. De lá, foi para Salvaterra e depois Almeirim, Santarém, Golegã, Tomar, Tancos, Ponte de Sor, Alter do Chão, Arronches e Campo Maior, regressando a Badajoz no dia 23 de Outubro. Note-se que, na torna viagem, seguiu um itinerário bastante semelhante ao que o seu pai percorreu até Lisboa. As entradas fora da “cabeça” do reino foram mais grandiosas do

⁹⁸ Guerreiro, 1581.

⁹⁹ Velazquez, 1583.

¹⁰⁰ Escobar, 2004.

¹⁰¹ Resende, 2000.

¹⁰² Soares, 1953.

¹⁰³ Olival, 2006, pp. 225-240.

que as de Filipe II – com destaque para as de Elvas e Évora, onde se ergueram arcos triunfais imponentes. A estadia eborense do rei contou, inclusivamente, com a celebração de um auto-de-fé.

Mas foi a entrada em Lisboa que marcou esta viagem e a história destas cerimónias em Portugal, tendo sido a mais descrita e louvada. Tal como o pai, Filipe III chegou a bordo das suas galeras reais, mas, desta feita, os fastos aquáticos regressaram à profusão do século anterior, com combates entre monstros marinhos montados por tritões. Em terra, depois de desembarcar num cais montado no Terreiro do Paço e de ouvir a arenga e receber as chaves e o beija-mão, foi posto debaixo de pálio. O rei seguiu até à Sé de cavalo, como sempre, mas os coches entraram pela primeira vez no cortejo, levando o príncipe Filipe, a princesa Isabel de Bourbon, a infanta D. Maria Ana e os seus acompanhamentos. Em Lisboa, como em 1581, Filipe III seguiu rodeado apenas por portugueses. Não foi o que se passou em Évora, em que se gerou polémica quando o duque de Uzeda participou no cortejo e, pior ainda, a cavalo.

O percurso lisboeta foi igual ao seguido por Filipe II¹⁰⁴, passando por arcos erguidos pelos homens de negócio de Lisboa, ingleses, oficiais de S. Jorge, ourives da prata, correeiros, atafoneiros, oleiros, sapateiros, cerieiros, italianos, pintores, flamengos, ourives e lapidários, moedeiros, alfaiates, familiares do Santo Ofício e alemães. Em redor destes edifícios erguiam-se muitos outros sem identificação de autoria. A distribuição dos temas da decoração foi semelhante à da entrada de 1581 – os mitos clássicos animaram várias alegorias, como uma representação da expulsão dos mouriscos através da queda dos titãs. Nos motes que esclareciam e adensavam as histórias e emblemas, as Escrituras conviviam com Ovídio, Marcial, César e outros autores clássicos. Foram várias as referências à história dinástica da realeza portuguesa e da Casa de Áustria, cruzadas com *heróis* militares portugueses e soberanos dos países de origem dos mercadores estrangeiros. A imagética bíblica e eclesiástica destacou-se entre os arcos das corporações e da Inquisição, com estátuas dos vários santos protectores dos ofícios e uma representação de Salomão entronizado. Quanto às apelações ao rei, o tema central era a capitalidade de Lisboa, defendida através das qualidades da cidade e da disponibilidade dos seus habitantes para servir zelosamente a monarquia.

¹⁰⁴ Vide Apêndice, Figura 1.

A dimensão excepcional dos festejos, juntamente com a longa espera e difícil negociação que lhe estiveram associados, resultou numa explosão de relatos. Logo em 1619, correram várias relações¹⁰⁵, com os anos seguintes a trazer textos de maior volume e aprumo, destacando-se a monumental *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey D. Filipe II. N.S. Ao Reyno de Portugal...* do cronista-mor João Lavanha¹⁰⁶. Outros relatos importantes são o que João Sardinha Mimoso inclui na sua *Relacion de la Real Tragicomedia...*¹⁰⁷, a *Comedia de la Entrada...* de Jacinto Cordeiro e o *Triumpho del Monarcha...*, um poema de Vasco Mousinho de Quevedo¹⁰⁸. Merecerão também a nossa atenção os textos de Jacinto de Aguilar y Prado¹⁰⁹ e de Francisco de Arce¹¹⁰, as páginas que Pero Roiz Soares dedica à jornada no seu *Memorial*¹¹¹, e a ainda a *Relacion y Historia Verdadera...*¹¹², uma descrição anónima em forma de diálogo.

2.3.3 – Os vice-reis

À “explosão” de 1619 seguiram-se décadas de apagamento. Filipe IV (1605-r. 1621-1640) nunca chegou a cruzar a raia durante o seu reinado, ficando as recepções cerimoniais reservadas para as chegadas dos vice-reis. No interesse de obter uma noção do seu modelo, veja-se, por exemplo, a entrada do marquês de Castelo Rodrigo em Lisboa, a 1 de Maio de 1600. Cristóvão de Moura começou o dia no Barreiro onde, depois de uma visita ao mosteiro da Verderena, embarcou num bergantim decorado que, acompanhado por três galeras, o levou até ao Terreiro do Paço. Durante a travessia, os navios e o castelo dispararam as salvas habituais, enquanto se juntava um grande concurso de gente na praça para o ver entrar no paço¹¹³. Quanto aos regozijos praticados nestas ocasiões, a 14 de Dezembro de 1634, numa troca de cartas com a Câmara de Lisboa sobre a recepção da duquesa de Mântua, o rei considera “luminarias pola cidade (...) festas e danças” como as demonstrações de alegria ordinárias, indicando ainda que Margarida de Sabóia devia recebida pelo Senado e restantes tribunais quando desembarcasse¹¹⁴. Depois de uma travessia semelhante à que acabamos de descrever

¹⁰⁵ Sobre este fenómeno, Montes, 1990. Para a lista mais completa de publicações sobre a jornada e entrada de 1619, ver Hermida, 2003.

¹⁰⁶ Lavanha, 1622.

¹⁰⁷ Mimoso, 1620, fls. 126-163v.

¹⁰⁸ Quevedo, 1619.

¹⁰⁹ Prado, 1619.

¹¹⁰ Arce, 1956.

¹¹¹ Soares, 1953.

¹¹² *Relacion y Historia Verdadera...*, 1991.

¹¹³ Serrão, 2004, pp. 287-291.

¹¹⁴ Oliveira, 1888, pp. 92-93.

para Cristóvão de Moura, a duquesa foi levada debaixo de pálio desde o cais – no Forte da Vitória – até ao paço. No entanto, devido a uma forte chuvada, foram cancelados os festejos supracitados, que incluíam uma pirâmide pirotécnica erguida pelos italianos que vinham com D. Margarida¹¹⁵.

2.4 – De D. João IV a Maria Sofia de Neuburgo

2.4.1 – D. João IV

Sabemos por cartas de João Pinto Ribeiro¹¹⁶ que D. João IV se deparou com o mesmo problema que a duquesa de Mântua quando entrou em Lisboa como rei pela primeira vez, já que uma chuvada torrencial desencorajou a participação jubilante das multidões. A falha foi prontamente resolvida no dia da chegada de D. Luísa de Gusmão, que atravessou o Tejo desde Aldeia Galega com o rei e os infantes, sendo acompanhada por uma galera cheia de fidalguia e pela costumeira multidão de barcos ao som de salvas de artilharia. Em terra, fizeram-se danças, chacotas e folias. O rei estava de volta a Lisboa, mas as agruras da Guerra da Restauração e a falta de matrimónios adiariam as grandes magnificências até à década de 1660.

Vale a pena, no entanto, olhar para uma *dupla* cerimónia deste reinado. A 30 de Julho de 1643, D. João IV entrou solenemente em Évora. Seguiu-se a etiqueta tradicional, com o rei a cavalgar debaixo de pálio e o acompanhamento a seguir a pé. O itinerário começou na porta de Alcochela, onde D. João IV recebeu as chaves e ouviu a arenga, antes de subir para praça principal e depois continuar pela rua da Selaria até à Sé, onde esperava o cabido, debaixo de pálio, com o Santo Lenho. No dia seguinte, dia de S. Inácio, foi visitar os jesuítas, que o receberam com uma encenação. O mais extraordinário desta visita a Évora é que, quando se deu a entrada, o rei estava na cidade há vários dias. D. João IV avisara que chegaria a Évora antes do resto da corte, e que se devia fazer a entrada solene apenas quando esta se lhe juntasse. O resultado foi uma entrada nocturna e *espontânea*, com as autoridades a sair para o receber, acompanhando-o num cortejo em que seguiram juntamente com os criados do rei, fidalgos e grandes todos a cavalo. Diante de D. João IV seguiam também umas andas com o crucifixo milagroso que despregara o braço direito no primeiro de Dezembro de 1640. Conhecemos estes acontecimentos pelas palavras de um membro do Colégio da

¹¹⁵ Serrano, 2016, p. 115.

¹¹⁶ Madahil, 1940, pp. 288-289.

Purificação, que escrevia a um amigo em Lisboa¹¹⁷. Como Rafael Valladares deixa claro, esta passagem de D. João IV em Évora visava uma renovação da imagem da coroa na cidade – ainda marcada pela visita de 1619 – e por uma tentativa de reforço da sua autoridade frente aos conflitos entre poderes locais¹¹⁸.

2.4.2 – A partida de Catarina de Bragança

Mais de um século depois da entrada de D. Joana de Áustria, enquanto o reino se preocupava e desgastava com a guerra com a Monarquia Hispânica e com a contenda entre as parcialidades de Luísa de Gusmão e do jovem D. Afonso VI, as grandes festividades matrimoniais regressaram a Lisboa. A 23 de Abril de 1662, chegava o momento do embarque de Catarina de Bragança (1638-1705) para Inglaterra. As festas começaram quando se soube da nova do seu noivado com Carlos II e duraram meses, tendo contado com luminárias, touradas, desfiles de carros alegóricos e, na véspera da partida, uma máscara pública. Nas ruas, as corporações ergueram arcos triunfais. Antes de partir, Catarina foi à Sé de coche pelo itinerário acostumado, acompanhada por D. Afonso VI e pelos embaixadores ingleses que, chegados ao templo, foram entretidos no claustro enquanto se celebrava o rito católico. Seguiu-se o embarque e a partida com as salvas tradicionais¹¹⁹.

2.3.4 – Maria Francisca de Sabóia

Quatro anos depois daquela despedida, ainda em tempo de guerra, chegava a primeira grande entrada lisboeta da nova dinastia. Em 1666, as festas pelo casamento de D. Afonso VI romperam com o itinerário costumeiro. Em vez de entrar pelo Terreiro do Paço, Maria Francisca de Sabóia (1646-r.1666-1683) desembarcou na Junqueira, com a pompa habitual e acompanhada pelo rei. Além desta alteração, as cerimónias aquáticas desta ocasião inauguraram um novo costume, com o rei a embarcar num bergantim e receber a rainha no navio que a trouxera até Lisboa, juntamente com representantes da família real, do governo e da Câmara. Depois de receber as bênçãos matrimoniais, o casal instalou-se em Alcântara, seguindo-se a habitual espera pela finalização dos preparativos. A 29 de Agosto de 1666, chegou o dia da entrada em Lisboa – por terra, e de coche.

¹¹⁷ Reis, 1959, pp. 30-35.

¹¹⁸ Valladares, 2006, pp. 302.

¹¹⁹ Flor, 2009, pp. 55-64.

Uma das fontes mais detalhadas sobre a ocasião chega-nos pela mão de um dos seus principais promotores e organizadores – António de Sousa de Macedo, secretário de Estado de D. Afonso VI, que publica um relato detalhado no seu *Mercurio Portuguez*¹²⁰. A atenção do texto ao protocolo revela muitas novidades – o uso do coche pelo casal real, rodeado pelas guardas e pelos estribeiros, trouxe consigo o desaparecimento do pálio. De carroça ou de liteira seguiram também os titulares, oficiais da Casa Real e membros dos conselhos de estado, acompanhados por contingentes de lacaios. Além disso, como o cortejo começou nos arrabaldes e não no Terreiro do Paço, o senado da Câmara só se juntou ao acompanhamento junto à igreja do Loreto, onde se fez a entrega das chaves, o beija-mão e a arenga. A partir dali, a comitiva seguiu pela porta de Santa Catarina, Chiado, Rua Nova do Almada, Calcetaria, Rua Nova dos Ferros e Padaria até à Sé¹²¹, atravessando arcos triunfais armados pelos italianos, volanteiros, vinhateiros, alfaiates, homens de negócio, ourives, flamengos, bandeira de S. Miguel, bandeira de S. Jorge, Correeiros e Sapateiros, cerieiros e franceses. Na Sé, a veneração do Santo Lenho foi dirigida pelo deão e pelo seu coadjutor. Depois da oração, os reis voltaram ao coche e seguiram para a Ribeira e para o paço pela Padaria e Pelourinho Velho, passando pelos arcos dos pintores, ingleses e alemães. Seguiram-se as habituais corridas de touros e espectáculos pirotécnicos, a que se juntaram certames poéticos, com as festas a durar até Outubro.

A decoração da arquitectura efémera manteve os traços gerais que acabámos de descrever nas entradas filipinas. As habituais figurações de reis passados juntam-se a estátuas dos *heróis* portugueses que, como em 1619, conviviam com soberanos ingleses e alemães. O referencial clássico surge com pujança, preenchendo os arcos com divindades e imperadores romanos, além das figurações das virtudes que se juntavam ao tradicional repertório bíblico. A presença de uma consorte recém-chegada recupera temas que não se viam desde o século XVI, como a fertilidade e o amor conjugal, e Camões junta-se às referências poéticas dos letrados. Como nota Fernando Bouza, esta entrada está inserida numa década de grandes festas matrimoniais – além do casamento de D. Catarina de Bragança e Carlos II de Inglaterra, há que contar com as bodas de Luís XIV e Maria Teresa de Áustria, Cosme III de Médicis e Luísa de Orleães e do imperador Leopoldo I com Margarida Teresa de Áustria¹²². Ao mesmo tempo que

¹²⁰ “*Mercurio Portuguez com as novas...*”, 2010, pp. 627-664.

¹²¹ *Vide* Apêndice, Figura 2.

¹²² Xavier, Cardim e Bouza, 1996, p. 15.

dialogava com estes festejos, a entrada de 1666 encerrava definitivamente o apagamento português das décadas anteriores, marcadas na Europa e no reino vizinho pela entrada de Fernando de Áustria em Antuérpia, em 1634 (que contara com um programa iconográfico de Peter Paul Rubens)¹²³, e pela entrada de Mariana de Áustria em Madrid em 1649¹²⁴.

Além do relato no *Mercurio Portuguez*, a entrada de Maria Francisca conta com duas relações em verso – a *Relaçam do triunfo, com que em Lisboa...*, que viria a ser publicada na *Fenix Renascida*¹²⁵ e os *Applausos festivos, e solemnes triumphos...*, de Sebastião de Fonseca e Paiva¹²⁶. Adicionalmente, e apesar de não sobreviverem reproduções da traça dos arcos, podemos vislumbrar os seus emblemas e letreros no álbum de aguarelas intitulado *Festas que se fizerão pelo casamento del Rey D. Affonso VI*.¹²⁷

O reinado de D. Afonso VI seria ocasião de outras solenidades – o rei viajou e foi recebido; além de se celebrar um outro casamento no seio da família real. Todas estas ocasiões foram, no entanto, ensombradas e forçosamente diminuídas pela conjuntura extraordinária e incerta que a corte portuguesa vivia. Em 1668, um golpe palaciano afastou D. Afonso VI e os seus apoiantes do poder, ficando o governo do reino entregue ao infante D. Pedro (1648-r.1683-1706) e à sua parcialidade. Os exílios do rei deposto em Angra e em Sintra foram marcados por viagens discretas¹²⁸, podendo dizer-se o mesmo sobre o casamento de D. Pedro com Maria Francisca de Sabóia¹²⁹. O único produto desse matrimónio foi a infanta Isabel Josefa, que nunca viria a casar, apesar de vários projectos gorados. Destacam-se as negociações com Sabóia, que foram canceladas numa altura em que já se preparava a entrada de Vítor Amadeu II em Lisboa¹³⁰. Quando Maria Francisca morreu, em 1683, com a sucessão longe de estar assegurada, D. Pedro II casou pela segunda vez, desta feita com Maria Sofia de Neuburgo (1666-r.1687-1699), filha do conde do Palatinado.

¹²³ Gevartius, 1641.

¹²⁴ Rizi, 1649.

¹²⁵ *Relaçam do triunfo...*, 1721, pp. 151-187.

¹²⁶ Paiva, 1667.

¹²⁷ Reproduzido e comentado em Xavier, Cardim e Bouza, 1996, pp. 77-81 e segs.

¹²⁸ Xavier e Cardim, 2006, pp. 222-227 e 245-251.

¹²⁹ Braga e Braga, 2011, pp. 71-74.

¹³⁰ Xavier e Cardim, 2006, pp. 263-265 e Oliveira, v. 8, pp. 444-452.

2.4.4 – Maria Sofia de Neuburgo

Depois de uma longa viagem pela Alemanha e pelos Países Baixos e de embarcar em Roterdão, a nova rainha chegou a Lisboa em 11 de Agosto de 1687. Tal como em 1666, o casal encontrou-se no Tejo, abordo do navio que trouxera Maria Sofia até Lisboa, mas retomou-se a tradição das chegadas à vista do Terreiro, com os noivos a desembarcarem juntos num aparatoso edifício triunfal erguido pela Casa da Índia junto ao Paço da Ribeira. Vinte dias depois, a 30 de Agosto, o segmento terrestre da entrada levou os reis do paço até à Sé pela Tanoaria, Rua Nova dos Mercadores e Padaria. Pelo caminho, cruzaram os arcos triunfais erigidos pelos tanoeiros, italianos, confeiteiros, moedeiros, alfaiates, esparteiros, flamengos, mercadores, vinhateiros, carpinteiros, ourives da prata, sapateiros e cerieiros. Adicionalmente, os ourives do ouro ergueram, na entrada da sua rua, um jardim alegórico em que se encenou a história do julgamento de Páris. Junto à Igreja de Santo António, que estava decorada pelos oficiais armadores, a Câmara encarregou-se do discurso e das cerimónias habituais, antes de Maria Sofia e D. Pedro II entrarem na igreja matriz, decorada por fora com um arco levantado pelos franceses.

Este posicionamento do Senado sugere uma secundarização mais acentuada que em 1666 – além de ficarem privados do lugar de destaque garantido pelo pátio e de ser arredados da primeira fase do cortejo (que desta feita começara dentro de portas), não temos notícia de que se tenham juntado ao acompanhamento no regresso ao paço. Nesse percurso, o casal atravessou ainda os arcos dos ingleses, da irmandade de S. Jorge e dos alemães. Seguiram-se espectáculos pirotécnicos de grande dimensão e complexidade, juntamente com as costumeiras corridas de touros. A arquitectura efémera e a sua ornamentação apresentam grandes semelhanças com o que temos vindo a observar desde a entrada de Filipe II. Além das habituais idealizações do amor conjugal, destaca-se a figuração do poderio da monarquia através dos elementos, estações do ano, cidades e continentes. Os espectáculos pirotécnicos reforçaram estas mensagens de domínio universal, que incluíram uma complexa representação de um cerco de um forte por monstros marinhos no Tejo e uma a recriação da tomada de uma praça turca por tropas imperiais no Terreiro do Paço¹³¹. Camões volta a inspirar os poetas, desta feita nos versos que acompanharam as figurações dos reis de Portugal.

¹³¹ Vide Apêndice, Figura 3.

Encontramos reproduções pictóricas da arquitectura efémera, dos fogos e do bergantim real na *Copia dos Reaes Aparatos & Obras...*, de João dos Reis¹³² e n'A *Pheniz de Portugal Prodigioza...* de Luís Nunes Tinoco¹³³. A *Embaixada que fes...*, de António Rodrigues da Costa¹³⁴, descreve a entrada, servindo-se dela como etapa final e clímax da narração da viagem do conde de Vilar Maior até à Alemanha. Pascoal Ribeiro Coutinho escreveu uma relação em castelhano publicada em Madrid e uma descrição exclusivamente dedicada ao arco dos ourives do ouro em português¹³⁵. Sebastião de Fonseca e Paiva, por sua vez, publicou uma relação poética em dois volumes¹³⁶. A todos estes impressos junta-se o relato de Manuel Nogueira de Souza¹³⁷ e a descrição do pórtico erguido pela Casa da Índia por Manuel de Coimbra¹³⁸, ambos manuscritos.

2.5 – Um balanço

Reduzindo o modelo das entradas ao mínimo denominador comum, ficamos perante um cortejo público do rei pelas ruas de uma cidade previamente limpa e decorada para o efeito, que geralmente incluía dois momentos centrais – a interacção do soberano com as autoridades municipais e a visita à igreja matriz. Todos os outros elementos vão entrando em cena, movendo-se e desaparecendo. O pátio levado pelos oficiais da Câmara, indispensável até meados do século XVII, é remetido para as escadas da Sé nos casamentos dos Bragança, afastado pela chegada dos coches ladeados pela guarda e pelos estribeiros. As chaves, presença constante, não constaram da entrada de 1552. Os lugares no acompanhamento vão-se alterando, com o protagonismo do Senado a diluir-se cada vez mais entre as sumidades da nobreza titular e dos círculos cortesãos. Os fastos do Tejo, momentos centrais de auto-representação das corporações lisboetas em 1521 e 1552, são uma parada militar em 1581 e um encontro diplomático em 1666 e 1687.

O envolvimento cénico altera-se: a entrada de Filipe II traz mudanças na forma do aparato, com os arcos triunfais a ensombrar os quadros-vivos, as danças e os batéis: a alegria como *performance* perde terreno perante a exaltação ostentatória através da

¹³² BNP, AT, liv. 317.

¹³³ Existem duas versões: BA, Cód. 52-VIII-37 e BGUC, Cód. 346. Só o volume da Biblioteca da Ajuda é que inclui os desenhos, e apenas o de Coimbra indica a autoria de Tinoco. Veja-se Borges, 1987, pp. 68 e segs.

¹³⁴ Costa, 1694.

¹³⁵ Coutinho, 1687a.

¹³⁶ Paiva, 1687a e 1687b.

¹³⁷ BGUC, Cód. 456.

¹³⁸ BGUC, Cód., 323.

arquitectura. Podemos reconstruir esta viragem no gosto através da sua expressão nos relatos, com os arcos a dominar os textos a partir 1581, substituindo, pelo menos nas preocupações dos autores (e de quem lhes pagava), as restantes invenções. À medida que avançam, os repertórios clássico, dinástico e *exótico* nunca chegam a conseguir apagar a presença da imagética religiosa e cavaleiresca, que vão sendo reproduzidas e reenquadradas. As entradas filipinas são momentos fortes de diálogo e negociação política que contrastam com os discursos relativamente dóceis do tempo dos Avis e dos Bragança. Na preparação de invenções em Lisboa, as corporações de ofícios vão perdendo terreno para as colónias de mercadores estrangeiros, com alemães, flamengos, ingleses e franceses a ocupar, cada vez mais, os lugares de destaque na cidade e a levantar construções que ensombram o que se erguia em redor. Onde faltavam autoridades e recursos, as danças e folias eram a totalidade da festa e resumiam o tema que anunciámos no início com os *trunfos* amorosos de Leitão Ferreira: a demonstração de afecto pelo monarca.

Em suma, apesar da existência de normas sustentados pela memória viva e pela fixação escrita de ocasiões anteriores, as entradas régias são cerimónias flexíveis – como detectou María José del Río Barredo no seu estudo sobre Madrid, são certamente mais maleáveis do que as cerimónias de pendor mais *constitucional*, como as que marcavam a sucessão e subida ao trono¹³⁹. Como Pedro Cardim demonstra para os casos das celebrações de cortes e das aclamações, as irregularidades neste tipo de cerimónias podiam ter consequências políticas concretas, sendo mobilizadas para questionar a autoridade que não fosse validada pelos preceitos cerimoniais que encenavam a sua legitimidade¹⁴⁰.

Regressando às entradas, e apesar desta flexibilidade, o significado dos gestos e dos signos sobrevive à mudança na sua projecção espacial ou nas precedências dos intervenientes. A novidade fica a cargo da ordem e do enquadramento, organizando-se e reorganizando-se um conjunto de momentos e dispositivos quase sempre presentes: a entrega das chaves, o beija-mão, a arenga e as próprias precedências e normas do cortejo que, apesar de mudarem, são sempre baseadas na mesma lógica e lidas da mesma forma.

¹³⁹ Barredo, 2000, p. 21.

¹⁴⁰ Cardim, 1998, pp. 66-67.

Concretizando, estamos perante um conjunto de rituais essencialmente urbanos e que atingem a sua maior expressão em Lisboa. Apesar do impacto das entradas filipinas, eram habitualmente associados a festejos matrimoniais, marcando o itinerário das novas consortes e a sua chegada à capital. O ciclo das entradas ficava, por isso, associado aos sucessivos casamentos da realeza e, longe do centro, à incerteza da passagem e da permanência, como a própria cidade de Lisboa pôde testemunhar durante os sessenta anos da dinastia de Áustria. Parece-nos evidente que, pelo menos para os financiadores e promotores, não estamos perante uma formalidade dispensável – a importância atribuída a estas cerimónias fica bem ilustrada pelo empenho na realização de festas em tempo de dificuldades económicas e/ou preocupações militares.

3 – Os olhares

Sobrevoadas as entradas, aproximemo-nos das fontes que guardam a sua memória. Como sugerimos na introdução, de entre as várias sensibilidades em presença durante estas festas públicas, chegam-nos apenas testemunhos de um grupo reduzido de indivíduos: por um lado, a produção normativa e epistolar dos organizadores; por outro, os relatos escritos por letrados que, em muitos casos, mantinham relações clientelares ou de patronato com protagonistas da entrada. O presente capítulo pretende debruçar-se sobre estes dois conjuntos de documentos, sondando os interesses e vieses dos autores e procurando pontos de contacto entre as perspectivas enunciadas.

3.1 – Ordens, normas e contas

Como cerimónias complexas e que respondiam a expectativas exigentes do ponto de vista material, as entradas régias implicavam a mobilização de grandes quantidades de mão-de-obra e de recursos. Os gastos eram, assim se esperava, um encargo pesado. Os preparativos, geralmente executados em poucas semanas, implicavam trocas de pareceres e negociações entre as autoridades competentes. Não bastava distribuir responsabilidades administrativas, laborais e financeiras – sob o ponto de vista cerimonial, havia que clarificar os gestos e as precedências que orientariam a entrada enquanto uma *performance* de poderes e hierarquias.

Todos estes esforços de planeamento, financiamento e regulação deixavam um rasto de papel que, longe de estar totalmente localizado, pode ajudar a enquadrar a leitura de um resultado final que nos chega, em grande medida, através do filtro laudatório dos relatos. A documentação de que nos ocuparemos aqui é normativa (uma série de regimentos, ordens e portarias que definiam os termos da participação dos protagonistas na entrada), mas também administrativa, financeira e política, resultado da comunicação entre os intervenientes durante os preparativos da entrada – o rei, e o Senado da Câmara, os vice-reis e secretários de estado, os cônsules das nações estrangeiras, e tantos outros. A proposta deste subcapítulo é sobrevoar conjuntos de documentos, terminando com um balanço da linguagem utilizada que possa informar a nossa análise daqui em diante.

3.2.1 – Programas, precedências e gestos

A 30 de Agosto de 1502, D. Manuel deu à Câmara de Lisboa um regimento que, entre outras determinações, estabelecia a ordem a seguir nas entradas régias na cidade. Vale a pena atender, desde já, à razão dada para esta fixação: “conuem de ser posto em Regra, e ordem e ordenança as çirimonias deuidas (...) por que se nom siga dello as duuydas que per alguñas vezes acozteço, por nom ser posto (...)”¹⁴¹. Queriam-se evitar as interrogações e os desacatos através de uma regulamentação que escusasse a repetição cíclica das decisões casuísticas, como a deliberação de D. Manuel quanto às varas do pátio na entrada da rainha D. Maria, em 1500¹⁴².

Essa era precisamente a primeira questão definida pelo regimento, ficando esclarecida a distribuição das varas pelos vereadores e conservador da cidade. Para quem faltasse à função sem justa causa, fixava-se uma pena de cem cruzados de ouro. É a única medida coerciva mencionada no documento, mas está inserida num conjunto de determinações manuelinas dessa índole. Há um claro interesse do rei em obrigar os seus súbditos a participar em encenações ritualizadas da ordem social – além desta penalização, podemos encontrá-la na mobilização obrigatória de embarcações para a entrada de 1521¹⁴³ e na querela com os bombardeiros, que queriam ser escusados dos encargos dos mesteres pelas procissões do Corpo de Cristo¹⁴⁴.

Resolvido o problema do pátio, o regimento passava a uma definição do “recebimento”, estabelecendo-se as precedências entre os oficiais da cidade à hora de alinhar perante as portas da cidade. Quando o rei chegava à vista deste contingente impunham-se três gestos e reverências fundamentais: a rendição das varas, a entrega das chaves e o beija-mão. Seguia-se o cortejo pelas ruas debaixo de pátio até à Sé, local em que o regimento descreve o posicionamento a ser assumido pelos vereadores junto do rei durante a passagem pelo templo. Depois, na porta do paço, o rei abandonava o pátio e os oficiais que tinham levado as varas ajoelhavam-se. Regressaremos a estes ritos *cívicos* e ao cortejo ao longo do capítulo 4. Por agora, importa destacar outras indicações do regimento. Por exemplo, num parágrafo que ficou obsoleto no reinado

¹⁴¹ AML, *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara [Livro Carmesim]*, fl. 17v-20.

¹⁴² Oliveira, v. 1, 1891, p. 387.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 512.

¹⁴⁴ Castro, 2014.

seguinte¹⁴⁵, D. Manuel estabelecia a forma do recebimento pela Universidade, e, noutro segmento importante, definia-se a forma como a cidade devia ser preparada, falando-se da limpeza e decoração das ruas, que deviam ser perfumadas e animadas por músicos, jogos e representações. No rio, todos os navios deviam disparar tiros de pólvora e estender as suas bandeiras. Se o rei entrasse “por mar” devia fazer-se um cais, e indicavam-se as medidas da obra e os devidos ajustes na ordem do ritual. Ordenava-se também que o dia da entrada fosse feriado em louvor de Deus e do rei.

No geral, o regimento cumpria aquilo a que se propunha, colocando a estrutura básica da cerimónia em “Regra, ordem e ordenança”. Ainda assim, não vinha ocupar um vazio total: conhece-se, por exemplo, o ordenamento que D. João II deu para a entrada de Isabel de Castela em Évora¹⁴⁶ e o próprio regimento de 1502 cita como *fonte* a “emformaçom pellos antigos da cidade”. Da mesma forma, o planeamento das entradas futuras motivou várias deliberações e regulamentos, mostrando que nem todas as *dúvidas* tinham ficado resolvidas. No caso do recebimento de Joana de Áustria, sobrevive uma “Ordem da vinda e entrada da princesa Nossa S^{ra}”¹⁴⁷. No que toca a 1619, conhecemos um *Regimento* dado por Filipe III para a jornada, que cita directamente o diploma de 1502¹⁴⁸. A eles juntam-se, já no tempo dos Bragança, dois conjuntos de deliberações: o primeiro é respeitante à entrada de Maria Francisca de Sabóia¹⁴⁹ e o segundo são as *advertências* do duque do Cadaval a D. Pedro II na ocasião da entrada de Maria Sofia de Neuburgo¹⁵⁰. Todos estes documentos têm em comum uma série de preocupações que convém destacar.

Em primeiro lugar, e mais evidente, a fixação das precedências e dos gestos. Tudo começa ainda no Tejo, com a nomeação de quem acompanhava os reis na travessia¹⁵¹ e de figuras como a camareira-mor que, em 1687, devia seguir até ao navio de Maria Sofia de Neuburgo antes do encontro entre o casal para desembaraçar a cauda do vestido da rainha caso fosse necessário¹⁵². Havia, depois, que regulamentar a ordem destes encontros cortesãos – em 1552, define-se o local onde a rainha e o príncipe

¹⁴⁵ Sobre a saída da universidade de Lisboa com a reforma de D. João III, ver Marques, 1998, pp. 471-476.

¹⁴⁶ BGUC, Cód. 48, pp. 48-53.

¹⁴⁷ ANTT, CSV, liv. 2, fls. 13v-21 e segs.

¹⁴⁸ BGUC, Cód. 629, p. 11-28.

¹⁴⁹ BNP, CP, liv. 653, fls. 357-360.

¹⁵⁰ BGUC, Cód. 504, fls. 136v-138.

¹⁵¹ BNP, CP, liv. 653, fl. 357. e BGUC, Cód. 504, fl. 137.

¹⁵² BGUC, Cód 504, fl. 137v.

esperariam por Joana de Áustria com os infantes, prelados e titulares, fixando-se a ordem pela qual cada um lhe devia beijar a mão¹⁵³. Em 1687, havia que acertar as “ceremonias e continencias” entre as pessoas reais no navio e, já em terra, tinha de se pensar o lugar no qual Isabel Josefa esperaria pela rainha, e as cortesias que deviam trocar¹⁵⁴. Estas preocupações passavam para a procissão até à Sé. A *ordem* da entrada de Joana de Áustria é o caso mais evidente, com a secção dedicada ao cortejo a definir os lugares do príncipe, do infante D. Luís, do cardeal D. Henrique, do senhor D. Duarte, do nuncio papal e dos duques de Bragança e de Aveiro¹⁵⁵. Por outro lado, as mudanças na hierarquia do oficialato municipal obrigavam a rever as determinações de 1502 quanto à participação da cidade na cerimónia. A 8 de Maio de 1619, por exemplo, assentou-se que devia caber ao presidente do Senado da Câmara de Lisboa entregar as chaves a Filipe III, uma alteração no precedente permissível já que “no tempo q̃ se fes o dito regim^{to}, o [presidente] não auia”¹⁵⁶ – o cargo tinha sido atribuído pela primeira vez em 1572 e oficializado em 1585¹⁵⁷. Juntamente com este tipo de ajustes, era necessário prover vários detalhes. Em 1666, falava-se na abertura do tejadilho do coche real, na alcatifa e nas almofadas que deviam ser colocadas na Sé, nas tochas, nas luminárias, nos repiques, nas salvas de artilharia e nos refrescos e gasalhos a ser entregues à armada que traria Maria Francisca de Sabóia¹⁵⁸. Em 1687, Cadaval lembra que eram necessários coches adequados ao cortejo – “tudo há de ser rico” – e que se devia considerar se os capitães da armada que transportara Maria Sofia de Neuburgo, tal como outros membros do seu séquito, deviam receber jóias¹⁵⁹.

Nestes momentos de representação política que se viam atravessados por conflitos de precedências, a tranquilidade durante os procedimentos era outro assunto importante. Em 1619, quando se regulamenta o beija-mão, refere-se que se deve procurar “evitar todo o tumulto, e desordem”¹⁶⁰. Vemos algo semelhante em 1552, quando as visitas a Joana de Áustria no Barreiro são limitadas pela dimensão reduzida das casas em que a princesa pousava¹⁶¹. A partir de 1666, quando os cortejos passam a incluir grandes quantidades de liteiras e coches que seguiam sem observação de

¹⁵³ ANTT, CSV, liv. 2, fl. 14.

¹⁵⁴ BGUC, Cód. 504, fl. 137v.

¹⁵⁵ ANTT, CSV, liv. 2, fl. 19v.

¹⁵⁶ Oliveira, v.2, 1887, p. 449.

¹⁵⁷ Tereno, 2014.

¹⁵⁸ BNP, CP, liv. 653, fl. 357.

¹⁵⁹ BGUC, Cód. 504, fl. 138.

¹⁶⁰ BGUC, Cód. 629, p. 13.

¹⁶¹ ANTT, CSV, liv. 2, fl. 13.

precedências, a manutenção da ordem entre os veículos e os grupos de lacaios passa a ser garantida por oficiais da justiça da cidade. Estes homens tinham também a função de ordenar o apeamento dos *passageiros* na Sé, organizando a reorientação dos veículos, que deviam dar a volta, recolher os seus ocupantes no fim dos ritos e regressar ao paço¹⁶².

Para lá do disciplinamento dos membros do acompanhamento, nota-se uma preocupação com a gestão das multidões e do espaço que ocupavam. Logo em 1502, o regimento prevê que o procurador da cidade, posicionado na frente do cortejo, mandasse apartar a gente, tarefa que é estendida ao meirinho do paço e aos seus homens em 1552. O grupo devia ir nas ilhargas do pátio a arredar a gente de forma a que não se impedisse o caminho de quem levava as varas, usando para o efeito “pedaços de cana de bengala que sejam obra de tres palmos”¹⁶³. Em 1666, o secretário de estado António de Sousa de Macedo retoma a questão numa portaria que dita que os procuradores da cidade deviam ir na frente “de tudo”, “mostrando as ruas por que o acompanhamento há de ir”. Com eles, seguiriam todas as varas da justiça, encarregues de desembaraçar o caminho, obrigando a gente arrimar às paredes de ambas as partes¹⁶⁴. Nas deliberações atribuídas a essa ocasião também se fala das alas das ordenanças e dos terços da armada, além dos dois corregedores do cível que estariam na porta da Sé a garantir o seu desimpedimento e a boa circulação dos coches e liteiras no terreiro em frente¹⁶⁵. Já se tinha determinado algo de semelhante em 1552¹⁶⁶.

3.1.2 – Materiais, mão-de-obra e financiamento

A 22 de Fevereiro de 1521, poucas semanas depois da entrada de Leonor de Áustria em Lisboa, D. Manuel pediu para a Câmara esclarecer as despesas que tinha feito naquela ocasião¹⁶⁷. O resultado é o vislumbre mais detalhado de que dispomos para os preparativos materiais de uma entrada.

Começando pelos recursos mobilizados, as contas são dominadas pelos tecidos – pano, veludo, cetim, cetim aveludado, cetim de Bruges, cetim da Índia, damasco, damasquino, franja, retrós, fita, seda, crepe, brionas e lenço. As quantidades são grandes e as cores são variadas – havia que preparar bandeiras, toldos, paramentos e, claro, o

¹⁶² BNP, CP, liv. 653, fl. 3258v.

¹⁶³ ANTT, CSV, liv. 2, fl. 19v.

¹⁶⁴ Oliveira, v. 6, 1891, pp. 598-601.

¹⁶⁵ BNP, CP, liv. 653, fl. 359v.

¹⁶⁶ ANTT, CSV, liv. 2, fl. 19v.

¹⁶⁷ Oliveira, v. 1, 1885, pp. 513-514. A relação das despesas está reproduzida em rodapé, pp. 513-523.

pálio. Só numa bandeira com as armas da rainha gastaram-se 9 400 reais, entre 6 covados de damasco, 3 de damasquino e 8 de cetim roxo. Ao mesmo tempo, os oficiais da Câmara recebem propinas em compensação pelas despesas que faziam com os seus trajes. Desde o escrivão do tesoureiro e do guarda da Câmara, que receberam 4 000 reais cada um “para se vestirem” até aos juizes do cível, crime e órfãos, a quem foi concedido um total de 68 250 reais. Depois dos tecidos, temos os metais, que incluíram dois apitos de prata para o patrão e contramestre da galé, oito cruzados de ouro para o cofre das chaves da cidade e 23 053 pães de ouro usados para ornamentar a embarcação da Câmara – desde os estandartes às bandeiras das trombetas, passando pelas naus que foram pintadas no toldo. No que toca aos mantimentos, deparamo-nos por exemplo com pão, fruta e pipas de vinho para os músicos e remadores da galé, ou com a ceia de dois pintores que trabalharam na embarcação. Quanto às luminárias, dá-se conta de 24 000 candeias, 34 resmas de papel, 22 novelos de fio e uma quantidade indeterminada de areia. O disparo na procura destes materiais tinha, naturalmente, um reflexo nos preços. Em 1619, quando Filipe III encarrega a Câmara de Lisboa de prover os “mantimentos” para a jornada, ordena-lhe que garanta que “se não leuante o preço delles e dos alugueres das cazas, barcas e caualgaduras, nem das obras da manufactura”.¹⁶⁸ Vemos um regresso deste tipo de preocupações em 1687, mas em sentido contrário. É o Senado a avisar D. Pedro II da necessidade de um “remedio” para a “exorbitancia dos mercados”¹⁶⁹.

Passando à mão-de-obra, a correspondência entre o Senado e o rei permite-nos conhecer algumas das figuras responsáveis por controlar e fiscalizar vários aspectos dos regozijos. Regressando às contas de 1521, o escrivão Diogo Fernandes recebeu 1 500 reais por garantir que todas as barcas e batéis “da banda d’além em Ribatejo” concorressem na parada aquática e Charras da Cidreira foi compensado em 100 reais pelas despesas que fez numa viagem ao Lavradio para verificar se as luminárias acesas em Lisboa seriam visíveis. Além destes exemplos, não se pode esquecer o que já dissemos sobre figuras encarregues de manter a boa ordem durante a passagem do cortejo régio – desde os oficiais das justiças até às fileiras da guarda real e das ordenanças da cidade. Na relação de despesas de 1521 podemos também encontrar as contribuições de quem vendia o seu saber técnico. Gil Vicente recebeu 40 000 reais pela concepção dos quadros-vivos e o carpinteiro que esculpiu a figura de São Cristóvão na

¹⁶⁸ *Ibid.*, v. 2, 1887, p. 442.

¹⁶⁹ *Ibid.*, v. 9, 1896, p. 4.

proa da embarcação da Câmara, recebeu 13 000 reais. Não fica claro que parte dos 4 000 reais gastos na pintura dessa mesma imagem foram entregues ao pintor, ou que percentagem dos 2 000 reais gastos a dourar o cofre das chaves da cidade coube ao dourador, mas sabemos que o sirigueiro que fez o cordão para a “chavinha da fechadura” recebeu 100 reais. No que toca ao trabalho nos tecidos, dispomos de inúmeras entradas referentes ao *feitio* dos trajes e até sabemos o nome de alguns dos alfaiates – como Galas do Mar, que recebeu 1 800 reais por coser 30 gorras para os foliões. Já o bordador responsável pelo *feitio* do pátio recebeu 73 000 reais, a remuneração mais elevada naquela relação. Finalmente, surge quem estava encarregue de fabricar e colocar as luminárias: desde as oito mulheres que coseram as resmas de papel atrás referidas até um grupo de cerca de vinte homens que, a cada dia, acartaram com as candeias e com a areia às costas em canastras. As condições de trabalho de toda esta gente eram fortemente condicionadas pela urgência na conclusão dos preparativos. Em 1619, a Câmara de Lisboa explica que “por ordem da cidade se anda trabalhando de dia e de noite, não perdoando aos domingos e sanctos, com toda a pressa”¹⁷⁰. Em geral, a matéria prima era bastante mais dispendiosa do que a remuneração dos trabalhadores.

Estes gastos não eram um encargo leve. A relação de despesas com a entrada de D. Leonor de Áustria apresenta um valor final de quase 2 300 000 reais despendidos pela Câmara¹⁷¹. Há poucos dados para as entradas seguintes (a informação existente para 1619 ultrapassa largamente o âmbito das despesas com os recebimentos cerimoniais), mas voltamos a ter números para os casamentos brigantinos. Em 1669, o Senado recorda os 22 000 cruzados¹⁷² (8 800 000 reais¹⁷³) que gastara com a entrada de Maria Francisca de Sabóia¹⁷⁴ e, anos mais tarde, durante a discussão das formas de financiamento da entrada de Vítor Amadeu de Sabóia com o regente, o Senado fala na venda de foros no valor de quase 9 500 000 reais¹⁷⁵, número que ultrapassa os 15 000 cruzados (c. 7 200 000 reais¹⁷⁶) que consideraria necessários cobrir na entrada de Maria Sofia de Neuburgo¹⁷⁷.

¹⁷⁰ *Ibid.*, v.2, 1887, p. 459.

¹⁷¹ *Ibid.*, v. 1, 1885, p. 521.

¹⁷² *Ibid.*, v. 7, 1894, p. 138.

¹⁷³ Meneses, 2001, p. 362.

¹⁷⁴ Oliveira, v. 7, 1894, p. 138.

¹⁷⁵ *Ibid.*, v. 8, 1894, p. 450.

¹⁷⁶ Meneses, 2001, p. 362.

¹⁷⁷ Oliveira, v. 9, 1896, p. 5.

Quanto a outras entidades que participavam no financiamento, as polémicas em redor dos arcos das colónias estrangeiras nesta última ocasião oferecem-nos um vislumbre de quanto é que se gastava nos arcos – numa consulta da Câmara de 27 de Junho de 1687¹⁷⁸, cita-se uma petição dos mercadores florentinos, na qual procuravam evitar despesas de 600 000 mil reais cada um, já que, por serem apenas dois, teriam de cobrir um investimento que outras nações podiam dividir em parcelas de 20 ou 30 000 reais. Ficamos a saber, portanto, que a estrutura em causa ficaria no valor de 1 200 000 reais – o que em Lisboa naquele ano seria equivalente a mais de mil cântaros de azeite ou quase 48 500 arráteis de arroz¹⁷⁹. Tendo em conta a grande quantidade de arcos erguidos nestas ocasiões a partir de 1581 (e considerando que esta obra dos florentinos não deveria ser das mais sumptuosas), o panorama do custo total de cada uma das entradas entre todos os financiadores é impressionante. Perante estes números, convém relembrar o aviso de Ana Maria Alves, que não considera a dimensão do aparato efémero (e como tal do investimento inerente) como uma prova da “importância cultural” generalizada das entradas, mas sim como um sinal do relevo que os poderes lhes queriam conferir¹⁸⁰.

Conhecemos alguns dos instrumentos utilizados pelo município para cobrir as suas despesas. Nos diálogos entre o rei e a Câmara sobre o tema, os modelos adoptados eram aqueles que, como se refere nas próprias cartas, eram usados noutras despesas concelhias. A consulta da Câmara ao rei de 16 de Maio de 1687 oferece-nos um panorama dos instrumentos disponíveis: a venda de foros da Câmara, a contracção de um empréstimo ou a concessão de um dos ofícios da cidade a quem avançasse com a quantia necessária sem cobrar juros¹⁸¹.

Para estabelecer melhor a escala destes investimentos, seria interessante comparar os gastos nas entradas régias com os que eram efectuados noutras ocasiões festivas, ou em análises mais sistemáticas das despesas municipais e corporativas, tarefas que ultrapassam as limitações da presente dissertação.

No entanto, no campo do investimento da câmara no vestuário, a regulação das propinas pelo regente D. Pedro, em 1672, permite-nos esboçar uma *hierarquia*¹⁸².

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 8.

¹⁷⁹ Meneses, 2001, p. 354.

¹⁸⁰ Alves, [s.d], p. 68.

¹⁸¹ Oliveira, v. 9, 1896, p. 2.

¹⁸² *Ibid.*, v. 8, 1894, pp. 10-11.

Depois de estabelecer o que era devido aos oficiais em várias ocasiões religiosas – em que além dos 2 000 reais concedidos por cada procissão se juntavam compensações extraordinárias que não ultrapassam os 2 500 reais –, o documento dedica-se aos “dias do levantamento e juramento do rei, entrada no reino de uma princeza e dos casamentos do rei ou príncipe herdeiro”. E, “por serem tão solenes” estas ocasiões, pagava-se muito mais (lembremos a *solenidade* como definida por Bluteau, e da forma como se distinguia daquilo que era *cousa* feita todos os anos). Em dias de entradas de princesa ou em casamentos régios cada vereador devia receber 50 000 reais, enquanto que por ocasiões de juramentos e aclamações, a quantia chegava aos 80 000.

Assim sendo, as propinas atribuídas durante estes fastos profanos ultrapassavam largamente as que eram concedidas para as procissões religiosas, sendo que as quantias entregues nas entradas régias ficavam atrás das cerimónias que assinalavam o acesso ao trono. Esta relação não se manteria, no entanto, no plano geral das despesas, em que os gastos no aparato das entradas ultrapassariam largamente os totais despendidos em juramentos e aclamações.

3.1.3 – Os termos da negociação

No diálogo e negociação entre as partes envolvidas no planeamento das entradas, a memória é a principal linha orientadora do debate. Em 1581, Filipe II confia que a sua entrada seja conforme “aquilo que é semelhantes casos se costuma fazer”¹⁸³; em 1619, Filipe III manda investigar o “que se usava nas entradas dos Reis” seus antecessores¹⁸⁴; em 1666, António Sousa de Macedo ordena a colocação de luminárias “na forma ordinária”¹⁸⁵ e, em 1687, a Câmara convoca os cônsules das nações estrangeiras para erguerem os arcos “conforme o estylo antigo, que sempre se praticou n’este reino, em ocasiões de festas reaes”¹⁸⁶.

Como acontece com outras cerimónias¹⁸⁷, a reprodução do costume é garantida pela consulta do registo escrito. Em 1612, Manuel de Vasconcelos, presidente da Câmara de Lisboa, que na altura estava em Madrid, escrevia à cidade com recomendações face à aparente iminência da visita régia. Depois de algumas considerações práticas, refere que “Theodosio de Frias me deu um livro impresso, do

¹⁸³ Oliveira, v.2, 1887, p. 42.

¹⁸⁴ BGUC, Cód. 629, fl. 11.

¹⁸⁵ Oliveira, v. 6, 1891, p. 602.

¹⁸⁶ *Ibid.*, v. 9, 1896, p. 7.

¹⁸⁷ Cardim, 1998, pp. 65-66.

que d'estas coisas se fez na entrada d'el-rei, que Deus tem. Bom serà vel-o [sic], e melhorar tudo o que puder ser”¹⁸⁸ – a referência das entradas anteriores era inultrapassável, e os relatos eram uma fonte valiosa. Sobrevive na Biblioteca Nacional de Espanha um manuscrito intitulado *Relacion de la jornada, que El Rey, que haya gloria, hizo desde Santaren a Lisboa, y de su entrada en aquella Ciudad*¹⁸⁹. O título confirma que o texto é posterior a 1598 e cremos que se trate de uma recolha pragmática do protocolo festivo lisboeta baseada numa das relações da entrada de 1581¹⁹⁰. Estas investigações, que convivem e dialogam com a memória viva, (re)construíam o costume que sustentava a planeamento, mas também podiam informar a crítica e a resistência às extravagâncias mais melindrosas dos protagonistas. Como Pero Roiz Soares dá conta, quando o duque de Uzeda entrou em Évora a cavalo, lembrou-se a Filipe III que aquele não era o uso português – tanto que nem no tempo do seu pai se tinha visto tal coisa¹⁹¹.

O recurso ao precedente encontra uma expressão claríssima na renovação cíclica do direito do conservador da cidade a usar o traje de um desembargador durante a entrada. Encontramos o problema pela primeira vez em 1619, quando o Senado considerava que Gaspar Pereira de Sampaio, detentor do cargo à altura, não podia levar uma das varas do pátio, como lhe cabia tradicionalmente, por não ser desembargador e, como tal não poder levar garnacha¹⁹² como os outros oficiais que assumiam aquela função¹⁹³. Filipe III resolve o problema com a concessão, só naquela ocasião do traje em questão ao peticionário. A decisão torna-se um precedente e é reiterada nas entradas seguintes. Em 1687, citavam-se todos os casos desde 1619, com o Senado a lembrar D. Pedro II que a concessão da beca fora “mercê especial” dos seus antecessores para aquele acto¹⁹⁴.

Podemos perceber melhor o carácter vinculativo destes precedentes através da preocupação em bloqueá-los. Em 1687, o juiz do povo e o seu escrivão fizeram uma petição no sentido de receber, além das propinas “de gala”, aquelas que eram

¹⁸⁸ *Ibid.*, v. 2, 1887, pp. 285-286.

¹⁸⁹ BNE, Mss. 12026, fls. 143-143v.

¹⁹⁰ A de Afonso Guerreiro – o autor do manuscrito refere que o rei entregou as esporas aos moços corô da Sé por ser direito que lhes cabia por tradição, detalhe que só é registado em Guerreiro, 1581, fl. 46.

¹⁹¹ Soares, 1953, p. 421.

¹⁹² Oliveira, v. 2, 1887, pp. 450-451.

¹⁹³ Segundo Bluteau, a beca é a “Insigna de Collegiaes, & porcionistas”, “huma especie de Estola, que trazem no ombro sobre a opa”. “A Becca dos Desembargadores se chama mais propriamente, *Garnacha*. El-Rey D. Felipe segundo, depois de passado à Cidade do Porto à petição das Cortes de Thomar, anno de 1583 ordenou, que os Desembargadores trouxessem as Becas, que usão hoje”. Bluteau, v. 2, 1712, p. 82.

¹⁹⁴ Oliveira, vol. 9, 1896, pp. 10-11.

distribuídas por se fazerem luminárias. O parecer do Senado foi que “visto não haver documento antigo, nem moderno”, que atestasse esta prática em ocasiões passadas, se o rei fosse servido que se entregassem aquelas propinas, teriam de ser concedidas por um “acto de graça” extraordinário, e por “respeito ao merecimento dos supplicantes” – ou seja, não por prerrogativa do seu ofício. Era um extravasamento do costume, e não convinha que se usasse aquele caso como um antecedente em situações futuras¹⁹⁵.

Esclarecida a centralidade da memória, é preciso compreendermos como os organizadores entendiam as entradas – leia-se, aquilo que pretendiam representar e os meios de concretizar as suas expectativas. A 23 de Maio de 1687, a Câmara de Lisboa explica como a ocasião da entrada de Maria Sofia de Neuburgo pedia “necessariamente o luzimento possível, em que o senado deseja mostrar o zelo com que serve a V. Magestade”¹⁹⁶. Anos antes, quando se aproximava a entrada de Vítor Amadeu de Sabóia, D. Pedro decreta que o Senado coloque luminárias e orne as ruas com “arcos e tudo o mais que lhe parecer que pede a ocasião” justificando o pedido por “ser justo e devido que (...) seja recebido, (...) com demonstrações de alegria contentamento, e que todos os meus vassallos mostrem o grande amor com que o esperam e recebem”¹⁹⁷. No registo mais assertivo de Filipe III em 1619, “tenho por certo que procedereis de maneira que se ueja que estímais deuidamente a merçe, que faço a essa cidade”¹⁹⁸. A função da entrada era mostrar alegria e contentamento que denotassem a lealdade, gratidão e disponibilidade dos habitantes da cidade anfitriã – uma demonstração que exigia *luzimento*.

A tarefa não se discutia de ânimo leve. Ao longo das décadas, o Senado fala no “cuidado que requer ocasião de tanta consideração”¹⁹⁹, que nada bastava para solenizar²⁰⁰ e em que as despesas eram tidas como uma necessidade²⁰¹. Afinal, era um acontecimento “de maior importância e reputação d’esta corôa”, devendo avantajar-se “com sumptuoso e luzido apparato, para o que se hão de fazer grandes despesas”²⁰². O dever do bom súbdito era, portanto, empenhar as suas fazendas numa demonstração ostentatória que, além de ilustrar a adesão política acima descrita, devia dignificar o

¹⁹⁵ *Ibid.*, pp. 13-14.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 2.

¹⁹⁷ *Ibid.*, v. 8, 1894, pp. 444-445.

¹⁹⁸ *Ibid.*, v. 2, 1887, p. 449.

¹⁹⁹ *Ibid.*, v. 8, 1894, p. 445.

²⁰⁰ *Ibid.*, v. 2, 1887, p. 435.

²⁰¹ *Ibid.*, v. 6, 1891, p. 593.

²⁰² *Ibid.*, v. 8, 1894, p. 446.

soberano. Mas havia limites, e Filipe II estabelece-os bem quando, em 1581, ordena à Câmara de Lisboa que não faça uso das fintas extraordinárias para financiar a entrada, por “parecer que poderião ser de scandalo ao pouo”. A ocasião tensa pedia especial cuidado, e a despesa liberal de outras conjunturas era contemporizada: o rei pedia que se seguisse o costume com “a moderação q̃ conuẽ”²⁰³. Era uma expressão, em tempos de grandes dificuldades, de algo semelhante à piedade e pragmatismo invocados pelo cardeal D. Henrique, em 1565. Quando se preparava para entrar em Lisboa como regente, sabendo “quam prestes e aparelhada” estaria para o receber, parecia-lhe que se deviam escusar as festas, dando duas razões: o “tempo da quaresma” e o facto de nenhuns festejos poderem ser maiores do que as *boas vontades* dos lisboetas para as *cousas* do seu serviço²⁰⁴. Por outras palavras, a acção era mais valiosa do que a demonstração de disponibilidade para agir...

Por outro lado, em 1687, e devido a duas polémicas quanto aos arcos dos mercadores estrangeiros, podemos encontrar referências a uma regulação dos gastos orientada pela equidade que devia ser mantida entre os financiadores. A primeira surge quando o cônsul castelhano se recusa a erguer o edifício que lhe competia, justificando-se com o facto de que “não havia gente de sua nação, e que pudesse concorrer para as despesas d’elle”, não lhe sendo possível financiar a obra sozinho²⁰⁵. A segunda, a que já aludimos, é a que se relaciona com a participação dos florentinos com uma estrutura própria. Além de apresentarem uma justificação semelhante à do castelhano (só havia duas casas da sua nação na cidade) estes mercadores convocam outras duas razões para ser escusados – por um lado, a “falta” nos seus negócios e comércio e, por outro, os 3 000 cruzados que já tinham despendido num arco para a entrada de Vítor Amadeu de Sabóia²⁰⁶. Temos aqui uma “janela” para a percepção destes investimentos por quem efectivamente os fazia. Juntamente com os pareceres da Câmara, estas petições revelam os termos de uma negociação ocultada pela retórica da dádiva liberal e grandiosa com que nos depararemos mais adiante. No caso do cônsul castelhano, o Senado lembra ao rei que o exemplo da sua isenção seria “motivo de se poderem escusar ouros”, já que o peticionário partilhava com eles a condição de mercador estrangeiro na cidade e os proveitos do seu trato. Apesar de tudo, D. Pedro II concede a isenção.

²⁰³ *Ibid.*, v. 2, 1887, pp. 42-43.

²⁰⁴ AML, Livro de festas, fl. 99.

²⁰⁵ Oliveira, v.9, 1896, p.

²⁰⁶ *Ibid.*, pp. 8-10.

Os florentinos mereceram maior reflexão. O arco que tinham erguido em 1682, apesar de lhes servir de pretexto para evitar novo encargo, complicava a situação. Isto porque, nessa ocasião, fora por “causas particulares, que entre elles haveria” que estas casas comerciais se “desuniram” das suas congéneres italianas. Ora, em 1687 parecia ao Senado que a petição daquela nação se fundava precisamente nas “mesmas razões que na função passada tinha para se não desannexar dos italianos”. A causa saía ainda mais fragilizada por uma inspecção que determinou que a fábrica de 1682, que tinha sido acondicionada num armazém, podia ser recuperada “a pouco custo”, apesar de alguns danos. Também se repetia o argumento da injustiça para com os “consules de mais nações, que de boa vontade se offereceram ás demonstrações publicas da entrada”. Ainda assim, este mesmo critério fazia com que o vereador António da Costa de Novais mostrasse compreensão pela disparidade do investimento exigido aos florentinos e, no final, D. Pedro II aproveitou para demonstrar novamente a sua magnanimidade, acedendo ao pedindo de escusa, mas ordenando uma participação *infalível* no arco dos italianos.

3.2 – Os relatos

No dia 13 de Outubro de 1631, Filipe IV matou um touro com um tiro de espingarda em Madrid. Naquilo que Maravall considerou o cúmulo da adulação gratuita da monarquia²⁰⁷, Jose Pellicer de Tovar recolheu várias dezenas de poemas laudatórios sobre o episódio, publicados como *Anfiteatro de Felipe el Grande*. Na obra dedicada ao rei e ao conde-duque de Olivares, quase noventa “engenhos mais ou menos famosos”²⁰⁸ louvaram o feito do monarca através de um número notoriamente finito de metáforas, hipérboles e histórias clássicas. O mito do rapto da Europa é adaptado e readaptado – o touro é o “robador”, a quem o monarca ibero dá a morte²⁰⁹; ou o “ladrón” contra o qual o “sol de España” esgrime um raio²¹⁰. Noutras estrofes, a mitologia vira-se do avesso e Filipe IV é o Júpiter espanhol, grande e valoroso²¹¹, que junta o poder e o raio²¹², defende a Igreja²¹³ e rege as feras²¹⁴ – um interminável e derivativo louvor das virtudes varonis e do poderio do soberano.

²⁰⁷ Maravall, 1997, p. 326.

²⁰⁸ Étienne, 1999, p. 89.

²⁰⁹ Tovar, 1890, p. 43.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 66.

²¹¹ *Ibid.*, p. 96.

²¹² *Ibid.*, p. 108.

²¹³ *Ibid.*, p. 125.

A apologia ensaiada nesta compilação – circular e carregada de lugares-comuns e de alegorias – é um exemplo acabado do tipo de produção literária suscitada pela aparição pública e ritualizada dos reis. No que toca às entradas régias portuguesas, assistimos a um esforço panegírico que descreve a festa e os seus protagonistas com a mesma linguagem triunfante utilizada nas tarjas, letreiros e encenações da ocasião. Parece-nos acertado o diagnóstico de Ana Paula Torres Megiani, que fala de uma “correspondência entre a construção da imagem do poder que se assiste no espetáculo público – no cortejo e nas alegorias dos arcos triunfais – e aquela que se observa no texto dos impressos”, partilhando códigos narrativos e simbólicos fundamentais à legitimação dos poderes em presença²¹⁵.

A estrutura e o léxico são semelhantes entre os textos: não só entre os que partilham o mesmo objecto, mas também entre os que discorrem sobre entradas diferentes, numa repetitividade encorajada pela auto-reprodução dos modelos festivos que os próprios relatos ajudam a cristalizar. Quando há várias relações sobre a mesma cerimónia, aproximamo-nos ainda mais do *Anfiteatro* de Pellicer de Tovar, com cada um dos autores a fazer por encontrar, em prosa ou em verso, o seu lugar entre os aplausos do *triunfo*. Em parte, estamos perante o espírito dos certames poéticos, ou do jogo da *Comedia de la Entrada* de Jacinto Cordeiro, em que os personagens competem entre si pela melhor descrição dos arcos²¹⁶. O louvor apresenta-se quase sempre desapegado e deslumbrado, mas corresponde necessariamente a um conjunto de interesses, que podem ser os do próprio autor ou os de quem lhe paga.

Inicialmente, o nosso propósito será sondar estas motivações através das dedicatórias e prólogos dirigidos aos leitores. De seguida, impõe-se uma análise da linguagem e preocupações patentes nos relatos que possa informar uma reflexão sobre as tarefas de testemunhar, fruir e fixar as entradas. Por último, há que dedicar alguma atenção a outras abordagens a estas ocasiões, interessando-nos particularmente o seu enquadramento em contextos mais alargados. O número de textos e a sua extensão retiram qualquer pretensão de plenitude a esta sondagem, sendo que as limitações da presente dissertação nos deixam confinados a uma exploração parcial.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 163.

²¹⁵ Megiani, 2004, p. 280.

²¹⁶ Cordeiro, 1621, fl. 13v. e segs.

3.2.1 – Os autores no seu meio

Comecemos por tentar reencontrar os autores e as suas motivações. Há dados fáceis de adivinhar – estamos perante um conjunto composto exclusivamente por homens que, com diferentes níveis de literacia, se movimentam em redes clientelares, estruturas hierárquicas ou espaços que os aproximam do objecto das suas obras. Para muitos, a tarefa era uma extensão natural de funções que assumiam na altura: Isidro Velázquez entrou em Portugal no acompanhamento de Filipe II, Jacinto de Aguilar y Prado tripulava uma das galeras da frota real de Filipe III, António Rodrigues da Costa era secretário do embaixador ao Palatinado... A oportunidade de escrever estes textos surpreendia os autores em diferentes alturas da vida e do seu percurso profissional.

João Baptista Lavanha narrou a jornada de Filipe III no zénite da sua carreira, quando era cronista-mor de Portugal e estaria, pelo menos, na sua sexta década de vida²¹⁷. Sebastião de Fonseca e Paiva, músico e letrado da Academia dos Singulares, escreveu sobre este tipo de cerimónias durante boa parte da sua vida adulta – com 37 anos, em 1662, descreveu em várias relações a viagem de D. Catarina de Bragança para Inglaterra²¹⁸, que acompanhou como mestre de capela. Quatro anos depois, dedicou-se à entrada de Maria Francisca de Sabóia em Lisboa²¹⁹ e, em 1687, com 62 anos, publicou dois volumes sobre a chegada de Maria Sofia de Neuburgo²²⁰. Era já cavaleiro de Santiago e continuava a sua carreira musical – primeiro no Hospital Real de Todos-os-Santos e, depois, no Real Convento de Palmela²²¹. Pascoal Ribeiro Coutinho também “fez carreira”, publicando um relato da entrada de Maria Sofia de Neuburgo em castelhano e volumes dedicados aos arcos dos ourives de 1687 e de 1708 – o último dos quais, como vimos, como Jacinto Pacheco Robrilvo. Alguns dos autores escreveram obras em que demonstravam conhecimento prévio dos temas com que tinham de lidar nestes relatos. Vasco Mousinho de Quevedo é o caso mais evidente, com o seu poema épico sobre D. Afonso V²²² e o seu livro de emblemas²²³. Jacinto Cordeiro é um caso extraordinário: a crer na data de nascimento apontada por Barbosa Machado, o destacado argumentista terá publicado a sua *Comedia* da entrada de Filipe III com

²¹⁷ Machado, v.2, 1747, pp. 598-600

²¹⁸ Citadas em Machado, v. 3, 1752, p. 688.

²¹⁹ Paiva, 1667.

²²⁰ *Ibid.*, 1687.

²²¹ Machado, v. 3, 1752, pp. 688-89.

²²² Quevedo, 1611.

²²³ *Ibid.*, 2005.

quinze anos²²⁴. Décadas mais tarde, descreveria uma outra entrada solene – desta feita, a recepção triunfal de um embaixador francês por D. João IV²²⁵.

As dedicatórias e prólogos ajudam-nos a contextualizar as motivações destes homens e a sua relação com os promotores das entradas. Quem já tiver folheado publicações da cronologia que temos em mãos não se surpreenderá com a forma e estilo da adulação, mas vale a pena atender à identidade dos *protectores*. Sem surpresas, encontramos a própria família real. Lavanha dedica a *Viagem* a Filipe IV, lembrando que fora o pai do rei que, agrado com o “triunfal aparato” da entrada, o encarregara de passá-lo a escrito²²⁶. Em 1687, Manuel de Coimbra dedicou a Maria Sofia de Neuburgo a sua descrição da *sumptuosa* ponte feita pela Casa da Índia. O autor ocupava-se do “primeiro culto” que o afecto de Portugal dedicara à rainha, procurando conservar perpetuamente a sua elegância efémera²²⁷. Em 1583, Isidro Velázquez fazia por colmatar uma falha quando dedicava a sua relação a Filipe II: como não o servira com a espada durante a crise sucessória, servia-o agora com a pena²²⁸.

Da mesma forma, os presidentes do Senado da Câmara são alvo de duas dedicatórias. Em 1619, Vasco Mousinho de Quevedo dedicou os seus versos a João Furtado de Mendonça, apresentando-o como o “cristal puro” que comunica ao Senado a luz do sol real²²⁹. Décadas depois, foi o próprio D. Francisco de Souza a encomendar a Manuel Nogueira de Souza a sua relação, que foi considerada pelo letrado como “herdada e antiga obrigação”²³⁰. Esta linguagem expõe a descrição escrita das entradas como um serviço laudatório que completava o discurso apologético da própria cerimónia – os reis viam eternizado o aplauso dos seus súbditos e os presidentes viam a sua cidade engrandecida e a sua primazia na hierarquia local fixada. Num exemplo pouco subtil de mobilização destas fontes de *reputação* – e de autoridade –, em 1581, Afonso Guerreiro colocava os seus esforços diante do cardeal Alberto de Áustria, estendendo a sua adulação e expectativa de patrocínio a todos os portugueses, que retrata alegres com a sua presença e confiantes que sempre lhes seria favorável com mercês, amparo e favor. O prior dizia-se mesmo testemunha “de vista & ouvida do que

²²⁴ Machado, v. 2, 1747, p. 462.

²²⁵ Cordeiro, 1641.

²²⁶ Lavanha, 1622.

²²⁷ BGUC, Cód. 323, fl. 2.

²²⁸ Velázquez, 1583.

²²⁹ Quevedo, 1619.

²³⁰ BGUC, Cód. 456, fls. 1-1v.

todos a boca cheia dizem & sintem disto”, não temendo, por isso, dirigir publicamente o seu trabalho ao futuro vice-rei²³¹.

Em simultâneo, a rememoração escrita podia reforçar as *agendas* políticas colocadas em cena nos festejos, ou até manipular o que se tinha exibido em prol de interesses concretos. Em 1619, deparamo-nos com motivações que assumem a defesa dos particularismos portugueses e da honra do reino e que podem ser enquadradas naquilo que Diogo Ramada Curto considera um quadro de concorrências entre “instâncias de controlo discursivo” que procuravam controlar a narrativa sobre a viagem de Filipe III²³². Jacinto Cordeiro é dos mais directos na mensagem que pretende passar, anunciando, em português, que fora o “mais poderoso amor da pátria” a motivá-lo a escrever a sua comédia”: queria eternizar as grandezas do reino, já que havia rivais invejosos a tapar a trombeta da Fama com o “chũbo vil de sua mà vontade”²³³. Com uma disposição menos aguerrida, Lavanha apela à mercê de Filipe IV para com os portugueses, referindo que, como nada tinha ficado por fazer na jornada, não lhes devia ficar nada que desejar²³⁴. A relação da tragicomédia jesuítica de 1619 escrita por João Sardinha Mimoso (que incluiu um relato da viagem de Filipe III) avança por terreno mais delicado. O abade dedica o livro a D. Teodósio II de Bragança²³⁵, entendendo que era *cousa* sua, não fosse a peça centrada em D. Manuel I, rei com que o duque partilhava o mesmo grau de parentesco que Filipe III... Além disso, Mimoso refere que, tal como os inacianos tinham feito num outro texto sobre o mesmo tema, a relação seguia em castelhano mas a dedicatória em português. E, se os jesuítas tinham usado a língua natural do reino para louvar o rei natural, ele fazia o mesmo com um príncipe natural. Explicava também que a impressão em castelhano se destinava a garantir que a “perfeição Portuguesa” fosse conhecida em toda a Espanha. Esta afirmação no quadro hispânico continuava décadas depois da Restauração: em 1687, Pascoal Ribeiro Coutinho dedicou a relação castelhana da entrada de Maria Sofia de Neuburgo que publicou em Madrid a D. José de Faria, enviado extraordinário naquela corte. A dedicatória conjuga o louvor ao reino e ao patrono, engrandecendo ambos no coração da monarquia vizinha²³⁶.

²³¹ Guerreiro, 1581.

²³² Curto, 2011, pp. 241-243.

²³³ Sobre o discurso patriótico de Cordeiro, ver Machina, 2012.

²³⁴ Lavanha, 1622.

²³⁵ Mimoso, 1619.

²³⁶ Coutinho, 1687b.

Ao lado destes gestos simbólicos, vemos os resultados de relações clientelares mais *mundanas*, como acontece com Jacinto de Aguillar y Prado, que nos diz que a Fama o informara que ninguém servia o rei como o conde de Saldanha, seu protector. Com aquelas páginas, o autor esperava que os que desejavam *saber* sobre a entrada de Filipe III em Lisboa, “de mejor gana” lessem o seu testemunho do que perguntassem²³⁷. Em 1687, por outro lado, Sebastião de Fonseca e Paiva esperava que o patrocínio de Lourenço Pires de Carvalho, provedor das obras do paço, de quem era capelão, fizesse luzir as sombras e *agradar* os erros da sua redacção²³⁸. Este tipo de humildade hiperbólica permite-nos, em alguns casos, vislumbrar a consciência que os autores tinham do *meio editorial* em redor das entradas que descreviam. Em 1619, por exemplo, Vasco Mousinho de Quevedo informa o leitor que o seu trabalho apenas servia de aba ao sol de Lavanha, a quem cabia a descrição daquela entrada quer por razão do cargo, quer por merecimento da pessoa²³⁹. Em 1666, Sebastião de Fonseca e Paiva, que se concentrou nas touradas, anuncia que “Das Magestades a entrada, / não pinto nesta ocasião, / que outro pinsel, & outra mão, / a tem muy bem retratada”²⁴⁰. Da mesma forma, Manuel de Coimbra termina a sua descrição da ponte da Casa da Índia avisando que superiores engenhos tomariam à sua conta relatar todo o *triunfo*²⁴¹. Em contraste, há textos em que encontramos derivações silenciosas, mas pouco subtis. José Ares Montes destaca o exemplo de Gregorio de San Martin, que além de retirar ideias e versos inteiros a Camões, “saqueia” Lavanha, pondo-o em rima²⁴².

3.2.2 – Escrever a festa

Em 1581, Afonso Guerreiro justificava os erros e faltas da sua relação da entrada de Filipe II com a brevidade do tempo que tivera para a redigir para “satisfazer depressa a desejos de muitos”. Por essa mesma razão, o relato não incluía “os retratos & dibuxos dos arcos, & historias que nelles auia”²⁴³, ficando implícita a intenção de vir a anexar as ditas representações pictóricas do aparato efémero. Nunca chegaria a cumprir a sua

²³⁷ Prado, 1619.

²³⁸ Paiva, 1687a.

²³⁹ Quevedo, 1619.

²⁴⁰ Paiva, 1667. Como veremos adiante, o *Mercúrio* também promete uma relação detalhada da entrada. Fica em dúvida quem seriam estes “pinsel” e “mão”, e se chegaram a publicar o seu labor.

²⁴¹ BGUC, Cód. 323, fl. 91v.

²⁴² Montes, 1990, pp. 24-25.

²⁴³ Guerreiro, 1581.

promessa – a morte surpreendeu-o durante um assalto à sua casa nos arrabaldes de Lisboa, ainda durante o ano de 1581²⁴⁴. Não se conhecem outras edições do seu relato.

A tragédia de Guerreiro reflecte as limitações e preocupações que encontramos reflectidas em muitos dos autores de relações. Em 1694, António Rodrigues da Costa também se desculpava aos leitores pelo atraso na publicação do seu relato, que chegava ao prelo sete anos depois da entrada de Maria Sofia de Neuburgo, dizendo que foi adiando a publicação até se ter desenganado quanto à hipótese de vir a incluir gravuras do aparato²⁴⁵. O que resta das suas esperanças pode ser visto no álbum de João dos Reis²⁴⁶, ou nos desenhos de Luís Nunes Tinoco²⁴⁷. Juntamente com as gravuras da entrada Filipe III de Jan Schorkens²⁴⁸, (essas sim um conjunto iconográfico completo e integrado numa relação *oficial*) estes rastros das festas de 1687 representam boa parte das imagens que restam das entradas régias portuguesas de quinhentos e seiscentos. Juntam-se-lhes apenas a tela do castelo de Weiburg referente a 1619²⁴⁹, o álbum dos emblemas de 1666²⁵⁰ e uma grisalha de Cosimo Gamberucci que representa a entrada de 1581²⁵¹. Se atendermos às saídas das infantas, contamos ainda com um medalhão do quarto livro da *Leitura Nova* que poderá representar a armada que levou D. Beatriz para Sabóia²⁵² e com as várias imagens que Dirk Stoop nos deixou da partida de D. Catarina de Bragança para Inglaterra²⁵³.

As ansiedades de Guerreiro e de Rodrigues da Costa com a falta de um acompanhamento visual para as suas descrições reflectem uma preocupação que partilhariam com os restantes autores: a transcrição do espectáculo. Melhor dizendo, a criação de um simulacro escrito do espectáculo que fosse capaz de produzir nos leitores o mesmo efeito que a manifestação física inspirava na assistência. Regressando à conceptualização de Jacinto Pacheco Robrilvo (ou Pascoal Ribeiro Coutinho), havia que dar a conhecer os enigmas – ou manjares para os entendimentos – e as demonstrações opulentas – ou pastos para os olhos²⁵⁴. A linguagem destas descrições era a mesma que

²⁴⁴ Machado, v.1, 1741, p. 38.

²⁴⁵ Costa, 1694.

²⁴⁶ BNP, AT, liv. 317. *Vide* Apêndice, Figura 4.

²⁴⁷ BA, Cód. 52-VIII.37. *Vide* Apêndice, Figura 5.

²⁴⁸ Incluídos em Lavanha, 1619. Apêndice A, figura 6.

²⁴⁹ *Vide* Apêndice, Figura 7.

²⁵⁰ *Vide* Apêndice, Figura 8.

²⁵¹ *Vide* Apêndice, Figura 9.

²⁵² *Vide* Apêndice, Figura 10.

²⁵³ *Vide* Apêndice, Figura 11.

²⁵⁴ Robrilvo, 1708, p. 2.

se empregava no aparato de que se ocupavam, ou seja, a exaltação exuberante e alegórica que encontrámos no *Anfiteatro*.

Na maioria dos relatos impressos, uma grande parte da redacção é dedicada aos enigmas e narrativas que adornavam os edifícios efémeros, com os autores a fazer por mostrar a sua capacidade de registar e decifrar programas iconográficos extensíssimos. Detectam-se, no entanto, diferentes níveis de preocupação com o esclarecimento dos leitores menos informados. No que toca à entrada de Filipe II, Guerreiro e Velázquez traduzem as inscrições em latim para português ou castelhano, cuidando que quem lesse entendesse o sentido das imagens. Ambos explicam o que “significavam” as estátuas e os quadros – Velázquez diz que o homem velho debruçado sobre uma bengala e com uma ampulheta na porta de Leiria, em Santarém, representava o tempo²⁵⁵ e Guerreiro explica como a nau em apuros no arco do Armazém, em Lisboa, era uma figuração dos “naufragios & trabalhos” da cidade²⁵⁶. Encontramos diferendos nesta interpretação da iconografia: desde o carro triunfal da deusa Diana que num dos relatos é puxado por leões²⁵⁷ e no outro pelo cão Cérebro²⁵⁸, até aos nós da árvore genealógica da realeza hispânica: onde o português vê as conjunturas em que a sucessão portuguesa esteve em dúvida²⁵⁹ e o castelhano vê *conquistas* portuguesas²⁶⁰. Guerreiro abre mesmo o jogo quanto às suas fontes e às limitações da sua interpretação – explica as estátuas de um arco “segũdo a tenção do autor”²⁶¹; utiliza o Salmo 57 para clarificar uma alegoria²⁶² e resigna-se a informar que duas figuras não tinham “letra nem outro sinal, por onde se dessem a conhecer”²⁶³.

Lavanha também traduz as frases em latim e decifra metodicamente os emblemas exibidos em 1619, mas Rodrigues da Costa, que vai identificando as estátuas e as figuras que povoavam os arcos de 1687, não explica os sentidos das representações²⁶⁴. Talvez quisesse guardar para o leitor o prazer de desvendar o enigma, propósito que revela os pressupostos que teria quanto ao seu público. Era uma versão exclusivamente escrita daquilo que podemos ver no álbum de emblemas da entrada de

²⁵⁵ Velazquéz, 1583, fl. 107.

²⁵⁶ Guerreiro, 1581, fl. 54v.

²⁵⁷ *Ibid.*, fl. 12.

²⁵⁸ Velazquéz, 1583, fl. 122v.

²⁵⁹ Guerreiro, 1581, fls. 48-48v.

²⁶⁰ Velazquéz, 1583, fl. 138v.

²⁶¹ Guerreiro, 1581, fl. 50v.

²⁶² *Ibid.*, fl. 49v.

²⁶³ *Ibid.*, fl. 43.

²⁶⁴ Por exemplo, Costa, 1694, 229-231.

Maria Francisca de Sabóia, em que o autor reproduz as imagens em aguarelas coloridas que acompanha com cópias das inscrições, sem qualquer contextualização²⁶⁵. Manuel de Coimbra também não decifra os emblemas da ponte construída pela Casa da Índia em 1687, mas traduz e desenvolve as legendas e os versos que os acompanhavam²⁶⁶.

As expectativas dos autores quanto ao público podiam ser partilhadas por quem erguia os edifícios. No arco da bandeira de São Jorge da entrada de 1581, que mostrava a vida do santo, “como a historia he vulgar & sabida de todos não tinha necessidade de letra algũa, nem outra inuenção em que os engenhos se occupassem”²⁶⁷. Guerreiro aplica o mesmo princípio e não nos diz nada sobre a representação desta *história*: estamos nos antípodas do tratamento que o autor dá às representações das conquistas portuguesas, acompanhadas com apontamentos históricos. Encontramos esse tipo de cuidados nas relações da entrada de Filipe III, em que as representações dos reis e *heróis* militares portugueses são acompanhadas por contextualizações exortatórias. Vasco Mousinho Quevedo, por exemplo, canta as vidas de cada um dos reis que aparecem na árvore dos ourives da prata em 1619, aproveitando para retomar os temas do seu *Affonso Africano* de 1611²⁶⁸: “Este es Alphonso quinto, que renombre / por titulo hà ganado de Africano, / Y es justo que con el al mundo assombre, / Como justo herdero del Romano” – apenas a abertura das nove estrofes que dedica ao monarca²⁶⁹. Da mesma forma, escrevem-se autênticas genealogias das dinastias representadas nos arcos dos mercadores estrangeiros e, por vezes, breves auxiliares de memória quanto às figuras que povoavam repertório clássico.

Além da transcrição mais ou menos hermética destes “manjares para os entendimentos”, impunha-se a tarefa de oferecer ao leitor “pastos para os olhos”. As descrições da iconografia eram intercaladas por considerações sobre a dimensão, características e qualidade artística dos edifícios efémeros. Sabemos as medidas e os materiais de muitas das estruturas: João Sardinha Mimoso fala, por exemplo, do arco dos curtidores, com os seus 30 palmos de alto e 12 de largura e os seus jaspes e mármore fingidos²⁷⁰. Ali perto, o arco dos italianos, que estava encostado à porta da Sé, chegava aos 75 palmos de altura, com 29 de largura. Os pedestais, as colunas e os

²⁶⁵ Xavier, Cardim e Bouza, 1996, pp. 77-81.

²⁶⁶ BGUC, Cód. 323.

²⁶⁷ Guerreiro, 1581, fl. 41v.

²⁶⁸ Quevedo, 1611.

²⁶⁹ *Ibid.*, 1619, fl. 52.

²⁷⁰ Mimoso, 1620, fl. 147v.

capitéis alternavam o estilo dórico e coríntio e tudo era lavrado em madeira, com “varios colores de piedras, resaltada de filetes de oro”²⁷¹. Somos continuamente informados que os quadros são de boa pintura, e os arcos de boa traça: imitava-se muito bem o mármore, o bronze, o ouro e as pedras preciosas. E tanta magnificência inspirava, claro, as metáforas e hipérboles características do género. Em 1619, o Safiro da *Comedia* de Jacinto Cordeiro, considerava que nunca “vieron humanos tal pintura y tanta beleza / tal compustura y tal gracia / ni tan vistosa grandeza” como a que se exhibia no arco dos homens de negócio²⁷². Na mesma ocasião, Lavanha servia-se do mito clássico para dar vida à exaltação: no arco dos cerieiros, podia ver-se “hũa parreira chea de uvas tanto ao natural contrafeitas, que puderão enganar aos homens, como enganarão aos passaros a que pinto Zeuzis”²⁷³. Na *Relaçam* de 1666, o autor distribuía o seu espanto com liberalidade: cada arco era apresentado como aquele em que se via uma bizzarria inédita, ou como a oitava maravilha do mundo. Em 1687, Manuel Nogueira de Souza trocou a individualização das estruturas por um elogio geral: era tudo, raro, agradável e estranho. As estátuas eram a inveja de Fídias, as pinturas a injúria de Apeles, as architecturas a mágoa de Vitruvius e as poesias a desconfiança de Homero²⁷⁴.

Não era só a visão que saía estimulada. Na sua descrição do arco dos ourives do ouro de 1687, Pascoal Ribeiro Coutinho explica-nos que, nos triunfos dos antigos, além de a *vista* se saciar com estes enleios de grandeza, o *ouvido* encontrava a engraçada consonância dos músicos, o *gosto* aumentava com as mesas liberais, o *tacto* suspendia-se com a destreza dos bailes e o *olfacto* empregava-se nos perfumes²⁷⁵. Como confessa Francisco de Arce, a festa era um turbilhão, uma confusão de estímulos: “El bullizio de la gente, / coches, cauallos soberbios, / los sentidos suspendian, / turban al confusso Arceo”²⁷⁶. Falaremos adiante das galas, das danças, das multidões, das mulheres e dos batéis – todos eles submetidos ao tratamento panegírico que temos encontrado. Por agora, resta-nos dedicar alguma atenção à manifestação que melhor encarnava este assalto aos sentidos, e à sua passagem a escrito: as iluminações festivas.

Descrever as luminárias, os tiros e os fogos artificiais era uma tarefa que exigia a convocatória de um imaginário partilhado entre autor e leitor e que só podia ser

²⁷¹ *Ibid.*, fl. 148.

²⁷² Cordeiro, 1621, fl. 14.

²⁷³ Lavanha, 1622, fl. 31v.

²⁷⁴ BGUC, Cod. 456, fls. 13v-14.

²⁷⁵ Ribeiro, 1687, p. 4.

²⁷⁶ Arce, 1956, p. 30.

alcançado por uma linguagem alusiva e metafórica²⁷⁷ – não havia estátuas, pinturas e medidas que enumerar com minúcia. O primeiro impulso era aludir à quantidade de engenhos, e à liberalidade com que eram acendidos: em 1687, Rodrigues da Costa diz-nos que, apenas para “divertir a moléstia da dilação” na preparação de um dos espectáculos pirotécnicos, se fez uma girândola com nove mil foguetes²⁷⁸. Estas referências eram depois animadas por dois grandes referentes comparativos – a claridade do dia e das estrelas e a destruição dos incêndios e da guerra. Continuando em 1687, e recuando ao dia em que chegou a notícia do casamento régio, encontramos as duas temáticas nos versos de Sebastião de Fonseca e Paiva:

“E Lisboa sse vio em hum momento
Feita outro firmamento,
Porque com luzes varias
Ouve tres dias muitas luminarias.
Os navios com tiros repetidos
Erão da vista horror, & dos ouvidos;

As Torres, & o Castello,
De Troya pareceo vivo modello,
E entre nuvens e fumo,
Que se queimava o mesmo ar presumo,
Tantas luzes pella Cidade havia,
Que parecia a noite o mesmo dia”²⁷⁹.

Tudo isto podia ser confuso. Em 1581, Guerreiro usa imagens de destruição impressionantes para descrever as luminárias colocadas em Lisboa durante a estadia de Filipe II em Almada: as casas pareciam arder por dentro com as candeias, e as bombas que explodiam nos ares pareciam demolir os edifícios. Toda a cidade parecia estar em chamas. Ainda nem passara um ano desde a batalha de Alcântara, e o medo da concretização destas imagens não estaria longe do pensamento dos lisboetas. O autor admite que, se alguém não entendesse o “jogo de alegria”, podia ficar espantado²⁸⁰. Como seria desenvolvido por Edmund Burke no século XVIII, este fruir nervoso de um perigo controlado e distante concorria numa estética *sublime*²⁸¹: a ambiguidade era a chave do efeito. Ainda assim, fixava-se o sentido – afinal, como diz Arce quatro

²⁷⁷ Sobre a representação pictórica destes espectáculos, ver Salantino, 1997.

²⁷⁸ Costa, 1694, p. 285.

²⁷⁹ Paiva, 1687, p. 5.

²⁸⁰ Guerreiro, 1581, fls 4v-5. Sobre a relação entre o conhecimento e a fruição da pirotecnia, ver Werret, 2001.

²⁸¹ Salantino, 1997, pp. 47-48.

décadas depois, as salvas de artilharia na entrada de Filipe III eram Lisboa, qual fénix, a abrir o próprio peito em chamas de amor pelo rei²⁸².

3.2.3 – Viagens, histórias, memórias...

Entre os volumes que temos referido, são vários aqueles em que as entradas partilham o protagonismo com outros acontecimentos incluídos na narrativa. No que toca, por exemplo, aos textos dedicados à itinerância da realeza – como a relação da jornada ao Alentejo e Algarve de D. Sebastião (1573) ou o relato da viagem da infanta D. Maria para Castela (1543) –, os recebimentos são apenas uma das preocupações. O recontar das cerimónias é acompanhado por descrições das localidades, das gentes e dos alojamentos, além de se dar atenção às refeições, caçadas e divertimentos. Os relatos das jornadas filipinas também incorporam estes interesses – das paisagens rurais de Velázquez às histórias locais de Lavanha.

Em descrições de viagens que nada tinham a ver com itinerância de reis e infantas, este protagonismo partilhado tornava-se numa referência lateral – é o caso do texto de Domenico Laffi, um sacerdote italiano que passou por Lisboa em meados de Setembro de 1687²⁸³. Era o *clímax* da sua quinta e última peregrinação, desta vez com destino ao berço de Santo António. Apesar deste foco *espiritual*, Laffi não deixou de anotar o cenário festivo que encontrou na relação da sua viagem. Quando chegou, passavam dezasseis dias desde a ida de D. Pedro II e Maria Sofia de Neuburgo à Sé, e os arcos triunfais ainda estavam montados. Descreve três deles muito brevemente – o dos alemães, o dos ingleses e o dos italianos. É sintomático que sejam estas estruturas a chamar-lhe a atenção: quando refere que “na rua toda que vai até ao palácio real havia arcos triunfais, feitos pelas nações estrangeiras”, nota-se bem a impressão que lhe terão causado os erguidos pelas corporações lisboetas. O mais belo dos arcos era o dos italianos: “não pela riqueza, mas pela pintura, arquitectura e originalidade, bem situado, bem formado e bem significativo”. Talvez este *patriotismo* de um viajante distanciado dos interesses dos financiadores da entrada revele o lado afectivo do investimento dos membros destas colónias mercantis, que colaboravam para marcar uma presença sumptuosa na cidade. Laffi também chegou a tempo de ver o segundo espectáculo de fogo-de-artifício e, tanto na breve notícia dos fogos como nas sucintas descrições dos arcos, o italiano corresponde às preocupações de quem organizava a entrada e de quem

²⁸² Arce, 1956, p. 30.

²⁸³ Laffi, 1998, pp. 103-104.

a descrevia: impressionado com o esplendor, reproduzia-o por escrito (e sem dar sinais de consulta de qualquer uma das relações).

No seu *Felipe Segundo Rey de España*, de 1619, Cabrera de Córdoba oferece-nos um bom exemplo da interacção dos relatos impressos com narrativas mais abrangentes. Em detalhes como a arenga de Elvas ou uma metáfora usada em Santarém, encontramos sinais da consulta de Guerreiro e de Velázquez²⁸⁴. Em Lisboa, Cabrera de Córdoba reescreve a arenga registada nos relatos coetâneos com cortes, sinónimos e floreados, mas acaba por alterar pouco o seu conteúdo. Salta à vista, no entanto, uma redução da dimensão para metade que, intencionalmente ou não, suprime algumas considerações mais arrojadas. O cronista descreve a entrada como uma confirmação sublime daquilo que a incorporação de Portugal na Monarquia significava para Filipe II: “porq̃ conseguia lo q̃ tão avia procurado; q̃ no ai mas para vn deseo, quedando con reputacion esclarecido en todo el Orbe”²⁸⁵. A entrada do rei em Lisboa assume um lugar semelhante ao que encontramos nas biografias actuais, servindo como ilustração de um *feito* ou conjuntura particular. Nas exéquias de Filipe II em Florença, a grisalha de Cosimo Gamberucci que já mencionámos opera um enquadramento semelhante da entrada, fazendo parte de um conjunto de vinte e quatro imagens de momentos centrais na vida que ali se comemorava²⁸⁶.

Nos dois volumes da *História de Portugal Restaurado* de D. Luís de Meneses (publicados em 1679 e 1698), três das entradas régias de que nos ocupamos também são enquadradas na narrativa, mas numa dimensão política que ultrapassa o âmbito *biográfico* dos protagonistas. Quando fala da jornada de de 1581, o conde da Ericeira descreve um cenário noturno²⁸⁷, com os festejos a dourar uma pílula que cedo seria amarga aos portugueses. Em Lisboa, apesar do investimento no aparato, ninguém aplaudiu o rei: a cidade mostrava a sua força com os gastos, mas não dava sinais de afecto com aclamações. Nas linhas dedicadas a 1619, Meneses reproduz os lugares-comuns sobre aquela jornada, falando da grandiosidade da entrada em Lisboa, que teria feito com que Filipe III se sentisse rei pela primeira vez, e da inveja e má-vontade dos ministros castelhanos²⁸⁸. Por outro lado, em 1666, o autor (que apoiara o golpe de D.

²⁸⁴ A menção da arenga de Elvas sugere a consulta de Velázquez e uma metáfora usada em Santarém sugere a consulta de Guerreiro. Córdoba, 1619, pp. 1125 e 1128.

²⁸⁵ Córdoba, 1619, p. 1129.

²⁸⁶ Stopatto, 1999, pp. 155-209.

²⁸⁷ Meneses, v.1 1679, pp. 31-32.

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 41.

Pedro e que escrevia já durante o seu reinado) desconstrói a exaltação do casamento de D. Afonso VI e de Maria Francisca de Sabóia com referências à frieza com que ambos se trataram logo à primeira vista²⁸⁹. Se em 1619 Meneses alinha o sentido da sua narração com o dos relatos portugueses contemporâneos à entrada, nas passagens sobre 1581 e 1666 o conde inverte completamente a mensagem dos rituais e da sua rememoração escrita. Não era um impulso subversivo – era um revisionismo que correspondia aos pressupostos políticos dominantes no ambiente em que o autor se movimentava.

Se quisermos encontrar subversão activa, temos de passar para lá do olhar dos censores: ou seja, para o universo manuscrito. Aqui, a grande referência é Pero Roiz Soares e as suas memórias de Lisboa na passagem do século XVI para o XVII. Entre o rebuliço de acontecimentos como crise sucessória de 1578-83, as epidemias, a *Invencível Armada* e os fenómenos celestes, o *Memorial* trata das entradas de 1581 e 1619, supostamente testemunhadas em primeira mão pelo autor. Como veremos adiante, o sentido das suas considerações sobre a viagem de Filipe III pouco difere dos restantes testemunhos, alinhando-se com as esperanças frustradas que ecoaram até ao *Portugal Restaurado* de Meneses. Em 1581, no entanto, as simpatias antonianas do autor ensombram o *triunfo* de Filipe II²⁹⁰. Soares refere uma execução pública que causou escândalo durante os preparativos e, no dia da entrada, além de colocar as multidões em pranto colectivo, conjura névoas que perseguem o rei durante a travessia do Tejo. Ao mesmo tempo, condena o esforço económico dos lisboetas em tempos difíceis, aproveitando a mão estendida da figura de Lisboa nas portas da Ribeira como alegoria da cidade a pedir esmola. Numa e noutra ocasião, o memorialista dedica alguma atenção ao aparato, descrevendo brevemente cada edifício com um domínio questionável do repertório iconográfico – no arco dos mercadores alemães da entrada de 1581, Atlante e Neptuno são identificados como gigantes: o primeiro com o mundo nas mãos, e o segundo a segurar figas e ganchos que *significavam* o mar.

Os testemunhos manuscritos surgem muitas vezes em forma de carta, como acontece com a entrada de D. João IV em Évora, em 1643²⁹¹. Apesar de o investimento nas entradas régias garantir a produção de relatos impressos a partir de finais do século XVI, este tipo de relações manuscritas era o modo mais comum de fazer circular

²⁸⁹ *Ibid.*, v.2, 1698, pp. 834-836.

²⁹⁰ Soares, 1953, pp. 193-196.

²⁹¹ Reis, 1939.

novidades na nossa cronologia²⁹². Terá sido por textos deste tipo que Gaspar Correia se inteirou dos detalhes da entrada de Leonor de Áustria em Lisboa, apenas um dos vários acontecimentos europeus com que acompanha as notícias das armadas da Índia nas suas *Chronicas dos Reis de Portugal*.... Entre *sucessos* como a obtenção da dignidade cardinalícia para o infante D. Afonso ou os saques de Roma e de Rodes, surgem outros rituais celebrados no reino, como as festas pela ida da infanta D. Beatriz para Sabóia ou a aclamação de D. João III. No caso da entrada de 1521, o detalhe na descrição do aparato, apesar de presente, ainda está longe da minúcia dos relatos impressos²⁹³. Não é um texto muito diferente daquele que Fernão de Monterroio escreve sobre a entrada de Joana de Áustria nas suas *lembranças*²⁹⁴, nem de outros manuscritos do seu tempo, como o dedicado à partida da infanta D. Maria para Castela que o secretário Pero Alcáçova Carneiro inclui nas suas *relações* (1543)²⁹⁵, ou a carta que um criado anónimo da rainha-viúva D. Leonor escreve à sua senhora sobre o casamento de D. João III e Catarina de Áustria (1525)²⁹⁶. O enquadramento e as motivações variam: as linhas de Carneiro inserem-se numa recolha documental que serve de autobiografia política e a carta de 1525 é a resposta à curiosidade de um membro destacado da família real pela nova consorte. Todos estes textos descrevem o aparato, cortejos e precedências, sendo também notório o seu interesse no comportamento emocional da realeza – das lágrimas nas despedidas até ao humor *cinzento* de Catarina de Áustria quando entrou no seu novo reino.

3.3 – “O mayor triumpho”

Em 1666, a entrada de Maria Francisca de Sabóia em Lisboa foi assunto no *Mercurio Portuguez*. O periódico panfletário do secretário de estado António de Sousa de Macedo inclui um relato detalhado da cerimónia, e a sua perspectiva merece a nossa atenção não só por este enquadramento editorial, mas também porque permite estabelecer ligações interessantes entre os temas de que nos ocupámos neste capítulo.

Antes de mais, importa entender o lugar que a entrada assume na narrativa central do *Mercurio*, ou seja, a representação do reino restaurado como uma formação

²⁹² Fuente, 1996.

²⁹³ Correia, 1992.

²⁹⁴ Monterroio, [s.d].

²⁹⁵ Carneiro, 1937, pp. 274-275.

²⁹⁶ Buescu, 2010, pp. 129-137.

política legítima e *triumfante*. Somos informados, “com toda a verdade” e com o testemunho de uma audiência de todas as nações, que

“nesta entrada de suas Magestades se vio Lisboa o mayor triumpho, que pôde ser que o mundo haja visto; cuja ostentaçam, cuja riqueza, & cujo applauso deue ser desengano aos Castelhanos, & a seus amigos, se tiuerem olhos, do que he Portugal depois de vinte & seis annos de continua, & tam porfiada guerra; & do amor com que os Portuguezes seruem a seu Rey natural”²⁹⁷.

Os marcadores desta grandeza são nossos conhecidos. Apesar de o *Mercurio* não descrever os arcos, (deixando a promessa – que terá ficado por cumprir – de que “hum excelente escritor” estava a ordenar um volume dedicado ao tema), somos brindados com vinhetas da exuberância acostuada – o ouro, a prata e as pedras preciosas ou, concretizando no que era o ponto fulcral à data, a “despeza grandissima”²⁹⁸. Aqui, regressamos às cartas entre a Câmara e o rei, e à demonstração ostentatória entendida como dever do súbdito preocupado com a reputação da monarquia – o esbanjamento liberal, sempre prova de afecto, serve também de imagem de prosperidade e tranquilidade apesar da guerra. O efeito no reino vizinho não tardou a sentir-se: “A inveja dos Castelhanos quiz perturbar este contentamento, com fazernos pelas armas alguma diuersam”²⁹⁹ – sob este mote, o relato passava da festa aos movimentos de tropas e recontros na fronteira. Neste campo do poderio militar, encontramos uma resolução notável dos possíveis (ou premeditados) mal-entendidos quanto às salvas de artilharia no Tejo: “era verdadeiramente alegre aquella horabilidade da artilheria, (...) no que bem que se experimentou que sô o fim a que as cousas que se dirigem as faz agradaueis, ou terribeis”³⁰⁰. Noutra ocasião, aqueles canhões agradáveis poderiam ser terríveis... O fasto torna-se numa demonstração de poder, num *aviso*. E não estava voltado apenas para o outro lado da raia.

Como todas as ocasiões que analisamos, a entrada de Maria Francisca de Sabóia pôs em cena a ordem social e política do seu tempo. Da mesma forma, como em todos os relatos, a notícia do *Mercurio* reproduz as precedências e os gestos com detalhe. E se importava construir uma aparência de imutabilidade e inevitabilidade daquilo que se representava, havia também espaço para afirmar protagonismos conjunturais. No *Mercurio*, encontramos um dos casos mais evidentes de afirmação pessoal neste palco ritualizado, com a autoridade de António de Sousa de Macedo a ser destacada de forma

²⁹⁷ “Mercurio Portuguez com as novas...”, 2010, p. 658.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 653.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 658.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 643.

inédita entre as fontes que temos citado – quando se descrevem os acompanhamentos nobiliárquicos de D. Afonso VI nos cortejos náutico e terrestre, refere-se que tinha sido “por escritos do Secretario d’Estado” que toda aquela gente fora chamada à função³⁰¹. Não era apenas a força invisível do costume que juntava os oficiais da casa real, conselheiros de estado e membros dos tribunais – era também a diligência de Macedo. Estamos perante um exemplo bastante visível das preocupações transversais com prerrogativas, competências e precedências. E estas ansiedades não são apenas uma expressão do valor que se dava à encenação da ordem – são também, nalguns casos, sintomas da presença de interesses económicos. Afinal, as propinas chorudas de que demos conta eram, como referiu António Hespanha³⁰², uma parte importante dos réditos obtidos pelo exercício de determinados cargos da administração municipal.

A ostentação sugerida na breve notícia dos arcos e nas descrições das festas que se seguiram à entrada, quando combinada com a reprodução das precedências e esclarecimento de quem as ordenava, fazia o relato do *Mercúrio* corresponder, como muitos dos textos que aqui vimos, àquilo que Andrés de Almansa y Mendonza³⁰³ considerava ser o objectivo de uma relação de festas – gosto e utilidade. Como explica Fernando Bouza o primeiro “debía conseguirse con la brillante, y detalladamente circunstanciada, descripción de los cortejos, tablados, parejas, lances y, en suma, de todas las *invenciones* con las que se había rodeado la celebración”. A utilidade, por sua vez, “habría de nacer del conocimiento de la situación de la corte, también detalladamente circunstanciada”³⁰⁴. Como vimos, podemos encontrar estas preocupações tanto na memória escrita das entradas como na comunicação política subjacente à sua organização. Quer fosse assegurada pelo patrocínio e pela assimilação dos modelos pelos autores dos relatos, ou pela inevitabilidade do recurso à memória escrita pelos organizadores, há uma sintonia generalizada entre os olhares que aqui descrevemos. Assim sendo, encontramos um conjunto de valores partilhados: a liberalidade no luzimento, a defesa da reputação (da monarquia, da cidade e dos seus corpos), a demonstração da lealdade, a encenação das hierarquias e a manutenção da ordem, da equidade e do costume.

³⁰¹ *Ibid.*, pp. 639 e 643.

³⁰² Hespanha, 1986, p. 230.

³⁰³ Sobre este importante autor de relações de sucessos, ver Borrego, 1996.

³⁰⁴ Bouza, 1995, pp. 189-191.

4 – Os discursos

Antes de passar aos discursos apresentados pelas entradas, vale a pena, em jeito de epílogo do capítulo anterior e introdução do presente, destacar alguns casos em que surgiram representações destas cerimónias nos seus próprios programas *performativos* e decorativos. Veja-se, por exemplo, o quadro-vivo preparado pelos oficiais da Casa da Índia na entrada de Leonor de Áustria em Lisboa³⁰⁵. O cadafalso estava coberto por um arvoredor cheio de flores e pássaros. Entre a vegetação, via-se um limoeiro carregado de candeias acesas (que simulavam os limões) e uma grande esfera dourada guardada por um leão. De um dos lados, surgiu um cisne a puxar um batel em que seguia D. Manuel – um “formoso cavaleiro armado de todas as armas”. A nobre figura derrotou o leão e tomou o limoeiro, fazendo com que a esfera se abrisse. Do interior saiu D. Leonor – uma “formosa e ricamente vestida donzela com uma coroa”, que desceu e abraçou o cavaleiro. Apareceu depois um anjo, que coroou ambas as figuras, levando para os céus a antiga coroa da rainha. Descobriu-se, por fim, uma grande cidade, da qual saíram muitas gentes com grandes festas e prazeres, recebendo as figuras com um rico pátio e muitos tangeres. Os lisboetas mostravam-se a receber um casal que reunia virtudes varonis e femininas – a fortaleza e a beleza –, e que era agraciado pela divina providência.

Mas que forma deviam adoptar as tais festas, prazeres e tangeres? Sem surpresas, os organizadores procuravam respostas no passado e no mito. Em 1619, os estalajadeiros apresentaram um quadro vivo a Filipe III³⁰⁶. Desta feita, via-se Jacob, vestido de pastor, chegando à Palestina. Apareciam-lhe dois exércitos de anjos ricamente vestidos “cantando com excelente harmonia em diferentes instrumentos”:

Entra o Santo Iacob por Palestina
Aonde lhe offerece o Ceo doce morada,
E a companhia Angelica & divina
Ao encotrono lhe sae alvoraçada
Com musica celeste, & peregrina
Festejão docemente sua entrada
Que à quem Deos ama, estima, & guarda tanto,
Os Anjos recebem com seu canto.

Com razão logo o príncipe ditoso
Rei de tantas Provincias, tantas gentes

³⁰⁵ Correia, 1992, p. 130.

³⁰⁶ Mimoso, 1620, fl. 148v.

Neste recebimento venturoso
Se abrem nuves claras transparentes.
E os anjos com accento sonoro
Cantão versos alegres, & contentes
Com jubilos de amor, & de alegria,
Por ver à Portugal tam bello dia”³⁰⁷.

Como esclarecia um anjo que descia com uma tarja para o rei, “Entam à elle, agora à vos”. O que se encenava era uma repetição, e este coro não foi o único acompanhamento convocado para simulacros de recebimentos passados. Em 1581, no arco dos mercadores alemães, Filipe II surgia armado e a cavalo, subindo uma serra íngreme a conselho da deusa Diana: “Sede estremado nas virtudes, que assi se sobe ao Ceo. porque a virtude ama as cousas altas e difficultosas”. O rei não estava sozinho: junto a ele, em redor de uma fonte, Apolo e as musas festejavam a sua passagem com canções, violas e harpas, apelando a que todos repetissem o seu canto. Mais abaixo, viam-se ninfas, monstros, sátiros e divindades aquáticas “com grande folia de pandeyros, & cestros, com estrôdo de charamelas, que ajudauão a festejar o triũfo de sua Magestade”. Dizia-lhe aquela multidão que recebesse “estas folias, que o amor que vos temos manda, porque todas estas festas, que se fazem a vosso triumpho, se tirarão das historias dos Romanos”³⁰⁸.

Em 1687, o arco dos italianos mostrava uma figura do Aplauso a receber dois papéis – um oferecido pela Poesia, e o outro pela Oratória “como tributando cultos poemas, & discretos panegericos à solemnidade de tão fausto dia”. Ali perto, surgia um exemplo na forma de um quarteto que cruzava o imaginário bíblico e clássico, combinando o universo dos anjos de 1619 e o dos sátiros de 1581. Sobre uma águia que levava as armas reais, surgiam os versos:

“Para fechar deste edificio augusto
O portico eminente, a Aguia triumphante
Por decreto do altissimo Tonante
Busca a pedra mais firme em Pedro o justo”³⁰⁹.

Diz-nos Rafael Bluteau que “applaudir” advém da palavra latina *applaudere* – “Bater cõ os pès, ou dar palmadas”. Em português, no entanto, *tomava-se* por “festejar approvando, & louvando”, sendo o aplauso, portanto, uma “demonstração de estima &

³⁰⁷ Lavanha, 1622, fl. 35.

³⁰⁸ Guerreiro, 1581, fls. 17v-18 e Velazquéz, 1583, fls. 123-123v.

³⁰⁹ Costa, 1694, pp. 222-223.

alegria”³¹⁰. No arco dos italianos, que Maria Sofia de Neuburgo terá contemplado enquanto ouvia os *vivas* da multidão, idealizavam-se poemas cultos – polidos, estudados, elegantes³¹¹ – e panegíricos discretos – dotados de engenho e agudeza³¹². O Aplauso dos italianos convocava, mais do que a demonstração gestual e clamorosa do afecto, uma celebração informada pelos saberes da cultura letrada e que era representada necessariamente pelos “papéis” – pela escrita: os versos que decoravam os arcos triunfais, a arenga que enquadrava a ocasião, e os relatos que louvavam os protagonistas.

Na construção destes discursos, as fontes eram várias. Os motes, as máximas e os versos usados em junção com esta iconografia eram retirados de autoridades que iam deste os evangelistas e doutores da igreja até aos filósofos, historiadores, poetas e políticos clássicos e humanistas. Surgiam mesmo compilações deste tipo de sentenças como os *Lugares comunes de conceptos, dichos, y sentencias, en diuersas materias* de João de Aranda, publicado em 1595. As Escrituras, as hagiografias e a literatura religiosa inspiravam a imagética e as tarjas centradas em redor dos temas bíblicos e devoções locais e corporativas, enquanto que romances de cavalaria como o *Amadis de Gália* davam forma ao imaginário cavaleiresco. A estes repertórios juntava-se a recuperação humanista de narrativas, personagens e símbolos clássicos, combinando-se tudo numa iconografia que tinha grande circulação internacional através de gravuras e dos livros de emblemas – a *Emblemata* de Alciato (1548), o *Dialogo dell’imprese* de Paolo Giovo (1559), a *Iconologia* de Cesare Ripa (1593)... Como Ana Hatherly aponta, os *textos visuais* informados por esta tradição hermética greco-romana podiam também mostrar influências do cabalismo hebraico³¹³.

São os discursos resultantes destes cruzamentos de repertórios, saberes e sensibilidades que nos interessam neste capítulo. Antes de mais, olharemos para o é esperado da presença pública do rei, analisando as expectativas do visitante e dos anfitriões, e as formas de representar a realeza concebidas por ambas as partes. Em seguida, analisaremos as hierarquias e relações entre gentes e espaços que eram transmitidas nos ritos e no aparato. Olharemos para a própria cidade, que se faz

³¹⁰ Bluteau, v. 1, 1712, p. 445.

³¹¹ *Ibid.*, v. 2, 1712, p. 636.

³¹² *Ibid.*, v. 3, 1713, p. 243.

³¹³ Hatherly, 1983, pp. 17-18.

representar através de ritos e aparato festivo e que insiste em defender a sua reputação e grandeza frente a congéneres mais ou menos distantes. Avançaremos, depois, para o que nos é dito sobre as conquistas ultramarinas e as suas gentes.

4.1 – Remédios, astros e virtudes – a presença do rei e o bom governo

“Deixauase bem ver a Rainha N. S. porque o tejadilho hia descuberto, reparandose o Sol della cõ hum chapeo (...) não he possiuel exprimirse o agrado que o respeito notaua em S. Mag. basta dizerse, que sendo já de antes venerada, & amada pella fé de seus vassalos, com grandes excessos, entam o ficou muito mais, quando a fama se excedeo da presença”³¹⁴.

Nestas linhas, o *Mercurio Portuguez* repetia um cuidado que podemos encontrar nas considerações manuscritas atribuídas à entrada de Maria Francisca de Sabóia: o tejadilho do coche real devia seguir aberto e devagar para que “sem parar [a rainha] possa ver bem e notar os arcos para satisfazer o zelo e amor dos que os fabricaram”³¹⁵. Em 1581, Isidro Velázquez coloca a mesma preocupação na mente de Filipe II, que parte cedo de Almada para ter tempo de ver tudo o que tinha sido preparado pelos lisboetas³¹⁶. A presença ritualizada não era passiva – não bastava aparecer para *exceder a fama*. Era necessário enfrentar o calor, o sol, o enfado e os olhares curiosos: deixar-se ver. E deixar-se ver com tempo, mostrando respeito e apreço pelas demonstrações de afecto dos súbditos. Entre os últimos, a vontade de ver o rei nasce de sentimentos que podemos associar a dois grandes “temas” das entradas régias portuguesas: por um lado, a curiosidade de vislumbrar uma nova consorte; por outro, a ânsia de contactar directamente com soberanos entendidos como cada vez mais inacessíveis. Não precisamos de sair do *Mercúrio* para encontrar o primeiro sentimento – veja-se como o vento finalmente se “cansou de cansar” os lisboetas com a demora “insofrível” da frota que trazia Maria Francisca de Sabóia³¹⁷. O segundo sentimento, apesar da intensidade que viria a assumir entre 1583 e 1640, é logo fixado na *Miscelânea* de Garcia de Resende, num tom nostálgico e pedagógico.

“Quando hos principes sahiam
dias santos, caualgauam,
todos seus pouos os viam,
elles viam e ouuiam
todos quantos lhes fallauam.

³¹⁴ “Mercurio Portuguez com as novas...”, 2010, pp. 650-651.

³¹⁵ BNP, CP, liv. 653, fl. 359.

³¹⁶ Velázquez, 1583, fl. 120.

³¹⁷ “Mercurio Portuguez com as novas...”, 2010, p. 647.

Ninguém pode ser querido
de quem non he conhecido,
que os olhos han de olhar,
para o coração amar
o que tem visto e sabido”³¹⁸.

O presente subcapítulo ocupar-se-á desta arte de ser visto, sabido e amado. Depois de uma reconstrução das preocupações e das expectativas em redor das visitas reais como momentos de contacto directo entre o soberano e os seus súbditos, olharemos para a construção da imagem régia pelo próprio rei e pelos seus anfitriões.

4.1.1 – Pôr os olhos

Em 1580, a corte de Filipe II debatia a liderança do exército que se preparava para reduzir Portugal à obediência da monarquia. Segundo o genovês Jeronimo Franchi Conestaggio, havia quem considerasse que devia ser o próprio rei a encabeçar as tropas por ser “coisa certa que se o rei entrasse no reino, dos amigos fidelíssimos faria vassalos, dos neutrais faria amigos e dos inimigos faria neutrais”³¹⁹. Anos mais tarde, e numa conjuntura bem menos melindrosa, Baltasar Álamos de Barrientos explicava a um jovem Filipe III que devia visitar todos os seus reinos, mostrando modéstia, elegância e formosura, qualidades que o tornariam amável ao povo. Ao ser visto e recebido, e ao ouvir os agravos dos seus súbditos, mostrar-se-ia como seu rei: com a sua “vista”, convencê-los-ia a servi-lo e socorrê-lo. “Que aunque se teme más lo nuevo que no se ve, no se ama tanto. Y lo que se ama, com la ausencia se desea” – a presença e a ausência eram armas políticas a ser usadas na altura e na medida certa³²⁰. Como vemos, o imaginário cortesão tinha um conjunto de expectativas quanto à aparição pública do rei. Quando se dava a ver, o soberano amenizava ânimos, reparava laços e garantia lealdades. Este contacto é apresentado como um *remédio* para os males de quem era agraciado com a presença régia. Em 1581, apesar do protagonismo de Santarém na rebelião antoniana, Filipe II “alumbrado por diuina gracia”, entra na cidade para acudir ao “clamor de los doloridos, y lastimados” com as perdas em Alcácer-Quibir e na rebelião: com a sua presença, o rei remediava os males do reino³²¹.

³¹⁸ Resende, 1973, p. 361.

³¹⁹ Conestaggio, 2017, p. 162.

³²⁰ Hermida, 2003, p. 292 e Olival, 2006, p. 225.

³²¹ Velazquéz, 1583, fls. 105v-106.

Em diálogo com estas expectativas da corte e da literatura laudatória, surgem as esperanças dos súbditos que recebiam o rei. As arengas que agradeciam a presença régia são uma fonte utilíssima nesta matéria. Veja-se a que D. Sebastião ouviu em Tavira, a 31 de Janeiro de 1573. Entre os louvores hiperbólicos costumeiros, há uma formulação especialmente interessante dos laços (e deveres) afectivos que uniam o rei e os seus súbditos. Diz-se que “se algum Rei se pode chamar Rei, por graça de Deus”, era D. Sebastião, porque além de ter nascido do ventre da sua mãe, tinha sido gerado do “ventre dos merecimentos das muitas lágrimas, suspiros, orações, sacrifícios que seus povos ofereceram a Deus, na hora do seu nascimento”. O resultado era um rei virtuoso, que governava em “tranquilidade” e “quietação”, obrigando os seus súbditos a “amar, obedecer, e servir de coração”. Era essa a disposição dos tavirenses – de tal forma que não havia tempo para enumerar os seus serviços. Assim sendo,

“[Tavira] não desmerece a Vossa Alteza erguer os seus olhos misericordiosos e pô-los nela, para que veja as quebras, faltas, ruínas e perdição que nela vai, que é tanta que não enxergará Vossa Alteza nela mais que a pintura, obra e figura do que antes foi. Não achará mais que ser um corpo, sem alma, nem espírito, nem sentido, se com a sua presença real não a tornar a ressuscitar, e cobrar o que tem perdido porque, vendo estas misérias, necessariamente as deve remediar (...)”

E o remédio era a magnanimidade de D. Sebastião, que devia dar os favores, fazer as mercês e outorgar as liberalidades esperadas pela cidade³²². Velázquez encena repetidamente o cumprimento desta expectativa ao longo da jornada de Filipe II – quando o rei chega a uma localidade, assistimos a audiências intermináveis em que os portugueses têm prioridade³²³. Em Santarém, enquanto a corte e os locais festejavam com fogos e touros, o rei que se costumava caricaturar como *papelero* fazia uso virtuoso dos papéis, dedicando-se aos negócios do novo reino³²⁴. Nessa e noutras jornadas, distribuem-se também esmolas e recompensas pelas danças, além de se libertarem os presos por delitos menores – por outras palavras, encenava-se a liberalidade e a clemência que fortaleciam a comunidade e os laços afectivos que lhe davam forma. Em 1619, encontramos uma *performance* desta mercê do ouvido régio para causas do bem-comum e da justiça quando Filipe III visita o tribunal da Relação de Lisboa e preside a uma sessão. Lavanha conta como o rei referiu aos desembargadores daquele tribunal que “a causa mais principal que o mover à vira a Portugal, fora entender que a justiça

³²² Cascão, 1984, pp. 116-117.

³²³ Velázquez, 1583, fl. 72v.

³²⁴ *Ibid.*, fl. 109v.

estava nelle pouco respeitada, & enfranquezida”. O regedor concordou, mas não teve reservas em apresentar uma justificação acutilante – “a desistimação da justiça nos reinos, causava a ausencia de seus Principes, & sendo a de sua Magestade tam dilatada, della procederia em Portugal a fraqueza da justiça”³²⁵.

Pero Roïz Soares oferece-nos vislumbres interessantíssimos das expectativas destes súbditos habituados à ausência do rei. Quando Filipe III chegou a Lisboa, apesar de a Câmara mandar apregoar a proibição de brigar e desembainhar armas brancas na cidade, procurando evitar rixas, todos se “desavergonharam” de tal maneira que, segundo Soares, nunca houve tantas desordens e mortes em Lisboa³²⁶. Um dos picos de violência deu-se nas festas de Nossa Senhora da Luz, armando-se “huã tam grande briga” entre portugueses e castelhanos que a guarda real teve de intervir, encerrando os castelhanos numa igreja. A refrega durou duas horas, com roubos, sessenta feridos e quatro ou cinco mortos. Muito mais duraria, afirma Soares, se Filipe III e o príncipe não aparecessem a uma janela³²⁷: o autor reconhecia ao rei a faculdade de sossegar e mediar o conflito entre os seus súbditos. Tal capacidade era, no entanto, manipulável por quem rodeava o soberano. Por exemplo, o rei (“o qual he hũ Santo”), não podia resolver o caos gerado pelo alojamento dos castelhanos em Lisboa, ruinoso para os locais. Isto porque os ministros corruptos se intrometiam na resolução do problema³²⁸. Repetia-se o que costumava acontecer aos pleitos portugueses em Madrid – os problemas só entravam na corte por papéis, e podiam nunca chegar aos olhos do rei. Era necessário que o rei testemunhasse os casos.

Durante uma visita de D. Teodósio II de Bragança ao paço, um grupo de castelhanos que poucos dias antes se tinha pegado com o séquito do duque numa rixa, começou a “dar palmadas” no seu cavalo e a arremeter contra os seus criados. Nesse momento, o rei apareceu à janela. Vendo o “atreuimento”, ordenou que os desordeiros fossem presos e enforcados. Foram salvos pela clemência do duque, que pediu ao rei e ao que os perdoasse³²⁹. Com o caso a desenrolar-se frente aos seus olhos e com o conselho de um vassalo natural bem-intencionado, Filipe III foi capaz de resolver o problema.

³²⁵ Lavanha, 1622, fls. 72-72v.

³²⁶ Soares, 1953, p. 422.

³²⁷ *Ibid.*, pp. 432-433.

³²⁸ *Ibid.*, pp. 424-425.

³²⁹ *Ibid.*, pp. 432-433.

Como vemos, o tema da presença régia atinge a sua maior relevância em conjunturas e contextos em que é uma raridade. No entanto, mesmo quando a corte se estabelece firmemente em Lisboa e a presença física é um dado adquirido que, como iam anunciando os versos nostálgicos de Garcia de Resende, se traduz numa visão cada vez menos comum. A visão pública do rei com decoro e majestade era considerada uma mercê, como vimos logo ao início no livro de Francisco Leitão Ferreira. Vejamos os termos da sua construção.

4.1.2 – O rei que chega

A 13 de Maio de 1582, Pero Roiz Soares assistiu à chegada da imperatriz-viúva Maria de Áustria a Lisboa. O testemunho que nos deixa dá conta de uma transformação prodigiosa:

“esta snorã como ser emperatris e Irmã delRey [Filipe II] uinha de man^{ra} ela e toda sua gente que paresiam Roubados dos françezes ou dos Ingrezes e com m^{to} pouco aparato e m^{to} maltratados dos traios que paresiam siganos ou siganas e isto podia causar o Caminho q̃ tinhaõ andado dalemanha atequy. mas depois dentradados em purtugal salimparão de manra que dali a dous mezes ia naõ auia quem nas Conheçesse e as damas se fizeraõ lustrossas e limpas e todos doutra maneira tam defirente do que uieraõ que todos pasmauã q̃ paressia q̃ despiram a pelle e uestiram outra tanta deferença tinhaõ do que uieram (...)”³³⁰.

Os efeitos atribuídos à presença da realeza estavam dependentes do *lustro* e da *limpeza*. À falta desse luzimento, a admiração dava lugar à chacota, e a autoridade ficava comprometida. Estamos no domínio do “corpo místico” dos reis – a unidade política e imaterial do reino que encarnava no “corpo natural” do soberano reinante e que se podia manifestar sensorialmente através das insígnias do poder real, da solenidade e do esplendor³³¹. Assim sendo, os relatos das entradas faziam por não deixar dúvidas quanto à aparência magnificente dos reis.

Muito se escreveu sobre o traje dos reis durante as entradas filipinas. Em 1581, Filipe II chegava a Lisboa ainda de luto pela rainha Ana de Áustria – “vestido de preto à Portuguesa, com hum chapeo forrado por fora de tafeta na cabeça, & ferragoulo de raxa desfiado por diante, sem baynha nem debrum, pelote de filete, & botas pretas, tão curtas que lhe não chegauão ao Joelho”³³². Em 1619, Filipe III escolheu a cor que o pai usara –

³³⁰ *Ibid.*, p. 202.

³³¹ Vigarello, 2005, pp. 376-379.

³³² Guerreiro, 1581, fl. 24.

“negro desde el pie hasta la cabeça”³³³. O vestido era de seda, e seguia com calças, roupetas, ferragoilo guarnecido e botões de ouro, usando um chapéu de tafetá com um cintilho de diamantes e plumas negras. Levava botas com calcetas e a espada e as esporas eram douradas³³⁴. Nesta ocasião, os relatos também nos oferecem descrições detalhadas dos trajes dos príncipes e da infanta.

Na crónica de Gaspar Correia, a roupa de D. Manuel e de Leonor de Áustria não merece tanto pormenor. O cronista refere apenas que, tal como todas as outras pessoas principais, os reis “se vystyram e atabiaram em grande perfeição de muitas riquezas e grande gentileza”³³⁵. Era o nível de detalhe habitual naquela época³³⁶. Mais de cento e sessenta anos depois, Manuel Nogueira de Souza também se contém na descrição do traje de D. Pedro II e de Maria Sofia de Neuburgo. Num primeiro momento, no dia da chegada e do desembarque, o autor permite-se registar vários pormenores³³⁷: o rei vestia uma riquíssima casaca com grossa bordadura de ouro e trazia finíssimas plumas e um espadim “com mais ouro que ferro e mais diamantes que ouro”. Em suma, ia tão galhardo que escusava ser rei para o parecer. Maria Sofia vinha de brocado branco de ouro e coberta de jóias – uma delas oferecida por D. Pedro II. Como sugerido por Cadaval³³⁸, a camareira-mor segurava-lhe a cauda do vestido. No dia da ida à Sé, por outro lado, Nogueira de Souza pouco diz sobre as roupas – o rei levava vestido de capa de brocado alto escuro; a rainha ia de brocado encarnado e Isabel Josefa seguia de brocado branco, e “todos tres parecião cozidos em ouro e em diamantes”. Diz-nos o autor que bastava esta breve notícia para “informação de seu Real adorno porq̃ em pessoas tão soberanas indiuidualhes as particularidades, he ofenderlhes as soberanias”³³⁹. Tais particularidades inusitadas são substituídas pela metáfora em 1666. Na *Relaçam...*, o poeta chama a D. Afonso VI e a Maria Francisca de Sabóia o sol de Portugal e o sol de França – e se o rei ultrapassava o astro em galhardia, a rainha ultrapassava-o em bizzaria³⁴⁰. Era mais seguro adoptar a brevidade que Nogueira de Souza viria a sugerir anos mais tarde: “Mas pintar tais Magestades / Quem haverà, que

³³³ Arce, 1956, p. 37.

³³⁴ Lavanha, 1622, fl. 14v.

³³⁵ Correia, 1992, pp. 128-129.

³³⁶ “As descrições literárias das vestiduras régias caracterizam-se por uma relativa incipiência de pormenorização e uma adjectivação em que o ouro, as jóias, as pérolas, o brilho, a riqueza geral e um pressuposto de que o tecido é macio ao tacto predominam”. Alves, 1985, p. 81.

³³⁷ BGUC, Cód. 456, fls. 8v e 10-10v.

³³⁸ BGUC, Cód. 504, fl. 137v.

³³⁹ BGUC, Cód. 456, fl. 12.

³⁴⁰ *Relaçam do triunfo...*, 1721, p. 152.

se atreva, / Sem temer varios riscos, / E Faetonicas quedas. / Pincel seja o pensamento, Taboa a imaginação seja”³⁴¹.

Nos textos que particularizavam os detalhes da roupa e dos adereços, a linguagem metafórica e hiperbólica atribuíam-lhes, por vezes, um sentido político. No relato de Francisco de Arce, o Tosão de Ouro de Filipe III representava grande majestade, anunciando ao mundo que só o seu pastor era César. Mais atrás no cortejo, o verde envergado pelo príncipe dava conta de uma esperança que chegava aos céus. Da mesma forma, a espada do futuro Filipe IV prometia façanhas, e o ouro e as pedras que trazia eram capazes de cegar um lince³⁴². Além de participar nestas narrativas, a moda era usada como uma ferramenta de diálogo com os súbditos – Cabrera de Córdoba considera que Filipe II, ao assumir o modo de usar a barba e de vestir dos portugueses, se “igualava” aos seus novos vassalos, ganhando as suas “vontades”³⁴³. O rei fazia-o contra o seu próprio gosto – veja-se o que diz às filhas numa carta que escreve de Tomar: “já deveis saber como querem que me vista de brocado, muito contra a minha vontade, mas dizem que é o costume daqui”³⁴⁴. Velázquez descreve-nos a retribuição deste obséquio pela fidalguia portuguesa, que se foi apresentando com traje à castelhana³⁴⁵.

Mas nem só com roupa se produzia o *luzimento* da presença régia. Nas suas *Pensées*, Blaise Pascal diz-nos que

“La coutume de voir les rois accompagnés de gardes, de tambours, d’officiers et de toutes les choses qui ploient la machine vers le respect et la terreur fait que leur visage, quand il est quelquefois seul et sans ses accompagnements imprime dans leurs sujets le respect et la terreur parce qu’on ne sépare point dans la pensée leurs personnes d’avec leurs suites qu’on y voit d’ordinaire jointes. Et le monde qui ne sait pas que cet effet vient de cette coutume, croit qu’il vient d’une force naturelle. Et de là viennent ces mots : le caractère de la divinité est empreint sur son visage, etc...”³⁴⁶

Estamos de volta ao valor dado à reprodução do costume, e perto dos efeitos duradouros da visão da majestade que Fernando Bouza nos descreve através de um

³⁴¹ *Ibid.*, p. 159.

³⁴² Arce, 1956, p. 38.

³⁴³ Córdoba, 1619, pp. 1128-1129.

³⁴⁴ Carta de Tomar, 3 de Abril de 1581 transcrita em Bouza, 1998, p. 59.

³⁴⁵ Velázquez, 1583, fls. 77v e 129.

³⁴⁶ Pascal, 1962, p. 51.

testemunho nostálgico de Kierkegaard³⁴⁷. Pensando nesta necessidade de imprimir os signos da majestade na mente de quem a presenciava, passemos aos contributos das entradas régias para o engano desfeito por Pascal.

Apesar de se fazer acompanhar pelas autoridades locais, o rei não chegava sozinho, surgindo rodeado por um acompanhamento cortesão que assinalava a sua presença³⁴⁸. Ao longo da cronologia de que aqui nos ocupamos, a grande constante é a presença, atrás dos porteiros das maças, de reis de armas, arautos e passavantes. A presença destes oficiais de armas, além de pôr em cena a heráldica régia através das cotas de armas que envergavam, marcava o disciplinamento da nobreza pela coroa, já que estavam encarregues de fiscalizar a concessão e uso de armas e brasões³⁴⁹. Vemos também surgir, em configurações mais ou menos flexíveis, os outros oficiais da casa real. Estes homens costumam integrar indiscriminadamente a massa de notáveis que seguia pé ou em coches e liteiras, mas há ocasiões em que os relatos individualizam o lugar específico de alguns cargos: em 1619, por exemplo, o porteiro-mor, o mestre-sala e um representante do vedor da corte (que estava ausente) seguiram no cortejo nobiliárquico, alinhando diante dos condes e marqueses, mas atrás dos fidalgos, alcaides-mores, conselheiros e senhores de terras³⁵⁰. Sendo que o rei seguia de coche ou a cavalo, o estribeiro-mor e os seus homens assumem um lugar central e próximo do rei. A coroar todo o acompanhamento surge, até à entrada de Filipe III, o pálido, elemento que aproxima o rei da imagética religiosa, evocando as entradas episcopais e a procissão do Corpo de Cristo, em que o Santíssimo Sacramento é transportado debaixo daquela cobertura³⁵¹.

A partir da entrada de Maria Francisca de Sabóia, a ascensão do coche, apesar de arrear os paralelos sacros para as escadas da Sé, concorre no engrandecimento pela ostentação³⁵². Na *Relaçam* poética dedicada a essa entrada, o veículo dos reis impressionava com sua riqueza, mas também com as suas seis facas, que faziam os cavalos do carro solar parecer arenques ou fanecas³⁵³. Além do coche real, surgem os *de respeito*, que mantinham as precedências adequadas entre os membros da família real

³⁴⁷ Bouza, 1996, p. 10.

³⁴⁸ Vide Apêndice, figuras 12-15.

³⁴⁹ Berrendero, 2015, pp. 72-85.

³⁵⁰ Lavanha, 1622, fl. 15.

³⁵¹ Bluteau, v. 6, 1720, p. 204.

³⁵² Vide Apêndice, Figuras 17 e 18.

³⁵³ *Relaçam do triunfo...*, 1721, p. 160.

que seguiam juntas no veículo do monarca. O que representava o rei seguia atrás do que marcava o lugar da rainha e, na dianteira, alinhavam os dos infantes (apenas um em 1666 e 1687, para D. Pedro e para Isabel Josefa). No Tejo, podemos ver preocupações idênticas, com bergantins em representação das figuras que seguiam na embarcação real e com os relatos a prestar atenção à riqueza dos ornamentos³⁵⁴.

Além de tudo isto, os reis traziam a tropa para a rua. Se a ausência de gente armada chega a ser fantasiada por João Sardinha Mimoso, com Filipe III a dispensar escoltas pelos caminhos em que os *rústicos* recusavam apartar-se do seu coche³⁵⁵, a verdade é que este mesmo autor reconhece a necessidade da sua presença para abrir caminho entre a gente em Elvas³⁵⁶. É com este propósito que vemos as tropas a surgir na maioria das ocasiões, e a alcançar especial protagonismo quando o coche real substitui o cavalo e o pália, com os relatos a nomear os oficiais das guardas que ladeavam o veículo do rei e a deter-se na riqueza dos seus uniformes³⁵⁷. O interesse por estes homens repete-se durante as touradas, quando surgem – com lacaios – à frente dos contingentes que despejavam a praça³⁵⁸. Da mesma forma, vemos surgir os terços da milícia da cidade e da armada, com os seus comandantes a receber tratamento semelhante.

Em 1581, por outro lado, a presença das tropas é assunto melindroso. Mesmo depois da derrota e fuga de D. António, a relação entre os homens do duque de Alba e os portugueses não tinha sido pacífica³⁵⁹. Dado este ambiente, decidiu-se que uma das companhias que escoltavam o rei não devia desembarcar em Lisboa “por euitar el escandalo”³⁶⁰. Noutros casos, apesar de tudo, vemos demonstrações desabridas de poderio militar. Em Santarém e Setúbal, localidades com fortes ligações ao antonianismo, os soldados fizeram alardes, salvas e escaramuças sob o olhar de Filipe

³⁵⁴ Veja-se, para o caso de 1687, Costa, 1694, pp. 125-128 e Apêndice, Figura 19.

³⁵⁵ Mimoso, 1620, fl. 130.

³⁵⁶ *Ibid.*, 1620, fl. 127v.

³⁵⁷ Costa, 1694, pp. 262-263.

³⁵⁸ Por exemplo: “(...) com pouca dilação entrou Alvaro de Sousa Capitão da Guarda de Sua Majestade, governando elle, & o Tenête Belchior Rodrigues de Matos a guarda Real que vinha dividida em duas alas vestida de verde com passamanes de seda verde, & branca que são as cores do Reino. Os lacaios que seguião o Capitão da guarda erão dose, porque na forma da pragmatica de Sua Majestade, não podião entrar os Capitães da guarda com maior numero, & vestião de verde com guarnições de entrelhados de seda, & depois das festas & costumadas cortesias a Suas Majestades desepejarão a praça da plebe”. Costa, 1694, p. 271.

³⁵⁹ Valladares, 2010, pp. 163-183. Recorde-se que, quando o rei entra em Lisboa, os antonianos ainda resistiam nos Açores.

³⁶⁰ Velazquéz, 1583, fls. 118-118v.

II. Velázquez aproveitou para sublimar o poder harmonizador da presença régia: como o contentamento do rei “naturalmente se pega a los animos delos vassallos”, os setubalenses alegraram-se com a estima que Filipe II mostrou pelos soldados alemães na sua chegada à vila³⁶¹. Estas *performances* emocionais completavam a imagem régia, numa fantasia afectiva que, como veremos adiante, contava necessariamente com a multidão como *espelho*.

Nesta manifestação pública da majestade, a perda do decoro e o surgimento do imprevisto eram momentos tinham uma leitura política tão ou mais impactante do que o esplendor ritualizado. Em 1521, Leonor de Áustria caiu da faca sobre a qual percorria as ruas de Lisboa, e Gaspar Correia diz-nos que todos “mujto atemtaram e tomaram per agoyro”³⁶²...

4.1.3 – O rei que se espera

No arco erguido pelos pintores para a entrada de 1619, a Pintura surgia com uma paleta e pincéis, ocupada a terminar um retrato de Filipe III: “Eu a rainha das artes à vos ò mòr dos Reis, ofereço à vos mesmo, como mais Real presente”³⁶³. Nestas *dádivas* plásticas, a caracterização e o contexto da figuração do rei oferecem-nos dados quanto às expectativas dos súbditos em relação a quem era representado. Em 1666, D. Afonso VI e Maria Francisca de Sabóia surgiam duas vezes – uma no arco dos flamengos, e outra no dos franceses. No primeiro apareciam juntos em “santo himeneu”, e dignos de grande aplauso³⁶⁴. No segundo, estavam debaixo de um rico dossel e “algum tanto parecidos”³⁶⁵. Em ambos os casos, estavam acompanhados pelos seus antecessores – D. Afonso Henriques, recordado como fundador e invicto; D. João IV, que surgia como libertador do reino e raio de Castela; e Henrique IV de França, que atestava a qualidade da ascendência da nova consorte: “Oriente / Foy de sol de esplendor tanto”. A qualidade dos antepassados exaltava os reis que chegavam, mas também dava forma às vontades e ansiedades de quem os recebia.

³⁶¹ Velazquéz, 1583, fl. 149.

³⁶² Correia, 1992, p. 132.

³⁶³ Lavanha, 1622, fl. 37v. *Vide* Apêndice, Figura 20.

³⁶⁴ *Relaçam do triunfo...*, 1721, p.175.

³⁶⁵ *Ibid.*, pp. 182-183

A fórmula torna-se habitual a partir de 1581, e os ourives da prata costumavam apostar em variações do tema. Na entrada de Filipe II mostraram a genealogia da realza portuguesa e hispânica, que se separara a partir de D. Afonso Henriques e que se voltava a reunir com a ascensão do rei ao trono português³⁶⁶. Em 1619, exibem, numa imponente árvore, estátuas dos reis de Portugal vestidos e ornados “segundo convinha mais às suas acções”³⁶⁷. Apareciam quase todos armados, invocando feitos marciais e cavaleirescos – estamos perante o ideal que atravessou toda a cronologia em estudo: desde o cavaleiro “armado de todas as armas” que representa D. Manuel no quadro-vivo da casa da Índia, em 1521, até D. Pedro II “vestido de armas brancas” no arco dos ingleses, em 1687³⁶⁸. No arco dos homens de negócio portugueses dessa mesma ocasião, podemos encontrar, e com clareza, a memória de *acções* mais variadas³⁶⁹: além dos triunfos militares de reis como D. Afonso Henriques, D. Afonso IV, e D. João IV, vemos um D. Dinis, que além de *honrar* as armas, premiou o estudo e amou a justiça e a verdade; um D. Duarte que, desgostado com o fero Marte, se dedicou à ciência e arte de reinar e um D. João III que aumentou o reino pacificamente em tempo de tormentas.

Os reis que entravam eram apresentados como os continuadores desta linhagem bem-aventurada, herdando a responsabilidade de defender e aumentar o seu legado. Em 1666, os ourives da prata mostravam apenas D. Manuel, que “A seus Descendentes claros / De sua Real cabeça / A coroa estava dando, / Para que se perpetue / Em Principes tão preclaros”³⁷⁰. Décadas antes, em 1619, encontramos duas alegorias semelhantes. No arco dos oficiais da bandeira de S. Jorge, debaixo de um quadro do milagre de Ourique e de combates entre portugueses e *mouros*, D. Afonso Henriques oferecia uma coroa de louros a Filipe III – “Esta coroa ganhada para vos com a minha espada, & com o valor de meus vassallos, resplandece dignamente na vossa cabeça”³⁷¹. Mais adiante, no arco dos ourives e lapidários, Filipe II surgia sob um dossel de brocado rico, retratado “muito ao natural” e com o traje com que entrara em Lisboa em 1581. Numa das mãos, segurava as coroas de Portugal e de Castela, entregando-as ao seu sucessor – “Tomai filho estas duas Coroas que vos dou, procurai conservalas, porque se hũa se perder, caira vosso Imperio”. Por cima da efigie, erguiam-se figurações

³⁶⁶ Guerreiro, 1581, fl. 47v-48.

³⁶⁷ Lavanha, 1622, fl. 25. *Vide* Apêndice, figuras 21 e 22.

³⁶⁸ Costa, 1694, p. 255.

³⁶⁹ Todas estas oitavas eram inspiradas em versos retirados dos *Lusíadas*. Costa, 1694, pp. 234-241.

³⁷⁰ *Relaçam do triunfo....*, 1721, pp. 176-177.

³⁷¹ Lavanha, 1622, fl. 27. *Vide* Apêndice, Figuras 23-26.

masculinas das ditas *coroas* a segurar um globo encimado pela Fé Santa³⁷²: o domínio que os reis herdavam não era um dom gratuito – exigia o cumprimento de uma missão providencialista que se enraizava em Ourique e na Reconquista e que encontrava a sua sublimação nas fantasias de domínio universal. Era o cumprimento do desígnio divino e a superação de gregos e romanos, como se via no arco dos alemães daquela mesma entrada de 1619. Numa das fachadas, Alexandre Magno chorava por não ter mais mundo que conquistar – “Dilatase, porem à que fim?”. Ali perto, Carlos V dominava a totalidade do globo, incluindo o Novo Mundo (que fora negado ao conquistador macedónio) “para que o sujeitasse, regesse & trouxesse ao verdadeiro conhecimêto de seu Criador”. Ao contrário do império alexandrino, o carolino (e o dos seus sucessores) tinha uma finalidade ditosa – “A justa causa triunfa”³⁷³.

Esta linguagem não era exclusiva das entradas régias, nem para elas criada – era o reflexo de uma cultura política sustentada pelos saberes e repertórios que temos vindo a invocar e que encontrava na corte um centro difusor fundamental. Como Ana Isabel Buescu refere na sua análise da literatura laudatória e dos espelhos de príncipes, este tipo de textos também vê o panegírico do monarca tornar-se “indissociável da glorificação da memória do reino, através do estabelecimento de uma continuidade com as virtudes e acções dos reis passados, mas acima de tudo, da vocação expansionista e imperial que enfaticamente se regista”. A coroa portuguesa era um legado territorial, mas também moral – e era essa mesma moralidade cristã, juntamente com a singularidade da expansão ultramarina, que construíam a sua excepionalidade³⁷⁴.

A consumação da monarquia universal não era uma tarefa fácil, e as divindades dos antigos eram chamadas a conferir os seus dons aos monarcas. Misturando a adulação refinada pelo repertório clássico, a representação *ao natural* dos reis e o gesto reconhecível da dádiva ou da bênção, esta era uma fórmula bastante reciclada entre as entradas. Os personagens e a própria composição dos quadros pouco se alteram: Neptuno oferece repetidamente o domínio dos mares, e divindades como Atlante e Cibele o da Terra³⁷⁵. Marte rende a sua espada a D. Pedro II³⁷⁶ e parte armas no joelho,

³⁷² *Ibid.*, fl. 48. Vide Apêndice, Figuras e 28.

³⁷³ Lavanha, 1622, fl. 60-61v.

³⁷⁴ Buescu, 1996, p. 245.

³⁷⁵ Vide Apêndice, figuras 29 e 30.

³⁷⁶ Costa, 1694, p. 255. Vide Apêndice, Figura 31.

frustrado com a supremacia militar de Filipe II³⁷⁷. Noutras instâncias, as *histórias* destes deuses eram usadas como alegorias dos feitos dos reis – veja-se como se usou a vitória de Júpiter contra os titãs para representar a expulsão dos mouriscos por Filipe III³⁷⁸. A associação às divindades clássicas dava forma à idealização do poder régio pelos organizadores da entrada, servindo como uma ilustração de expectativas mais ou menos concretas – afinal, em 1581, Neptuno entregava o domínio dos mares a Filipe II para que castigasse os corsários³⁷⁹...

Estes programas alegóricos não ignoravam as consortes, que se esperavam belas e férteis. Maria Sofia de Neuburgo recebe, por duas vezes, a maçã dourada de Páris, que preferia a sua beleza à de Pálas, Juno e Vénus³⁸⁰. Os moedeiros chamavam-lhe *Felix Regina*, representando o reino que a acolhia como um varão forte e liberal³⁸¹. Mas a rainha afortunada tinha deveres que ficavam bem explicitados no arco dos homens de negócio: “Neste arco insignia de amor / Temos grandes interesses, / Rainha, sendo o maior, / Que nos deis aos nove meses / Hum Príncipe sucessor”³⁸². E um filho parecia pouco – no arco dos ingleses, Cibele surgia num carro puxado por leões com “muitos meninos de superior lindeza”³⁸³. Também se pensava e idealizava o amor conjugal com este tipo de iconografia³⁸⁴ – em 1552, Joana de Áustria viu vários casais famosos – de Alexandre Magno e Taba a Sara e Tobias, passando por César e Cleópatra³⁸⁵. O laço criado entre o casal real era sempre verdadeiro e virtuoso, como reconhecia Cupido em 1687, partindo as setas que lhe restavam no seu joelho³⁸⁶ – o *trabalho* estava feito³⁸⁷. Semanas antes de Maria Sofia de Neuburgo contemplar este emblema no arco dos ingleses, pôde ver um sumário de todas as suas virtudes no imponente pórtico construído pela Casa da Índia. Ali, a fertilidade e a beleza surgiam lado-a-lado com a fortaleza e com a sabedoria – sendo o louvor à última potenciada pelo próprio nome

³⁷⁷ Guerreiro, 1581, fl. 21v.

³⁷⁸ Lavanha, 1622, fl. 10v.

³⁷⁹ Guerreiro, 1581, fls. 11-11v.

³⁸⁰ Costa, 1694, p. 228. *Vide* Apêndice, Figuras 32 e 33.

³⁸¹ Monterroio, [s.d.], pp. *Vide* Apêndice, Figura 34.

³⁸² *Ibid.*, p. 232.

³⁸³ *Vide* Apêndice, Figura 35.

³⁸⁴ Veja-se a análise à representação destes temas na entrada de 1666 em Xavier, Cardim e Bouza, 1996, pp. 58-63.

³⁸⁵ Monterroio, [s.d.], p. 80.

³⁸⁶ Costa, 1694, p. 250. É uma imagem bastante semelhante à de Marte a quebrar as armas em 1581. Além de se usar um conjunto limitado de personagens, símbolos e narrativas, também se recorria a composições e gestos semelhantes.

³⁸⁷ Costa, 1694, p. 251.

Sofia³⁸⁸. A grande escala do edifício e a complexidade das alegorias pareciam encorajar um aprofundamento da imagem costumeira das rainhas.

No caso dos reis, como sugerem os lugares-comuns da sua representação, o denominador comum era o ideal varonil da Fortaleza – em 1581 pouco separava a figuração da “poderosa potencia” de Filipe II nas portas de Santarém e a sua representação *ao natural*, no arco dos mercadores alemães. A primeira figura era “vn personage, armado de peto y espaldar, gola, braçales, y escarceas, com visera, y greuas, y pueto com celado morrion com sus plumas”. A segunda idealizava o rei “armado de armas negras, cõ vn estoque dorado ceñido, com vn baston en la mano” – o “habito” guerreiro mostrava a força da sua potência, e Filipe II confundia-se com o seu próprio vigor marcial. No entanto, esperava-se mais de um rei do que o uso da armadura e do estoque. E entre cidades prontas a cantar os feitos militares de reis presentes e passados, havia interesses mais prementes do que a congratulação colectiva pela Fama e Fortaleza dos soberanos – havia outras formas de grandeza, como já pudemos ver nos versos dedicados a D. Dinis, D. Duarte e D. João III em 1687, e como se pode adivinhar no que descrevemos sobre a atractividade da presença régia. O tipo de virtudes a que nos referimos é perfeitamente sumarizado na arenga feita em 1619 por Inácio Ferreira, deputado da Mesa da Consciência e Ordens:

“Seja pois V. Mag. muito bẽ vindo, & os Principes Senhores nossos, para daqui exercitar sua fortaleza, a liberalidade, a tẽperança, a mansidão, & paternal afabilidade de q̃ Deos o dotou, tendo sempre diante dos olhos esta preciosa joia [Lisboa]”³⁸⁹.

O governo que se esperava era, além de presente e próximo, magnânimo e amoroso, e os repertórios que temos encontrado eram chamados a dar forma a uma idealização que não podia deixar de ser apologética – as qualidades eram apresentadas como naturais ao rei –, mas que tinha um subtexto pedagógico e até reivindicativo. Como é bem sabido³⁹⁰ e já aqui sugerimos, as entradas filipinas são as mais fecundas neste tipo de linguagem, e em 1581 podemos encontrar um discurso que assume abertamente a forma de uma lição. Numa alegoria centrada no príncipe herdeiro D. Diogo (1575-1582), o arco dos mercadores alemães mostrava a Providência a dar doze conselhos ao futuro rei, recomendando-lhe a piedade e a defesa da fé, o refreamento dos

³⁸⁸ BGUC, Cód. 323, fl. 4v.

³⁸⁹ Lavanha, 1622, fl. 22v.

³⁹⁰ Alves, [s.d], pp. 51-67.

“desejos desordenados” e o respeito pelo conselho dos vassalos, pelo clero e, como não podia deixar de ser, pelos direitos das cidades³⁹¹.

Entre os preceitos desta governação idealizada, interessa dedicar especial atenção à liberalidade. Em 1619, no edifício erguido pela Alfândega, encontram-na dirigida à generalidade dos súbditos – com uma imagem de Juno e Pálas a distribuir ouro e armas, representavam-se as “liberais mãos” com que Filipe III premiava serviços feitos na paz e na guerra. Sublinhava-se o ideal com dois versos de Marcial: “Para que o que for animoso seja também ditoso, & para que todos fiquem contentes com joias, & premios”. Os oficiais da Alfândega aproveitavam para se intrometer no fluxo distributivo, dizendo que era com as rendas daquela instituição que Filipe III financiava as ditas mercês com que todos se alegravam. E quão ditosa era aquela contribuição, já que era a liberalidade régia que sustentava as viúvas e os nobres³⁹²... Em 1581, por outro lado, os moedeiros esperavam que Filipe II lhes dirigisse a sua generosidade “pera que esta casa seja augmentada com vossos dões e merces”³⁹³. Em 1666, os alfaiates mostraram a D. Afonso VI um emblema com uma balança que ensinava a “repartir bem as riquezas” – a liberalidade queria-se intensa mas criteriosa e, como Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim observaram quanto a este emblema, a recomendação era feita em tempo de críticas às políticas distributivas do rei³⁹⁴. Em 1687, no pórtico da Casa da Índia, deixavam-se cair esses cuidados: a Liberalidade surgia “lançando moedas e joias” – “Quanto a mão generosa tem de preço, / Tudo dispendendo nada avara”³⁹⁵.

Como Marcel Mauss deixou bem claro, o dom, sempre apresentado como voluntário, subentende uma obrigação de retribuir a generosidade de quem o conferiu³⁹⁶. A consciência desta expectativa por ambas as partes estabelecia, como sugeriu António Manuel Hespanha, espirais de favor e gratidão recíprocos. Assim sendo, caso o intercâmbio fosse assimétrico, geravam-se relações de poder favoráveis à parte mais generosa: o *devedor* ficava obrigado a agradecer com a sua lealdade e solicitude, a liberalidade do *benfeitor* – o serviço recompensava o amor³⁹⁷. A insistência da retórica do bom governo em louvar a liberalidade do príncipe concorria, por isso,

³⁹¹ Guerreiro, 1581, fl. 14.

³⁹² *Ibid.*, fl. 10v.

³⁹³ Guerreiro, 1581, fl. 52.

³⁹⁴ Xavier, Cardim e Bouza, 1996, p. 68.

³⁹⁵ BGUC, Cód. 323, fl. 20.

³⁹⁶ Mauss, 1988, p. 53.

³⁹⁷ Hespanha, 1993b, pp. 151-157 e 166.

numa estratégia que era absolutamente central à construção do poder da monarquia e que se via celebrada por súbditos ansiosos de obter os réditos da obediência a uma coroa esplendorosa.

O mesmo afecto que orientava este excesso no benefício dos vassalos devia inspirar um governo meigo, que contrastava com o tratamento feroz a dar aos inimigos da comunidade. Em 1619, recordava-se a divisa de D. João II numa portada em que, ao lado de um leão, se via um pelicano a alimentar os filhos com o seu próprio sangue. O sentido da imagem ficava esclarecido abaixo:

“Qual foe o Pelicano piadoso
Ao amor de seus filhos tam sojeito
Sò para os sustentar branco amoroso
Ferir cõ o birco agudo o proprio peito.
Assi vos alto Rei, & poderoso
De quem se mostra o Ceo tam satisfeito,
Sois Leão contra o fero Mahometano,
E para o vosso povo Pelicano”³⁹⁸.

Podemos encontrar outra imagem deste sacrifício numa alegoria da entrada de 1581, em que se esperava que Filipe II, como “pai da pátria”, estivesse disposto a morrer por ela. Recordava-se, por isso, a história de Marco Cúrcio, que dera a vida por Roma, e que se retratava a entrar num círculo de fogo: “Eu sou Curcio, que fuy prodigo da vida, & me offresci à morte. Da mesma maneyra vos grande Philippe offrecereys a vida a perigos pelos vossos Portugueses”³⁹⁹. A alegoria surgia numa entrada em que a submissão dos caprichos régios às necessidades do reino era um tema absolutamente central – veja-se a imagem em que a Temperança surgia a triunfar sobre reis e filósofos que tinham sucumbido aos seus vícios. O próprio Desejo surgia prostrado frente ao carro da virtude, que, envergando as armas de Portugal com uma mão, lhe despejava um jarro de água sobre a cabeça – “O que se vencer a si mesmo, poderá vencer grandes arrayais”⁴⁰⁰. Naquela ocasião, a chave para esta vitória era o perdão dos rebeldes, como se explicou a Filipe II no arco dos alemães⁴⁰¹. Além do exemplo paternal, com Carlos V a ganhar maior Fama quando não se vingava dos inimigos vencidos, surgiam varões do repertório clássico a encorajar o novo rei de Portugal a anular as excepções ao perdão

³⁹⁸ Lavanha, 1622, fls. 35-35v.

³⁹⁹ Guerreiro, 1581, fls. 18-18v. *Vide* Apêndice, Figura 36.

⁴⁰⁰ Guerreiro, 1581, fls. 50v-51.

⁴⁰¹ *Ibid.*, fl. 20-20v.

geral que assinara em Tomar. Podia ver-se Cipião Africano a perdoar os rebeldes entre as suas fileiras, com os agraciados a afirmar que já não lhe queriam “dar morte”, mas sim honrar e venerar. Ali perto, Júlio César esquecia as ofensas de Marco Marcelo, um partidário de Pompeu Magno. Dizia a legenda que “Grande louvor he vencer os inimigos, & grande gloria he perdoar os vencidos, mas vencerse hum a si mesmo, sera mayor sua gloria”. Guerreiro explicava:

“Conquistar reynos, subjeitar pouos, como a vossa Magestade cada dia faz, grande louvor he, mas dobrar vosso animo empolado de zelo de vingança, pera quem vos tem graueamente offendido, a clemencia de perdam, victoria sea de maior gloria”.

Naquele relato, esta narrativa culmina com uma cena no interior Sé, em que os oficiais que carregavam as varas do pátio pedem a Filipe II que perdoe os que “andauão culpados no caso da rebelião, não lhe pondo diante respeito algum, nem dando outra desculpa, mais que estribarem em sua real clemencia”. O rei agradece a lembrança, prometendo que “cuidaria o modo como isso pudesse ser”⁴⁰²... Alguns meses antes, ainda antes de se assinar o perdão-geral, a fala feita na entrada do rei em Tomar introduzia os benefícios de pôr freio ao ânimo vingativo: se o rei perdoasse os que tinham sido levados por temor ou injustas razões a ofendê-lo, os agraciados repagariam a dádiva com lealdade e amor. Este discurso não reflecte, de modo nenhum, um extravasamento do que seria a vivência jurídica habitual. Como António Manuel Hespanha evidenciou, a justiça régia fazia uso bastante frequente do perdão, mesmo no que toca às ofensas contra a ordem pública e política⁴⁰³. Apesar de corresponder à falta de meios para executar as penas previstas, esta prática está perfeitamente inserida na cultura política da época, que valorizava a recomposição amigável como a melhor forma de restaurar a ordem, animando o rei a evitar o rancor dos seus vassalos através do uso da graça misericordiosa em detrimento da justiça punitiva⁴⁰⁴. A entrada lisboeta de Filipe II não é a única a insistir na temática: em 1596, no rescaldo das Guerras da Religião em França, usa-se a mesma linguagem para apelar a Henrique IV que recomponha a comunidade na sua entrada em Rouen⁴⁰⁵.

⁴⁰² *Ibid.*, fls. 46-46v.

⁴⁰³ Hespanha, 1993a, pp. 239-242. Em 1590, Filipe II volta a perdoar rebeldes antonianos depois de o prior regressa ao reino com a frota de Sir Francis Drake. Braga, 2009, p. 48.

⁴⁰⁴ Cardim, 2000, pp. 277-286.

⁴⁰⁵ McGowan, 2015, p. 68.

Não se pense, no entanto, que toda esta retórica clemente esbatia a fronteira entre os súbditos obedientes e os sediciosos – regressando ao arco dos alemães de 1581, podia ver-se um homem a segurar um cavalo manso enquanto domava um rifador. Era um elogio à Justiça de Carlos V que, tal como o seu filho, governava os leais com brandura e castigava os rebeldes com as armas⁴⁰⁶. Em 1619, na entrada de Filipe III em Elvas, podemos encontrar um arco triunfal com dois emblemas que aprofundavam esta oposição, sintetizando os preceitos de um bom governo sustentado pelo amor, pela liberalidade e pela justiça. No primeiro, um sol coroadado prendia corações por cadeias. No segundo, um compasso media o mundo – e se uma das suas pernas estava guarnecida de diamantes, a outra era uma espada nua. “Mostrando nestes dous Emblemas que com Amor, & Benignidade se prendem os corações dos vassalos, & com o premio & castigo, braços do compasso, se devem governar os reinos”⁴⁰⁷.

Como sugeria o globo do segundo emblema, os *reinos* de Filipe III não se viam como pequenos.

4.2 – Chaves, corações e especiarias – as gentes e os espaços.

Naquele arco elvense, o rei era recebido pelas quatro partes da terra, distribuídas por quatro nichos. Cada uma das efigies femininas tinha a inicial “F” coroada ao pescoço, e exibia os trajes dos “naturais” das regiões que representava. Todas eram acompanhadas por uma fala que esclarecia a sua relação com o monarca. A Europa dizia *Me Habitat* – em mim habita; a África, *Me Terret* – a mi me espanta; a Ásia, *Me Vincit* – a mi me vence; e a América, *Me Possidet* – a mi me possui⁴⁰⁸. Se o “F” designava Filipe III como o senhor de todos os continentes, as falas de cada figura sugeriam diferentes modalidades de domínio e integração, construindo uma hierarquia em que a Europa, assento do rei, assumia a liderança. No entanto, em virtude da presença de Filipe III, naquele dia de Primavera de 1619, o centro da monarquia universal era, mais do que o Velho Mundo, a cidade de Elvas.

⁴⁰⁶ *Ibid.*, fls. 16-16v.

⁴⁰⁷ Lavanha, 1622, fl. 2v.

⁴⁰⁸ *Ibid.*, fl. 2.

4.2.1 – *Habitat* – o centro

Como era regra em todas estas ocasiões, os elvenses tinham preparado a sua cidade para receber o rei, transfigurando-a num espaço idealizado – no cenário do *trunfo*. André Chastel escreveu que a festa não tinha um *lugar* particular: apoderava-se dos espaços quotidianos e metamorfoseava-os através da decoração⁴⁰⁹. Era uma adaptação provisória do ambiente: a construção de um *lugar* imaginado que quebrava com o quotidiano e que correspondia a expectativas estéticas.

A primeira preocupação era a limpar as ruas, embelezar as fachadas, desimpedir o caminho do cortejo e disfarçar os edifícios que estavam velhos ou decrepitos. Logo em 1502, o regimento manuelino ordena que as ruas sejam muito varridas e juncadas, e que cada um trate de as aparamentar com os melhores panos que tiver. Além disso, deviam colocar-se perfumes e bons cheiros nas portas⁴¹⁰. Num manuscrito relativo à entrada de Filipe III em Évora, em 1619, vemos uma série de determinações neste sentido: as janelas deviam ser concertadas com alcatifas, colchas e sedas, as testadas das paredes deviam ser caiadas e, havendo alguma “fealdade ou pardieiro de cazas cahidas”, devia-se disfarçar com ramos “o melhor que puder ser”. Da mesma forma, havia que arranjar os caminhos e pontes, além de consertar as calçadas, que depois seriam refrescadas com juncos, espadas e ervas cheirosas⁴¹¹. Em Lisboa, naquele ano, este ímpeto resultou em alterações mais dramáticas, com a demolição das portas da Ribeira e de casas adjacentes. Quatro décadas antes, Isidro Velázquez já notava a velhice do edifício que os paramentos mal conseguiram disfarçar no dia da entrada de Filipe II⁴¹². Assim, e para deixar que os ingleses armassem o seu arco triunfal no local, a estrutura foi destruída em 1619⁴¹³. Logo em frente, no Terreiro do Paço, o vice-rei tratou de desimpedir a praça, ordenando, sem informar a Câmara, que “todas as tendas dos funileiros fersureiras e dos bolos e todas as mais” fossem retiradas⁴¹⁴. Ali, como nas ruas, as actividades que cada um projectava para o exterior da sua casa – desde os negócios às sociabilidades e à higiene⁴¹⁵ – eram interrompidas. Através destes preparativos, os habitantes da cidade tomavam consciência do aspecto conveniente do

⁴⁰⁹ Chastel, 1973, pp. 419-425.

⁴¹⁰ AML, *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara [Livro Carmesim]*, fl. 19.

⁴¹¹ BGUC, Cód. 629, pp. 20-22.

⁴¹² Velázquez, 1583, fl. 133.

⁴¹³ Lavanha, 1622, fl. 23v.

⁴¹⁴ Soares, 1953, p. 418.

⁴¹⁵ Olival, 2011, pp. 260-270.

espaço público e, simultaneamente, daquilo que as autoridades consideravam necessário remover ou dissimular a bem do decoro e do desembaraço. Estes valores estéticos eram reforçados por competições que premiavam “quem armasse melhor as Ruas e as ginelas”⁴¹⁶.

A projecção da cidade ideal e triunfante para um espaço acomodado a vivências quotidianas não podia deixar de se relacionar com projectos urbanísticos permanentes por parte dos poderes, como explica David Sánchez Cano. Em Madrid, as grandes festas públicas nos séculos XVI e XVII disciplinavam o espaço público com intervenções destinadas ao embelezamento, mas também à ocultação e ao controlo⁴¹⁷. A acomodação de *vias triunfais* e da grande arquitectura efémera podiam ter um grande peso na evolução da malha urbana: em Roma, onde os *possessi* Papais já iam hierarquizando bairros e fixando a traça das ruas⁴¹⁸, a entrada de Carlos V em 1536 provoca a demolição de duzentas casas e onze igrejas⁴¹⁹.

4.2.1.1 – O aparato

Com a cidade limpa e ataviada, o cenário triunfal era sublimado pelo aparato. Em Lisboa, as invenções entravam em cena logo durante a travessia do Tejo, um importante palco para os regozijos e representações alegóricas. Como já mencionámos, em 1521, D. Manuel ordenou que a Câmara de Lisboa mobilizasse as caravelas, barcas e batéis que integrariam a parada aquática da entrada de Leonor de Áustria. As embarcações deviam ser recolhidas no termo – “dos lugares de todo Ribatejo, e asy da parte da dita cidade desde cascais atee aluerca”, e o rei autorizava os oficiais da comarca a castigar quem resistisse à ordem⁴²⁰. Em 1552, João Brandão contava mais de 1160 batéis que circulavam pela cidade e arredores. Transportavam sal, pedraria, alvenaria, lenha e lastro, faziam fretes e carregavam e descarregavam as naus da Índia⁴²¹.

No final desse ano, vemos esta *frota* a participar, com pompa e ostentação, na entrada de Joana de Áustria. Os arcos triunfais ainda não tinham conquistado a primazia e, a crer na atenção que Fernão de Monterroio dedica às invenções aquáticas, foi nos

⁴¹⁶ Soares, 1953, p. 193.

⁴¹⁷ Cano, 2015, pp. 69-70.

⁴¹⁸ Nuti, 2015, p. 130.

⁴¹⁹ Cooper, 2018.

⁴²⁰ Oliveira, v. 1, 1885, p. 512.

⁴²¹ Brandão, 1917, pp. 73-74 e 106-107.

fastos do Tejo que as corporações fizeram os investimentos mais vigorosos. Os batéis de carga foram transfigurados em jardins, prados, torres, animais e criaturas fantásticas. Vemos bosques, reis, santos, pastores, elefantes, tritões, golfinhos e leões. Participou uma grande variedade de tribunais, corporações e privados: dos tabeliães do cível aos pescadores de Alfama; dos mercadores de sobrado aos burgaleses. O Senado preparou batéis que seguiram junto das embarcações reais, espelhando o protagonismo que a cidade assumia no cortejo terrestre. Em 1521, a embarcação da Câmara teve um lugar ainda mais central, levando o batel de Leonor de Áustria à toa. Na proa, o barco exibia uma figura de São Cristóvão, que atravessara um rio com Cristo às costas⁴²².

Em 1581, esta participação corporativa e institucional recua, com a frota de guerra do rei a assumir o protagonismo. Os relatos não discriminam barcos feitos por ofícios e nações, e a própria Câmara espera pelo rei em terra. O bergantim que a cidade preparou para Filipe II só foi usado brevemente em Vila Franca⁴²³ e o rei chegou a Lisboa na galera real. Quanto aos barcos das corporações, dispomos apenas de breves apontamentos sobre uma competição pela melhor invenção aquática. O batel vencedor tinha o feitio de um peixe⁴²⁴ e atestava a resiliência das fantasias aquáticas, que regressariam em força com as baleias, lagostas e tritões de 1619⁴²⁵. Em 1687, os lisboetas assistiram ao apogeu explosivo desta imagética, com doze monstros marinhos a atacar um forte flutuante no Tejo⁴²⁶. Estamos perante um repertório quase inultrapassável: quando não eram esculpidas e pintadas nos batéis, estas criaturas eram inventadas pelas penas que louvavam o esplendor das festas aquáticas⁴²⁷. Em 1581, André Falcão de Resende povoa o Tejo com focas, tritões e coros de nereidas⁴²⁸ e em 1521, nas *Cortes de Júpiter*, Gil Vicente encenou a partida de D. Beatriz com os vários corpos e instituições da cidade e da corte encarnados em diferentes espécies de peixe⁴²⁹.

O imaginário marinho concorria numa retórica de supremacia naval que continuava logo no Terreiro do Paço. Naquela praça ladeada pela residência régia e por armazéns, coração simbólico e efectivo da vivência política e económica local, os

⁴²² Buescu, 2010b, p. 146.

⁴²³ Velázquez, 1583, fl. 112.

⁴²⁴ Guerreiro, 1581, fls. 7-7v.

⁴²⁵ Mimoso, 1620, fls. 133-133v. *Vide* Apêndice A, Figura 37.

⁴²⁶ Costa, 1694, pp. 274-276. *Vide* Apêndice, Figura 39.

⁴²⁷ *Vide* Apêndice, Figura 38.

⁴²⁸ Resende, 2000, p. 96

⁴²⁹ Pinto, 2018a, pp. 187-188.

financiadores mais abastados erguiam estruturas efémeras que procuravam, com a sua imponência e ostentação, atestar o lugar da cidade como centro próspero de uma monarquia universal. Na frente ribeirinha, as presenças mais habituais são as instituições alfandegárias e os mercadores estrangeiros – e além de se repetirem obséquios laudatórios, também se falava ao rei do comércio. Em 1581, os mercadores alemães mostravam a Filipe II as navegações das Índias Orientais e Ocidentais finalmente reunidas, com o engrandecimento da união das coroas, “Fortuna do Rey” a servir de pretexto para sublinhar as expectativas em redor do acesso ao trato das conquistas castelhanas⁴³⁰. Em 1619, como já mencionámos, a Alfândega exalta-se a si própria como fonte das fazendas distribuídas pela liberalidade régia, usando a grandeza de Filipe III para invocar a bênção do deus do comércio – “Vem ò Mercurio, o Iupiter Espanhol te favorece, o Maritimo te augmenta, o Ceo te confirma, a terra te sustenta, por toda ella navegando o Mar andem as mercadorias, tudo seja ouro, por tudo corra mel”⁴³¹.

Além de exaltarem o comércio que os enriquecia, representavam a sua própria cidade e a relação que mantinha com o rei. Em 1581, Lisboa surgiu como uma mulher que se casava com o príncipe D. Diogo numa alegoria que, ao mesmo tempo que sugeria a lealdade e afecto matrimoniais da noiva, deixava clara a reciprocidade esperada do noivo⁴³². A narrativa matrimonial entre o príncipe e a república era comum, mas o casamento de Lisboa com os Áustria não seria particularmente feliz, como mostra a bem conhecida observação da arenga de 1619 – à chegada de Filipe III, a cidade sentia-se só, quase viúva⁴³³. Em ambas as entradas filipinas, Lisboa apareceu figurada no arco triunfal que marcava a passagem do Terreiro do Paço para o interior da cidade. Em 1581, a estrutura foi financiada pela Câmara e ainda usava como base as velhas portas da Ribeira. Lisboa era uma mulher coroada e “muyto fermosa” que descobria o peito com uma mão e entregava as chaves ao rei com a outra⁴³⁴ – uma representação plástica do rito que encarnava o sentido da ocasião. Em 1619, e demolido o edifício velho, os ingleses passaram a ocupar aquele espaço. A cidade surgia novamente como uma mulher coroada e ricamente vestida. Na mão direita, duas chaves assinalavam as suas virtudes – uma delas, feita de ferro, significava a fortaleza e a outra, feita de ouro, a

⁴³⁰ Guerreiro, 1581, fl. 12v.

⁴³¹ Lavanha, 1622, fl. 10v.

⁴³² Velázquez, 1583, fl. 124v.

⁴³³ Bouza, 1998.

⁴³⁴ Guerreiro, 1581, fl. 41.

riqueza. Com a mão esquerda segurava uma âncora que mostrava “que pelo Mar lhe vem as riquezas de que procede a sua grandeza” e da qual pendia o escudo com as armas da cidade⁴³⁵ – a nau de S. Vicente com os corvos. A heráldica lisboeta já estivera presente naquele lugar, quer no arco de 1581, quer no de 1552⁴³⁶. Podemos encontrá-la um pouco por toda a parte, muitas vezes acompanhada pelas cores branca e preta e por Santo António e São Vicente.

No caso específico das portas, a apropriação do espaço pelos ingleses até ao final da cronologia em análise resultaria numa secundarização da imagética olisiponense. O recuo era apenas atenuado por um episódio que unia a história local e a da nação que ali se fazia representar – a conquista da cidade pela hoste de D. Afonso Henriques em 1147. Nas entradas de Filipe III e Maria Sofia de Neuburgo, a vitória foi retratada em quadros que associavam o rei português aos seus aliados de além-Pireneus, surgindo figuras como Guilherme de Longa Espada e D. Childe de Rolim – era “intento dos Ingreses”, diziam os próprios, mostrar “a fraternal correspondencia que há entre elles, & os Portugueses, confirmada com amizade, & confederação antiga”⁴³⁷. Esta relação especial – que em 1666 ganhava densidade com as efígies de Carlos II e Catarina de Bragança⁴³⁸ –, não impediu que se arredassem as figurações de Lisboa para outras partes. A mudança da rota da ida à Sé (que com os Bragança voltou a não ser feita logo a partir do desembarque no Terreiro) também terá ajudado ao processo, já que o sentido que se costumava dar àquelas imagens pedia que fossem colocadas junto ao lugar da entrega das chaves. Em 1687, a cidade surgia representada com a iconografia habitual, mas na porta do ferro, e integrada no arco dos cerieiros (lembre-se que nesta ocasião as chaves foram dadas a D. Pedro II e a Maria Sofia de Neuburgo junto à igreja de Santo António). Lisboa era uma “fermosa, & varonil donsella”, que surgia com as suas insígnias e coroas imperiais nas duas mãos. Estava acompanhada por três *meninos*, cada um com a sua letra. Uma delas dizia que “Lisboa como leal / Sò a tanta Majestade / Estas Croas offerece / D’amor, & fidelidade”. Quer fosse um matrimónio metafórico, uma simulação da entrega das chaves ou uma coroação fantasiosa, o sentido destas imagens pouco se alterava – até porque sintetizavam o sentido da festa.

⁴³⁵ Lavanha, 1622, fl. 23v. Vide Apêndice, Figura 40.

⁴³⁶ Monterroio, [s.d], p. 83.

⁴³⁷ Lavanha, 1622, fl. 23v. e Costa, 1694, p. 252.

⁴³⁸ *Relaçam do triunfo.....*, 1721, p. 184.

Passadas as portas, o rei mergulhava nas ruas. No percurso que atravessava o interior da cidade, a Sé era uma paragem fundamental, e a sua fachada uma das plataformas mais importantes para as invenções. Na entrada de Leonor de Áustria em Lisboa o lugar coube à Universidade, com os escolares a encenar o cerco de Tróia, “combatida e guerreada e acesa em fogos”⁴³⁹. Em 1581, a temática do arco esteve mais harmonizada com a sua posição, já que a estrutura, da iniciativa do arcebispo D. Jorge de Almeida, representou o *edifício* da Igreja Militante. Na alegoria que a cobria totalmente, Gregório XIII e Filipe II seguravam duas colunas, defendendo a fé de bárbaros e hereges e suportando uma hierarquia que incluía a Virgem, os apóstolos, os evangelistas e os doutores da Igreja. No tecto do pórtico, sob o qual o rei venerou o Santo Lenho e foi aspergido com água benta, fez-se um simulacro dos ritos, com quatro anjos que desciam do céu com “frescas heruas” para Filipe II⁴⁴⁰. Como vimos no capítulo 2.1, a partir do século XV o clero passou a receber separadamente o rei, confinando a sua intervenção cerimonial ao espaço da igreja matriz. Assim sendo a participação eclesiástica no aparato efémero é rara, e além deste caso integrado num espaço expectável, há que destacar uma excepção mais surpreendente. Na entrada de Filipe III, os familiares do Santo Ofício ergueram um arco triunfal no Terreiro do Paço, intrometendo-se no espaço da sumptuosidade mercantil. Lavanha insiste no quão extraordinária era aquela presença “não sendo muitos, & não tendo obrigação para o fazer, sendo por seus privilégios isentos de todos os encargos, & contribuições”, os familiares ergueram a estrutura em reconhecimento do *amparo* que lhes era dado pelo rei. A Inquisição surgia de pé, envergando um peito e um escudo com as suas armas – “uma cruz no meio de uma espada nua, símbolo da Justiça e um ramo de Oliveira, símbolo da Misericórdia”. Nos emblemas circundantes, exibia-se o exercício simultâneo destes preceitos, com o fogo que queimava os ramos de uma videira que estavam “fora da cepa” e o estoque que trespassava a serpente da Heresia a conviverem confortavelmente com um inquisidor que surgia de livro na mão e a conduzir penitentes para um templo – “Não quero a morte do peccador senão que se converta & viva”⁴⁴¹.

Regressando às portas da Sé, na entrada de 1619 foram os italianos a encarregar-se da decoração da fachada. Apesar de faltar o patronato eclesiástico, a associação dos patrocinadores a Roma garantiu a presença da imagética religiosa, com a estrutura a ser

⁴³⁹ Correia, 1992, p. 132.

⁴⁴⁰ Guerreiro, 1581, fl. 44-45v.

⁴⁴¹ Lavanha, 1622, fls. 53-53v. *Vide* Apêndice, Figuras 41-43.

encimada pela tiara papal e pelas chaves de São Pedro⁴⁴². Em baixo, o bom cumprimento do dever confessional do rei também era chamado à liça, comemorando-se a expulsão dos mouriscos dos reinos ibéricos e a sua chegada a África em quadros legendados pelos lamentos dos exilados – “Embarcados partimos de Espanha rebeldes à ella & a Fè santa. (...) Nossa calamidade he saude de Espanha, & fama para Filipe”⁴⁴³. Estendia-se aos italianos de Lisboa a ansiedade que Antonio Feros detecta nas vésperas da expulsão: “by the first decade of the 1600s, a majority of Spaniards were convinced that it was impossible to hispanize and Christianize the Moriscos or persuade them to abandon their distinct, collective identity”⁴⁴⁴.

A partir de 1666, os franceses passam a ocupar o lugar, quebrando-se definitivamente a coerência temática entre templo perene e arco efémero. Na entrada de Maria Francisca de Sabóia, como já vimos, invocava-se a narrativa dinástica – D. Afonso Henriques e D. João IV, juntamente com uma representação do novo casal real, que surgia acompanhado das suas virtudes e a receber tributos das quatro partes do mundo. Em 1682, a repetição do encargo pareceu demasiado pesada àquela nação, que tentou esquivar-se da obrigação. Apesar de a Câmara propor a ocupação da fachada pelos homens de negócio lisboetas, D. Pedro insistiu em forçar os franceses a decorá-la⁴⁴⁵ e, em 1687, encontramo-los de novo naquele lugar. Voltavam as quatro partes mundo, acompanhadas pelos planetas e por outros emblemas⁴⁴⁶.

Os mercadores estrangeiros costumavam fazer por enquadrar a lisonja aos reis (e a sua vertente pedagógica ou reivindicativa) em temas que lhes dissessem respeito. Em 1687, os alemães depararam-se com a ocasião ideal: a união dos Bragança com os Neuburgo do Palatinado dava pertinência a uma repetição do esplendor que a iconografia germânica tinha alcançado nas entradas dos Habsburgo. O arco que ergueram no Terreiro do Paço era imponente: “Raro assombro das ideias / Coroando o Emperador / Aquella máquina excelsa. / Seis Eleitores á roda, / E as Cidades mais selectas / Daquelle Imperio pintadas, / Com mui discretos emblemas”⁴⁴⁷. Em 1619, podia ver-se no arco daquela nação o papel que se esperava que Filipe III, como

⁴⁴² Vide Apêndice, Figuras 43 e 44.

⁴⁴³ Lavanha, 1622, fls. 32v-33. Vide Apêndice, Figuras 44 e 45.

⁴⁴⁴ Feros, 2017, p. 107.

⁴⁴⁵ Oliveira, v. 8, 1894, pp. 448-449.

⁴⁴⁶ Costa, 1694, pp. 246-252.

⁴⁴⁷ Paiva, 1687, p. 15. Vide Apêndice, Figuras 46-48.

príncipe católico e da casa de Áustria, desempenhasse na guerra que haveria de assolar a Europa durante três décadas. Numa alegoria em que os Habsburgo austríacos eram Anquises, o monarca hispânico devia ser Eneias, que “cercado do fogo tirou livre delle a seu amado pai”⁴⁴⁸. Não muito longe, os flamengos também apresentavam as suas ansiedades e expectativas através de uma figuração medonha da Discórdia que assolava a Flandres. A personagem surgia ladeada por painéis nos quais que se viam, de um lado, os escudos das províncias obedientes e, do outro, os das rebeldes. Quando o rei se aproximou do edifício, as partes desavindas juntaram-se, reunindo-se as duas metades de um coração e ocultando-se a Discórdia: “Com este vinculo desejo a Concordia, & a boa Vontade dos Framengos residentes em Lisboa (...) que se juntem, & unam as dezassete Províncias”⁴⁴⁹.

Em redor destas estruturas, erguiam-se as contribuições das corporações lisboetas. Para as interpretar, vale a pena dedicar alguma atenção ao volume que Pascoal Ribeiro Coutinho dedica ao arco dos ourives do ouro de 1687. Desde logo, importa olhar para a forma como se justifica o empreendimento. A *fábula* que dava o mote à estrutura ajudava a enquadrar a motivação – tratava-se da história de Páris no Monte Ida, a que já nos referimos anteriormente. O pastor, que surgia “vestido ao rustico” e de cajado na mão, oferecia a Maria Sofia de Neuburgo uma maçã dourada que era cobiçada por Pálas, Juno e Vénus. Ribeiro Coutinho afirma que Páris simbolizava o “corpo mystico dos Ourives do ouro”, e que aquilo que entregava à rainha era “o pomo de ouro, o subido do affecto, o rico da vontade, & a materia do officio”⁴⁵⁰. Tal como acontecia com o rei e com a cidade, a corporação podia fazer-se representar alegoricamente, inserindo-se em narrativas enquadradas pelos repertórios que temos encontrado por todo o aparato. O gesto da dádiva da maçã era o centro da acção, e as deusas vencidas pela rainha eram usadas para ilustrar as qualidades daquela oferenda: Pálas *alegorizava* o desapego, Juno a riqueza e Vénus a vontade amorosa. O investimento no arco cumpria todos estes requisitos: festejava sem interesses, implicava um grande sacrifício de *cabedais* e representava um empenho voluntário e afectuoso⁴⁵¹. Esta retórica esconde uma oferenda que não era desinteressada. Como Lisa Voigt explica, aplicando o modelo de Mauss – “The festive economy may appear one of

⁴⁴⁸ Lavanha, 1622, fl. 58. Vide Apêndice, Figuras 49-51.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, fl. 38.

⁴⁵⁰ Coutinho, 1687, p. 8a.

⁴⁵¹ *Ibid.*, pp. 10-12.

“unproductive expenditure and loss, as in Bataille’s “general economy” but (...) the spectacular consumption of wealth is intended to generate either symbolic or material rewards”⁴⁵². O dom implicava gratidão e retribuição – conferidas desde logo pela presença dos reis e pela atenção que dedicavam à invenção.

Quando refere que o pomo dourado era a “materia do officio”, Ribeiro Coutinho introduz uma temática central nos arcos das corporações. A invenção dos “corpos místicos” destes grupos implicava que se tornasse visível uma identidade que era laboral, na medida em que se representava pelos produtos e ferramentas associados à profissão, e devocional, já que se associava frequentemente a santos protectores. A bandeira de S. Jorge, que reunia barbeiros espadeiros e ferreiros⁴⁵³, além de mostrar quase sempre o santo a derrotar a “serpe”, costumava associar-se à actividade bélica, com uma “suíssa de piques e homens (...) com o seu pífaro, tambor, capitão e sargento” em 1552, quadros de vitórias contra os *mouros* em 1619 e um castelo fingido em 1687⁴⁵⁴. Afinal, como mostrava em 1581, produziam “maças de armas e outros instrumentos de guerra”⁴⁵⁵. Os carpinteiros costumavam representar S. José, insígnia do seu ofício, e que em 1687 surgiu de mão dada a Jesus menino⁴⁵⁶. Em 1619, os pintores faziam da Pintura a rainha das artes, mostrando-a junto à Escultura e à Architectura, todas ladeadas pela Geometria e pela Perspectiva e sob a protecção de S. Lucas⁴⁵⁷. Naquela mesma data, os alfaiates incluíram, na sua impressionante fantasia de Salomão entronizado, um emblema com uma tesoura⁴⁵⁸. Os ourives do ouro e da prata insistiam em usar e imitar aqueles materiais preciosos nos seus arcos e invenções, com Santo Elói, “a quem os Ourives / Tem por Patrão, por amparo” a surgir em 1666⁴⁵⁹. Os cerieiros tinham uma preocupação parecida, montando sempre *Primaveras* governadas pela Flora e compostas por vegetação, flores e frutos esculpidos em cera branca ou pintada⁴⁶⁰. Os exemplos são inumeráveis, mas vale a pena determo-nos num que consideramos especialmente interessante, já que conjugou habilmente estes elementos

⁴⁵² Voigt, 2016, p. 9.

⁴⁵³ Velazquez, 1583, fl. 138v.

⁴⁵⁴ Monterroio, [s.d], p. 80, Lavanha, 1622, fls. 27-27v e Costa, 1694, p. 257. *Vide* Apêndice, Figuras 52-54.

⁴⁵⁵ Guerreiro, 1581, fl. 41v.

⁴⁵⁶ Costa, 1694, p. 244. *Vide* Apêndice, Figura 55.

⁴⁵⁷ Lavanha, 1622, fl. 37v. *Vide* Apêndice, Figura 57.

⁴⁵⁸ *Ibid.*, fl. 51. *Vide* Apêndice, Figura 56.

⁴⁵⁹ *Relaçam do triunfo.....*, 1721, p. 177.

⁴⁶⁰ Por exemplo, Lavanha, 1622, fl. 31v e Apêndice, Figuras 58 e 59.

identitários entre si, mas também com visões do bem-comum e da monarquia, sintetizando os temas que temos estado a explorar.

Em 1619, o arco dos oleiros, erguido numa pequena praça adjunta à Padaria, era dominado pela imagética de Santa Justa e Santa Rufina, protectoras do ofício. Debaixo de um anjo que segurava as armas de Portugal, as irmãs coroavam dois pedestais que ladeavam uma torre. Ao centro, dois meninos seguravam uma tarja que falava ao rei:

“Inda que tem de barro os fundamentos
Esta torre alterosa, & levantada
Não tema a força de contrarios ventos
Por vos nestas colunas sustentada
Obra que arrima à vos os pensamentos
Não pode facilmente ser quebrada
E o forte mais soberbo, & mais bizarro
Contra o vosso poder será de barro”.

A matéria prima do ofício dava vida à metáfora laudatória, ilustrando a fragilidade da corporação que, quando animada pelo rei, era transformada na fraqueza dos inimigos da monarquia. Em baixo, a Natureza surgia coroada de flores, segurando numa mão um vaso vermelho e na outra um homem que saía da terra. Era o Barro – “Para demonstração de mór grandeza / Na perfeição da terra que pisais / Até o barro humilde dà sinais / De quanto quis honrar a natureza”. Ali perto, a Arte era figurada com vários instrumentos mecânicos aos pés, segurando com a mão direita uma roda de oleiro. Os artesãos mostravam ao rei as qualidades da matéria *natural* que transformavam, desvendando também as ferramentas do seu ofício. Na mão direita da Arte, aparecia a utilidade do seu labor para a monarquia: um vaso de porcelana “que se faz em Lisboa contrafeita da China”. Viam-se naus da Índia a descarregar porcelana chinesa e navios estrangeiros a carregar a que era feita na cidade. “Aqui Monarca excelso soberano / Vos offerece a Arte peregrina / Fabricado no Reino Lusitano / O que antes nos vendeu tam caro a China”⁴⁶¹.

4.2.1.2 – Os ritos e o cortejo⁴⁶²

Se as corporações de ofícios e as colónias de estrangeiros se ocupavam com a maior parte do aparato, a Câmara e demais autoridades locais protagonizavam os ritos

⁴⁶¹ Lavanha, 1622, fls. 29v-30.

⁴⁶² Ensaíamos a reconstituição de alguns dos cortejos melhor documentados. *Vide* Apêndice, Figuras 12-16.

que encenavam o sentido político das entradas. Com a excepção das cerimónias de 1666 e 1687, em que as novas rainhas foram recebidas ainda a bordo dos seus navios e com cortesias cuidadosamente ordenadas, a primeira formalidade – e a mais importante – era a entrega das chaves. Aquela honra, que inicialmente cabia a um vereador ordenado “por sortes” foi, como já vimos, conferida ao presidente do Senado a partir de 1619. O oficial devia tomar as chaves das mãos do vedor das obras e entregá-las ao rei, proferindo a frase fixada no regimento de 1502: “Esta sua muy nobre & sempre leal cidade de Lisboa, entrega a vossa Magestade as chaues de todas suas portas, & dos leaes corações de seus moradores, & de seus corpos & aueres pera todo seu seruiço”⁴⁶³. O rei aceitava e respondia, como está escrito nas deliberações sobre a entrada de 1666, com as palavras que “saberá mui bem dizer”⁴⁶⁴, agradecendo a oferta e garantindo que guardaria os privilégios da cidade. As chaves eram depois devolvidas ao vereador e, caso se tratasse da entrada de uma nova rainha, repetia-se o gesto com a consorte. Como já mencionámos no capítulo 3.1.1, o rito era precedido pela rendição das varas pelos oficiais e seguido pelo beija-mão.

Nestes actos, o contingente que viria a formar o cortejo já deveria assistir e participar na ordem com que percorreria as ruas. Apesar da importância que era dada às precedências neste tipo de procedimentos, não se conhecem grandes conflitos – certamente, nenhum que se aproxime à escala e dramatismo que podemos encontrar noutras partes. Vejam-se dois interessantes casos aragoneses. O primeiro, que conhecemos pelo testemunho de Garcia de Resende, deu-se na entrada de D. Manuel e de D. Isabel em Saragoça, em 1498. O ambiente tinha pouco de harmonioso e, à entrada da Sé, “os Conegos e Clerigos remeteram ao paleo que os principaes da Cidade leuauam para lho tomar, e elles lho não quizeram dar, e os Clerigos poseram nisso tanta força, que quebraram as varas”. Tal foi a *revolta* que se derrubou um duque e o arcebispo, e podiam ter-se derrubado os visitantes – “cousa muyto fea, e que a todos pareceo muyto mal, e passou sem castigo por se não escandalizar a Cidade”⁴⁶⁵. O segundo caso decorreu na entrada da imperatriz-viúva Maria de Áustria em Barcelona, em 1582, na qual os *consellers* da cidade se recusaram a dar início ao cortejo. Protestavam contra o vice-rei, que insistira em contrariar o costume da cerimónia, ingerindo-se nos termos de

⁴⁶³ AML, *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara [Livro Carmesim]*, fl. 18v. Guerreiro, 1581, fl. 23.

⁴⁶⁴ BNP, CP, liv. 653, fl. 357v

⁴⁶⁵ Resende, 1973, pp. 311-312

representação das autoridades locais. Quando a comitiva cedeu e avançou, foi por deferência à imperatriz e pelo prestígio da cidade, que podia ser posto em causa pelo desserviço que ali lhe fazia⁴⁶⁶.

Regressando aos ritos portugueses, olhemos para o acompanhamento que levava o soberano até à Sé. Além do cumprimento das precedências, a que já iremos, a regra universal até 1619 era que, com a excepção do rei e dos oficiais de armas, todos seguissem a pé. A partir de 1666, a proliferação de coches e liteiras relativizou este preceito. Caiu também em desuso o pálido, que até então assinalava os lugares mais importantes no cortejo, já que cobria o rei e era carregado pelos oficiais mais destacados da cidade⁴⁶⁷. Os preceitos do regimento de 1502 foram sendo adaptados a diferentes números de varas e à evolução de sensibilidades. As cores do tecido e das varas iam variando ao longo do tempo e de lugar para lugar, e havia quem as aproveitasse para metáforas políticas – Isidro Velázquez notava que a “cor de céu” do pálido da entrada de Filipe II no Crato anunciava que o rei era enviado pelo céu para acudir às necessidades do reino. Já o damasco branco do pálido da entrada em Abrantes era em sinal de *limpeza*: e “era bien necessario mostralla”, já que a ali se dera guarida a D. António⁴⁶⁸. O rei e os homens que seguravam o pálido ocupavam o lugar mais recuado no cortejo, apenas precedidos por contingentes da guarda, damas das rainhas ou eventuais membros da família real (como é o caso do príncipe Filipe, da princesa Isabel e da infanta Maria Ana em 1619). Em frente ao pálido, seguia o alcaide da cidade, que recebia do estribeiro-mor as rédeas do cavalo do rei. Na dianteira e em redor, alinhavam vários ofícios e dignidades da corte e da cidade, posicionados de acordo com precedências que foram evoluindo.

Foquemo-nos em Lisboa. Se em 1552 se distinguiam as posições ocupadas pelos juizes em função do tribunal que serviam – os do cível seguiam atrás, ao lado da Cidade, e os do crime, dos órfãos e das propriedades marchavam à frente⁴⁶⁹ –, a partir de 1666 a precedência passou a basear-se na origem da sua autoridade: os que eram providos pela coroa seguiam em lugares mais recuados, e os providos pelo Senado alinhavam na dianteira⁴⁷⁰. Na vanguarda do cortejo seguiam sempre os procuradores da

⁴⁶⁶ Esteban, 2017, pp. 70-71.

⁴⁶⁷ Compara-se a Figuras 14 e 15.

⁴⁶⁸ Velázquez, 1583, fls. 81v e 83.

⁴⁶⁹ Vide Apêndice, Figura 12.

⁴⁷⁰ Vide Apêndice, Figura 15.

cidade, que, como já se viu, costumavam partilhar com as justiças mais adiantadas a responsabilidade de abrir caminho para o fio. Um pouco atrás, seguiam os porteiros das maçãs, reis de armas, arautos e passavantes. Tendo participado agrupados até 1619, a partir de 1666 os maceiros passaram a seguir mais à frente, interpondo-se entre os dois grupos de juízes. Atrás de todos estes contingentes, seguiam justiças superiores – os desembargadores da Casa da Suplicação e os corregedores da corte, intercalados com a massa de oficiais da casa real, conselheiros, titulares e senhores de terras. Com a excepção de algumas posições individualizadas, este último grupo costumava apresentar-se sem precedências. O seu aspecto mudou consideravelmente depois de 1619 – não só pela chegada dos coches e liteiras, mas por passarem a ser acompanhados por contingentes de lacaios e por oficiais de justiça que mantinham a ordem entre os veículos e séquitos.

Somos brindados com referências ao ornato dos participantes: “Sincoenta e tres carroças, / Tão ricas, & vistosas, / Hũa a hũa rodando gravemente / Admirandose a gente, / De ver a Fidalguia, / Que se vestio de luzes este dia”⁴⁷¹. Abria-se uma excepção às leis pragmáticas, e cada um fazia por superar os demais em ostentação, com alguns dos relatos a individualizar certas figuras. Na *Comédia* de Jacinto Cordeiro, o pretexto são as perguntas de Pinardo: quando quer saber, por exemplo, “quien es aquel de lo blãco”, Safiro responde-lhe que era o conde de Linhares, sol de toda a fidalguia portuguesa. “Com razon que biẽ hecho, y que gallardo talle, brio, y porpocion”⁴⁷². Em 1666, a *Relaçam* louva o sangue dos participantes: “Castellosbrancos, Coutinhos / Da Fidalguia são mappa. / Dos Lobos, & dos Silveyras, Todo o mundo em geral canta, / Dos Mendonças, & Furtados, Se admira, suspende, & jacta”⁴⁷³. A atenção à galhardia e vestuário dos oficiais palatinos, conselheiros e titulares vem substituir as descrições do traje dos oficiais da cidade encarregados de levar o pãlio que podemos encontrar os relatos das entradas filipinas⁴⁷⁴. No tempo dos Bragança, o luzimento e o sangue de quem servia a coroa rouba o lugar à pompa institucional do oficialato municipal.

Juntando este facto às alterações na ordem e precedências, restam poucas dúvidas de que o protagonismo da cidade ia decrescendo. As justiças nomeadas pelo

⁴⁷¹ Paiva, 1687, p. 6.

⁴⁷² Corderio, 1620, fl. 13.

⁴⁷³ *Relaçam do triunfo.....*, 1721, p. 156.

⁴⁷⁴ Veja-se Guerreiro, 1581, fls 128v-129 e Lavanha, 1622,

senado foram secundarizadas face às nomeadas pela coroa e os vereadores perderam o protagonismo que o pátio lhes dava, com estribeiros, moços de câmara e oficiais da guarda a rodear o rei. Quando, em 1687, o Senado é arredado para a igreja de Santo António, nem sequer participando no cortejo, a viragem estava consumada. Lisboa continuava a ser a anfitriã – e a financiadora –, mas perdia o seu lugar de honra junto ao convidado. Fê-lo em silêncio – na correspondência trocada entre o soberano e o Senado que consultámos, o desaparecimento do pátio não deixou sinais notórios. Quanto à entrega das chaves, apesar de se manter intacta na forma, sobrevive em termos que Ana Maria Alves apelidou certeira de “fantasmagóricos”, esvaziados que estavam de qualquer ressonância negocial⁴⁷⁵. É importante referir que a relação relativamente dócil que a cidade mantinha com a coroa terá ajudado a estas transformações. Como Edward Muir afirma, a presença permanente do soberano tendia a esvaziar a conflitualidade das entradas solenes⁴⁷⁶, tendência que ainda seria mais acentuada em Lisboa pela associação da cerimónia à chegada de consortes, como Maria José del Rio Barredo detectou em Madrid⁴⁷⁷ e como já tinha sido amplamente diagnosticado por Ana Maria Alves. As entradas tornaram-se aliás, numa exteriorização perfeita da promiscuidade e sobreposição entre os ofícios palatinos e municipais: em 1687, o estribeiro-mor de Isabel Josefa não integrou o cortejo no seu próprio coche como era sua prerrogativa. Isto porque se tratava de Nuno da Cunha de Ataíde, conde de Pontevel e presidente do Senado da Câmara de Lisboa, que esperava pelo acompanhamento junto à Igreja de Santo António com o resto dos oficiais da cidade⁴⁷⁸.

Fosse qual fosse a ordem dos participantes, o destino do cortejo era a Sé – e quando os reis chegavam junto aos degraus, começava um outro conjunto de ritos. Em primeiro lugar, os soberanos apeavam-se e os oficiais que seguravam as varas do pátio passavam-nas a outro grupo, alinhando à esquerda dos seus senhores e acompanhando-os até ao templo. O arcebispo esperava à porta, sem mitra e vestido de pontifical, com o clero da cidade alinhado em procissão. Ali, os reis veneravam relíquias à vista de todos – no caso de Lisboa, o Santo Lenho. Desta forma, o soberano mostrava-se a participar na devoção local, uma preocupação bastante clara na visita de Filipe II em Santarém,

⁴⁷⁵ Alves, [s.d], p. 72.

⁴⁷⁶ Muir, 1997, p. 242.

⁴⁷⁷ Barredo, 2000, pp. 33-44.

⁴⁷⁸ Costa, 1964, pp. e 262-264

onde o rei *confirmou* e venerou os milagres da vila⁴⁷⁹, numa altura em que ainda não passava um ano desde aclamação do prior do Crato no lugar. Adorada a relíquia, o arcebispo deitava água benta sobre os reis e, logo de seguida, debaixo de um segundo pálio (que sobreviveu até ao final da nossa cronologia), os recém-chegados eram acompanhados até ao interior da Sé, onde se ouvia o hino *Te Deum laudamus*. No altar-mor, rezavam sobre um setial enquanto o arcebispo e o coro cantavam as antífonas e orações ordenadas para a ocasião – segundo Afonso Guerreiro, era costume o rei fazer mercê das suas esporas aos moços do coro pelos seus serviços⁴⁸⁰. Cumprida a liturgia, e depois de se repetir a cerimónia do beija-mão com o clero, o rei regressava ao exterior, e os vereadores voltavam a pegar nas varas do pálio.

Regressemos ao cortejo. Na dianteira, junto aos procuradores e justiças, podiam ver-se as danças e as folias que, como vimos, eram um dos componentes mais antigos destes festejos. Em 1552, por exemplo, e juntamente com outras *performances* deste tipo, Monterroio cita regozijos dos pescadores e dos lugares do termo, além de foliões da própria cidade vestidos com librés brancas e pretas⁴⁸¹. Com a excepção deste último grupo, e sem contar com os batéis, estas manifestações constituíam o contributo mais marcante das localidades fora de muros. Como Teófilo Ruiz sugere, o fluxo desta gente para dentro da cidade, em conjunto com o uso de temas silvestres e florais nas decorações, correspondia à saída das autoridades da muralha para receber o rei frente às portas – em alguns casos, a distâncias consideráveis⁴⁸². Tudo concorria numa encenação da autoridade da cidade sobre o termo, que era convocado a festejar o rei como podia e sabia. Apesar de se pressentir um gradual apagamento nos programas das cerimónias e nos rituais, estes regozijos populares mantêm-se durante toda a cronologia. Veja-se a descrição de João Lavanha:

“hião mui bem vestidas de seda com muitas cadeas de Ouro, & joias; levavão nas mãos arcos cubertos de flores, & frutas de cera, lavradas com tanta arte; & propriedade, que nenhũa differença fazião das naturaes. Dançavão com estes Arcos muito concertadamente ao som de varios instrumentos. Avia outra muita diversidade de dâças, musicas de homens, & mulheres, muchachos, folias, & pelas

⁴⁷⁹ Velazquéz, 1583, fls. 108v. e 110.

⁴⁸⁰ Guerreiro, 1581, fl. 46.

⁴⁸¹ Monterroio, [s.d], p. 83.

⁴⁸² Ruiz, 2010, pp. 118-119.

ricamente adereçadas, que todos hião festejando & celebrando hũ tam desejado dia”⁴⁸³.

4.2.1.3 – As outras cidades

Como escreveu Fernand Braudel, “nunca uma cidade se apresenta sem o acompanhamento de outras cidades. Umas senhoras, outras servas ou mesmo escravas, estão ligadas, formam uma hierarquia (...)”⁴⁸⁴. A partir de 1619, encontramos exemplos perfeitos deste tipo de linguagem em figurações das várias urbes portuguesas. Na entrada de Filipe III em Lsiboa, foram os ofícios da bandeira de S. Miguel a montar um “espectáculo” com doze cidades do reino: “As chaves & a liberdade, / & os frutos que nellas crecem / estas cidades offrecem / oje à vossa magestade.” Sob este mote, cada uma das figuras louvava as virtudes da urbe que representava. Braga, antiga e famosa, nobre e venturosa. Évora, grande, rica, populosa e famosa. Coimbra, que *levantava* o saber, a ciência e a clausura. Porto, origem do nome do reino. Guarda, cuja serra recebia mimo da branca neve. Lamego, onde Baco, “sem seu dano”, achava emprego para passar ao oceano. Viseu, nobre e antiga – e onde o rei Rodrigo se refugiou da “Maura gente inimiga”. Leiria, verde e amena de onde vinha o “pinho excellente” das armadas do Oriente. Elvas, rica e possante, fértil em “compridos Olivais”. Miranda, escondida entre Douro e os montes. Beja, a primeira nos frutos de Baco e de Ceres... Todas vinham a Lisboa apresentar os seus “humildes dões” ao rei. Assim se estabelecia a hierarquia – ao contrário da *cabeça* do reino, as outras doze cidades prestavam obediência “sem vista” ou presença do rei⁴⁸⁵... Podemos encontrar conjuntos bastante semelhantes nas cerimónias seguintes. Na entrada de Maria Francisca de Sabóia, os homens de negócio cantaram oito cidades e oito vilas, louvando os seus feitos na Guerra da Restauração e usando versos d’*Os Lusíadas* como mote. Veja-se Elvas, elogiada com uma passagem do canto IV – “Em meu sitio a bandeyra Castelhana / foy derrubada aos pés da Luzitana”. Quanto a Lisboa, vinham versos do canto III reforçar a centralidade: “Cabeça sou, & throno soberano / do bellicososo Reino Lusitano”⁴⁸⁶.

Além de copiarem as rimas, os relatos reforçavam este discurso com considerações panegíricas sobre as cidades por onde os reis passavam. A *Viagem* de

⁴⁸³ Lavanha, 1622, fls. 14v-15.

⁴⁸⁴ Braudel, 1992, p. 423.

⁴⁸⁵ Lavanha, 1622, fls. 27v-28.

⁴⁸⁶ Xavier, Cardim e Bouza, 1996, p. 78.

João Lavanha é o caso mais destacado, com o cronista a combinar um resumo laudatório das histórias dos locais com hagiografias dos seus santos e elogios das suas paisagens: detém-se na fundação de Elvas por gentes vinda da Gália,⁴⁸⁷ na excelência dos púcaros de Estremoz⁴⁸⁸, na antiguidade da nobreza e dos santos eborenses⁴⁸⁹ e no “aprazível horizonte” de Almada, que além do atarefado porto de Lisboa comportava a “fresca” Serra de Sintra, Palmela, Sesimbra, as praias do Ribatejo e a Serra da Arrábida, “povoada de todo o genero de caça, combatida da parte de Meiodia das ondas do Oceano, & da parte do Norte povoadas as suas fraldas de deleitosos jardins, & rendosas quintas”⁴⁹⁰. Também podemos encontrar este tipo de linguagem na arquitectura efémera, e o arco triunfal erguido na porta da Alagoa em Évora, em 1619, é o exemplo perfeito. No topo, o repertório hagiográfico: São Vicente, Santa Catarina e Santa Cristeta, todos naturais da cidade, e S. Mâncio, o primeiro bispo. Em baixo, surgia uma figuração da própria cidade de Évora: uma mulher coroada de espigas. Tal como vimos em Lisboa, segurava as chaves numa das mãos, entregando-as ao rei. Na outra mão, reforçava-se a imagética da fertilidade com ramos de oliveira e de parreira. Avistavam-se rios de ambos os lados, e no epigrama podia ler-se que ali se mostrava “A maior entre vos Guadiana, & Tejo”. Nos quadros que enfeitavam as colunas, viam-se duas figuras fundacionais que encarnavam a herança clássica e a da Reconquista cristã – Sertório e Geraldo Sem Pavor⁴⁹¹.

Estas construções identitárias participavam numa competição simbólica entre cidades. Entre os autores castelhanos, as comparações com Madrid e outros lugares de Castela não são uma raridade. Jacinto de Aguillar y Prado elogia as mulheres de Lisboa, mas suspira pelas castelhanas⁴⁹². Isidro Velázquez fica agradado com a caçada em Almeirim, mas não a julga superior à que se fazia nas coutadas madrilenas⁴⁹³. Na *Relacion y Historia Verdadera* da entrada de 1619, escrita em forma de diálogo, quando o castelhano Beltrán explica ao português Ramón que não era necessário ter em conta os arcos que eram apenas os já referidos *tapacalles*, observa que havia muito de bom e muito de mau em Lisboa, mas que as ruas desordenadas lhe tiravam o juízo. Depois de

⁴⁸⁷ Lavanha, 1622, fl. 2.

⁴⁸⁸ *Ibid.*, fl. 4.

⁴⁸⁹ *Ibid.*, fl. 4v.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, fl. 7.

⁴⁹¹ Lavanha, 1622, fl. 5.

⁴⁹² Prado, 1619, fl. 17.

⁴⁹³ Velazquéz, 1583, fl. 111.

desafiado pelo seu companheiro, propõe que cada um deles listasse três defeitos e qualidades da cabeça do reino do outro. O português aponta o dedo à escassez de água, aos maus pesos e medidas e à pequenez e antiguidade dos templos de Madrid, dedicando os seus elogios ao céu, aos ares saudáveis, às boas ruas, aos sumptuosos edifícios e ao carneiro, que era bom e abundante. Beltrán queixa-se da humidade de Lisboa, do caneiro, que era mau e pouco, e das pulgas e dos *gordos*, louvando a qualidade do porto, dos templos e das capelas. Não se esqueceu, claro, do rei, que era bom e virtuoso... O castelhano considera que “con esto quedamos por buenos y tan amigos estos dos pueblos”⁴⁹⁴.

Esta picardia leviana era um sucedâneo da polémica em redor da cidade que devia ser assento da corte ou simplesmente gozar da sua presença, fenómeno bem conhecido na jornada de Filipe III a Portugal. Para Lisboa, a competição não era apenas com Madrid ou Valladolid. Em 1619, quando Filipe III fez saber que estava a considerar celebrar as cortes em Tomar, a resposta do Senado da Câmara foi desesperada. Falava-se na pressa, excesso e gosto com que se preparava a estadia do rei em Lisboa, tendo os corações e os ânimos ficado *quebrantados* com a nova. A mudança de planos era um agravo que o rei fazia à cidade – ainda por cima, “à vista das muitas nações e estrangeiros” que nela residiam. Não fosse o desgosto daqueles leais súbditos argumento suficiente, listavam-se as razões pelas quais Tomar não era capaz de receber as cortes: a vila era *apertada*, não havendo alojamentos que bastassem para a casa real; faltavam mantimentos para sustentar o concurso que se geraria, e, no Verão, o local era quente e sujeito a febres⁴⁹⁵.

Apesar da centralidade que o tema da “capitalidade” assumiu nesta jornada, podemos encontrar um exemplo bastante desenvolvido do tipo de linguagem que o tema suscitava na arenga que foi feita a D. João III na sua entrada em Santarém, em 1525. O licenciado Lopo Fernandes elogiou o rei e os seus antecessores, enquadrando os feitos da linhagem real portuguesa numa história que a ligava inevitavelmente àquela vila – falava, inclusivamente, debaixo do pendão que fora envergado pelos escalabitanos na batalha do Salado. Aquele era um lugar de habitação régia: “todos os mais excelente Reys fizeraõ sua habitação, e a tiveraõ por sua Camara”. Dizia o letrado que a vila só fora desfavorecida a partir do tempo de D. Manuel: estamos perante o rescaldo da

⁴⁹⁴ *Relación y Historia Verdadera...*, 1991, p. 423.

⁴⁹⁵ Oliveira, v. 2, 1887, pp. 445-446.

itinerância régia medieval, que ia abrandando à medida que a corte se tornava maior e mais complexa. Lopo Fernandes não encontra razão para a ausência – Santarém era fértil e formosa, tinha ares saudáveis, as areias douradas do Tejo, campos graciosos, matas frutíferas e grande criação de cavalos e gado, além de bestas selvagens para *desemfadamento* do rei – “e todalas outras couzas para todos proveitozas em perfeição muito grande (...) se achão assim juntas em nenhuma outra villa, nem Cidade de Vossos Reynos, nem de Espanha de Europa”. Assim sendo, dirigindo-se a D. João III, Lopo Fernandes não encontrava forma de negar que aquela vila era “a mais principal, e das vossas para vosso serviço mais necessaria”⁴⁹⁶. Não foi o único caso de defesa energética da cidade anfitriã nas arengas das entradas. No ambiente pesado de 1581, em Lisboa, Heitor de Pina – que Guerreiro até apresenta como o desembargador responsável pelas causas da coroa – não se coíbiu de dizer ao rei que não devia esperar que a cidade que Lisboa se desculpassem pela rebelião antoniana, devendo antes agradecer-lhe pela lealdade demonstrada e pelo sacrifício do vereador Fernão de Pina, que fora assassinado por um criado do prior do Crato⁴⁹⁷. Com exemplos como estes, não admira que num regimento para a jornada de 1619 se ordenasse que as *falas* fossem breves⁴⁹⁸...

4.2.2 - *Terret, vincit, possidet* – as conquistas

Na primeira festa de touros pelo casamento de D. Pedro II e D. Maria Sofia de Neuburgo, D. Luís Manuel de Távora, conde da Atalaia, entrou na praça acompanhado por duzentos lacaios. Divididos em quatro grupos, vinham vestidos como se fossem provenientes de cada um dos continentes, já que o conde “com discreta, & generosa atenção quis mostrar que as quatro partes do mundo, assim como reconhecessem o Imperio Portugues, tributavão também neste dia todos os seus aplausos”. Os primeiros cinquenta representavam a Europa, “a mais nobre, & politica” – traziam casacas de veludo encarnadas e bordadas de froco de prata, exibindo chapéus, plumas, gravatas e espadas. O segundo grupo, que vinha vestido de brocado azul, representava África. O terceiro, mostrava a “opulencia da Asia” com as suas várias sedas guarnecidas com rendas de ouro e bandas com “guarnições lusidissimas”. Os últimos, que representavam

⁴⁹⁶ *Oração que o Licenciado...*, 1743, pp. 1-5.

⁴⁹⁷ Guerreiro, 1581, fl. 38v.

⁴⁹⁸ BGUC, Cód. 629, p. 13.

a América, “eraõ Indios” vestidos com plumas e empunhando arcos, flechas e pérolas nos braços⁴⁹⁹.

Estamos de regresso às figuras da porta de Olivença em Elvas, em 1619, e a tantos outros exemplos de uma tradição com raízes bastante antigas – veja-se o uso do tema por Pompeu Magno, celebrado como o primeiro general romano a conseguir triunfos em cada um dos três continentes⁵⁰⁰. Olhemos mais de perto a construção da imagem dos dominados e dos termos da sua subjugação, avaliando a sua evolução e instrumentalização por parte dos organizadores das entradas.

4.2.2.1 – Figuras, trajes e línguas *mui naturais*

Em 1521, quando Leonor de Áustria entrou em Lisboa acompanhada pelos tradicionais entremezes de *mouros* e judeus, deparou-se simultaneamente com expressões de novas alteridades. À medida que a expansão portuguesa avançava, os súbditos, inimigos e aliados da coroa deixavam de se poder inserir nas velhas fracturas representadas por aquelas danças. Assim, num cadafalso que adornava a entrada das Fangas da Farinha, podiam ver-se as feitorias e fortalezas da Índia. Em cada uma delas, viam-se os oficiais “comprando e vendendo com os da terra cada hũuns em suas fequras e trajos e lymgoas muj naturaes e tudo em mujta perfeyção e gentyleza”. Em frente, surgiam a Guiné e a Mina⁵⁰¹.

Avançando para 1552, estas regiões voltaram a integrar o programa, desta vez representadas por reis e embaixadas. Os oficiais da bandeira de São Miguel encenaram cortejos dos reis da Índia e da Guiné, que vinham vestidos conforme as suas terras e a cavalo, acompanhados de contingentes de músicos. Vinham também pajens, que entregaram a Joana de Áustria barras de ouro, prata e pedraria⁵⁰². Ao mesmo tempo que anunciavam o protagonismo que o tributo viria a assumir neste tipo de narrativas em entradas seguintes, estas encenações retomavam o costume de embaixadas fingidas, como as que compareceram nos torneios pelo casamento da infanta D. Leonor, em 1453. Além de alemães com cabelos frisados e outros forasteiros, apareceram os “homens da selva”, vindos de “longínquas ilhas” já subordinadas a Portugal, que

⁴⁹⁹ Costa, 1694, pp. 272-273.

⁵⁰⁰ Beard, 2009, p. 13

⁵⁰¹ Correia, 1992, fl. 129.

⁵⁰² Monterroio, [s.d], p. 80.

fizeram “uma dança especial (...) à maneira que fazem numa ilha chamada Canária”⁵⁰³. A violência lúdica ou encenada era uma dinâmica habitual nestas encenações. O costume era antigo no que tocava aos islâmicos, que continuavam a ser inimigos no Norte de África e no Índico. Além das danças *mouriscas*, fizeram-se, até ao fim da cronologia em análise, verdadeiras batalhas simuladas – desde um forte *mouro* flutuante que foi atacado à laranjada e ao pelouro por uma frota cristã na entrada de D. Sebastião em Tavira⁵⁰⁴, até à recriação da tomada de uma fortaleza turca por tropas imperiais durante as festas pelo casamento de D. Pedro II com Maria Sofia de Neuburgo. O modelo do cerco era habitual, combinando-se as potencialidades da arquitectura efémera e da pirotecnia. Mas havia outros *guiões* – em 1552, por exemplo, encenou-se num batel a libertação de remadores aprisionados por *mouros* por Santiago e, já em terra, o rapto de uma donzela por *patagóis*, que foram derrotados por caçadores⁵⁰⁵.

Estas manifestações redundavam geralmente em narrativas estereotipadas e depreciativas para os não-europeus. Em 1573, os *mouros* que defenderam o castelo flutuante em Tavira foram feitos cobardes e traiçoeiros, atacando o emissário cristão que lhes propunha pazes. Em 1552, adivinha-se que, na história do rapto da donzela pelos *patagóis*, surgissem os signos de brutalidade e canibalismo que eram comuns nas representações de ameríndios e africanos nesta cronologia. Como Francisco Bethencourt sugere, o armamento que estas figuras usavam era um elemento central na codificação da sua *barbárie*, já que evocavam aquilo que se consideravam guerras bestiais e cruéis⁵⁰⁶. Podemos encontrá-lo nas mãos dos etíopes que participaram num desfile das festas pelo D. Catarina de Bragança, em 1661: ainda que as suas danças fossem alegres, surgiam nus e preparados para a guerra: “ornados al vso de su tierra, y com arcos, flechas, y otros instrumentos bellicos”⁵⁰⁷.

A desconsideração estava inerente ao próprio léxico utilizado para designar estes grupos – em 1619, Francisco de Arce viu uma dança de “toscos Salbages (...) com outra de Indios alarbes, tirando al ayre mil flechas”⁵⁰⁸. A leviandade e soberba que eram

⁵⁰³ Valeckstein, 1992, p. 33.

⁵⁰⁴ Cascão, 1573, p. 118.

⁵⁰⁵ Monterroio, [s.d], pp. 78 e 82.

⁵⁰⁶ Bethencourt, 2015, pp. 146-147.

⁵⁰⁷ *Relacion de las fiestas...*, 1662, fl. 26v.

⁵⁰⁸ Arce, 1956, p. 35.

atribuídas aos asiáticos⁵⁰⁹ também saíram à rua naquele dia – “Outra vi de vnos Indianos, todos cargados de perlas, y joyas de oro fino”⁵¹⁰. Este tipo de estereótipos não se limitava, aliás, às gentes que habitavam as regiões *descobertas* ou conquistadas. Na *Relaçam* dedicada à entrada de Maria Francisca de Sabóia, o autor explica como “Vestidas muy lindamente / Bailando vinhaõ as siganas / Mas em quanto bailaõ ellas, / Eu mil nós na bolça dava”⁵¹¹. Qualquer dúvida quanto ao sentido destas palavras fica esclarecida pela inquietação de Sebastião de Fonseca e Paiva no seu relato da entrada de D. Maria Sofia de Neuburgo: “As dançadeiras de ouro guarnecidas; / E as siganas tambem muito bem vestidas, / Que perigosa estava a visinhança, / Siganas donde há ouro he bem má dança; / Mas em tão feliz dia, / Naõ reyna a ambição reyna a alegria”⁵¹². Note-se o subtexto *civilizador*, com a festa do rei e da cidade a mitigar a ganância das ciganas e a brutalidade dos etíopes de 1661 que, apesar de armados, dançavam ligeiros, alegres com o casamento real. A narrativa de ignorância e selvajaria servia, claro, como justificação para o domínio e conversão. Afinal, estas imagens convivem com hierarquizações de povos como a ensaiada por José de Acosta no seu *Procuranda Indorum salute*, em que os diferentes níveis de barbarismo implicariam diferentes métodos de cristianização: da persuasão não violenta dos mais sofisticados, à subjugação forçada dos selvagens⁵¹³.

Tendo em conta este panorama, haveria espaço para que os não-europeus convocados a auto-representar-se a si próprios participassem na criação da sua imagem? Conhece-se bem a importância que manifestações como reis negros fantasiados nas procissões do Corpo de Cristo assumiam para as comunidades africanas por todo o Atlântico: além de serem actividades centrais na vivência das suas confrarias⁵¹⁴, eram entendidas como o elo de ligação a uma origem abstracta e a um passado comum idealizado⁵¹⁵. Como Lisa Voigt demonstrou, ameríndios e africanos conseguiam subverter e instrumentalizar a festa no mundo colonial, procurando benefícios e celebrando devoções não-cristãs durante as próprias festas da Igreja⁵¹⁶. Também sabemos que, fora do calendário e ocasiões normativas, estes grupos encontravam

⁵⁰⁹ Bethencourt, 2015, p. 102.

⁵¹⁰ Arce, 1956, p. 33.

⁵¹¹ *Relaçam do triunfo...*, 1721, pp. 152-153.

⁵¹² Paiva, 1687, p. 5.

⁵¹³ Bethencourt, 2015, pp. 116-118.

⁵¹⁴ Fonseca, 2010, pp. 436-457.

⁵¹⁵ Souza, 2002, p. 194.

⁵¹⁶ Voigt, 2016, pp. 9-14 e 88-89.

espaços para festas nos seus termos⁵¹⁷, e, apesar da repressão – como aconteceu com uma “festa de negros” em Colares que contou com a eleição de um rei, em 1563⁵¹⁸ –, os europeus podiam mostrar-se curiosos ou impressionados⁵¹⁹. Focando-nos em casos relativos às entradas – em 1619, Francisco de Arce diz que “Negros, y Ningas baylauan / tan a tiempo que vna pieça / parecen a todo el mundo / según el compas que lleuan”⁵²⁰. Na entrada de Isabel de Valois em Toledo, em 1559, viu-se uma dança de ameríndios que parecia mesmo afectar o cenário urbano – “baylando com tantos alaridos, y com tanta presteza, que parecia hundirse todo aquel espacio”⁵²¹. Onde conseguiam praticar a reprodução ou invenção do que consideravam os seus costumes (e não uma repetição de lugares-comuns estabelecidos pelos europeus), estes grupos podiam mesmo encontrar aberturas para a transmissão de narrativas festivas próprias. Vale a pena lembrar a cena do romance americano *Satanstoe*, de 1845, em que uma mulher negra explica à assistência o significado das celebrações do dia de Pinkster em Albany⁵²².

No caso das cerimónias de que nos ocupamos, no entanto, os organizadores pareciam ter o sentido desta participação não-europeia sob controlo. Por um lado, quando surgiam reis, caciques e embaixadores não temos garantias de que eram realmente representados por membros do grupo que fingiam liderar. No já referido desfile de 1661, encontramos uma referência clara ao uso de disfarces: os reis dos etíopes eram brancos “vestidos de tafetán negro tan ajustado al cuerpo, que parecía el natural”⁵²³. Paralelamente, os *guiões* garantiam que se fixava o sentido pretendido pelos organizadores. Na entrada de Ana de Áustria em Burgos, em 1570, surgiu um carro triunfal ocupado por um cacique a liderar uma hoste de ameríndios (muitos deles fingidos do modo que se acaba de descrever). Quando um deles falou à rainha, atribuiu àquele triunfo americano sentidos bem nossos conhecidos: “Este cacique y su gente / Vienen desde el Occidente, / De donde Vos sois señora (...) Y aquí en Burgos se os

⁵¹⁷ Vejam-se as festas de mouriscos em Portugal. Algumas celebravam, inclusivamente, vitórias sobre cristãos. Ribas, 2001.

⁵¹⁸ Souza, 2002, p. 161.

⁵¹⁹ Caldeira, 2017, p. 304.

⁵²⁰ Arce, 1956, p. 34.

⁵²¹ Castro, 1561, fl. 18.

⁵²² Citado em Souza, 2002, p. 174.

⁵²³ *Relacion de las fiestas...*, 1662, fl. 26v.

humilla / Él y toda su cuadrilla / (...) Por ser Burgos la cabeza / De los Reinos de Castilla”⁵²⁴.

4.2.2.2 – Os reis da Índia

Em 1581, Lisboa mostrou a Filipe II as cidades e reinos que dominava. No Terreiro do Paço, os “mercadores de grande trato” prepararam um conjunto de colunas encabeçadas por figuras que, nas palavras de Pero Roiz Soares, “seneficauão todos os Reys da India trebutarios a portugál”⁵²⁵. Como aconteceu com outros temas anteriormente tratados em danças e quadros-vivos, os soberanos e enviados fictícios de terras distantes foram transferidos para a arquitectura efémera. Sem embaixadores, músicos, cavalos ou dançarinos, a realeza era fantasiada através das coroas que adornavam cada uma das suas cabeças. Quanto aos signos da *naturalidade*, a igualdade no traje de todas as estátuas concentrava a diferença nos fenótipos – os autores prestam especial atenção à Etiópia, que surge negra, e ao Brasil, representado como “mulato”.

Cada efígie oferecia ao rei o seu produto emblemático: Goa oferece um fimal, Cananor gengibre, Cochim pimenta, Diu um diamante, Ceilão canela, Malaca beijoim, Ormuz “pedras de muyto preço” e a Etiópia e o Brasil açúcar⁵²⁶. Em 1619, vemos algumas imagens semelhantes: no arco dos moedeiros, o Monomotapa e a Mina surgem lado a lado, rendendo a prata e o ouro com que aquele ofício lavrava moeda⁵²⁷. Tal como acontecera com as embaixadas dos reis da Índia e da Guiné à entrada de Joana de Áustria, estes tributos eram um marco da soberania portuguesa – as figuras entregavam os tesouros das suas terras ao monarca a quem deviam obediência. Este tipo de projecção é especialmente interessante na entrada de Maria Ana de Áustria em Madrid, em 1649, na qual, além do Peru, com os seus montes de ouro, surgiam figurações de locais que já tinham escapado ao controlo hispânico, mas que traziam oferendas para a rainha: Goa com aromas, Ceilão com diamantes e pérolas e Malaca com Safiras⁵²⁸. Além de ilustrarem estas narrativas, os produtos ofertados acabavam por se tornar símbolos da região que representavam, como se vê com grande clareza na comédia encenada pelos jesuítas frente a Filipe III em 1619, na qual as “províncias” do Oriente

⁵²⁴ *Relación verdadera del recibimiento...*, 2016, pp. 156-157.

⁵²⁵ Soares, 1953, p. 194.

⁵²⁶ Guerreiro, 1581, fls. 26v-36v.

⁵²⁷ Lavanha 1622, fl. 50. *Vide* Apêndice, Figuras 60 e 61.

⁵²⁸ Rizi, Francisco, 1650, p. 48, 51 e 89.

surgiam com insígnias e com os seus *frutos*. A peça passava-se no reinado de D. Manuel, e o Brasil surgia como “terra nunca antes conhecida”, representado por um índio *natural* montado num lagarto gigante⁵²⁹ rodeado de “outros bárbaros” – identificados como Tapuias e Aimorés. Vinham vestidos com penas, arcos e flechas e traziam consigo bugios e papagaios⁵³⁰.

A maioria das efígies das cidades e das regiões que ofereciam tributo a Filipe II estavam acompanhadas por uma figura da fortaleza que as protegia. Nos letreiros que as acompanhavam, encontramos a glorificação dos feitos militares que cobriam de esforço e fama marcial aquelas conquistas. Fala-se dos dois cercos de Diu, da inacção do Hidalcão, das vitórias sobre o “tyranno çamorim” e da soberba abatida do Zalamaluco⁵³¹. Note-se que, além de surgirem associados às cidades e regiões em que se desenrolaram, os feitos militares da nobreza portuguesa na Ásia também apareciam junto a figurações dos seus protagonistas – veja-se o conjunto de pedestais que lhes foi dedicado em 1619⁵³² e a presença de oito vice-reis da Índia no arco dos homens de negócio de 1666⁵³³. Em 1581, a rememoração dos feitos portugueses na Ásia ajudava a combinar as preocupações de Filipe II e dos seus novos súbditos. Não muito longe das efígies dos “reis da Índia”, podia ver-se um turco nu e enraivecido, preso por cadeias a uma âncora⁵³⁴. Em fundo, uma frota ardia. Assim se lembrava a batalha de Lepanto, e o dever que a monarquia tinha de defender a fé⁵³⁵. Numa entrada em que se pedia o perdão dos rebeldes internos, apontava-se para inimizades externas e de natureza confessional. Havia mesmo pedidos velados a que o rei lhes fizesse frente onde mais interessava aos portugueses – Diu considerava-se segura porque, governada por Filipe II, os seus inimigos não se atreveriam a atacar novamente⁵³⁶. Em 1687, a derrota do herege entra firmemente neste tipo de discurso triunfante: na portada da Casa da Índia, em versos dedicados a cidades portuguesas de todos os continentes, além de se citarem

⁵²⁹ A figuração da América e dos ameríndios com lagartos ou armadilhos era habitual. Bethencourt, 2015, pp. 108-109.

⁵³⁰ Lavanha, 1622, fls. 68v-69.

⁵³¹ *Ibid.*, fls. 27v-36.

⁵³² Lavanha, 1622, fls. 20-22.

⁵³³ *Relaçam do triunfo.....*, 1721, pp. 166-168.

⁵³⁴ *Vide Apêndice*, Figura 65.

⁵³⁵ Guerreiro, 1581, fl. 22.

⁵³⁶ *Ibid.*, fl. 32v.

os costumeiros triunfos contra *infiéis* e *bárbaros*, cantavam-se as vitórias contra os holandeses⁵³⁷.

Aproximamo-nos, novamente, da “justa causa” que dava aos soberanos católicos o mundo que fora negado a Alexandre Magno. Neste tema, a imagem do não-europeu era usada em ilustrações que pretendiam legitimar e engrandecer a violência expansionista. No arco dos ourives e lapidários de 1619 podiam ver-se dois matrimónios fantasiados. De um lado, Vasco da Gama levantava o véu a uma figuração feminina da Índia, que aparecia “vestida com hũa rica Cabaia de tela de ouro, os braços e pernas nuas, ornadas, & a cabeça com joias de grande preço”. A figura oferecia ao rei pérolas, diamantes e rubis. Do outro lado, Cristóvão Colombo descobria o rosto de uma mulher que representava as Índias Ocidentais e que tinha um vestido de seda, a cabeça ornada com pérolas e plumas e, nas mãos, o “ouro que se tira de suas minas”. Como esclarece Lavanha, o véu que os “argonautas” retiravam às figuras era o da treva da ignorância e da idolatria. As oferendas eram, portanto, em agradecimento pela “luz da Fé” que lhes tinha sido dada a conhecer⁵³⁸.

4.2.2.3 – As quatro partes do mundo

Como Francisco Bethencourt descreve, a representação dos quatro continentes como figuras femininas começou a ganhar forma nos discursos das cerimónias quinhentistas, em particular nas entradas solenes e exéquias de Carlos V, difundindo-se na Flandres, em Itália e em Castela⁵³⁹. Em Lisboa, este imaginário começou a fazer o seu avanço a partir de 1581, com a entrada de Filipe II.

No arco dos ourives da prata, encontramos-lo no centro de uma interessante discordância entre os relatos de Afonso Guerreiro e de Isidro Velázquez⁵⁴⁰. A imagem em questão mostrava um globo rodeado de feras. De um lado, a Justiça segurava um leão por cadeias, impelindo-o a avançar contra um elefante, um camelo e um basilisco. Os autores divergiam na identificação dos animais. O leão, que para Guerreiro era Filipe II, era o “Leon de España” para Velázquez: uma divergência que se torna mais interessante quando o castelhano considera que os outros três animais podiam ser os

⁵³⁷ Por exemplo o caso de Olinda, BGUC, Cód. 323, pp. 78-79.

⁵³⁸ Lavanha, 1622, fls. 48-48v. Vide Apêndice, Figuras 62 e 63.

⁵³⁹ Bethencourt, 2015, pp. 103-104.

⁵⁴⁰ Guerreiro, 1581, fls. 49-50 e Velázquez, 1583, dl. 138.

sediciosos antonianos... No entanto, e regressando ao tema que nos importa neste segmento, ambos concordam numa das identidades possíveis dos rivais do leão – eram os “enemigos de nuestra sancta fee” ou, como o português especifica – “o grão turco, juntamente com elle os Mouros & mais pagãos”. Estamos de regresso às feras do Terreiro do Paço e, retirado o véu zoomorfixante, estamos perto de uma estátua equestre da entrada Carlos V em Milão em 1541, na qual o imperador, que representava a Europa, surgiu a esmagar um turco, um *mouro* e um ameríndio sob os cascos da sua montada⁵⁴¹. Apesar de tudo, era claro para Velázquez que as feras eram as “tres partidas do mundo” (África, Ásia e América) que a Justiça entregava ao leão de Espanha: o imaginário dos continentes surge entre a iconografia do infiel vencido e do pagão subjogado, substituindo-se as ficções de reis da Índia por referências geográficas ainda mais vagas e grandiosas. A linguagem estava longe de ser um exclusivo das fantasias das elites lisboetas. Em 1573, João Cascão já zombava da fala que se fez a D. Sebastião na sua entrada em Beja, “que lhe meteu nas unhas a Ásia, conquistada em menos tempo que o eu escrevo”⁵⁴².

Os termos desta imagética não eram fixos, mas a audiência tinha de reconhecer que a figura era *natural* da região que representava. No arco dos homens de negócio de 1619, isto significava associar animais e outros signos a estátuas de estética clássica. A Europa tinha um touro, a Ásia um camelo, a África um elefante e a América um jacaré⁵⁴³. Estes símbolos eram reforçados com estereótipos e objectos que já nos são conhecidos e, nas duas versões dos continentes que se apresentaram na arquitectura efémera de 1687, vemos exemplos acabados desta iconografia⁵⁴⁴. A África surgia aterrorizada com a chegada da rainha a Lisboa – figurada com o “turbante cahido da cabeça, e as mãos levantadas em fôrma de admiração”⁵⁴⁵: a narrativa de guerra ao infiel estava bem viva. A Ásia via-se, como habitual, associada ao luxo dos cheiros e das pedras: aparecia com um turíbulo e, noutro lugar, identificada como “berço de rubis”⁵⁴⁶. A América apresentou-se de alijava pendente no ombro e arco e flechas na mão – mantinham-se as armas dos Ameríndios, e insistia-se num imaginário de riqueza em

⁵⁴¹ Albicante, 1541 e Bethencourt, 2013, pp. 103-104. Vide Apêndice, Figura 64.

⁵⁴² Cascão, 1984, p. 83.

⁵⁴³ Lavanha, 1622, fls. 15v-18v. Vide Apêndice, Figura 66.

⁵⁴⁴ Vide Apêndice Figuras 67 e 68.

⁵⁴⁵ Costa, 1694, p. 247.

⁵⁴⁶ Costa, 1694, p. 247.

potência – “Tem meu seio inda vasto, inda fecundo / Guardado hum Reino, & escondido hum mundo”⁵⁴⁷.

Como vemos, sobrevive o gesto do tributo, e o sentido da oferenda não é deixado sem explicação. Em 1666, no arco dos franceses, junto às efigies de D. Afonso VI e Maria Francisca de Sabóia, as quatro partes do mundo ofereciam “dons exquisitos” porque o seu domínio chegava a todas⁵⁴⁸. Da mesma forma, em 1687, no edifício da Casa da Índia, António Rodrigues da Costa explica que as quatro figuras “adornadas de suas insignias, representavaõ as quatro partes do mundo, & se mostravão reconhecer humildes a seus Principes, offerecendolhes tributos que produzem”⁵⁴⁹. O sentido da presença do não-europeu e o das suas dádivas pouco se alterara.

⁵⁴⁷ Costa, 1694, p. 248.

⁵⁴⁸ *Relaçam do triunfo.....*, 1721, p. 183.

⁵⁴⁹ Costa, 1694, pp. 135-136.

5 – Os públicos

Exploradas as mundividências, aspirações e preocupações apresentadas nas entradas, é hora de considerar a sua recepção. Antes de mais, regressaremos aos olhares dos autores e aos discursos que constroem e reproduzem para entender o lugar que a assistência assumia na descrição destas ocasiões. De seguida, já armados com uma noção do que era o público idealizado e da sua função na narrativa das entradas, procuraremos entender as os métodos usados para garantir a disposição e comportamentos pretendidos. Por fim, pensaremos as formas de fruir e interpretar estas festas através de uma problematização das perspectivas assumidas pelos autores dos relatos.

5.1 – “O viuo & natural de toda a fermosura que o mundo tem”

À hora de *inventar* a multidão, o primeiro dado que interessa aos autores é a sua dimensão. Na maioria dos textos, usa-se o espaço ocupado pelo público como um ponto de referência. As janelas enchiam-se com exércitos de rostos⁵⁵⁰ e as ruas e as praças cobriam-se com uma infinidade de gente⁵⁵¹. Durante os cortejos aquáticos, as praias e as margens ficavam a abarrotar, com os mais curiosos e ansiosos a lançarem-se à água, deixando os rios coalhados de embarcações⁵⁵². O povo era muito⁵⁵³, inumerável⁵⁵⁴, infinito⁵⁵⁵. Via-se gente de ambos os sexos, e de todas as idades e proveniências⁵⁵⁶. Os estrangeiros ficavam agradados e impressionados⁵⁵⁷, as crianças gritavam com alegria⁵⁵⁸ e os velhos afirmavam que nunca se tinha visto nada assim⁵⁵⁹. Até os religiosos “que professam maior clausura” podiam ser vistos pelas ruas “sem que os obrigassem a se recolherem”⁵⁶⁰. Estas cidades a abarrotar podiam ser cenários dramáticos: já falámos

⁵⁵⁰ Velazquéz, 1583, fl. 138v.

⁵⁵¹ Correia, 1992, p. 127.

⁵⁵² Costa, 1694, p. 121.

⁵⁵³ Valeckstein, 1992, p. 29.

⁵⁵⁴ Meneses, 1698, p. 834.

⁵⁵⁵ Costa, 1694, p. 95.

⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 260.

⁵⁵⁷ Correia, 1992, p. 130.

⁵⁵⁸ *Cópia de uma carta...*, 1959, pp. 30-31.

⁵⁵⁹ Na *Gazeta* de Dezembro de 1641, publica-se uma notícia da procissão de graças que assinalara o primeiro aniversário da Restauração. No texto, os mais velhos admiraram-se com os *vivas* a D. João IV, já que nas visitas dos Filipes nunca se tinha visto nada assim. *Gazeta de Dezembro de 1641*, 1642.

⁵⁶⁰ Reis, 1959, p. 31. Este tipo de permissividades em situações de festa pública é um tema interessante e que certamente serviria para reforçar a imagem de quebra com o quotidiano. Podemos reencontrá-lo num relato das festas pela canonização da rainha Santa Isabel em Coimbra, em 1625. Quando a nova chegou à

dos distúrbios causados em 1619, com Pero Roiz Soares a dizer que nunca se tinham visto tantas mortes e desordens⁵⁶¹. A *Comedia* de Jacinto Cordeiro aproxima-nos desse caos através de D. Ana, que vinha de Madrid à procura do amado e não o conseguia encontrar: “esta tarde llegé a Almada, donde com la turba multa y la gente que llegaua de Lisboa a ver el Rey me he visto muy angustiada”⁵⁶².

Além da quantidade de gente, interessava aos autores sublinhar o seu aspecto, que se queria formoso e ataviado. Durante a entrada de Filipe II em Lisboa, podia ver-se uma multidão que “parecia tão bem & ornaua tanto, que fazia ventagem a todos os mais ornamentos artificiaes, pois naquella multidão & diferenças de pessoas se via o viuio & natural de toda a fermosura que o mundo tem, & que as artes com toda subtileza trabalhão imitar”⁵⁶³. Entre toda esta beleza, os autores escolhiam destacar a das mulheres que assistiam nas janelas, e que “dobravam” o adorno das colgaduras⁵⁶⁴. Em alguns casos, os textos dedicavam-se mesmo a comparar a sua formosura com a das suas congéneres de outras paragens⁵⁶⁵. Há que ter em conta a expectativa do olhar feminino atento sobre práticas festivas ou lúdicas masculinas. Como Teófilo Ruiz assinala, esta realidade é especialmente visível em os torneios e outras formas de guerra fantasiada,⁵⁶⁶ mas também encontra ecos no Carnaval, com os foliões mais abastados a atirar ovos perfumados e laranjas às mulheres que assistiam, das janelas, às suas cavalgadas pelas ruas. Henry Cock, membro da guarda flamenga de Filipe II que testemunha práticas deste tipo em Aragão, considera-as uma prova da apetência espanhola para a luxúria.⁵⁶⁷ Este subtexto não se fica pelo universo carnavalesco, chegando aos divertimentos cortesãos. Em 1576, D. João da Silva, que escrevia a Filipe II sobre o interesse de D. Sebastião no sexo feminino, observa que “jugando un dia entero a las cañas, no levanta la cabeza a las ventanas.”⁵⁶⁸ João Cascão retoma este tema

cidade “não cabendo a alegria na clausura, subindo algumas religiosas aos telhados, *não levadas da leviandade, mas arrebatadas do espírito*, repicaram os sinos, arvoraram bandeiras, em sinal de que a Santa Rainha entrara na Jerusalém triunfante”. Lacerda, 1868, pp. 274-275.

⁵⁶¹ Soares 1953, p. 422.

⁵⁶² Cordeiro, 1621, fl. 5v.

⁵⁶³ Guerreiro, 1581, fls. 47-47v.

⁵⁶⁴ Venturino, 2012, p. 54.

⁵⁶⁵ O relato de João Cascão está cheio destas comparações. Por exemplo, entre as mulheres de Tavira e Lagos: Cascão, 1984, p. 117.

⁵⁶⁶ Ruiz, 2012, p. 212.

⁵⁶⁷ *Ibid.*, p. 260.

⁵⁶⁸ Velloso, 1945.

na viagem do rei pelo Alentejo e Algarve, fazendo contrastar o seu desinteresse com a virilidade do senhor D. Duarte, que consolava as donzelas ignoradas⁵⁶⁹.

Deste modo, e de forma mais ou menos grosseira, através de um olhar masculino que esperava ser correspondido, o público feminino tornava-se mais um adorno do espaço festivo, contribuindo para a caracterização apologética das cidades. Aqui, combinava-se com outras expectativas estéticas que podiam escapar por completo ao controlo dos organizadores, como o tempo solarengo e a temperatura amena⁵⁷⁰. Como já vimos com a neblina que Pero Roiz Soares coloca sobre Filipe II, as próprias condições atmosféricas estavam sujeitas a leituras políticas.

Apesar dos momentos que exigiam silêncio respeitoso⁵⁷¹ ou em que o clamor era inusitado⁵⁷², a disposição ideal era uma alegria que passava dos reis para os súbditos e dos súbditos para os reis – a comunidade afectiva posta em cena. D. Pedro II e D. Maria Sofia de Neuburgo mostraram o seu agrado com as aclamações dos lisboetas⁵⁷³. Filipe II dissipou o receio e a vergonha dos escalabitanos com a sua brandura⁵⁷⁴. D. Sebastião pregou uma partida ao seu alferes-mor durante uma tourada em Messejana, provocando gargalhadas entre os locais⁵⁷⁵. Na *Comedia* de Jacinto Cordeiro, Filipe III sacia a sede da presença de um rei em Lisboa, causando melancolia assim que saiu da vista dos protagonistas da peça⁵⁷⁶. Interessava mostrar a harmonia entre rei e súbditos, unidos por laços que se aprofundavam com breves momentos de contacto sensorial e partilha de espaços. Havia uma determinada *performance* de amor espontâneo e natural que se exigia à realeza nestes momentos – os relatos chegam a mencionar expressões faciais, como a “alegria do rosto & sobrisos na boca” que adornavam a gravidade da pessoa de Filipe II frente ao regozijo dos lisboetas⁵⁷⁷. Pode ver-se o resultado da falta destas

⁵⁶⁹ Em Portimão, o rei ignorou “sete irmãs, e todas formosas”, metendo-se “por uma porta que está ao longo da praia, pegado com suas casas”; e em Moura, frente a “moças formosas e melhor vestidas e tocadas que as do Algarve”, o rei ordenou que o levassem por outra rua. Cascão, 1984, pp. 106 e 128.

⁵⁷⁰ Velazquez, 1583, fl. 120.

⁵⁷¹ Veja-se o silêncio quando eram proferidas as arengas. Guerreiro, 1581, fl. 39v.

⁵⁷² As festas podiam ser interrompidas, geralmente por indisposições de membros da realeza. Veja-se a contenção em Almeirim, em 1581, quando se soube da doença do príncipe D. Diogo (Velazquez, 1583, fl. 111).

⁵⁷³ Costa, 1694, p. 267.

⁵⁷⁴ *Ibid.*, fl. 2.

⁵⁷⁵ Cascão, 1984, p. 106.

⁵⁷⁶ Cordeiro, 1621, fl. 24.

⁵⁷⁷ Guerreiro, 1581, fl. 42.

demonstrações amorosas no relato da chegada de Catarina de Áustria a Portugal, em 1525, no qual se diz que a rainha “é tão grave, cinzenta, que praguejam já dela”⁵⁷⁸.

Isto também implicava a insistência na unanimidade dos ânimos, pareceres e vontades entre todos os presentes. Em 1581, Guerreiro explica que o batel vencedor da competição de decorações aquáticas mereceu o prémio “por opinião de todos”⁵⁷⁹. Este agrado generalizado não se limitava sequer aos seres humanos: junto a Portimão, uma baleia saltou três ou quatro vezes junto do bergantim de D. Sebastião, tendo um dos mareantes comentado que o rei era tão bem recebido no Algarve que até os “peixes do mar” lhe vinham fazer a festa⁵⁸⁰. Em 1619, os regozijos da fauna aquática regressaram no Tejo, quando Filipe III participou numa pescaria “los peçes saltauan (lo que es de creer) com prazer de verse en tal presencia, procurando cada qual de besar sus Reales pies”⁵⁸¹. Aqui, aproximamo-nos da entrada de Jesus Cristo em Jerusalém segundo S. Lucas. Quando os fariseus lhe pedem que repreenda as aclamações dos seus discípulos, Jesus responde que “se eles se calarem, gritarão as pedras”⁵⁸².

Entre a confusão dos vivas e das aclamações, no relato da jornada de Filipe II de Isidrio Velázquez houve espaço para se registarem as palavras de duas mulheres. A primeira abordou o rei em Campo Maior, molhando-o com uma almaxarra de água e dizendo-lhe que podia folgar, “que vos queremos ver como os outros”. Segundo o autor, os criados mais antigos do rei nunca o tinham visto tão contente quanto naquele momento⁵⁸³. A segunda mulher, que surge em Santarém, adopta um registo mais grosseiro: ficando agradada com a aprazível figura de Filipe II, comentou: “O Rey, mal empleado en Castellanos”. A figura é pitoresca – já era “mayor de edad”, e dizia-se que era a favorita de D. António na vila⁵⁸⁴. Cabrera de Córdoba adopta este trecho de Velázquez, mantendo a fala apesar de transferir a mulher para Lisboa e a transformar numa dama graciosa⁵⁸⁵. Nos textos que analisámos, com a excepção dos que são escritos em forma de diálogo, estas são as únicas falas de membros da audiência a merecer citação directa. Podemos pensar estas passagens como operações de fixação de

⁵⁷⁸ Buescu, 2010a, p. 135.

⁵⁷⁹ Guerreiro, 1581, fl. 6v.

⁵⁸⁰ Cascão, 1984, p. 105.

⁵⁸¹ Mimoso, 1620, fl. 131v.

⁵⁸² Lucas, 19, 39.

⁵⁸³ Velazquez, 1583, fl. 79.

⁵⁸⁴ *Ibid.*, fl. 109.

⁵⁸⁵ Córdoba, 1619, p. 1128.

pareceres favoráveis por parte de uma assistência que se esperava *difícil*: pensemos nas ansiedades que a voz popular feminina causava às autoridades quando se fazia ouvir em espaço público, punindo-se os brados e outras práticas consideradas disruptivas da ordem⁵⁸⁶. Nem precisamos de usar a imaginação para perceber aquilo que se temia – houve quem escrevesse que, quando Filipe II cruzava a Rua Nova dos Mercadores, um grupo de vendedeiras e padeiras lhe disse que só seria bem-vindo até que D. Sebastião voltasse⁵⁸⁷.

5.2 – Viva quem vença

Como vemos, o público queria-se vasto, belo, jubilante e deslumbrado. Nos relatos, a construção desta imagem é simples e resolvida em poucas linhas. No dia da própria entrada, por outro lado, a garantia de que se viveria um ambiente coincidente com a ficção política encenada não era uma tarefa tão simples. Exploreemos brevemente os meios de controlo do público que estavam à disposição dos organizadores.

A primeira forma de conjurar um público satisfeito era, efectivamente, agradar-lhe. Estamos no domínio do evergetismo e de expectativas colectivas informadas pela memória viva e escrita – erguiam-se invenções luzentes, convocavam-se folias animadas, lançavam-se foguetes aos milhares e decretava-se um feriado. Por outras palavras, tentava garantir-se o interesse e, mais que isso, a adesão efusiva. Tudo isto são estímulos subtis quando comparados com uma prática comum neste tipo de rituais públicos, mas que só vemos atestada uma vez nas entradas régias portuguesas: a distribuição de moeda e de géneros. Aqui, não falamos das esmolas distribuídas durante a itinerância régia, mas sim de dádivas a grande escala e integradas no próprio aparato festivo. Encontramo-las na entrada de Leonor de Áustria, como descrita por Gaspar Correia. Os moedeiros mostravam-se a lavrar ouro e prata, e iam dando moedas a um cisne que as abocanhava e lançava por cima do público. Ali perto, os tanoeiros tinham duas estátuas de mulheres “metydas em tynas ate cymta com as mãos nas tetas. E per hũa lançavam vynho vermelho e per outro bramquo muj fynos”. Em baixo, junto às tinas para as quais jorrava a bebida que “bebyam qamtos qyryam”, também se

⁵⁸⁶ Sobre este tema, ver Abreu-Ferreira, 2017.

⁵⁸⁷ Bouza, 1989, p. 20. Sobre as crenças sebastianistas entre as camadas populares por esta altura, ver Curto, 2011, pp. 29-32.

ofereciam escudelas de pão⁵⁸⁸. André de Resende não tem dúvidas quanto aos objectivos de práticas como estas – quando as descreve, nas festas pelo nascimento do infante D. Manuel⁵⁸⁹ em Bruxelas, em 1531, compara-as às suas congéneres romanas, falando-nos de *apostadores espertos* que se vestiam de togas brancas e montavam em carros laureados para comprar com oferendas os votos da plebe avarenta. Resende critica os impulsos da turba gananciosa, descrevendo grandes cenas de pancadaria em redor das fontes de vinho e das taças de moedas. No final da festa, com a bebida a afectar-lhe os sentidos, a multidão aclamou não só o embaixador português, anfitrião da festa, mas também o seu convidado de honra: Carlos V⁵⁹⁰... A *aposta* fora acertada.

Se não fosse seduzida com o espectáculo e com dádivas, a multidão também podia assumir a disposição pretendida através da força e do temor. Como já sabemos, uma das grandes preocupações dos organizadores era garantir a boa ordem do cortejo. Isto implicava abrir caminho entre as tão citadas multidões que enchiam as ruas e as praças. No capítulo 3.1.1, demos conta dos vários contingentes de oficiais que, ao longo do tempo, se foram ocupando desta função. Os seus esforços chegavam aos relatos num registo que, por vezes, parecia chocar com a disposição harmoniosa – vejam-se, por exemplo, as palavras de Guerreiro: “apertandose os homens hũs a outros como em talas, não se podia fazer caminho pera sua Magestade passar, se não a força de pancada dos alcaides & corregedores cõ as varas”⁵⁹¹. Apesar de tudo, se lermos o confronto físico como mais uma prova do número de pessoas que acorria a ver o rei, este tipo de descrições não desfaz a imagem idealizada que descrevemos acima – até a reforça.

Conhecem-se, por outro lado, situações em que as demonstrações de alegria eram garantidas por dispositivos coercivos. Em 1581, Pero Roiz Soares fala de graves penas para quem não colocasse candeias à janela em Lisboa nas noites de luminárias que se fizeram enquanto Filipe II estava em Almada⁵⁹². Sessenta anos depois, quando as novas da Restauração chegaram a Bragança, vemos algo semelhante, já que se apregoou a pena de morte para quem não iluminasse as janelas⁵⁹³. O regozijo despertado pelo medo da violência, também se podia tornar uma forma de sobrevivência e até de

⁵⁸⁸ Correia, 1992, p. 130.

⁵⁸⁹ Filho de D. João III e Catarina de Áustria.

⁵⁹⁰ Resende, 1990, pp. 95-101.

⁵⁹¹ Guerreiro, 1581, fl. 47.

⁵⁹² Soares, 1954, p. 194.

⁵⁹³ Valladares, 2006, p. 96.

resistência. Nas memórias do conde de Povolide, que integrou as forças austracistas durante a Guerra da Sucessão Espanhola, encontramos um testemunho bastante interessante. À medida que o exército avançava por Castela, as povoações iam recebendo euforicamente Carlos III, aclamando-o como rei e evitando, como súbditos, os danos reservados a quem se lhe opusesse. No entanto, quando os soldados se afastavam, quando mudava a sorte da guerra ou quando se aproximavam as forças borbónicas, Filipe V era prontamente aclamado. Povolide, frustrado com esta hipocrisia, que aponta como central à derrota dos aliados, chama-lhe a máxima do “viva quem vença”⁵⁹⁴. A verdade é que, mesmo em contextos afastados deste tipo de realidades, a própria natureza espectacular e impressionante da festa pública pode ser lida como uma forma de intimidação, como mostra Maravall. Apesar do desmoronamento da posição cimeira da monarquia hispânica, quem visse os fastos que a corte madrilena organizava pensaria duas vezes antes de desafiar a sua autoridade⁵⁹⁵.

Tanto o *suborno* com oferendas como o uso da coerção deviam ser afastados da mente do leitor dos relatos – para cumprir o seu papel na fantasia efectiva que se materializava nas entradas, a alegria devia ser espontânea. João Sardinha Mimoso reitera a ideia várias vezes na jornada de Filipe III: não foi preciso forçar as padeiras e vendedeiras a dançar⁵⁹⁶, nem muito menos constranger os lisboetas a celebrar a chegada do rei – todos competiram em mostras alegria, desfazendo-se em regozijos e festas públicas⁵⁹⁷. Por toda a Europa, esta tensão em redor da sinceridade era aprofundada por polémicas como a que dividia o entendimento dos ritos religiosos por católicos e protestantes. Como Muir demonstra, o valor do ritual tornava-se numa questão premente, havendo quem criticasse as festas públicas por serem uma celebração da forma em vez da substância, e da vaidade em vez da sinceridade⁵⁹⁸. Encontramos um exemplo magistral deste questionamento nos impropérios que o tribuno Merulo lança sobre a plebe romana na abertura do *Júlio César* de William Shakespeare.

“Wherefore rejoice? What conquest brings he home?
What tributaries follow him to Rome,
To grace in captive bonds his chariot-wheels?
You blocks, you stones, you worse than senseless things!

⁵⁹⁴ Ataíde, 1990, pp. 169 e 178-182.

⁵⁹⁵ Maravall, 1997, p. 329.

⁵⁹⁶ Mimoso, 1620, fl. 130v.

⁵⁹⁷ *Ibid.*, fl. 129v.

⁵⁹⁸ Muir, 1997, p. 270.

O you hard hearts, you cruel men of Rome
 Knew you not Pompey? Many a time and oft
 Have you climb'd up to walls and battlements,
 To towers and windows, yea, to chimney-tops,
 Your infants in your arms, and there have sat
 The livelong day, with patient expectation,
 To see great Pompey pass the streets of Rome:
 And when you saw his chariot but appear,
 Have you not made an universal shout,
 That Tiber trembled underneath her banks,
 To hear the replication of your sounds
 Made in her concave shores?
 And do you now put on your best attire?
 And do you now cull out a holiday?
 And do you now strew flowers in his way?
 That comes in triumph over Pompey's blood? Be gone!
 Run to your houses, fall upon your knees,
 Pray to the gods to intermit the plague
 That needs must light on this ingratitude”⁵⁹⁹.

Pouco interessava a natureza das vitórias do general que se festejava, ou até o modo como se contradiziam os regozijos anteriores – o que se celebrava no *triunfo* não era a substância, mas sim a forma: o espectáculo faustoso e magnificante que quebrava um quotidiano árduo e monótono.

5.3 – Fruir a festa

No capítulo 3.2.2 explorámos a linguagem que os autores dos relatos usavam para materializar as entradas nos seus textos e quando procuravam reproduzir o deleite intelectual e o ofuscamento ostentatório que era esperado do aparato *físico*. Importa agora pensar o que estas palavras nos podem dizer sobre a fruição presencial da festa, partindo, desde logo, dos pontos de vista que os autores adoptam, quer se trate de um artifício literário consciente ou de convenções narrativas assumidas acriticamente.

Nos relatos mais extensos e descritivos, impera a narração na terceira pessoa, dando-se conta da sequência de ritos e invenções à medida que o rei faz o seu percurso. A excepção mais notória é o texto de António Rodrigues da Costa, que separa explicação dos arcos triunfais da *acção* do dia da entrada. Apesar de o autor ordenar os edifícios pelo lugar que ocupavam na rota do cortejo, a ida de D. Pedro II e Maria Sofia de Neuburgo à Sé é abordada depois de se descrever o cenário que a envolveu⁶⁰⁰. Por

⁵⁹⁹ Acto 1, Cena 1, 37-51.

⁶⁰⁰ Veja-se a passagem de um registo para o outro em Costa, 1694, pp. 259-260.

outro lado, se olharmos para volumes como os de Guerreiro, Velázquez e Lavanha, a componente plástica e a *performativa* vão sendo cruzadas ao longo da narração da cerimónia. Aqui, desfaz-se a abstracção do narrador que vai esmiuçando os arcos num tempo indefinido. Somos colocados no dia da entrada e movemo-nos no espaço através de um ponto de vista que, geralmente, é paralelo ou próximo ao do rei. Chegam mesmo a confundir-se: veja-se como Guerreiro se permite entrar nos pensamentos de Filipe II, dizendo que o rei ia agradecendo a Deus pelo recebimento jubilante dos lisboetas⁶⁰¹. Em textos desta natureza, o leitor vê-se quase totalmente confinado ao programa oficial, não ultrapassando o seguimento e sentido do triunfo como idealizado pelos seus protagonistas.

Noutros casos, este alinhamento quebra-se. A *Relaçam* da entrada de 1666 é um exemplo interessantíssimo, já que o autor separa a sequência do seu texto do programa da cerimónia. A descrição é na primeira pessoa e abre logo com o cortejo. No momento em que D. Afonso VI e Maria Francisca de Sabóia chegam à Sé, o poeta menciona brevemente a riqueza do interior mas não entra, anunciando que “Em quanto fazem oração / Eu me vou correndo à pressa / A ver os Arcos, & ruas, / Porque também os descreva”. Mais adiante, apela a que “vamos correndo” porque “inda faltaõ muytos arcos” e chega mesmo a distrair-se: “Em quanto andey vendo o Arco / Curioso, pensativo, / Os Reys sahiraõ da Sé, / E ao Palacio são já idos. / Porém inda vejo os coches, / E eu à pressa os vou seguindo, / E assi os Arcos que me faltaõ / Hirey vendo de caminho”⁶⁰².

Na *Relación y Historia Verdadera* de 1619, a narração volta a afastar-se do ponto de vista régio, e põe-se de lado a onisciência do narrador, substituída pelos conhecimentos do castelhano Beltrán e do português Ramón. O texto está escrito como um diálogo entre ambos, e cada um vai comentando aquilo que vê como sabe, com o autor a usar a naturalidade dos personagens para pôr em cena duas perspectivas. O castelhano é mais entendido na linguagem alegórica, e a descrição dos arcos é normalmente despoletada pelas perguntas do português. Será este diálogo fictício uma representação de explicações orais dos arcos por quem os sabia interpretar? Podiam até ser os próprios membros das corporações a cumprir esta função: junto ao arco dos alfaiates, é Beltrán quem pede uma descrição a Ramón, já que o segundo fazia parte

⁶⁰¹ Guerreiro, 1581, fl. 42v.

⁶⁰² *Relaçam do triunfo*....., 1721, p. 163 e 174.

daquele ofício. O castelhano não parece ficar muito impressionado com as palavras do português: “Muy bien lo abéis dicho, aunque os habéis dejado algunos cossas curiosos que se podian declarar”⁶⁰³. No entanto, quando se deparam com o arco da Inquisição, Beltrán admite as suas próprias limitações:

“Muchas cossas os pudiera deçir deste arco, mas como no trayga un estudiante latino en la faltriguera para que quando le ubiera menester me dijera todo lo que yo queria, porque como todos los jeroglíficos y sonetos y enimas y canciones u lirás y epítetos y todo lo demás [está] en latín y así está todo y [por] no saber yo leer ni escribir, e querido daros esta satisfacción porque no os e declarado más [que] la sustança y fundamento que a[n] querido deçir en cada arco”⁶⁰⁴.

Se os próprios autores dos relatos apresentavam disparidades de interpretação entre si, qual não seria o caos entre quem estava menos preparado... Estamos de regresso a Jacinto Pacheco Robrilvo – havia quem soubesse o que via, e que por isso podia usufruir dos *manjares* para o entendimento, e havia quem não soubesse, ficando limitado aos *pastos* para os olhos. O reconhecimento desta fronteira é significativo e útil para pensar as diferentes sensibilidades em presença, mas é enganoso adoptar uma divisão binária do público – tanto a estima pelo enigma desafiante como o apreço pelo espectáculo ostentatório concorriam num gosto partilhado pela novidade, pela invenção e pela trama. É a cultura do barroco como descrita por Maravall⁶⁰⁵. Para alguns, o contacto com a linguagem alegórica e com o repertório clássico através deste tipo de manifestações podia mesmo encorajar a aprofundar conhecimentos. Veja-se o caso de Francisco Lobato, um moleiro castelhano que participou no desenho e construção de um carro onde aparecia um imperador bizantino, a Fama e Marte, e que escreveu um poema sobre essa mesma alegoria, além de outro sobre Temístocles.⁶⁰⁶ Noutras instâncias, a criação destes programas iconográficos revelou-se uma oportunidade de afirmar novos reportórios num meio dominado pelos tradicionais. Recordemos que, no século XVII, durante uma entrada de um vice-rei no México, pôde ver-se um arco triunfal no qual, em vez de vultos clássicos, figuravam doze reis locais anteriores à conquista. Como explica Carlos de Sigüenza y Góngora, tratava-se de uma rejeição das *fábulas* e da afirmação de uma ideia *mais realista*⁶⁰⁷.

⁶⁰³ *Relacion y Historia Verdadera...*, 1991, p. 424.

⁶⁰⁴ *Ibid.*, 425.

⁶⁰⁵ Maravall, 1997, pp. 303-304.

⁶⁰⁶ *Ibid.*, p. 131.

⁶⁰⁷ Cornelles, 2015, pp. 166-167.

Por outro lado, e para além das fronteiras desenhadas pelos diferentes saberes e sensibilidades, há que considerar o problema do desinteresse e da descrença – afinal, seria ingénuo considerar que toda a gente ficasse cativada e convencida. Estamos perante a tensão central identificada por Diogo Ramada Curto quando considera a diversidade de conhecimentos e intervenientes que temos sugerido.

“a diversidade de agentes interessados na organização na reflexão sobre as cerimónias revelará uma sociedade em que a esfera pública se encontra estruturada pela representação, para utilizar a formulação habermasiana? Ou, pelo contrário, a própria dispersão dos agentes [com preocupações cerimonialistas], ao indicar a ausência de um saber concentrado, mantido em segredo, conservado e reproduzido como um objecto sagrado, participa de um contexto em que as cerimónias são uma espécie de tecnologia do poder, e por isso mesmo, de ritos em que poucos (a começar pelos próprios agentes que os promovem) acreditam?”⁶⁰⁸

Seja como for, para os crentes e interessados não faltava espessura às invenções apresentadas nas entradas: como se diz na *Relaçam* de 1666, “para qualquer Arco / He pouco hum anno de tempo”⁶⁰⁹. Mesmo para quem sabia ler os enigmas, a apreciação da vastidão de quadros, estátuas, quadros, versos e emblemas seria uma tarefa demorada: lembremos, aliás, a disponibilidade que o monarca devia mostrar para os ver com vagar. Quem melhor correspondeu a esta expectativa foi Filipe III. Para júbilo dos “autores” das invenções, no dia a seguir à entrada, o rei saiu de coche para voltar a apreciar cada um dos arcos⁶¹⁰. É provável que tenha visto muitos detalhes pela primeira vez – no dia da cerimónia, além de o pátio lhe bloquear parte da visão, o espalhafato do acompanhamento e o turbilhão da multidão terão impedido um olhar mais atento. Por outro lado, quem assistia via-se engolido pela confusão e com os movimentos limitados – não era altura de ver os detalhes de cada invenção, mas sim de assistir à passagem do cortejo. Pero Roiz Soares descreve os arcos de 1619 enquanto fala dos preparativos da entrada⁶¹¹, e este impulso ajuda-nos a pensar os diferentes ritmos da fruição da festa. Há o tempo da observação dos edifícios, que podem ser admirados desde que estão a ser construídos até serem desmontados⁶¹², e o tempo em que, para os habitantes da cidade, a

⁶⁰⁸ Curto, 2011, pp. 293-294.

⁶⁰⁹ Amenlang, 2003, p. 131.

⁶¹⁰ Lavanha, 1622, fl. 61.

⁶¹¹ Soares, 1953, pp. 418-423.

⁶¹² Lembremos que Domenico Laffi viu os arcos de 1687 vários dias depois da entrada. Laffi, 1998, pp. 103-104.

grande novidade não é o aparato estático, mas sim a passagem fugaz do rei e a teatralização reluzente que se faz em seu redor.

Além do apelo deste brilho passageiro, não será arrojado considerar que os touros, os foguetes e as folias, manifestações carregadas de cor, som, cheiros e movimento, ofuscassem o hermetismo estático e monótono dos arcos. Existiriam também formas de fruição completamente alheadas do programa festivo, em que a ocasião apenas servia de cenário ou de pretexto – afinal, o dia da entrada era feriado... Nos momentos em que as atenções não se concentravam numa invenção especialmente magnetizante, a cidade em festa também era capaz de acomodar sociabilidades paralelas ao ritual propriamente dito. Na *Fastigimia* de Tomé Pinheiro da Veiga, durante as festas pelo nascimento do futuro Filipe IV, encontramos uma descrição deste tipo de vivências:

“todas [as senhoras] em faldelins da mesma sorte, com irmãos, maridos, ou vizinhos com seus doces na manga, dando vayas umas ás outras, com muita alegria, festa, e cortezia, sem desgosto nem descompostura alguma. Em quanto a mim, nenhum genero de festa nem invenção, por mais carros de cartas e figuras, de cartulas que tragam, se pode comparar com estas naturaes, em que se vê bem a largueza dos corações da gente, e cortezia de todos”⁶¹³.

A quebra do quotidiano assalta os sentidos, muda a vivência social, é memorável e é rapidamente percebida e assimilada. Parece-nos que o mesmo não se pode dizer do conteúdo ideológico que os promotores queriam imprimir nas manifestações que marcavam a excepcionalidade do momento. E, mesmo que o público estivesse atento, nada garantia que fizesse a leitura esperada do que via ou, pior, que não apropriasse a linguagem usada pelos poderes nos seus próprios termos. Perto do Carnaval de 1642, um homem despido atravessou as ruas de Mérida iluminado por tochas e ao som de trombetas e clarinetes. Seguia com uma coroa de papel na cabeça, um ceptro na mão e uma espada à cintura. À medida que avançava pelas ruas, ia mostrando os genitais às mulheres que surgiam nas janelas. Este cortejo, além de parodiar as entradas triunfais e os símbolos da realeza, satirizava o Corpo de Cristo, já que a música que se tocou era a que anunciava a passagem da hóstia consagrada durante essa procissão⁶¹⁴. Estamos no universo da reapropriação de cerimónias⁶¹⁵ através da reconfiguração dos seus signos.

⁶¹³ Veiga, 1988, p. 32.

⁶¹⁴ Ruiz, 2012, p. 103.

⁶¹⁵ Sobre isto, ver Burke, 2013, pp. 170-172. As paródias de cerimónias, convivem com o reaproveitamento de fórmulas religiosas e legais, como as orações, proclamações, julgamentos e

Aqui, os sentidos, apesar de subversivos, só são activados quando o símbolo é reconhecido por quem vê, operação que dependia da memória do seu uso em contexto normativo. É um vislumbre da cultura visual partilhada entre os promotores e um público que era tudo menos passivo.

testamentos. Burke deixa um alerta: estas apropriações podem não constituir uma paródia das formas propriamente ditas, mas sim uma reutilização com um propósito distinto.

Conclusão

Chegado o momento de concluir, importa regressar aos interesses e linhas de análise que enunciámos como campo de reflexão à partida: memória, saberes e sensibilidades.

Adoptando uma perspectiva comparativa, que pela própria natureza do nosso objecto considerámos imprescindível, e através da exploração de uma temporalidade mais ampla do que tem sido comum nos estudos dedicados a esta temática, fizemos por surpreender o lugar da memória na invenção das entradas régias portuguesas durante os séculos XVI e XVII. A própria natureza das cerimónias ditava que os referentes passados fossem inultrapassáveis: afinal, toda a sua legitimidade derivava da reprodução e posta em cena de símbolos e gestos que, além de solenes, deviam ser reconhecíveis. Esta evocação requeria um diálogo com expectativas que eram informadas pela memória viva e por registos escritos. Apesar de o programa ser relativamente flexível, com a disposição dos ritos e dos protagonistas a alterar-se ao longo do tempo, o significado de cada um dos elementos que compunham a fórmula da cerimónia manteve-se no essencial. A Câmara de Lisboa, que costumava ocupar um lugar central nos cortejos, com os seus oficiais mais destacados a segurar as varas do pátio que cobria rei, é afastada e ofuscada pela chegada dos coches e liteiras na entrada de Maria Francisca de Sabóia. Nunca perde, no entanto, o estatuto de anfitriã: quer num sentido prático – já que a cidade continuava a financiar a cerimónia –, quer num sentido simbólico, já que a entrega das chaves e o seu guião absolutamente cristalizado continuavam a ser o principal momento das entradas, juntamente com a missa na Sé.

As novidades que mudavam a disposição e o enquadramento destes dispositivos cerimoniais tinham de ser justificadas – até porque a tomada de uma decisão implicava que esta se tornasse parte de um repertório de precedentes mobilizáveis. Num contexto em que decisões supostamente extraordinárias podiam ser sucessivamente renovadas ao longo de décadas, temia-se que extravasamentos melindrosos se perpetuassem. O debate em redor da pureza protocolar esconde a invenção deliberada dos costumes que definiam as prerrogativas e o estatuto de grupos de poder e representação. E se sobrevivem testemunhos de querelas em torno do uso de garnacha ou sobre a concessão de propinas, o pátio, com todo o seu peso, desaparece, aparentemente, em silêncio... Depois do interregno filipino, a relação da coroa com a Câmara é dócil, e os conflitos

são em pequena escala e em redor das recompensas materiais e simbólicas pela presença de cada um dos oficiais.

A memória não se limitava a regular a negociação destes privilégios e precedências no espaço do ritual, ou os seus réditos simbólicos e materiais: definia a natureza da pompa e da ostentação, configurando escolhas discursivas e até a linguagem da rememoração escrita. Esta repetição insistente dos mesmos motivos e narrativas resulta da preocupação em encenar uma ordem que não se podia nem devia alterar, e que merecia um aplauso inspirado em antecedentes remotos e engrandecedores, principal fonte da sua legitimidade e pertinência ritual. Quando as entradas se representavam a si próprias, faziam-no sempre a olhar para passados imaginados: o mundo cavaleiresco de bosques frondosos, em que varões de armadura venciam leões e salvavam belas donzelas para o gáudio de multidões; a Palestina bíblica, onde os anjos desciam dos céus, anunciando em coros harmoniosos a chegada de reis e profetas; ou o triunfo de chefes virtuosos abençoados pelo Olimpo, com as melodias de Apolo e das musas a entrelaçar-se com o ritmo dos pandeiros dos sátiros. Não era uma operação de recordação, mas sim de repetição e, portanto, de comemoração da essência de uma ideia de monarquia, e da sua continuidade e perenidade.

Aqui, entramos no domínio dos saberes convocados a dar vida a este discurso. Começamos, desde logo, pela retórica utilizada no diálogo político. Como já foi bem identificado para as entradas e para outras grandes rituais políticos do Antigo Regime, a centralidade do precedente cerimonial encontrava um paralelo nas concepções de bom governo – o bom rei era o que limitava o seu voluntarismo, limitando-se a confirmar os foros e mercês dos seus antecessores e a defender a comunidade. Através de uma leitura e análise tanto quanto possível exaustiva do discurso alegórico, revelámos os mecanismos usados pelos súbditos para pôr em cena as suas preocupações numa linguagem que combinava reivindicação e apologia. As rainhas são belas e férteis, e os reis são fortes e belicosos, surgindo de armadura desde D. Manuel até D. Pedro II. A comparação directa com uma memória selectiva e idealizada de reis passados prendia-os à defesa de heranças e à reprodução de virtudes. O mesmo se pode dizer das oferendas e elogios dos deuses clássicos, que escondiam as ansiedades dos vassalos. Pedem-se herdeiros às rainhas e benefícios aos reis. Nas entradas filipinas, a ausência de consorte e as tensões políticas combinam-se com a influência das *joyeuse-entrées* flamengas para pôr em cena discursos energéticos. Filipe III recebe petição elogiosa

atrás de petição elogiosa num reino que anseia pela sua presença, atenção e graça. Filipe II quer-se clemente com os antonianos e castigador com os corsários, infiéis e hereges – a síntese perfeita da magnanimidade e da justiça, garantidas por um poderio militar que fazia Marte quebrar armas em frustração e que garantiria a pacificação do reino.

Para construir este tipo de retórica, convoca-se uma linguagem alegórica em que o rei, a cidade e as corporações podiam ser postos em cena e em diálogo. Em interacção com as suas figurações, ou a servir de exemplo pedagógico, os antiquários e genealogistas convocavam personagens da história bíblica e clássica, mas também reis passados. Os ofícios representavam-se a si próprias através dos materiais que transformavam, das suas ferramentas e dos seus santos protectores. Os mercadores estrangeiros aproveitavam cruzamentos dinásticos e alianças passadas.

Viam-se tarjas e letreiros em que os poetas esclareciam e dignificavam tudo com os seus versos, e os hermetistas contribuía com emblemas e mistérios que codificavam o louvor em enigmas eruditos. Pintores, escultores, e gravadores davam forma a todos estes dispositivos, concretizando-os nos quadros, estátuas e painéis que ornamentavam os arcos, fachadas, cadafalsos e batéis preparados por carpinteiros e outros artífices. Nos quadros-vivos e nos espectáculos pirotécnicos, os dramaturgos e os artilheiros eram chamados à liça. Da mesma forma, a teatralização da ordem e do poder no cortejo e nos ritos exigia luzimento, entrando em cena os alfaiates, ourives e douradores. Aos autores dos relatos, a quem competia compilar todas estas manifestações e os seus sentidos, exigia-se uma minúcia na descrição, que fixasse o bom cumprimento do protocolo e das precedências e a interpretação *correcta* das narrativas políticas.

A sumptuosidade resultante desta combinação de saberes e de esforços leva-nos de encontro às expectativas estéticas de impacto visual, sonoro e colectivo a que era necessário corresponder, introduzindo-nos no domínio das sensibilidades. Apesar de a atracção pelo luzimento ser partilhada pela generalidade dos presentes, pudemos deparar-nos com testemunhos de algum cepticismo e até de reserva perante o grande acontecimento. Não falamos apenas de quem tentava escapar à obrigação de despender vários milhares de reais num arco triunfal, mas também de quem separava a qualidade do aparato do sentido político da cerimónia. Como vimos, havia quem prestasse mais atenção à forma do que à substância, dando maior valor ao serviço do que à encenação da disponibilidade para servir. Da mesma forma, também havia quem considerasse que a magnificência da entrada não mostrava nenhum afecto da cidade pelo soberano se não

fosse rodeada pelo clamor de multidões. Esta perspectiva animava, aliás, a preocupação do registo escrito em sublinhar a participação entusiasmada dos habitantes a cidade, animados por um afecto genuíno e espontâneo, que deveria ser registado com o devido destaque e correspondido com demonstrações amorosas por parte dos reis.

Seja como for, o luzimento é dos valores que seriam mais consensuais entre as sensibilidades de quem colaborava na sua concepção, execução e montagem, mas também de quem meramente assistia a um momento que quebrava as rotinas do quotidiano urbano: os financiadores e participantes confirmavam o seu estatuto, a monarquia via-se engrandecida pela riqueza do louvor que lhe era prestado e a audiência deleitava-se com um assalto aos sentidos. Para os poderes, era a plataforma em que se construía todo um edifício retórico através de manifestações que, de modo premeditado ou não, eram polissémicas. Frente aos diferentes níveis de conhecimento das multidões que assistiam aos diferentes passos da entrada do monarca, a pulverização de sentidos era inevitável – muitos podiam mesmo estar completamente desprovidos de interesse ou de capacidade de compreensão perante os elementos discursivos do aparato, perdidos nos “pastos para os olhos” ou alheados daquilo que se desejava colocar no centro da sua atenção. Para sensibilidades deste tipo, momentos como a queda de Leonor de Áustria em 1521 ou a suposta neblina que perseguiu Filipe II no Tejo seriam elementos carregados de um significado *político* muito mais claro (e significativo) do que os enigmas povoados por divindades clássicas e símbolos obscuros.

Assim sendo, põem-se em cena elementos que podiam garantir a transmissão massificada de uma ideia de magnificência e liberalidade: as distribuições de vinho e de moeda, as touradas, os espectáculos pirotécnicos, o troar dos canhões, a riqueza dos ornamentos e a opulência e a cor dos trajes. Adicionalmente, havia um conjunto de objectos e imagens reconhecíveis para a maioria dos presentes – as chaves, as varas, o pálio, as ferramentas dos ofícios, as roupas dos oficiais da cidade e dos eclesiásticos, as relíquias, os santos, e um conjunto de figuras carregadas de lugares-comuns bem conhecidos (dos reis e das rainhas aos ameríndios e africanos, passando por paisagens como florestas e cidades muralhadas). Na iconografia que se mobilizava, também se mostravam gestos e cenários fáceis de desvendar – as dádivas e as reverências, os casamentos e as coroações, as lutas e as batalhas, a tristeza e a alegria, a fúria e o amor.

Ainda assim, o registo assumido em boa parte discurso da entrada escapava à maioria dos presentes, mesmo quando filtrado pela oralidade – ou seja, pela leitura de

relatos em voz alta ou por hipotéticas explicações *in loco*. A opção pela linguagem erudita e hermética revela as sensibilidades dos promotores – a qualidade do visitante (e dos anfitriões) exigia aplausos grandiosos codificados numa linguagem erudita. No entanto, e apesar de os gastos serem tidos como uma necessidade, os organizadores faziam por garantir uma certa racionalização e equidade das despesas, movimentando-se num dilema entre o impulso da contenção e a correspondência ao excesso esperado. Afinal, além de estar em jogo a reputação e o serviço da monarquia, estamos perante demonstrações de grandeza e de estatuto por quem era chamado a contribuir.

A importância do investimento reflectia-se nos relatos, e na atenção que davam à sumptuosidade resultante, usando-se a melhor parte dos volumes para descrever, com toda a minúcia, cada detalhe do aparato. Os autores estavam próximos dos promotores, e os textos assumiam um registo profundamente apologético. Volumes como o de Afonso Guerreiro, Isidro Velázquez, João Baptista Lavanha, Vasco Mousinho Quevedo, Manuel Nogueira de Souza, António Rodrigues da Costa e o *Mercurio Portuguez* de António de Sousa de Macedo estão bastante próximos do poder real e municipal, e participam na promoção de retóricas legitimadoras das suas prerrogativas e cristalizadoras do seu estatuto. As entradas eram instrumentalizadas como provas da potência e prosperidade do reino e da monarquia no palco internacional, mas também da grandeza da cidade anfitriã e da vitalidade dos seus corpos e instituições. Em literatura alheia às entradas, estas surgiam como ilustrações de feitos e momentos concretos dos reinados, como acontece na *vida* de Filipe II de Cabrera de Córdoba. Por outro lado, se se revissem e invertessem os lugares-comuns *triunfantes*, as entradas podiam tornar-se em imagens críticas da ordem que se recriava cerimonialmente, como fazem Pero Roiz Soares e D. Luís de Meneses com prantos, silêncios e tensões.

Fosse qual fosse o seu enquadramento, estes textos eternizavam hierarquias e narrativas postas em cena através de *performances* fugazes e dispositivos efémeros. Em alguns casos, os mistérios alegóricos eram decifrados, e mesmo contextualizados na conjuntura política – lembremos as considerações de Guerreiro sobre a glória do perdão. Noutros, os emblemas eram apenas listados, ou até representados em aguarelas no álbum dedicado à entrada de Maria Francisca de Sabóia. Todos procuravam transmitir as qualidades e efeitos da experiência sensorial ao seu texto, demorando-se no brilho dos ornamentos e na luz e estrondo da pirotecnia, mas apenas Lavanha pôde gozar de todo o potencial do formato impresso, acompanhando a *transcrição* de cada detalhe dos

arcos com gravuras ilustrativas. Na maioria das descrições, o ponto de vista do narrador é próximo ao do rei, e vamos observado o discurrer da cerimónia e do aparato à medida que o soberano avanço no espaço. Em textos como a *Comedia* de Jacinto Cordeiro ou a *Relación y Historia Verdadera*, que ensaiam diálogos e diferentes perspectivas, são-nos dadas pistas para uma pulverização de significados e leituras que era inultrapassável.

Seja como for, como anunciámos no início, só podemos conhecer as entradas régias portuguesas através destes relatos escritos – apenas uns quantos vislumbres de *triumfos* testemunhado por uma imensidão de olhos capazes de pintar, cada um, a sua ideia.

“Passando a noite, quando mais suspirão
Em contar pasmos, que seus olhos virão,
E em desvellos amantes,
Com que amor se recrea,
Qualquer era pintor, de sua idea,
Sossegou tudo, & o rumor ausente,
O silencio ficou, & foise a gente”⁶¹⁶.

⁶¹⁶ Paiva, 1687b, p. 16.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia

Livro de festas, fls. 86-94v e 99 a 100v.

Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara [Livro Carmesim], fls. 17v-19v.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Colecção de São Vicente

Volume 2, fls. 13-21 e segs. – *Ordem da vinda e entrada da princesa Nossa S^{ra}*.

Volume 22, fls. 83-86 – *O que se há de dispor quando desembarcar a Raynha N. Snr.^a*

Biblioteca da Ajuda

Códice 52-VIII-37 – *A Pheniz de Portugal Prodigioza em seus Nomes Maria Sofia Isabel Raynha Serenisima, & Srã Nossa Em cuja Augustissima Entrada Por Artes Liberaes Em Curiozos Anagrammas Se mostra felizmente renovada a Idade de Ouro do Anno de 1687.*

Códice

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Códice 323 – Manuel de Coimbra, *Descrição da sumptuosa e magnifica ponte, que se fabricou para o desembarque da augustissima Rainha de Portugal Maria Sofia Isabel.*

Offerecida à mesma serenissima senhora com huma illustração das inscripções, e emblemas.

Código 346, fls. 1-105 – Luís Nunes Tinoco, *A Pheniz de Portugal Prodigioza em seus Nomes Maria Sofia Isabel Raynha Serenisima, & Srã Nossa Em cuja Augustissima Entrada Por Artes Liberaes Em Curiozos Anagrammas Se mostra felizmente renovada a Idade de Ouro do Anno de 1687.*

Código 456, fls. 1-22v – Manuel Nogueira de Souza, *Relação dos Reaes Despozorios de El Rey D. Pedro II de Portugal com a Serenissima Princesa Eleytoral Maria Sofia Izabel. De sua feliz chegada à Corte de Lix.^a Da Triumphal entrada de S. Magestades à Séé, e festas que se lhes fizeram.*

Código 504, fls. 136v-138 – *Advertencia que deu o Duque de Cadaval a El Rey D. Pedro do que era necessario prevenir-se quando se esperava a mesma Raynha Maria Sofia.*

Código 620, pp. 11-22 – *Regimento que ElRey Fellipe de Castella mandou fazer ao Dezemb.^o do Paço a 27 d'Abril de 1619 da forma em que havia de ser recebido nas cid.^{es} e Villas, quando entrasse neste Reino, guardandose em tudo o estillo dos Reis antigos deste Reino seus antecessores, o qual he para os lugares donde houver de entrar em Palio.*

Código 620, pp. 47-53 – *Treslado de hum Regimento delRey, em ã ordena como se hao de fazer as festas nas cidades quando entraõ nellas os Principes.*

Biblioteca Nacional de Espanha

Manuscritos 12026, fls. 143-143v – *Relacion de la jornada, que ElRey, que haya gloria, hizo desde Santaren a Lisboa, y de su entrada en aquella Ciudad.*

Biblioteca Nacional de Portugal

Arquivo da Casa Tarouca

Livro 317 – João dos Reis – *Copia dos reaes aparatos e obras que se ficeram em Lixboa na ocassiam da entrada e dos despozorios de suas Majestades, [s.d].*

Colecção Pombalina

Livro 653, fls. 356 a 388 – *Entrada da Rainha D. Maria Francisca de Saboia. Ordem de ceremonial e festejos.*

Fontes Impressas

AGUILLAR Y PRADO, Jacinto, *Certissima relacion de la entrada que hizo su Magestad y sus Altezas en Lisboa; y de la Iornada que hizieron las galeras de España, y de Portugal...*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619

ALBICANTE, Giovanni Alberto, *Trattato dal'intrar in Milano, di Carlo V. C. sempre Aug. Con le proprie figure de li archi, & per ordine, li nobli vaasali & principi & signori cesarei,...*, Milão, Andream Caluum, 1541.

ARCE, Francisco de, *Fiestas reales de Lisboa*, Introdução de Antonio Pérez, Cieza, [s.n], 1956 [1619].

ATAÍDE, Tristão da Cunha, *Portugal, Lisboa e a corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V: Memórias históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, conde de Povolide*. Introdução de António Vasconcelos de Saldanha e Carmen M. Radulet, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez e Latino...*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1720.

BOUZA, Fernando (coord.), *Cartas para duas Infantas meninas. Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*, Lisboa, Dom Quixote, 1999.

BRANDÃO, João, *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, edição de Anselmo Brancaamp Freire, *Archivo Historico Portuguez*, 11, 1917, pp. 10-214.

BRANDÃO, Tomás Pinto, *Pinto Renascido, Empennado, e Desempennado: Primeiro Voo*, Lisboa, Oficina da Música, 1732.

C'est l'ordre qui a este tenu a la nouvelle et ioyeuse entrée, que treshaut, tresexcellet, & trespuissant Prince, le Roy treschretien Henry deuzieme de ce nom, à faicte

en sa bonne ville & cité de Paris, capitale de son Royaume, le sezieme iour de Juín 1549, Paris, Jehan Dallier, 1549.

CARNEIRO, Pero de Alcáçova, *Relações de Pero Alcáçova Carneiro Conde de Idanha do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários 1515-1568*, revisão e notas de Ernesto Campos de Andrada, Lisboa, INCM, 1937.

CASCÃO, João, “Relação da jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora” apud. *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve: a Alteração das Linhas de Força da Política Nacional*, Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 63-152.

CASTRO, Alvar Gómez de, *Recebimiento que la Imperial ciudad de Toledo hizo a la Magestad de la Reyna nuestra señora doña Ysabel, hija del Rey Henrico II de Francia qua[n]do nueuamente entro en ella a celebrar las fiestas de susfelicissemas bodas con el Rey don Philippe nuestro señor II ...*, Toledo, Juan de Alaya, 1561.

CONESTAGGIO, Jeronimo de Franchi, *História da União de Portugal à Coroa de Castela*. Tradução, Introdução e Notas de Vítor Amaral de Oliveira, Lisboa, Althum, 2017 [1585].

CORDEIRO, Jacinto, *Comedia de la Entrada del Rey en Portugal*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1621.

CORDEIRO, Jacinto, *Triumpho Frances. Recibimento que mandou fazer sua Magestade elRey Dom Ioão o quarte de Portugal ao Marquez de Bresse Embaixador, & Capitão Geral delRey de França*, Lisboa, Lourenço de Anveres, 1641.

CÓRDOBA, Cabrera de, *Historia de Felipe II, primera parte*, Madrid, [s.n], 1619.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1992.

COUTINHO, Pascoal Ribeiro, *Arco Triunfal. Idea, e Allegoria Sobre a Fabula de Paris em o Monte Ida, cuja ficçam há de servir para o Arco Triunfal, que a Rua dos*

Ourives do Ouro celebra, em applauso dos felicissimos Desposorios das Augustas, & Lusitanas Magestades, Lisboa, Miguel Manescal, 1687a.

COUTINHO, Pascoal Ribeiro, *Jornada de la Reyna de Portugal, hasta llegar a la corte de Lisboa, y fiestas que en el viagem se le hizieron. Entrada del embaxador, conde de Villar-Major, Manuel Tellez de Silva, en la corte de Heidelbergh. Fiestas que se celebraron en Lisboa, desde el 11 de Agosto, hasta el 25 de Octubre. Grandezas que el Rey don Pedro el Segundo hizo en su desposorio Augusto con la Reyna Maria Sofia Isabel de Babiera*, Madrid, Imprenta Real, 1687b.

“Diario da jornada da infanta D. Maria Princeza das Asturias”, apud *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugeza*, António Caetano de Sousa, vol. 3, pp. 113-167, 1744.

ESCOBAR, Antonio de, *Recopilación de la felicíssima jornada... que hizo... don Felipe... en la conquista de Portugal*, edição de Amparo Alpañés, Lemir, 8, 2004, anexos.

FERREIRA, Francisco Leitão, *Idea Poetica, Epithalamica, Panegyrica, que servio no arco triumphal que a Nação italiana mandou levantar na occasião em que as Magestades dos Serenissimos Reys de Portugal Dom Joam V & Marianna de Austria foram á Cathedral de Lisboa No dia de Sabbado 22 de Dezembro de 1708*, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1709.

Gazeta de Dezembro de 1641, Lisboa, Lourenço de Anveres, 1642.

GEVARTIUS, Johannes Caspar, *Pompa introitus Ferdinandi Austriaci Hispaniarum infantis...*, Antuérpia, Johannes Meursius, 1641.

GRAPHEUS, Cornelius, *Spectaculorum in susceptione Philippi*, Antuérpia, Gillis Coppens van Diest, 1550.

GUERREIRO, Afonso, *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa na entrada del Rey D. Philippe primeiro de Portugal.*, Lisboa, Francisco Correa, 1581.

LACERDA, Fernando Correia de, *Historia da vida, morte, milagres, canonisação e transladação de Sancta Isabel sexta rainha de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868 [1680].

- LAFFI, Domenico, “Viagem de Pádua a Lisboa” apud. *O Portugal de Seiscentos na “Viagem de Pádua a Lisboa” de Domencio Laffi: Estudo Crítico*, Bruello de Cusatis, Lisboa, Presença, 1998.
- LAVANHA, João Baptista, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez*, Madrid, Thomas Inuti, 1621.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, introd. de Humberto Barquero Moreno, vol. 1, Porto, Livraria Civilização, 1983.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. Pedro I*, introd. de Damião Peres, Barcelos, Livraria Civilização, 1984.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Cronologica...*, vols. 1-3., Lisboa, Antonio Isidoro da Fonseca e Inácio Rodrigues, 1741-1752.
- MADAHIL, A. G. da Rocha, “Cartas da Restauração” *O Instituto*, vol. 96, Coimbra, 1940, pp. 273-340.
- MENESES, D. Luís, *História de Portugal Restaurado*, 2 vols., Lisboa, João Galvão e Miguel Deslandes, 1679-1698.
- “Mercurio Portuguez com as novas do mez de Agosto do anno de 1666. Referese a vinda de França & famosa entrada em Lisboa da Rainha Nossa Senhora” apud. *Olhares sobre o Mercvrio Portvgvez*, Transcrição e comentários de Eurico Gomes Dias, vol. 2, Lisboa, INCM, 2010 [1666], pp. 627-664
- MIMOSO, João Sardinha, *Relacion de la real tragicomedia com que los padres de la Compañia de Iesus en su Colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Felipe II de Portugal, y de su entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas, y Viudades en que entrò*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1620.
- MONTERROIO, Fernando Duarte de, “Memórias dos Sucessos de Portugal” apud *As Entradas Régias Portuguesas: Uma Visão de Conjunto*, Ana Maria Alves, Livros Horizonte, Lisboa, [s.d], pp. 76-82.
- OLIVIERA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1.^a parte, ts. 1-9, Lisboa, Typographia Universal, 1882-1896.

“Oração, que fez o Licenciado Lopo Fernandes, na entrada del Rey D. João III com a Rainha D. Catharina sua mulher, a primeira vez em Santarem” apud. *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugeza*, António Caetano de Sousa, vol. 3, pp. 113-167, 1744.

PAIVA, Sebastião de Fonseca e, *Applausos festivos, e solemnes triumphos com que os heroes portuguezes celebrarão o feliz casamento dos dous monarchas D. Affonso VI e D. Maria Francisca de Saboya Reys de Portugal em Outubro, & Novembro de 1666*, Lisboa, António Craesbeek de Mello, 1667.

PAIVA, Sebastião de Fonseca e, *Relaçam da feliz chegada da Serenissima Senhora Maria Sofia Isabel Raynha de Portugal, à Cidade, & Corte de Lisboa, em 11 de Agosto de 1687 & descripção da ponte da Casa da India*, Lisboa, Domingos Carneiro, 1687a.

PAIVA, Sebastião de Fonseca e, *Segunda parte da Relaçam do Triumpho que fez a cidade de Lisboa quando os monarcas de Portugal foraõ á S. Sè desta Corte. & noticia dos arcos triumphaes*, Lisboa, Domingos Carneiro, 1687b.

PASCAL, Blaise, *Pensées*, Paris, Seuil, 1962 [1670].

QUEVEDO, Vasco Mousinho, *Affonso Africano: Poema Heroyco da Presa d’Arzilla & Tanger*, Lisboa, António Alvarez, 1611.

QUEVEDO, Vasco Mousinho, *Emblematica Lusitana e os Emblemas de Vasco Mousinho de Castelbranco*, introdução e transcrição de Ruben Amaral Jr., Tegucigalpa, R. A. Ruben, 2000.

QUEVEDO, Vasco Mousinho, *Triumpho del Monarcha Philipppo Tercero en la Felicissima entrada en Lisboa*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1619.

“Relaçam do triunfo com que em Lisboa se receberão os Serenissimos Reys D. Affonso Sexto, & D. Maria Francisca Izabel de Saboya, em 29 de Agosto de 1666”, apud *A Fenis Renascida ou obras poeticas dos melhores engenhos portugueses*, Lisboa, Matias Pereira da Silva, 1721, pp. 151-187.

Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueua del casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Fran Bretaña)

con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña Carlos Segundo deste nombre. Y todo lo que sucedió hasta embarcarse para Inglaterra, Lisboa, Henrique Valente de Oliveira, 1662.

Relación verdadera del recibimiento que la ciudad de Burgos hizo a la reina doña Ana de Austria en 1570, edição e estudo de Pilar Varela Ledo, A Coruña, SIELAE, 2016 [1571].

Relacion y Historia Verdadera que trata de la Jornada que hiço el Rey nuestro señor Don Phellipe Tercero de Portugal haçer Cortes a la Çiudad de Lisboa, y a jurar al Príncipe Don Phelipe Quarto nuestro señor, edição de Pedro Gan Giménez, *Chronica Nova*, 19, 1991, pp. 407-431.

RESENDE, André de, “Genethliacon Principis Lus sitani ut in Gallia Belgica celebratam est a viro clarissimo D. Petro Mascaregna regia legato, Mense decembri” apud. *On Court Life*, John R. C. Martyn (ed.), Berna, Peter Lang, 1990 [1533].

RESENDE, André Falcão de, “Romance da entrada del Rey Philippe o primeiro em Portugal em Lisboa” apud. *Portugal no tempo dos Filipes, Política, Cultura e Representações*, Fernando Bouza, Lisboa, Cosmos, 2000.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, introd. de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973.

RIZI, Francisco, *Noticia del recibimiento i entrada de la reyna nuestra señora doña Maria Ana de Austria en la muy noble i leal coronada villa de Madrid*, Madrid, [s.n.], 1650.

ROBRILVO, Jacinto Pacheco, *Arco triunfal. Idea, e allegoria sobre a Fabula de Hyppomenes e Athalanta; cuja ficçam há de seruir para o arco que os Ourives do Ouro celebram em applauso dos felicissimos desposorios das augustas Magestades de Portugal*, Lisboa, Herdeiros de Domingos Carneiro, 1708.

SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, leitura e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953.

TOVAR, José Pellicer, *Anfiteatro de Felipe el Grande*, discurso preliminar de D. José Gutiérrez de la Vega, Sevilha, E. Rasco, 1890 [1631].

- VALECKSTEIN, Nicolau Lanckman, *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha: Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valeckstein*, Lisboa, Cosmos, 1992.
- VEIGA, Tomé Pinheiro da, *Fastigimia*, prefácio de Maria de Lurdes Belchior, Lisboa, INCM, 1988.
- VELÁZQUEZ, Isidro, *La entrada que en el Reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Philippe inuictissimo Rey de las Españas segundo deste nombre, primero de Portugal, assi con su Real presencia como con el exercito de su felice campo*, Lisboa (?), Manuel de Lyra, 1583.
- VELAZQUÉZ, Isidro, *La orden que se tuuo enla solêne procession que hizieron los deuotos cofrades del Sãctisimo Sacramẽto, de la iglesia de S. Iulian, en la ciudad de Lisboa celebrãdo la festiuidad de su cofradía, Domingo, dos de Septiẽbre, de 1582*, Lisboa, Manuel de Lyra, 1582.
- VENTURINO, João Baptista, “Relação da viagem do Cardeal Alexandrino enviada aos Reis de Espanha e Portugal” in *Embaixada do papa Pio V ao rei D. Sebastião*, Arnaldo Pinto Cardoso, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2012.

Bibliografia

- ALVES, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma Visão de Conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d].
- ALVES, Ana Maria, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- AMELANG, James S., *El vuelo de Ícaro. La autobiografía popular en la Europa Moderna*, Madrid, Siglo XXI de España, 2003.
- ARAÚJO, Renata de, *Lisboa. A cidade e o espectáculo na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

- BARREDO, María José del Río, *Madrid, Urbs Regia. La capital ceremonial de la Monarquía Católica*, Madrid, Marcial Pons, 2000.
- BEARD, Mary, *El triunfo romano. Una historia de Roma a través de la celebración de sus victorias*, Barcelona, Crítica, 2009.
- BERRENDERO, José Antonio Guillén, “Reyes de armas, blasones y discursos: algunas notas en torno a los conflictos sobre la nobleza y su definición en el barroco” in *Atlanta*, III/1, 2015, pp. 53-95.
- BETHENCOURT, Francisco, *Racismos das Cruzadas ao século XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2015.
- BORGES, Nelson Correia, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II: Lisboa, 1687*, [s.l], Paisagem, [s.d].
- BORREGO, Manuel, “El Periodismo de Andrés de Almansa y Mendonza: Apuntes Biográficos” in *Las Relaciones de Sucesos en España (1500-1750). Actas del Primer Coloquio Internacional*, Maria Cruz García de Enterría (ed.) et al., [s.l], Universidade de Alcalá, 1996, pp. 9-18.
- BOUZA, Fernando, “Cortes festejantes. Fiesta y ocio en el *Cursus Honorum* cortesano, *Manuscripts*, n.º 13, 1995, pp. 185-203.
- BOUZA, Fernando, “Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe II, *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º4, 1989, pp. 20-58.
- BOUZA, Fernando, “*Sola Lisboa, casi viuda*. La ciudad ya la mudanza de la corte en el Portugal de los Felipes”, in *Imagen y Propaganda. Capítulos de história cultural del reinado de Felipe II*, Madrid, Akal, 1998, pp. 95-120.
- BRAGA, Isabel Drumond e BRAGA, Paulo Drumond, *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus. Maria Francisca de Sabóia. Maria Sofia Isabel de Neuburgo*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2011.
- BRAGA, Paulo Drummond, *Torres Vedras no reinado de Filipe II: crime, castigo e perdão*, Lisboa, Colibri, 2009.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, vol. 1, Lisboa, Teorema, 1992.

- BUESCU, Ana Isabel, “Crato ou Estremoz? O casamento de D. João III e de Catarina à luz de um documento inédito” in *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, Ana Isabel Buescu, Lisboa, Colibri, 2010a, pp. 115-137.
- BUESCU, Ana Isabel, “Festas régias e comunicação política no Portugal Moderno (1521-1572)”, in *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, Ana Isabel Buescu, Lisboa, Colibri, 2010b, pp. 139-158.
- BUESCU, Ana Isabel, *D. Beatriz de Portugal: a Infanta Esquecida*, Lisboa, Manuscrito, 2019.
- BUESCU, Ana Isabel, *D. João III (1502-1557)*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
- BUESCU, Ana Isabel, *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação, 1525-1549*, Lisboa, Cosmos, 1996.
- BURCKHARDT, Jacob, *O Renascimento italiano*, Lisboa, Presença, 1973.
- BURKE, Peter, *Popular culture in early modern Europe*, Dorchester, Ashgate, 2013.
- BURKE, Peter, *Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico*, Barcelona, Crítica, 2001.
- CALDEIRA, Arlindo, *Escravos em Portugal: das origens ao século XIX. Histórias de vida de homens, mulheres e crianças sob cativeiro*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2017.
- CANO, David Sánchez, «Festival interventions in the urban space of Habsburg Madrid», in *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, Fernando Checa Cremades e Laura Fernández-González, (eds.), Dorchester, Ashgate, 2015, pp. 69-86.
- CARDIM, Pedro, «Entradas solenes, rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, Séculos XVI e XVII», in *Festa. Cultura e sociabilidade na América portuguesa*, István Jancsó e Íris Kantor (orgs.), vol. 1, São Paulo, EDUSP, 2001, pp. 97-124.
- CARDIM, Pedro, *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1998.

- CARDIM, Pedro, *O Poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Texto policopiado: tese de doutoramento em História na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, [s.n], 2000, pp. 269-285.
- CASTRO, Tiago Machado de, “Obrigação e vontade na procissão do Corpo de Deus: relação entre ofícios civis e militares à luz de uma resposta régia à Câmara de Lisboa” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.^a série, n.º 2, pp. 39-53.
- CHARTIER, Roger, *El mundo como representación. Estudios sobre historia cultural*, Barcelona, Gedisa, 1992.
- CHASTEL, André, «Le Lieu de la Fête», in *Les Fêtes de la Renaissance*, Jean Jacquot (ed.), vol. 1, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1973, pp. 419-425.
- CONNERTON, Paul, *How societies remember*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- COOPER, Richard, “A new sack of Rome? Making space for Charles V in 1536” in *Ceremonial Entries in Early Modern Europe, The Iconography of Power*, J.R. Mulryne, Maria Ines Aliverti e Anna Maria Testaverde (eds.), Dorchester, Ashgate, 2015, pp. 27-51.
- CORNELLES, Víctor Mínguez, “Routes and triumphs of Habsburg power in Colonial America” in *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, Cremades, Fernando Checa e Fernández-González, Laura (ed.), Dorchester, Ashgate, 2015, pp. 155-173.
- CORREIA, Ana Paula, “Fogos de artifício e artifícios de fogo nos séculos XVII e XVIII: a mais efémera das artes efémeras”, in *Arte Efémera em Portugal*, João Castel-Branco Pereira (coord.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 101-150.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I, 1469-1521: um príncipe do Renascimento*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
- CREMADES, Fernando Checa e FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, Laura (eds.), *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, Dorchester, Ashgate, 2015.

- CURTO, Diogo Ramada, «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)», in *A Memória da Nação*, org. Bethencourt, Francisco e Curto, Diogo Ramada, Lousã, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 201-265.
- CURTO, Diogo Ramada, *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Coimbra, Edições 70, 2011.
- ELIADE, Mircea, *El mito del eterno retorno*, Madrid, Alianza, 2004.
- ESTEBAN, Alfredo Chamorro, *Barcelona y el Rey. Las visitas reales de Fernando el Católico a Felipe V*, Barcelona, La Tempestad, 2017.
- ÉTIENVRE, Jean-Pierre, “Pellicer, relator de fiestas» in *La fiesta. Actas del II Seminario de Relaciones de Sucesos*, POZA, Sagrario Lopez e SUEIRO, Nieves Pena, Ferrol, Sociedad de Cultura Valle Inclán, 1999, pp. 87-94.
- FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, Laura, “La representación de las naciones en las entadas reales de Lisboa (1581-1619): propaganda política e intereses comerciales” in *Las Corporaciones de Nación en la Monarquía Hispánica (1580-1750). Identidad, patronazgo y redes de sociabilidad*, Bernardo García García y Óscar Recio Morales (orgs.), s.l., Fundación Carlos de Amberes, 2014, pp. 413-450.
- FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, Laura, “Negotiating terms: King Philip I of Portugal and the ceremonial entry of 1581 into Lisbon”, in *Festival Culture in the World of the Spanish Habsburgs*, Cremades, Fernando Checa e Fernández-González, Laura (ed.), Dorchester, Ashgate, 2015, pp. 87-113.
- FEROS, Antonio, *Speaking of Spain. The Evolution of Race and Nation in the Hispanic World*, Cambridge, Harvard University Press, 2017.
- FLOR, Pedro (coord.), *Praça universal de todo o orbe: uma vista de Lisboa em 1619*, Lisboa, Museu de Lisboa, 2019.
- FLOR, Susana, “O casamento de D. Catarina de Bragança: as festas, a propaganda e as artes no contexto da Restauração”, in *Lisboa e a festa. Celebrações religiosas e civis na cidade medieval e moderna*, Teresa Leonor M. Vale, Maria João Pacheco Ferreira, Sílvia Ferreira (eds.), Lisboa, CML, 2009, pp. 55-64.
- FONSECA, Jorge, *Escravos e senhores na Lisboa quinhentista*, Lisboa, Colibri, 2010.

- FUENTE, Víctor Facía de la, “Relaciones de sucesos en forma de carta: estructura, temática y lenguaje” in *Las Relaciones de Sucesos en España (1500-1750). Actas del Primer Coloquio Internacional*, Maria Cruz García de Enterría (ed.) et al., [s.l], Universidade de Alcalá, 1996, pp. 177-186.
- GCSHWEND, Annemarie Jordan, “«Cosa veramente de gran stupore». Entrada real y fiestas nupciales de Juana de Austria en Lisboa en 1552, in *El Legado de Borgoña. Fiesta y Ceremonia Cortesana en la Europa de los Austrias*, Krista de Jonge, Bernardo J. García García e Alice Esteban Estríngana (eds.), [s.l], Fundación Carlos de Amberes e Marcial Pons Ediciones de Historia, 2010, pp. 179-240.
- GEERTZ, Clifford, *Negara: the theatre state in nineteenth-century Bali*, Princeton, Princeton University Press, 1980.
- GOMES, Ana Cristina Cardoso Costa, “Alianças, poder e festa : os casamentos de D. Afonso VI e de D. Pedro II” in *Arte Efémera em Portugal*, João Castel-Branco Pereira (coord.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 101-150.
- GOMES, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância, 1985.
- GOMES, Rita Costa, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Linda-a-Velha, Difel, 1995.
- GOUVEIA, António Camões, «La fiesta y el poder. El rey, la corte y los cronistas del Portugal del siglo XVI», in *La fiesta en la Europa de Carlos V*, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V 2000, pp. 175-207.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan, *A rainha colecionadora. Catarina de Áustria*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2012.
- HATHERLY, Ana, *A Experiência do Prodígio: Bases teóricas e antologia de textos-visuais portugueses dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, INCM, 1983.
- HERMIDA, Jacobo Sanz, “Un viaje conflictivo: relaciones de sucesos para La jornada del Rey N. S. Don Felipe III deste nombre, al Reyno de Portugal (1619)” in

- Península: Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 0, Santa Maria da Feira, FLUP, 2003, pp. 289-320
- HESPANHA, António Manuel, “A punição e a graça” in *História de Portugal*, vol. 4 José Mattoso (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993a, pp. 239-256.
- HESPANHA, António Manuel, *As vésperas do Leviathan, Instituições e poder político: Portugal – Séc XVII*, vol. 1, Lisboa, [s.n], 1986.
- HESPANHA, António Manuel, *La gracia del derecho: economia de la cultura en la edad moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993b.
- JACQUOT, Jean (ed.), *Les fêtes de la Renaissance*, 3 vols., Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1973-1975.
- JONGE, Krista, “A arte da festa em Portugal e nos Países Baixos meridionais, no século XVI e no início do século XVII”, in *Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1580*, , Lisboa, Instituto Português de Património Cultural, 1992, pp. 81-93.
- KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, Lisboa, Nova Vega, 2005.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *D. Pedro II, o Pacífico (1648-1706)*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2007.
- MACHINA, Antonio Rivero, “La jornada real de Felipe III de España por Portugal: repertorio literario y mensaje político”, *Limite*, 7, 2013, pp. 66-82.
- MARAVALL, José Antonio, *A cultura do barroco*, Lisboa, Instituto Superior de Novas Profissões, 1997.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “As Instituições Culturais” in *Nova História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Presença, 1998, 468-483.
- MAUSS, Marcel, *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70, 1988.
- MC GOWAN, Margaret, “Henri IV as Architect and Restorer of the State: His Entry into Rouen, 16 October 1596”, in *Ceremonial Entries in Early Modern Europe, The Iconography of Power*, J.R. Mulryne, Maria Ines Aliverti e Anna Maria Testaverde (eds.), Dorchester, Ashgate, 2015, pp. 53-75.

- MEGIANI, Ana Paula Torres, *O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*, São Paulo, Alameda, 2004
- MENESES, Avelino de Freitas de, “As Finanças”, in *Nova História de Portugal*, vol. VII, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, Presença, 2001, pp. 349-371.
- MONTES, José Ares, “Los poetas p portugueses, cronistas de la Jornada de Felipe III a Portugal”, *Filología Romanica*, 7, 1990, pp. 11-36.
- MOREIRA, Rafael, “A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal”, in *Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Coimbra, Espartir, 181, pp. 281-305.
- MUIR, Edward, *Ritual in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- MULRYNE, J. R., ALIVERTI, Maria Ines e TESTAVERDE (eds.), *Ceremonial Entries in Early Modern Europe, The Iconography of Power*, Dorchester, Ashgate, 2015.
- NUTI, Lucia, “Re-moulding the City: The Roman possessi in the First Half of the Sixteenth Century”, in *Ceremonial Entries in Early Modern Europe, The Iconography of Power*, J.R. Mulryne, Maria Ines Aliverti e Anna Maria Testaverde (eds.), Dorchester, Ashgate, 2015, pp. 113-133.
- OLIVAL, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos intermédios”, *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), [s.l], Círculo de Leitores, 2011, pp. 244-275.
- OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II, de cognome «o Pio»*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.
- PAIVA, José Pedro, «As festas de corte em Portugal no período Filipino (1580-1640)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2, 2002, p. 11-28.
- PINTO, Carla Alferes, “Objectos artísticos, aparato e cor carmesim na memória esquecida do casamento da infanta D. Beatriz (1521)”, in *Casamentos da Família Real Portuguesa*, Ana Maria S. A. Rodrigues (ed.) *et all*, vol. 4, [s.l], Círculo de Leitores, 2018a, pp. 169-198.

- PINTO, Vítor, “O casamento de D. Isabel de Portugal com o imperador Carlos V. Aspectos diplomáticos, financeiros e afectuosos”, in *Casamentos da Família Real Portuguesa*, Ana Maria S. A. Rodrigues (ed.) *et all*, vol. 4, [s.l.], Círculo de Leitores, 2018b, pp. 199-234.
- REIS, Sebastião Martins dos, “Vida Seiscentista Eborense: visitas reais e festas Universitárias”, *A Cidade de Évora*, XVI, 1959.
- RIBAS, Rogério de Oliveira, “Festa e inquisição: os mouriscos na cristandade portuguesa dos quinhentos, in *Festa. Cultura e sociabilidade na América portuguesa*, István Jancsó e Íris Kantor (orgs.), vol. 1, São Paulo, EDUSP, 2001, pp. 199-213.
- RUIZ, Teofilo, *A king travels: festive traditions in late medieval and early modern Spain*, Princeton University Press, Princeton, 2012.
- SÁ, Isabel dos Guimarães e COMBET, Michel, *Rainhas consortes de D. Manuel I. Isabel de Castela. Maria de Castela*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2012.
- SALANTINO, Kevin, *Incendiary Art: The Representation of Fireworks in Early Modern Europe*, Los Angeles, The Getty Research Institute for the History of Art and the Humanities, 1997.
- SERRANO, Joana Bouza, *A Duquesa de Mântua. A princesa italiana que foi vice-rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2016.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O reinado de D. António, prior do Crato*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1956.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil, 1580-1668. Estudos históricos*, Lisboa, Colibri, 1994.
- SERRÃO, Vítor, “A entrada de Filipe II de Portugal em Lisboa em 1581 e o seu programa iconográfico à luz do relato do mestre Afonso Guerreiro”, in *Lisboa e a festa. Celebrações religiosas e civis na cidade medieval e moderna*, Teresa Leonor M. Vale, Maria João Pacheco Ferreira, Sílvia Ferreira (eds.), Lisboa, CML, 2009, pp. 201-222.

- SOROMENHO, Miguel, “Ingenosi Ornamenti: Arquitecturas efêmeras em Lisboa no Tempo dos Primeiros Filipes”, in *Arte Efêmera em Portugal*, João Castel-Branco Pereira (coord.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 21-50.
- SOUZA, Marina de Mello e, *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- STOPATTO, Lisa Goldenberg, “Los lienzos con historias de la vida de Felipe II. 13 de septiembre-12 de noviembre de 1598” in *Glorias efímeras. las exequias florentinas de Felipe II y Margarita de Austria*, [s.l.], Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 1999, pp. 155-209.
- STRONG, Roy, *Art and Power. Renaissance Festivals 1450-1650*, Woodbridge, The Boydell Press, 1986.
- TERENO, Isaura, “Estudo das provisões régias recebidas pela cidade de Lisboa (1565-1585): O rei e a cidade, homens e ofícios” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, n.º 2, 2014, pp. 55-101.
- VALLADARES, Rafael, *A Conquista de Lisboa – Violência militar e comunidade política em Portugal, 1578-1583*, Alfragide, Texto Editores, 2010.
- VALLADARES, Rafael, *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração 1640-1680*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006.
- VELLOSO, J. M. de Queiroz, *D. Sebastião: 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- VIGARELLO, Georges, “El cuerpo del rey” in *Historia del Cuerpo*, vol. 1, Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello (dir.), [s.l.], Seuil, 2005, pp. 373-394.
- VOIGT, Lisa, *Spectacular wealth: the festivals of colonial South American mining towns*, Austin, University of Texas Press, 2016.
- XAVIER, Ângela Barreto e CARDIM, Pedro, *D. Afonso VI*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

XAVIER, Ângela Barreto, “Colecção «Reis de Portugal» em Debate”, *Ler História*, 56, 2009, p. 217.

XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro e BOUZA, Fernando, *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Quetzal, 1996.

Apêndice

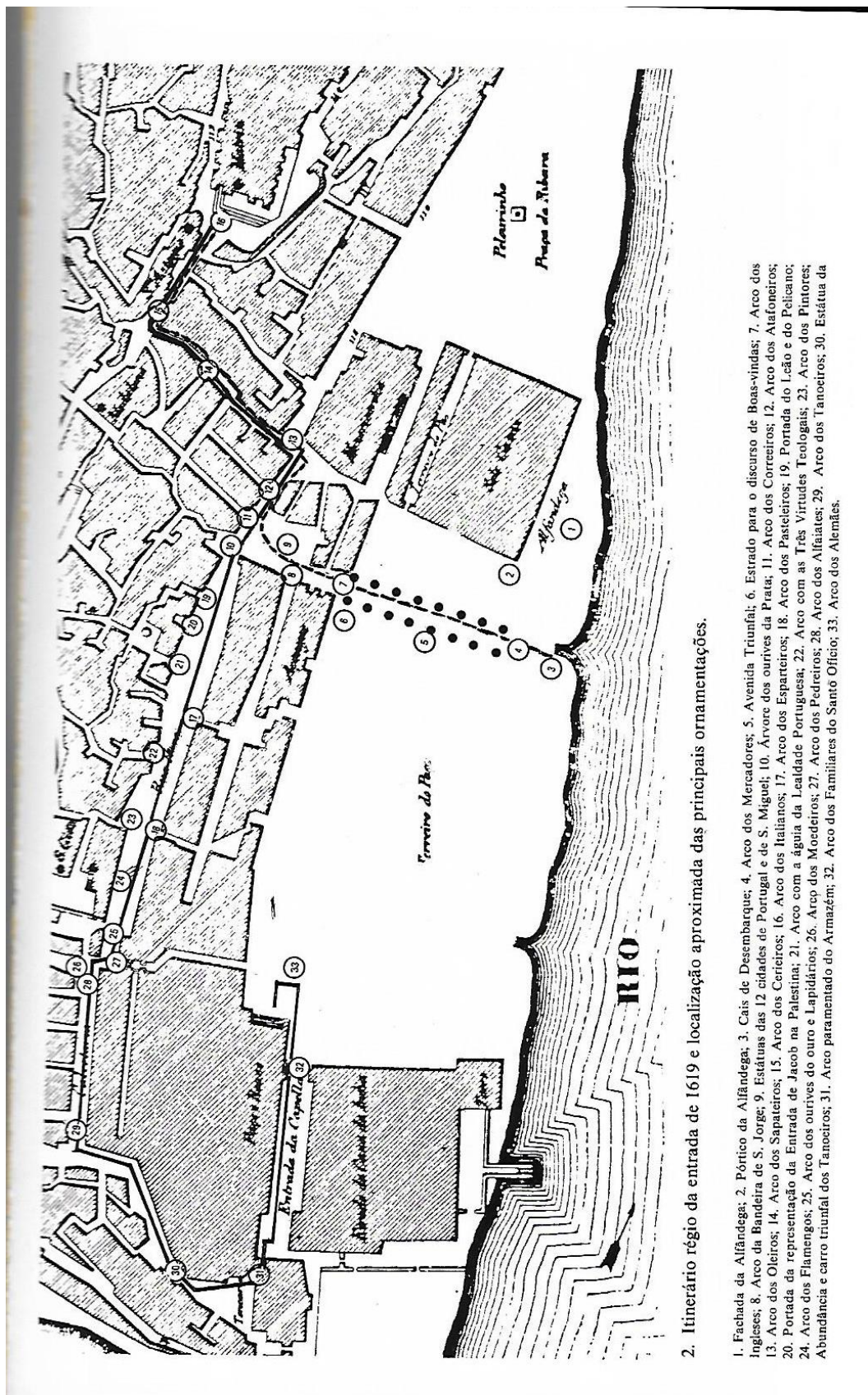
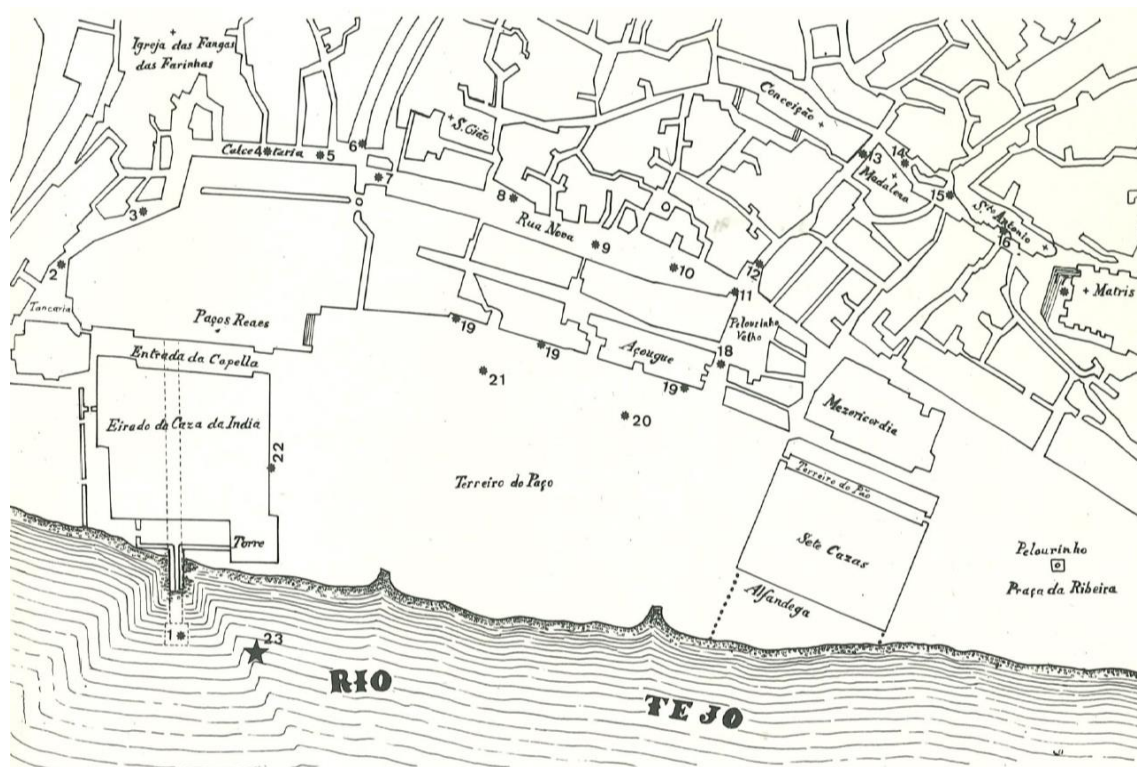


Figura 1 – O percurso da entrada de Filipe III em Lisboa, 1619. (Alves, [s.d])



41. – Localização dos ornamentos festivos, segundo a planta de Lisboa de 1650, por João Nunes Tinoco: 1 – pórtico e ponte; 2 – arco dos atafoneiros; 3 – arco dos italianos; 4 – arco dos confeiteiros; 5 – arco dos moedeiros; 6 – «arco» dos ourives do ouro; 7 – arco dos alfaiates; 8 – arco dos esparteiros; 9 – arco dos flamengos e holandeses; 10 – arco dos mercadores; 11 – arco dos vinhateiros; 12 – arco dos carpinteiros; 13 – arco dos ourives da prata; 14 – arco dos sapateiros; 15 – arco dos cirieiros; 16 – ornamentação dos armadores; 17 – arco dos franceses; 18 – arco dos ingleses; 19 – decoração do Terreiro do Paço; 20 – arco da Bandeira de S. Jorge; 21 – arco dos alemães; 22 – tribunal real; 23 – castelo de fogo de artifício.

Figura 3 – Localização da arquitectura efémera da entrada de Maria Sofia de Neuburgo, 1687. (Borges, 1987, p. 159)



Figura 6 – A entrada de Filipe III em Lisboa como representada por Jan Schorkens (desenho de Domingos Vieira Serrão). (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figura 7 – A entrada de Filipe III como representada no quadro encontrado no castelo de Weilburg. Veja-se Flor, 2019.



Figura 8 – Emblemas do álbum *Festas que se fizeram pelo casamento de D. Afonso VI...* (Xavier, Cardim e Bouza, 1996).



Figura 9 – A grisalha de Coisimo Gamberucci referente à entrada de Filipe II em Lisboa usada nas exéquias do rei em Florença (Stopatto, 1999).



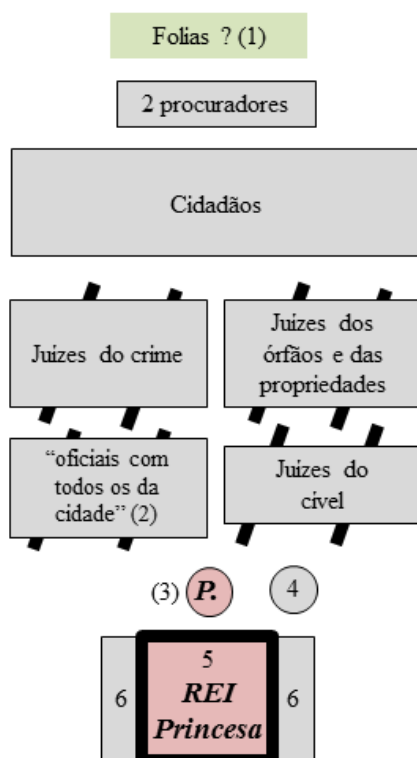


Figura 12 – Cortejo da entrada de Joana de Áustria em Lisboa

■ - Coroa | ■ - Cidade / Justiças | ■ - Nobreza
■ - Popular | **Rei** - a cavalo | **Damas** - de coche/liteira | ■ - varas

1 – Monterroio não fala de folias quando descreve a formação do cortejo. No entanto, precede a descrição da ida à Sé com uma lista de corporações que se responsabilizaram por manifestações deste tipo.

2 – “iam os oficias com todos os da cidade e juiz do terreiro e tesoureiro”.

3 – “o Principe nosso senhor diante, logo entre os cidadãos que iam com suas varas”. Monterroio não refere se vai a cavalo.

4 – Escrivão da Câmara – Cristóvão de Magalhães.

5 – Alcaide mor (rédeas do cavalo do rei) – D. Garcia de Castro.

6 – Varas do pátio (8):

- 4 vereadores correntes:
 - Francisco Correia;
 - D. Duarte da Costa;
 - Manuel Corte Real;
 - Cristóvão Mendes de Carvalho
- 3 vereadores “passados”:
 - D. Garcia d’Eça;
 - Lopo de Brito;
 - João Brandão.
- Chanceler da cidade – Francisco Dias.

Fonte: Monterroio [s.d], pp. 83-84.

Não fica claro o posicionamento dos infantes, duques e dignatários indicado na *Ordem* para a entrada relativamente ao acompanhamento que aqui se reproduz. ANTT, CSV, liv. 2, fls. 19v-20.

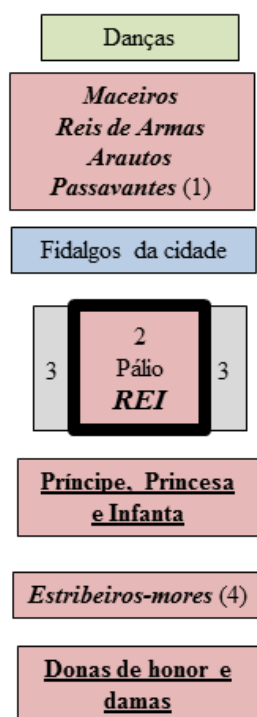


Figura 13 – Cortejo da entrada de Filipe III em Évora

- Coroa |
 - Cidade / Justiças |
 - Nobreza
 - Popular |
 Rei - a cavalo | **Damas** - de coche/liteira | - varas

1 – Lavanha só refere os reis de armas e não especifica que sigam a cavalo.

2 – Capitão mor (rédeas do cavalo do rei) – D. Diogo de Castro.

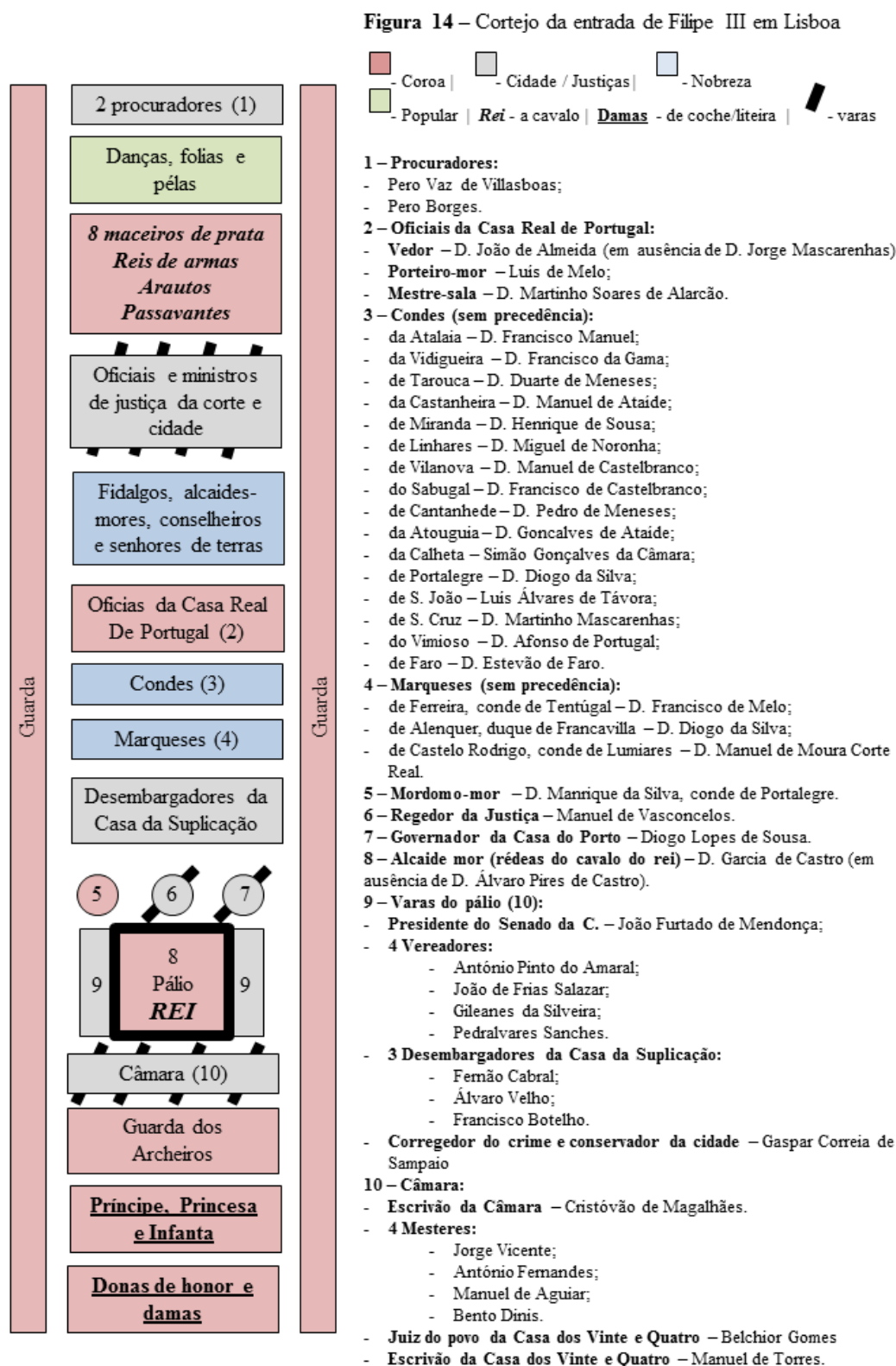
3 – Varas do pálio (8):

- 4 Vereadores de 1619:
 - António de Mendonça;
 - D. António de Sousa,
 - Diogo Pereira Cogominho;
 - Francisco Madureira.
- Escrivão da Câmara – Luís da Fonseca;
- Procurador do Concelho – Francisco Pereira;
- 2 Vereadores de 1618:
 - Álvaro de Brito;
 - Diogo Paçanha.

4 – Estribeiros-mores:

- Estribeiro-mor do rei – Duque de Uzeda;
- Estribeiro-mor do príncipe – Conde de Saldanha.

Fontes: Lavanha, 1622, fl. 5v.



Fontes: Lavanha, 1622, fls 14v-15 e 22; Mimoso, 1620, fls. 135-v136.

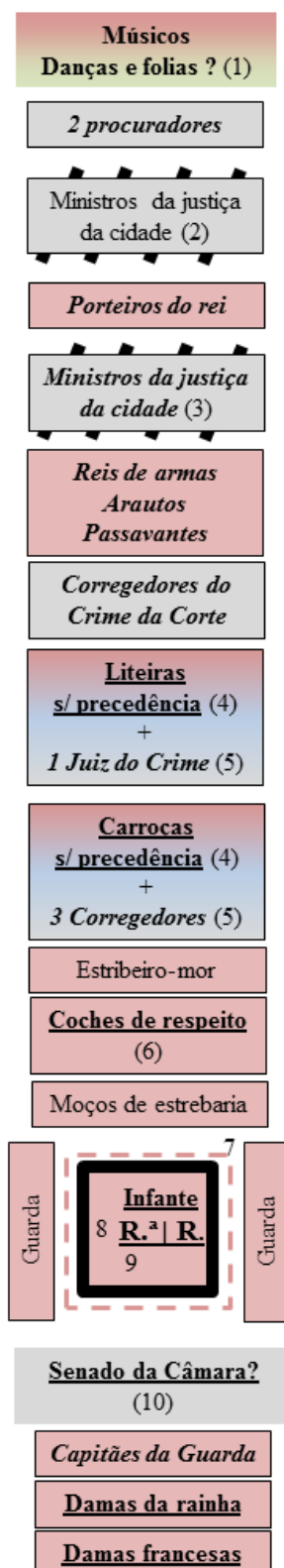


Figura 15 – Cortejo da entrada de Maria Francisca de Sabóia em Lisboa

■ - Coroa | ■ - Cidade / Justiças | ■ - Nobreza
■ - Popular | *Rei* - a cavalo | *Damas* - de coche/liteira | ■ - varas

1 – Ter-se-ão juntado a partir do Mosteiro da Esperança.

2 – Do provimento do Sendo da Câmara.

3 – Do provimento do rei.

4 – Oficiais da Casa Real, titulares, conselheiros de Estado, ministros de todos os tribunais e os seus lacaios.

5- Encarregues de manter a ordem entre as liteiras e carroças.

6 – Coches de respeito (com precedência):

- Infante;
- Rainha;
- Rei.

7 – A partir do Convento da Esperança, 40 moços de câmara e alguns moços fidalgos a cavalo seguem em redor do coche real.

8 – *Camareira-mor* – marquesa de Castelo-Melhor e condessa da Calheta.

9 – Moço da câmara com o chapéu da Rainha.

10 – Incorpora o acompanhamento depois da entrega das chaves junto à Igreja do Loreto. Não é clara a posição.

Fonte: *Mercurio Portuguez com as novas...*, 2010, pp. 648-664.

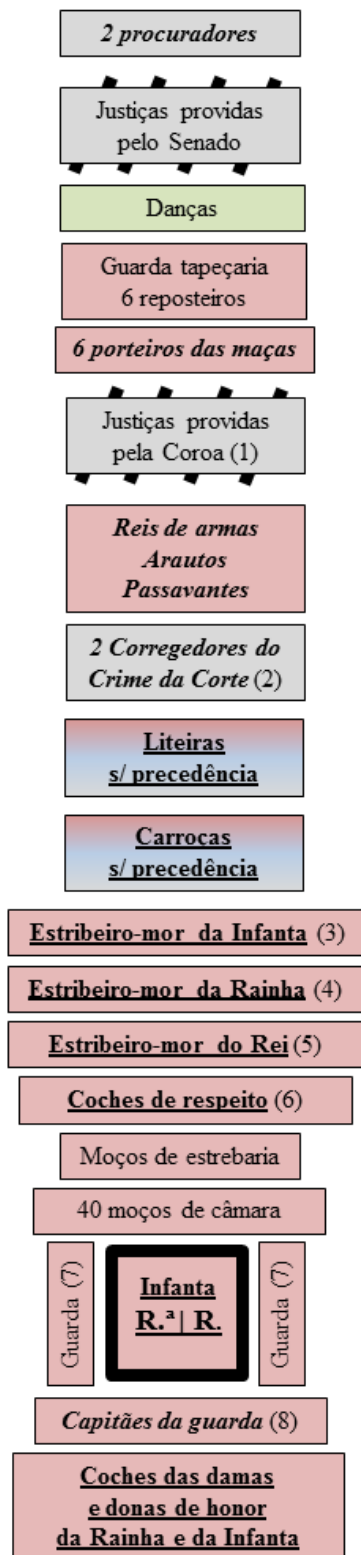


Figura 16 – Cortejo da entrada de Maria Sofia de Neuburgo em Lisboa

■ - Coroa | ■ - Cidade / Justiças | ■ - Nobreza
■ - Popular | *Rei* - a cavalo | Damas - de coche/liteira | ■ - varas

1 – “officiaes de Justiça, cujo provimento não pertence ao Senado”.

2 – Corregedores do Crime da Corte:

- Doutor João de Andrade Leitão;
- Doutor Domingos Nogueira de Araújo.

3 – Nuno da Cunha de Ataíde (ausente, é o presidente do Senado da Câmara e esperou na Porta de Santo António).

4 – D. Francisco Mascarenhas.

5 – D. José de Meneses.

6 – Coches de respeito com a mesma precedência que os estribeiros.

7 – Archeiros guiados pelos tenentes Belchior Rodrigues de Matos e Francisco Rodrigues de Almeida.

8 – Capitães da guarda:

- Conde de Pombeiro;
- D. Filipe de Sousa.

Fonte: Costa, 1694, pp. 262-264.



Figuras 17 e 18 – A alteração no envolvimento da pessoa régia durante o cortejo. A partir da entrada de Maria Francisca de Sabóia, em 1666, o pálio segurado pelos oficiais mais destacados da municipalidade é trocado pelo coche real, que seguia rodeado da guarda, dos estribeiros e de outros oficiais da corte.

À esquerda, Filipe II entra em Lisboa debaixo de pálio. Detalhe da grisalha de Cosimo Gamberucci de 1598, Galleria degli Uffizi. À direita, o coche de Catarina de Bragança durante a sua partida de Lisboa em 1662. Detalhe da gravura de Dirk Stoop. British Museum.



Figura 19 – Bergantim real usado na entrada de Maria Sofia de Neuburgo, em 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317.)



Figura 20 – Figuração da Pintura acaba retrato de Filipe III no arco dos pintores em 1619. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).

Figura 21 – Árvore genealógica dos reis de Portugal erguida pelos ourives da prata em 1619. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).

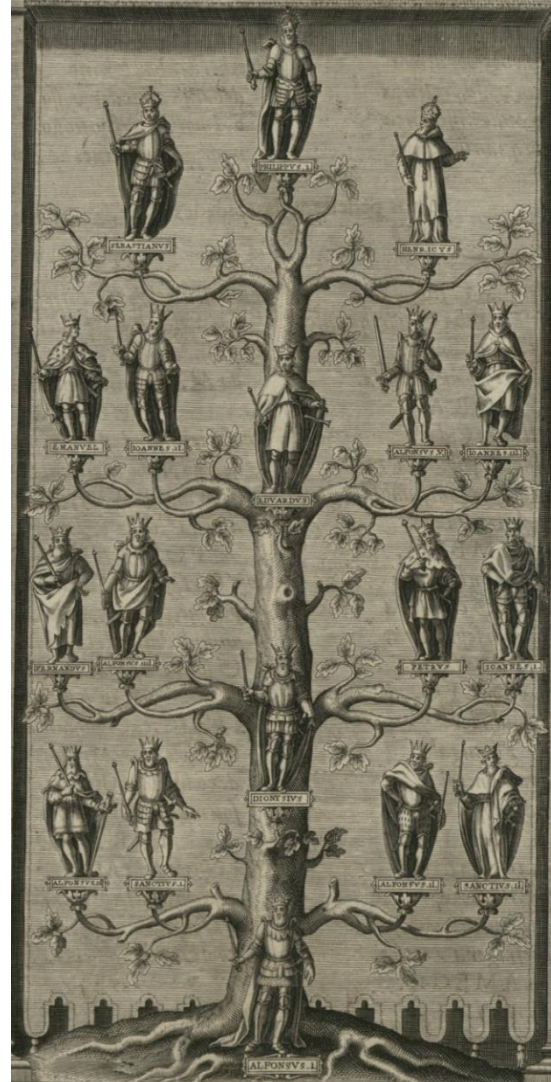


Figura 22 – Efigies dos reis de Portugal no arco dos mercadores do vinho de 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figuras 23, 24 e 25 – O milagre de Ourique e as batalhas contra os mouros no arco da bandeira de S. Jorge de 1619. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figura 26 – D. Afonso Henriques oferece a coroa a Filipe III no arco da bandeira de S. Jorge de 1619. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figura 27 – Filipe II oferece a coroa portuguesa e a coroa castelhana a Filipe III no arco dos ourives e lapidários em 1619. O rei enverga o traje com que entrara em Lisboa em 1581. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figura 28 – Figurações de Portugal e Castela sustentam um globo encimado pela Fé Santa no arco dos ourives e lapidários de 1619. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figuras 29 e 30 – Cibele e Neptuno conferem a Filipe III o controlo da terra e dos mares através da concessão dos signos do seu poder (uma coroa e um tridente) e da influência do Sol e da Lua. Arco dos alemães de 1619. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figura 31 – Marte no arco dos franceses de 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317). Na transcrição de Rodrigues da Costa, a figura era acompanhada por uma tarja com os versos: “Quem pedro se apelida / Melhor bastão lhe pertence / Se antes de peleijar vence”. Mais adiante, no arco dos ingleses, o deus rendia a espada ao rei. (Costa, 1694, pp. 249 e 255)

Figura 32 – Vénus entrega o pomo de ouro a Maria Sofia de Neuburgo. Arco dos franceses de 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figura 33 – O julgamento de Páris recriado pelos ourives do ouro em 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).





Figura 34 – Figuração masculina de Portugal no arco dos moedeiros de 1687. Veja-se a fortaleza representada pela armadura e a liberalidade materializada pelo lançamento de moedas. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figura 35 – Um testemunho da circulação internacional da linguagem alegórica. Cibele sobre um carro puxado por leões com os filhos numa gravura de Antony van der Does segundo uma das imagens executadas por Peter Paul Rubens para a jornada flamenga do arquiduque Fernando de Áustria. 1635-1636, Rijksmuseum. Note-se a semelhança com um dos emblemas do arco dos ingleses de 1687. (Costa, 1694, p, 255).



Figura 36 – O sacrifício de Marco Cúrcio num painel da entrada do arquiduque Matias de Áustria em Bruxelas em 1578. Antoni van Leest, 1578-1579, Rijksmuseum. Podemos encontrar a mesma história e iconografia no arco dos mercadores alemães de 1581. (Guerreiro, 1581, fls. 18-18v).

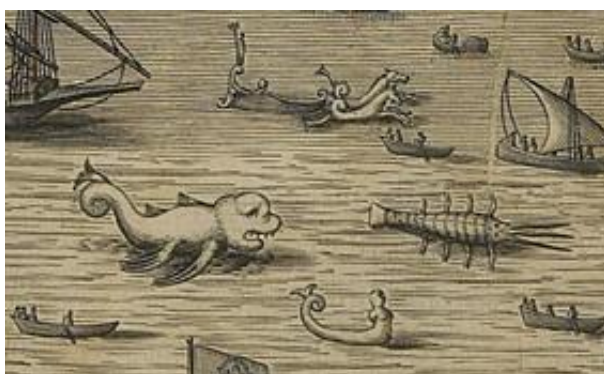


Figura 37 – Invenções aquáticas usadas na travessia do Tejo por Filipe III, em 1619. (Domingos Vieira Serrão e Jan Schorkens apud. Lavanha, 1622).



Figura 38 – O imaginário aquático na pintura europeia coeva. No ciclo de Maria de Medicis de Peter Paul Rubens (c. 1622-1625, Louvre), Neptuno e as Nereidas surgem no desembarque da rainha em Marselha.



Figura 39 – O assalto dos monstros marinhos ao forte flutuante no Tejo. Espectáculo pirotécnico de 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figura 40 – Figuração de Lisboa no arco dos ingleses em 1619. Empunha as suas chaves e uma âncora adornada com a heráldica da cidade. Em fundo, a conquista da cidade com D. Afonso Henriques e os seus aliados. (Jan Schorkens apud. Lavanha, 1622).



Figura 41 – Armada com os seus emblemas, a Inquisição trespassa a serpente da Heresia. À esquerda, S. Pedro, protector do Santo Ofício. Arco dos familiares do Santo Ofício, 1619. (Jan Schorkens apud. Lavanha, 1622).



Figura 42 – Uma fogueira queima os ramos de uma videira que estão “fora da cepa” no arco dos familiares do Santo Ofício, 1619. (Jan Schorkens apud. Lavanha, 1622).



Figura 42 – Um inquisidor guia penitentes para um templo – “Não quero a morte do peccador senáo que se converta & viva”. Arco dos familiares do Santo Ofício, 1619. (Jan Schorkens apud. Lavanha, 1622).



Figuras 43 e 44 – A tiara papal e as chaves de São Pedro encimam o arco dos italianos de 1619 (esquerda) e 1687 (direita).
(Jan Schorkens apud.. Lavanha, 1622 e João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figuras 44 e 45 – A expulsão dos mouriscos dos reinos ibéricos e o seu desembarque em África no arco dos italianos de 1619.
(Jan Schorkens apud.. Lavanha, 1622).



Figura 46 – O imperador e os eleitores no arco dos alemães de 1687. Em cima, a coroa imperial. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figura 47 – Filipe Guilherme de Neuburgo, pai de Maria Sofia de Neuburgo e eleitor do Palatinado. Arco dos alemães de 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figura 48 – Augsburg, Hamburgo, Lübeck e Colónia no arco dos alemães de 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).





Figuras 49, 50 e 51: A Flandres dividida e reunida no arco dos flamengos de 1619. Na página anterior, a gravura de Schorkens em que a Discórdia está descoberta pela desunião entre os dois conjuntos de províncias. À esquerda, uma tentativa de reprodução do resultado harmonioso que a aproximação de Filipe III terá tido. À direita, parte do mecanismo que deu vida à invenção: um conjunto de cabos que partiam das figurações de cada uma das províncias – aqui, a Guéldria e a Holanda. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figuras 52, 53 e 54: As múltiplas aparições de São Jorge: da esquerda para a direita, no arco dos ingleses de 1619, no arco dos ingleses de 1687 e no arco da bandeira de S. Jorge, em 1687 (estrutura em forma de castelo). (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622 e João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figura 55 – S. José figurado no arco dos carpinteiros em 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).



Figura 56 – A tesoura no arco dos alfaiates em 1619. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).

Figura 57 – S. Lucas coroa uma alegoria do lugar central da Pintura nas artes, surgindo esta rodeada pela Escultura e pela Arquitectura. A ladeá-las, a Geometria e a Perspectiva. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).





Figuras 58 e 59 – O arco dos cerieiros de 1619. À esquerda, os ornamentos esculpidos em cera e em forma de flores, frutos e vegetais. À direita, Flora encima a estrutura. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figuras 60 e 61 – As figurações da Mina e do Monomotapa oferecem ouro e prata a Filipe III no arco dos moedeiros de 1619. (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).



Figuras 62 e 63 – Os casamentos alegóricos de Vasco da Gama (esquerda) e Cristóvão Colombo (direita) com as *Índias*. Arco dos ourives e lapidários, 1619 (Jan Schorkens *apud*. Lavanha, 1622).

Figura 64 – Carlos V esmaga um turco, um mouro e um ameríndio numa. Estátua equestre da entrada do imperador em Milão, 1541. (Albicante, 1541).



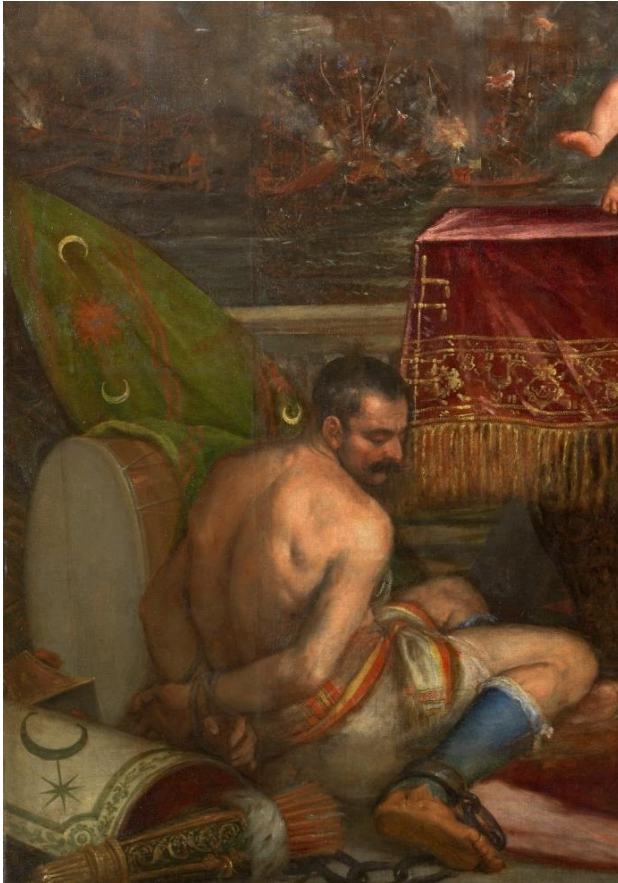


Figura 65 – Turco derrotado na tela *Felipe II ofreciendo al cielo al infante don Fernando*, de Tiziano. 1573-1575. Museu do Prado (detalhe). Note-se a semelhança o com opainel da entrada de Filipe II em Lisboa, em 158 (Guerreiro, 1581, fl. 22).



Figura 66 – A América no arco dos homens de negócio portugueses de 1619. A única das quatro figurações femininas dos continentes representada na *Viagem de Lavanha*, já que apenas se reproduziu uma fachada de cada um dos arcos. (Jan Schorkens apud. Lavanha, 1622).



Figuras 67 e 68– As quatro partes do mundo no arco dos franceses de 1687. (João dos Reis, BNP, AT, liv. 317).